



DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO II

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

Aveiro | Coimbra | 2020

UA Editora - Universidade de Aveiro

Imprensa da Universidade de Coimbra

Este livro vem dar continuidade ao projeto de publicar as contribuições decorrentes do Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”, reunindo agora, num segundo volume, os estudos da terceira e quarta edições (2017/18 e 2018/19), que tiveram lugar no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, no âmbito da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais.

A realização desta iniciativa tem o propósito de fomentar e aprofundar a articulação entre investigação e ensino, proporcionando aos estudantes um contacto privilegiado com os múltiplos aspetos da História do Livro e da Edição. A estreita colaboração entre o Departamento de Línguas e Culturas e a Imprensa da Universidade de Coimbra tem permitido alargar o alcance desta ação formativa e investigativa à prática profissional, uma vez que, na edição das obras, são envolvidos os estudantes do Mestrado que realizam o estágio curricular na editora.

Os estudos do presente volume, sujeitos a um rigoroso processo de arbitragem, versam sobre temas vários da História do Livro e da Edição e constituem um dos resultados mais visíveis de um projeto que se vem renovando, e que se propõe contribuir para a propagação das Artes do Livro.

(Página deixada propositadamente em branco)

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

UA Editora – Universidade de Aveiro
Email: editora@ua.pt
URL: <http://www.ua.pt/editora/>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

DESIGN DA CAPA

Mickael Silva

IMAGEM DA CAPA

Image by Valerio Errani from Pixabay

INFOGRAFIA

Mafalda Frade

PRINT BY

KDP

REVISÃO DE TEXTO

Matilde Russo

ISBN

978-972-789-657-8 (UA)
978-989-26-2073-2 (IUC)

ISBN DIGITAL

978-972-789-658-5 (UA)
978-989-26-2074-9 (IUC)

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2074-9>

APOIOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com a referência UIDB/04188/2020.

© DEZEMBRO 2020, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UA EDITORA – UNIVERSIDADE DE AVEIRO

DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO II

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

Aveiro | Coimbra | 2020

UA Editora - Universidade de Aveiro

Imprensa da Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA

Delfim Ferreira Leão

Emília M. Rocha de Oliveira

Fernanda Campos

Hervé Baudry

Jesús Paniagua Pérez

João Manuel Nunes Torrão

José Cardoso Bernardes

Maria Cristina Pimentel

Maria Teresa Cortez

Nuno Medeiros

Zulmira Santos

OBRA PUBLICADA COM A COORDENAÇÃO DE:

Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

clc

departamento de línguas e culturas

cllc

centro de línguas, literaturas e culturas

SUMÁRIO

Da escrita e da preservação da memória: um <i>opus semper perficiendum</i> <i>Delfim F. Leão</i>	7
De um projeto que se tornou livro: o segundo volume de “Do manuscrito ao livro impresso” <i>António M. L. Andrade e Maria Cristina Carrington</i>	11
“(...) o soberbo Império, que se afama.” – A China n’ <i>Os Lusíadas</i> <i>Ana Cristina Costa Gomes</i>	19
A incrível história de um manuscrito da <i>Septuaginta</i> quase destruído na Guerra Civil Espanhola (BH UCM 22 = 442 Rahlfs) <i>Carlos A. Martins de Jesus</i>	53
Incursões na edição engajada em Portugal: análise exploratória do catálogo da Ulmeiro <i>Daniel Melo</i>	75
Los florilegios de autores latinos y su estado actual: del manuscrito a los proyectos digitales <i>Gregorio Rodríguez Herrera</i>	131
UNICEPE: História de uma cooperativa livreira que sobreviveu ao Estado Novo <i>Inês Costa</i>	175

Os Jesuítas e o Budismo na China – Um manuscrito enviado de Pequim para imprimir em Goa (década de 1680)

Isabel Murta Pina 203

Censuras

João Luís Lisboa 231

Em torno de um enigma bibliográfico: a edição portuguesa da novela *História dos trabalhos da sem ventura Isea...* de Alonso Núñez de Reinoso

Júlio Costa e António M. L. Andrade 261

Frei Manuel do Cenáculo e a Real Mesa Censória: na hora da despedida

Maria Teresa Payan Martins 309

Editoras universitárias no Brasil

Paulo Franchetti..... 321

Do autor ao leitor: O como e o porquê da mediação editorial

Rui Beja 367

**DA ESCRITA E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:
UM *OPVS SEMPER PERFICIENDVM***

*Delfim F. Leão*¹

No preâmbulo a uma obra que reflete sobre as dinâmicas da transmissão do saber e sobre a tarefa de fixação do texto escrito em diferentes suportes materiais, valerá a pena evocar, ainda que muito brevemente, a obra de Diodoro Sículo, autor grego ativo no séc. I a.C. A ele se deve a empresa de escrever uma história universal – a *Biblioteca* (βιβλιοθήκη, conhecida em latim como *Bibliotheca Historica*) – que procurava abarcar a história da humanidade, desde os tempos mitológicos até ao período em que vivera o seu autor. Trata-se sem dúvida de um trabalho monumental (em 40 livros), de que infelizmente apenas menos de metade sobreviveu de forma completa, para além dos fragmentos preservados dos restantes. Ainda assim, possui uma importância capital, em particular quando os eventos que relata são abordados de forma lacunar por outras fontes ou nos permitem reconstituir informação que ele recolheu em autores cujas obras entretanto se perderam. Num dos volumes iniciais, em que discute precisamente a geografia e etnografia da ‘terra habitada’ (*oikoumene*), Diodoro aborda o mito dos ‘nascidos da terra’ (*autochthones*) e a maneira

¹ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra: leo@fl.uc.pt, <https://orcid.org/0000-0002-8107-9165>.

como isso se projeta sobre mundividências relativas à noção de desenvolvimento humano e de conquistas civilizacionais. No que pode ser interpretado como indicação de imparcialidade intelectual, Diodoro sublinha mesmo que todos os povos tendiam a cultivar uma idêntica visão idealizada do passado, fossem eles Gregos ou Bárbaros. Vale a pena recordar parte das suas reflexões (1.9.3):

Sobre a antiguidade do género humano existe controvérsia não apenas entre os Helenos, mas também entre muitos povos bárbaros, pois dizem de si mesmos que, entre todos os homens, eles é que são os *autochthones* e os primeiros inventores de quanto é útil para a vida, e ainda que foram os eventos por eles realizados os primeiros no tempo a serem merecedores de registo.

Na altura em que Diodoro escrevia, o termo *autochthon* já tinha vários séculos de utilização, sendo que o sentido mais neutro correspondia a dizer de alguém que era um ‘natural da terra’ ou ‘nativo’. A interpretação metafóricamente mais forte, e registada sobretudo a partir de finais do séc. V a.C., é a de ‘nascidos da própria terra’ como forma de designar os que ‘havia brotado do próprio solo’, estabelecendo assim uma ligação direta de filiação com o chão pátrio.² Inicialmente, porém, *autochthon* não deveria ter esse significado, começando por ser usado para designar um povo que, desde tempos imemoriais, ‘habitara sempre no mesmo solo’, portanto que nunca fora um colono ou invasor. Desse conceito de ‘estar fixado há muito tempo no mesmo lugar’ decorreram depois outras implicações, que se encontram espelhadas no

² Para um enquadramento do mito da autoctonia em relação com o direito de cidadania em Atenas, vide D. LEÃO, “The myth of autochthony, Athenian citizenship and the right of *enktesis*: a legal approach to Euripides’ Ion”, in B. LEGRAS, G. THÜR (hrsg.), *Symposion 2011. Vorträge zur griechischen und hellenistischen Rechtsgeschichte*. Wien, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2012, pp. 135-152.

passo de Diodoro atrás citado e que importa sublinhar no atual contexto: a ideia de um povo ser o ‘primeiro inventor’ (*protos beuretes*) das várias artes, bem como a opção de cultivar a terra e o grão (inseparável do abandono do nomadismo): em suma, de fazer tudo aquilo que distingue e marca um estágio civilizacional mais avançado. Significativo é que Diodoro mencione também, num padrão de equivalente importância, a capacidade para levar a cabo ‘feitos assinaláveis’ (*praxeis*) e a consciência de que vale a pena ‘registá-los por escrito’ (*anagraphe*), garantindo assim a sua preservação e a transmissão à posteridade.

É neste ponto que a evocação de Diodoro nos leva ao encontro deste segundo volume dedicado à História do Livro e da Edição, organizado sob o lema agregador “Do manuscrito ao livro impresso”. Ao longo de onze capítulos, precedidos de uma introdução que enquadra o livro num plano de atividades mais amplo (decorrentes da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro), os leitores são cuidadosamente guiados através de viagens que marcaram as sagas vividas por manuscritos e livros, as imersões em catálogos e em projetos editoriais, as práticas censórias que por vezes os acompanharam, ou ainda os novos desafios colocados pela adaptação ao universo digital e ao avanço obsidiante dos novos *media*.

Permeados embora pelas marcas do devir temporal, os desafios de base que se colocam a um texto que se pretende preservar continuam a ser, em boa medida, semelhantes: a necessidade de encontrar um suporte material fiável que lhe garanta durabilidade; a premência de atrair leitores e de produzir algum tipo de impacto em quem lê – impacto esse que seja detetável (e também mensurável) pelas marcas que a leitura deixa em novos textos, os quais podem assumir uma panóplia cada vez mais ampla de formatos e de modos de registo.

Perante este *mare magnum* de estímulos vários, nem sempre se revela fácil encontrar o equilíbrio, a opção e o rumo certos. Uma das grandes virtudes deste volume reside, precisamente, em ilustrar alguns desses caminhos seguros, seja enriquecidos pela experiência do passado, seja ainda pela capacidade que mostram de interpretar o presente e de, como um todo, encontrar respostas renovadas para um perene desafio de fundo: compreender e assimilar o ímpeto criador que torna a salvaguarda da escrita e a preservação da memória em tarefas sempre inconclusas e a motivar sempre reavivadas indagações. Por outras palavras, o que faz do trabalho editorial um *opus semper perficiendum*.

Delfim F. Leão

Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra

**DE UM PROJETO QUE SE TORNOU LIVRO: O
SEGUNDO VOLUME DE “DO MANUSCRITO AO
LIVRO IMPRESSO”**

*António M. L. Andrade¹
Maria Cristina Carrington²*

Este livro vem dar continuidade ao projeto de publicar as contribuições decorrentes do Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”, desta feita da terceira e quarta edições da iniciativa – vejam-se os programas respetivos no final da presente nota introdutória –, que tiveram lugar no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, no primeiro semestre dos anos letivos de 2017/2018 e de 2018/2019. Esta iniciativa tem tido como objetivo principal a promoção da investigação e divulgação científica na área da História do Livro e da Edição, estando integrada, desde o início, no âmbito das atividades curriculares da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, não obstante estar aberta a todos os interessados. Deste modo, procura fomentar-se a participação ativa dos alunos destes cursos, não só nas diversas conferências

¹ Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro: aandrade@ua.pt, <https://orcid.org/0000-0002-7456-6504>.

² Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro: carrington@ua.pt, <https://orcid.org/0000-0001-7224-5371>.

realizadas ao longo do semestre letivo, como também nas atividades complementares que se oferecem anualmente: na terceira edição do Ciclo de Conferências, organizou-se uma visita à exposição “O Património Bibliográfico Hebraico da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra”, inaugurada na Sala de São Pedro da mesma instituição, por ocasião da realização do I Colóquio “Diálogos Luso-Sefarditas”, seguida de uma visita à Biblioteca Joanina, pela mão experiente do Dr. A. E. Maia do Amaral (2017); na quarta edição, fez-se uma visita à exposição “Editor de Vanguardas: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite”, patente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a orientação do seu curador, o Dr. Pedro Piedade Marques, a que se seguiu nas instalações da UNICEPE uma sessão, precisamente sobre a história desta antiga cooperativa livreira do Porto, na qual a oradora, a Dr.^a Inês Costa, discorreu sobre o tema “UNICEPE: História de uma cooperativa livreira que sobreviveu ao Estado Novo” (2018). Além disso, graças a uma parceria estabelecida entre o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e o Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, os nossos alunos tiveram a possibilidade de assistir às conferências do I Colóquio Internacional “Diálogos Luso-Sefarditas”, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 09 de novembro de 2017.

Um dos objetivos que tem presidido à realização deste projeto de cariz científico-pedagógico, sob o título “Do manuscrito ao livro impresso”, é o de fomentar e aprofundar a articulação entre investigação e ensino, proporcionando aos alunos do primeiro e do segundo ciclos um contacto privilegiado com os diversos temas da História do Livro e da Edição abordados pelos especialistas nas suas conferências. Um outro aspeto relevante a ter em conta é a estreita colaboração entre o Departamento de Línguas e Culturas e a Imprensa da Universidade de Coimbra, que se vem fortalecendo

ao longo dos anos e que tem permitido alargar o alcance deste projeto ao campo profissional, porquanto tem sido possível envolver, nos trabalhos de edição dos volumes decorrentes desta iniciativa, os alunos do Mestrado em Estudos Editoriais que, em cada ano, têm vindo a realizar o estágio curricular na Imprensa da Universidade de Coimbra.

Os estudos apresentados neste volume foram sujeitos a um rigoroso processo de arbitragem pelos membros da Comissão Científica, a quem penhoradamente agradecemos a contribuição decisiva dada para a melhoria da qualidade deste livro, que se constitui, no fundo, como um dos resultados mais visíveis do projeto.

Não podemos deixar de manifestar publicamente o nosso reconhecimento a todas as pessoas e instituições que aceitaram colaborar connosco em prol da formação integral dos estudantes, não só aos conferencistas e autores dos textos que integram o presente livro, como também às várias entidades que tornaram possível a concretização das diversas atividades previstas, nomeadamente a Biblioteca Pública Municipal do Porto – Câmara Municipal do Porto, na pessoa da então chefe de divisão, a Dr.^a Sónia Ferreira Pinto, a UNICEPE – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, CRL., na pessoa do presidente da direção, o Dr. Rui Vaz Pinto, e muito especialmente a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na pessoa do então diretor, o Prof. Doutor José Cardoso Bernardes.

Uma palavra de especial agradecimento é devida à Imprensa da Universidade de Coimbra por toda a colaboração prestada, na pessoa do diretor, o Prof. Doutor Delfim Leão, ademais autor do prefácio deste livro, e da diretora-adjunta, a Dr.^a Maria João Padez de Castro, mormente pelo acompanhamento e supervisão dos alunos estagiários do Mestrado em Estudos Editoriais – a edição do presente volume contou com a colaboração de Matilde Russo –, que têm participado

ativamente nas tarefas inerentes à edição dos volumes resultantes do Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”, publicados sob a chancela conjunta da UA Editora – Universidade de Aveiro e da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Por último, estamos gratos ao Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, dirigido pelo Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão, e ao Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, coordenado pelo Prof. Doutor Anthony Barker, por nos terem facultado todas as condições materiais e financeiras necessárias à realização do Ciclo de Conferências e à publicação desta obra.

Aveiro, 26 de setembro de 2020

António M. L. Andrade
Maria Cristina Carrington

(Página deixada propositadamente em branco)

DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO III CICLO DE CONFERÊNCIAS

06 Textos gregos:

OUT recuperação e edição
1h - 13h
Centro A. Margarit de Jesus
DLC
sala 2.1.11 da Universidade de Coimbra

17 Los libros de lugares comunes o el arte de la OUT manipulación literaria de los autores clásicos

1h - 13h
DLC
Universidade de León, Palermos
sala 2.1.11 de Gran Canaria

27 As vidas múltiplas de um texto. Versões e

OUT reformulações dos *Diálogos de Amor* de Leão Hebreu
1h - 13h
DLC
Department of Modern Languages and Literatures/Medieval and
sala 2.1.11 Renaissance Studies, University of Ottawa

03 Nos bastidores da edição de *For the Love of Science - NOV Correspondence of J. H. de Magellan (1722-1790)*

1h - 13h
Isabel Malaquias
DLC
CIDFF, Departamento de Filologia
sala 2.1.11 da Universidade de Aveiro

09 Colóquio

NOV "Diálogos Luso-Sefarditas"
09h30
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Abertura da exposição "Património bibliográfico hebraico da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra"

17h
A. E. Mala do Amaral
BGUC
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Saul António Gomes
CHSC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Sala de S. Pedro

Visita à Biblioteca Joana da Universidade de Coimbra

17h40
Biblioteca
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Joana

10 Curating Judaica

NOV
11h - 13h
Arthur Kiron
DLC
Schottenstein-Jesselson Curator of
Judaica Collections, University of
Pennsylvania Libraries

17 Do autor ao leitor: o como e o NOV porque da mediação editorial

1h - 13h
Rui Boja
DLC
CLLC, Universidade de Aveiro; antigo
Centro de Estudos de Linguagem e
Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

Coordenação:
António Manuel Lopes Andrade (DLC/CLLC, Universidade de Aveiro)
Margarita de Jesus (DLC, Universidade de Coimbra)
Marta Cristina Chaminim (DLC/CLLC, Universidade de Aveiro)
Saul António Gomes (CHSC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Organização:
Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Organização no âmbito da Licenciatura em Línguas e Estudos
Estruturais e do Mestrado em Estudos Europeus do Departamento de
Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Universidade de Aveiro

Universidade de Coimbra

CHSC

Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

FCT

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministério da Educação

Ministério da Saúde

Ministério do Trabalho e Segurança Social

Ministério da Cultura

Ministério da Defesa

Ministério da Economia

Ministério da Família e das Comunidades

Ministério da Justiça

Ministério da Saúde

Ministério da Segurança Nacional

Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Ministério da Transportes e Infraestruturas

Ministério da Turismo

Ministério da Universidade e Ensino Superior

Do Manuscrito ao Livro Impresso

IV CICLO DE CONFERÊNCIAS

18
OUT

TEMAS DE HISTÓRIA DA
EDIÇÃO (PATRIMÓNIO,
FONTES, DIVULGAÇÃO E
ABORDAGENS)

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
Daniel Melo
CHAM, NOVA FCSH e UAç

19
OUT

EM TORNO DE UM ENIGMA
BIBLIOGRÁFICO: HISTÓRIA DOS
TRABALHOS DA SEM VENTURA ISEA...
DE ALONSO NÚÑEZ DE REINOSO

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
Júlio Costa
CTCEM/FLUP, Biblioteca Pública Municipal do Porto
António M. L. Andrade
DLC/CLLC, Universidade de Aveiro

9
NOV

DO MANUSCRITO AO IMPRESSO:
RODRIGO DE CASTRO LUSITANO
E A TRADIÇÃO MÉDICA SOBRE
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
Cristina Santos Pinheiro
Centro de Estudos Clássicos/FLUL,
Universidade da Madeira

15
NOV

A COLEÇÃO RESERVA LITERÁRIA: PUBLICAÇÃO FIDEDIGNA
DE OBRAS RARAS DA LITERATURA BRASILEIRA EM LIVROS
DA COM-ARTE EM PARCERIA COM A EDUSP
(EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
José de Paula Ramos Jr.
CJE-ECA, Universidade de São Paulo

16
NOV

A PRÁTICA CENSÓRIA NO
TEMPO

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.10
João Luís Lisboa
CHAM, NOVA FCSH e UAç

21
NOV

VISITA À EXPOSIÇÃO "EDITOR
DE VANGUARDAS: FERNANDO
RIBEIRO DE MELLO E A
AFRODITE"

15h
D.L.C.
Biblioteca Pública
Municipal do Porto
Pedro Piedade Marques
Curador da Exposição

21
NOV

UNICEPE: HISTÓRIA DE UMA
COOPERATIVA LIVREIRA QUE
SOBREVIVEU AO ESTADO
NOVO

17h
UNICEPE
Porto
Inês Costa
DLC/CLLC, Universidade de Aveiro

23
NOV

LIVROS E LEITURAS DOS CRIS-
TÃO-NOVOS PORTUGUESES
EM TEMPOS DE INQUISIÇÃO
(1536-1552)

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
Susana Bastos Mateus
D.L.C.
Cadeira de Estudos Sefarditas Alberto
Benveniste, FLUL/CIDEHUS - UÉvora

29
NOV

NEM TUDO PRECISA TERMINAR
EM UM LIVRO - O PAPEL DO
EDITOR

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
Paulo Franchetti
D.L.C.
Universidade Estadual de Campinas
UNICAMP

30
NOV

A CENSURA LITERÁRIA NA
ÉPOCA MODERNA: LEGALI-
DADE E MARGINALIDADE

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.0.3
Maria Teresa Pagan Martins
CHAM - Centro de Humanidades da UNL

7
DEZ

O LIVRO IMPRESSO NA CHINA.
CADA UNO IMPRIME LO QUE LE
DÁ GUSTO.

11h - 13h
D.L.C.
sala 2.1.11
Cristina Costa Gomes
Centro de Estudos Clássicos/FLUL
Isabel Murta Pina
Centro Científico e Cultural de Macau

COORDENAÇÃO

António Manuel Lopes Andrade (DLC/CLLC, Universidade de Aveiro)
Mariana Cristina Carrington (DLC/CLLC, Universidade de Aveiro)

ORGANIZAÇÃO

Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro

(organização no âmbito da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais e do
Mestrado em Estudos Editoriais do Departamento de Línguas e Culturas da
Universidade de Aveiro)



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

clc

departamento de línguas e culturas

cllc

centro de línguas, literaturas e culturas

FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Programa da 4.^a edição do Ciclo de Conferências (2018-2019)

(Página deixada propositadamente em branco)

“(…) O SOBERBO IMPÉRIO, QUE SE AFAMA.”
A CHINA N’ OS *LUSÍADAS*

“(…) HERE THE PROUD EMPIRE FAMED EVERMORE.”
CHINA IN THE *OS LUSÍADAS*

Ana Cristina Costa Gomes¹

Em memória de Ofélia Paiva Monteiro

Resumo: É impossível falar de edição em Portugal, no século XVI, sem nos referirmos às quatro edições oficiais da obra *Os Lusíadas* de Luís de Camões (dos anos de 1572, 1584, 1591 e 1597). Este livro, apesar de não ter sido o maior êxito dos prelos portugueses à época, se comparado com outros textos tais como a *Imagem da Vida Cristã*, de Frei Heitor Pinto, rapidamente se tornou um dos maiores sucessos da Literatura Portuguesa. Eduardo Lourenço coloca precisamente *Os*

¹ Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa: cristinacostagomes@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8065-4415>.

Investigadora Corresponsável do projeto de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia intitulado *RES SINICAE. Base Digital de Fontes Documentais em Latim e Português sobre a China (Séculos XVI a XVIII). Levantamento, Edição, Tradução e Estudos* (PTDC/LLT-OUT/31941/2017), do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no qual se enquadra este artigo. Não obstante este texto ter sido convertido, devido a critérios editoriais, para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), a autora, em defesa da Língua Portuguesa, não adota o referido Acordo.

Lusíadas no centro da mitologia literária e cultural portuguesa e considera que as suas estrofes nasceram de um “onirismo épico”, consciente da desproporção entre a realidade de um pequeno país da Europa e a desmedida aventura imperial que se desenrolava no Oriente.

Ora, do Oriente, à semelhança de outras edições quinhentistas portuguesas, a China marca presença n’*Os Lusíadas*. Com este estudo pretende-se tão-somente analisar quais são os tópicos da dimensão chinesa abordados no poema épico camoniano e em que medida estes surgem ou não numa linha de continuidade com os apresentados nas obras de outros humanistas e cultores das letras portuguesas publicadas até 1572, data em que *Os Lusíadas* conheceram a sua primeira edição.

Palavras-chave: Luís de Camões; *Os Lusíadas*; Edição; China

Abstract: It is impossible to talk about the printing history of sixteenth century Portugal without referring to the four official editions of the *Os Lusíadas* [*The Lusiads*] by Luís de Camões (those of 1572, 1584, 1591 and 1597). This work, despite not being the greatest success of the Portuguese printing press of that period, especially when compared to other books such as Frei Heitor Pinto’s *Imagem da vida cristã* [*Image of Christian Life*], quickly became one of the master-pieces of Portuguese Literature. Eduardo Lourenço places *Os Lusíadas* at the center of Portugal’s literary and cultural mythology, and considers that its stanzas were born out of an “epic oneirism”, aware of the disproportion between the reality of a small European country and the immense imperial adventure unfolding in the Orient. Though, from the Orient, like in other sixteenth century Portuguese works, China is present at *Os Lusíadas*. The aim of this study is only to analyze which are the Chinese topics addressed in

the Camonian epic poem, and to what extent they appear, or not, in a line of continuity with those present in the works of other Portuguese humanists and men of letters published until 1572, date of the *Os Lusíadas* first edition.

Keywords: Luís de Camões; *Os Lusíadas* [*The Lusíads*]; Edition; China

I. Introdução

Ofélia Paiva Monteiro, profunda conhecedora da obra camoniana, não hesitou em referir que ela “(...) continua hoje a perturbar-nos, tão fundo mexe com a nossa identidade portuguesa, a nossa imaginação e questionações interiores que são de sempre.”² Fez esta afirmação naquela que foi a sua última obra, *Variações sobre Temas Camonianos*, que foi publicada pelo Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra, em 2018. Os textos aí reunidos assumem-se, segundo a autora, “quase só” como variações de aspetos da obra camoniana. Porém, muito mais do que simples variações, estes textos são ensaios de uma enorme profundidade que nos convidam a explorar o universo camoniano.

Na verdade, quando lemos e estudamos *Os Lusíadas*, é precisamente essa perturbação, de que fala Ofélia Paiva Monteiro, que experimentamos, razão pela qual o texto que ora se apresenta

² Ofélia Paiva MONTEIRO, *Variações sobre Temas Camonianos*. Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2018, p. 17.

constitui ele, sim, uma verdadeira variação sobre um tópico específico da obra camonianiana: a China n'Os *Lusíadas*. Ressalve-se, no entanto, que não tem como objetivo abordar a possível estadia de Camões em Macau e na China continental, por ser este um tema que já mereceu vários estudos, com argumentação distinta, dos quais se destacam os que lhe foram dedicados por Rui Loureiro³ e Eduardo Ribeiro⁴.

O primeiro autor apresentou três pontos hipotéticos de ligação de Camões à China, na sua biografia: a nomeação, em data incerta, para um cargo administrativo menor, numa das viagens à China atribuídas pela Coroa portuguesa a súbditos seus; o naufrágio no Mar do Sul da China, durante a referida viagem, à ida ou à volta; e a estadia num dos portos do litoral chinês, talvez Macau. Relativamente aos três, Rui Loureiro afirmou não serem “(...) suportados por qualquer base documental minimamente segura.”⁵ Segundo este autor, à data em que a obra *Os Lusíadas* foi impressa pelos prelos lisboetas, já circulavam em Portugal várias notícias sobre a China, fruto de mais de meio século de contactos assíduos mantidos por capitães, comerciantes, missionários e aventureiros. É, pois, perentório ao afirmar que, de modo algum, “(...) as notícias que nos transmite sobre a China implicam uma obrigatória visita ao litoral chinês.”⁶

³ Rui LOUREIRO, “Camões em Macau: um mito historiográfico”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I. P., 2009, pp. 129-150. Este estudo retoma o artigo anterior “Camões em Macau: um mito historiográfico”: *Revista de Cultura / Review of Culture* (Macau), n. 7 (2003), pp. 109-125. No texto publicado em 2009, o autor sublinhou que não teve a intenção de inovar neste campo tão debatido, já que “(...) não surgiram recentemente quaisquer documentos inéditos que permitam reformular toda a problemática.” (p. 129)

⁴ Eduardo RIBEIRO, *Camões no Oriente*. 2.^a ed. Lisboa, [s.n.], 2018. Esta última obra recupera o trabalho anterior *Camões em Macau – uma certeza histórica*. Macau, Ed. COD, 2007.

⁵ R. LOUREIRO, “Camões em Macau: um mito historiográfico”, op. cit., p. 131.

⁶ R. LOUREIRO, “Camões em Macau: um mito historiográfico”, op. cit., p. 130.

Contrariamente à posição defendida por Rui Loureiro, Eduardo Ribeiro sustenta que a estadia de Camões em Macau, na China, durante os anos de 1562 a 1564, é uma certeza histórica. Para este último autor, a “(...) descrição da Ásia que Camões faz no Canto X do poema épico sugere fortemente que o Poeta evoca um caminho percorrido até chegar à China.”⁷ Além disso, refere que outros versos camonianos demonstram que Camões esteve na China, reportando-se aos que associa ao naufrágio.⁸

Não é pretensão deste artigo participar nesta discussão, sobre a presença física de Camões na China continental e em Macau. Pretende-se, sim, num plano meramente ideológico, analisar a forma como a China marca efetiva presença, desde a década de 40 do século XVI, na obra de alguns humanistas portugueses e homens de letras, e dar especial enfoque à forma como é projetada a sua imagem n’*Os Lusíadas*. Quais são os tópicos abordados por Camões e em que medida surgem ou não numa linha de continuidade com os apresentados nas obras de outros humanistas e cultores das letras portuguesas?

Não podemos esquecer que Camões, nas palavras de Ofélia Paiva Monteiro, “(...) alimenta o tema da viagem com a sua experiência e os seus sonhos: por isso se torna ele o campo privilegiado de uma escrita em que dialecticamente se articulam os dados da memória e os fantasmas do desejo, num diálogo que nos dá acesso de modo pungente aos dilemas de uma subjectividade passional e interrogadora, simultaneamente solicitada pela ascese e fruição, pela atracção do desconhecido e pelo sonho da imobilidade, pelo real concreto e pela utopia.”⁹ É precisamente nessa charneira,

⁷ E. RIBEIRO, *Camões no Oriente*, op. cit., p. 170.

⁸ E. RIBEIRO, *Camões no Oriente*, op. cit., pp. 171-175.

⁹ O. P. MONTEIRO, *Variações sobre Temas Camonianos*, op. cit., p. 12.

entre o real e a utopia, que Camões constrói e projeta a sua visão da China.

O tópico da utopia ou distopia da China foi, aliás, desenvolvido por alguns autores tais como João Medina (1978-1979)¹⁰, Raffaella d’Intino (1989)¹¹, Vitorino Magalhães Godinho (1990)¹², Manel Ollé (2000 e 2007)¹³, ou, mais recentemente, Francisco Roque de Oliveira (2016).¹⁴

Raffaella d’Intino, filóloga, foi defensora da tese de que a China recuperada das fontes ou dos circuitos portugueses de comunicação noticiosa correspondeu a uma visão utópica e maravilhosa do país, entendido como reino-modelo, o qual parece ter substituído a mitologia do Cataio medieval. Posição semelhante defendeu Manel Ollé, ao considerar que a imagem europeia da China Ming, criada pelos ibéricos no século XVI, se caracterizou por uma matriz utópica.¹⁵ Segundo Ollé, esta visão da China continuava a entroncar nas perceções da China mongol, por via da obra *Il Milione* de Marco Polo.

Numa linha oposta, encontram-se dois autores: João Medina e Vitorino Magalhães Godinho. Para o primeiro, não é possível

¹⁰ João MEDINA, “Não há utopias portuguesas”: *Revista de História das Ideias*, vol. 2 (1978-1979), pp. 163-170.

¹¹ Raffaella D’INTINO, (Introdução e Leitura de), *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1989].

¹² Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*. Algés, Difel, 1990.

¹³ Manel OLLÉ, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000 e “La imagen española de China durante el siglo XVI”, in Carlos MARTÍNEZ-SHAW e Marina ALFONSO MOLA (eds.), *La ruta española a China*. Madrid, Ediciones El Viso, 2007, pp. 81-96.

¹⁴ Veja-se Francisco Roque de OLIVEIRA, “China: utopia ou distopia? Interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI”, in *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 2016. http://www.ub.edu/geocrit/xiv_franciscooliveira.pdf (último acesso: 5/11/2020).

¹⁵ M. OLLÉ, “La imagen española de China durante el siglo XVI”, op. cit., p. 82.

identificar qualquer utopia em toda a literatura portuguesa de viagens, do século XVI. O segundo rejeitou a possibilidade de se descortinar um qualificativo utópico nas narrativas portuguesas sobre a China, acentuando, pelo contrário, a maneira pragmática como as fontes portuguesas “olharam” a China, com um “olhar de mercador”, tendo o interesse português pela China sido despertado apenas após a instalação em Malaca (1511). O poema *Os Lusíadas* é precisamente uma das obras do século XVI elencadas por este autor como parte integrante de um *dossier* de textos com conteúdos sobre a China e que se incluem numa visão pragmática desse Império.¹⁶

Interessante será notar, como fez Francisco Roque de Oliveira, que as leituras das referências à China em obras de Quinhentos tendem a organizar-se de acordo com a clivagem atrás apresentada: o reconhecimento de retratos idílicos de uma China utópica e uma atitude cética em relação a descrições entusiásticas sobre a riqueza chinesa e a organização da sua sociedade. E talvez fosse de acrescentar a esta consideração que será em obras como *Os Lusíadas*, dada a sua natureza literária, que mais facilmente é possível reconhecer um cruzamento entre o real e a utopia na escrita sobre a China.

II. A China “aos olhos” de humanistas portugueses

Quando Camões escreveu e publicou *Os Lusíadas* já corriam notícias impressas sobre a China Ming em Portugal, às quais o poeta muito provavelmente teve acesso. Foi pelo porto de Lisboa que, desde o início do século XVI, elas chegaram à Europa.¹⁷

¹⁶ V. M. GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*, op. cit., pp. 585-586.

¹⁷ Sobre a dimensão asiática do porto de Lisboa, veja-se Cristina Costa GOMES, “Lisboa: Porto Asiático (Séculos XVI e XVII)”: *Revista de Cultura* 46 (2014), pp. 66-79.

A partir de meados desse século, o conhecimento da China alcançou, porém, uma maior projeção. Alguns humanistas portugueses, mesmo sem terem vivência asiática direta, elogiaram diferentes dimensões da China nas suas obras, contribuindo, assim, para que se fosse constituindo uma imagem extremamente positiva desse império, à qual Camões veio a dar seguimento. De entre eles, será importante destacar quatro nomes: Garcia de Resende, Damião de Góis, Jerónimo Osório e João de Barros. Nas obras destes autores reconheceremos temas comuns, que encontrarão ecos n'Os *Lusíadas* de Luís de Camões.

Na década de 30 do século XVI, Garcia de Resende (c. 1470-1554) compôs a sua *Miscellanea e Variedade de Historias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram*, que só foi publicada no ano de 1554. Neste esboço histórico, em verso, é possível reconhecer, desde logo, alguns tópicos sobre a China que serão repetidos nas obras de Damião de Góis, Jerónimo Osório, João de Barros e do próprio Luís de Camões. Garcia de Resende integra a China num “mundo encoberto”, que vira então “descobrir”, caracterizando-a pelas suas coisas “espantosas”.¹⁸ Mas, se este olhar maravilhado parece corresponder a uma visão utópica, Garcia de Resende não deixa de uma forma mais pragmática, ou com um “olhar de mercador”, na expressão de Vitorino Magalhães Godinho, de registar todas as riquezas oriundas desse império: damascos, cofres, leitos marchetados, prata, aljôfar e seda.¹⁹ Destaca, ainda, as suas cidades populosas, as grandes povoações cercadas e as casas de “mil perfeições”.²⁰ E, em termos culturais, quando se refere à

¹⁸ Garcia de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram*, pref. e notas de Mendes dos REMÉDIOS. Coimbra, França Amado-Editor, 1917, p. 20 (estrofe 50) (1.ª ed. 1554). Veja-se ainda: Aida Fernanda DIAS, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. A Temática*, Vol. V. Lisboa, IN-CM, [1998].

¹⁹ G. de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias*, op. cit., p. 26 (estrofe 66).

²⁰ G. de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias*, op. cit., p. 26 (estrofe 67).

presumível invenção da imprensa por Gutenberg na Alemanha, não deixa de referir que outros atribuíam à China essa invenção: “outros afirmam na China / ho primeiro inuentador.”²¹

A antiguidade da impressão na China foi igualmente destacada por D. Jerónimo Osório (1515-1580), no tratado escrito em latim e intitulado *De gloria*, publicado em Coimbra, no ano de 1549.²² Nesta obra, considerada um *best-seller* europeu de Quinhentos, atendendo ao seu elevado número de edições²³, Osório sublinhou o pioneirismo dos chineses na impressão de livros por caracteres móveis, técnica atestada desde o século XI: “(...) na impressão de livros servem-se há imensos séculos dos tipos de bronze que nós utilizamos não há muito tempo.”²⁴

Mas, a impressão é apenas um dos aspetos, elogiados por este humanista, do desenvolvimento cultural chinês. Deve acrescentar-se, também, a relevância atribuída aos estudos literários, ao papel dos letrados e ao sistema minucioso de exames da administração.²⁵ Em suma, a China é representada por

²¹ G. de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias*, op. cit., p. 63 (estrofe 179).

²² Jerónimo OSÓRIO, *Tratado da Glória*, ed. de A. Guimarães PINTO. Lisboa, Imprensa Nacional, 2005 (1.^a ed. 1549).

²³ A obra conheceu 13 edições em vida do autor. Ver João Manuel Nunes TORRÃO, “D. Jerónimo Osório e o *De Gloria*. Um *Best-Seller* europeu de Quinhentos”, in António ANDRADE *et alii* (orgs.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto, Câmara Municipal do Porto, Biblioteca Pública Municipal; Universidade de Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, 2013, pp. 233-250.

²⁴ J. OSÓRIO, *Tratado da Glória*, op. cit., p. 141. Sobre a técnica de impressão vejam-se os seguintes estudos: Francesca BRAY, *Technology and Society in Ming China* (1368-1644). [Washington], Society for the History of Technology-American Historical Association, 2000, pp. 10-11; Cynthia J. BROKAW & Kai-wing CHOW (eds.), *Printing and Book Culture in Late Imperial China*. Berkeley, University of California Press, 2005, pp. 8, 16; e Benjamin A. ELMAN, *A Cultural History of Modern Science in China*. Cambridge (Mass.) - Londres, Harvard University Press, 2006, pp. 80-82.

²⁵ Sobre as referências feitas à China por D. Jerónimo Osório, vejam-se os seguintes estudos: Américo da Costa RAMALHO (org.), *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, pp. 174-177; Rui LOUREIRO, “Antologia Documental, Visões da China na Literatura Ibérica

Jerónimo Osório como um país onde a sabedoria dos letrados se encontrava ao serviço do Estado e do interesse público, referindo o autor que ali se dava “(...) tanto apreço ao saber que de modo algum se admite que o mando supremo seja concedido senão àquele homem que demonstrar que adquiriu completamente toda a espécie de conhecimentos.”²⁶

As notícias da China no tratado *De gloria* não se limitam, no entanto, à vertente cultural. Neste texto é possível reconhecer outros assuntos já identificados na *Miscellanea* de Garcia de Resende, tais como o da vastidão da China e o da vitalidade do seu comércio. Mais uma vez, assistimos a uma imagem mais utópica do império chinês, que se consubstancia, neste caso, na exaltação da sua vida cultural e artística, na civilidade dos chineses e no seu amor às artes, mas que não deixa de ser combinada com um olhar utilitário, quando se reporta à extensão do seu território, ao comércio, à grandeza das suas cidades e aos seus edifícios. Nas suas palavras, “(...) é difícil que exista alguma nação comparável à chinesa, quer no que se refere à grandeza das cidades, quer à formosura dos edifícios, quer à civilidade e modo de viver, quer ao ardente amor das artes.”²⁷

A China voltaria à pena de D. Jerónimo Osório, numa obra editada em 1571, *De rebus Emmanuelis gestis*, dedicada ao

dos séculos XVI e XVII”: *Revista de Cultura*, n.º 31 (I série), Instituto Cultural de Macau (Abril/Junho 1997), p. 42; João Manuel Nunes TORRÃO, *A China na obra de D. Jerónimo Osório*, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 449-460; e Cristina Costa GOMES e Isabel Murta PINA, “Reflexos de Glória e Sabedoria. O mundo letrado chinês e o Humanismo Português”, in Cristina PIMENTEL *et alii* (eds.), *O Humanismo Português e Europeu no 5º Centenário do Cicero Lusitanus: Dom Jerónimo Osório (1515-1580)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 571-581.

²⁶ J. OSÓRIO, *Tratado da Glória*, op. cit., p. 141.

²⁷ J. OSÓRIO, *Tratado da Glória*, op. cit., p. 141.

Cardeal D. Henrique.²⁸ No início desta obra, o autor identificava a sua principal fonte de inspiração: a *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*²⁹ de Damião de Góis (1502-1574)³⁰, que saíra do prelo poucos anos antes, entre 1566 e 1567. O escritor advertia diretamente os leitores de que: “Para maior facilidade minha servio muito ter já d’antes Damião de Góes tirado com muita industria, desvelo e fadiga de muitas Cartas e Memorias, o que me deixou escrito, que sem vagar sobejo me fora improbo de averiguar.”³¹ No entanto, relativamente à China, é possível constatar que D. Jerónimo Osório desenvolve tópicos que não figuram na obra de Damião de Góis. Este último autor já mencionara, no ano de 1539, a China e o arquipélago de Riukyu [dos Léquijs], num pequeno opúsculo intitulado *De rebus et Imperio Lusitanorum ad Paulum Jovium disceptatiuncula*³², dedicado ao humanista e cardeal veneziano Pietro Bembo (1470-1547), mas foi na *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* que deixou uma imagem breve,

²⁸ Esta obra teve edição portuguesa: Jerónimo OSÓRIO, *Da vida e feitos d’El Rey D. Manoel*, Tomos I-III. Lisboa, Na Impressão Regia, 1804-1806 (1.ª ed. 1571).

²⁹ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, anot. e pref. de Joaquim de CARVALHO e David LOPES, Parte I-Parte IV. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926 (1.ª ed. 1566-1567).

³⁰ Sobre a vida e a obra de Damião de Góis veja-se: Elisabeth Feist HIRSCH, *Damião de Góis. The Life and Thought of a Portuguese Humanist, 1502-1574*. Haia, Martinus Nijhoff, 1967; Luís Filipe BARRETO, *Damião de Góis: Os Caminhos do Humanista*. [Lisboa], CTT, 2002; e *Obras de Damião de Góis*, Vol. II (1539-1540). *O fascínio do Oriente e a aproximação à Europa do Norte*. Leitura diplomática e versão portuguesa por Miguel Pinto de MENESES. Edição, introdução e notas de Manuel CADAFAZ DE MATOS. Apresentação de Amadeu TORRES. Lisboa, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) IX, 2006.

³¹ D. de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Primeira Parte, op. cit., pp. 5-6 (1.ª ed. 1566).

³² Este opúsculo tem tradução portuguesa: “Breve contestação de Damião de Góis a Paulo Jóvio sobre o domínio dos portugueses”, in *Opúsculos Históricas*, trad. do original latino por Dias de CARVALHO. Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, pp. 85-89.

mas muita positiva sobre a China: a de um país extenso, rico³³ e bem governado. Tal como fará Osório, no tratado *De gloria*, não esconde a sua admiração pela vida cultural e a dimensão artística dos chineses, sublinhando que “(...) em cousas de arte mecânica passam todalas nações do mundo (...)”.³⁴

É, porém, difícil admitir que a *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* tenha sido a única fonte documental a que recorreu o Bispo de Silves para retratar a China no *De rebus Emmanuelis gestis*, já que o faz de uma forma mais extensa e explorando assuntos que não foram tocados por Góis. O Bispo de Silves terá recorrido a outros documentos e testemunhos escritos e orais. É o próprio que nos dá a conhecer que tinha, além da obra de Damião de Góis, “(...) muitas apostilas, que tirei de algumas escrituras, outras que ouvi, as quaes não deixarei em silêncio.”³⁵ Que registos seriam esses? Não podemos esquecer que à data em que esta obra de D. Jerónimo Osório foi editada já se conhecia, entre outros testemunhos, o tratado de Galiote Pereira³⁶, assim como já haviam sido publicadas obras que representaram um avanço considerável na transmissão

³³ D. de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte Quarta, op. cit, p. 59 (1.^a ed. 1567).

³⁴ D. de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte Quarta, op. cit, p. 59.

³⁵ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d' El Rey D. Manoel*, Tomo I, op. cit., 1804, p. 6.

³⁶ Alguns destes testemunhos sobre a China, baseados em observação *in loco*, foram publicados por R. D'INTINO, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*, op. cit., pp. 5-145. Neste conjunto encontram-se os textos dos cativos de Cantão. Destes, Raffaella d'Intino destacou o tratado de Galiote Pereira: “Com Galiote Pereira pode falar-se da verdadeira sedução pelo modelo chinês, cuja influência sobre as mentalidades europeias dava então os primeiros passos.”, p. 99. Galiote Pereira escreveu um manuscrito intitulado *Algumas coisas sabidas da China*, cuja redação é apontada entre os anos de 1553 e 1561, embora existam indícios de que o terá começado a escrever em 1551. Fidalgo português, esteve preso no interior da China durante três anos e meio, tendo conseguido escapar ao cativeiro em 1553. Este tratado embora seja da responsabilidade de Galiote Pereira revela, também, intervenções de jesuítas do Colégio de Goa. Cf. Galiote PEREIRA, *Algumas cousas sabidas da China*, introd., modernização do texto e notas de Rui LOUREIRO. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 13.

do conhecimento sobre a China, nomeadamente as *Décadas* de João de Barros (Primeira Década, 1552 e Terceira Década, 1563) e o *Tratado das Coisas da China* (1569-1570) de Frei Gaspar da Cruz (1520-1570)³⁷.

D. Jerónimo Osório, muito provavelmente já na posse dessas narrativas, avança, na obra *De rebus Emmanuelis gestis*, para uma descrição mais pormenorizada da China. Esta é vista como “hum paiz vastíssimo”³⁸ e rico. O seu território é caracterizado como “(...) fertil, e abundante em tudo o que he necessario á vida, luxo e elegancia della.”³⁹ As apreciações de cariz mais realista confundem-se, de novo, com algumas expressões hiperbólicas utilizadas pelo humanista. Por exemplo, ao referir-se à vida dos chineses, declara: “Vivem todos á la grande, banquetecendo-se a miúdo; trajão lans, algodões, sedas, e ainda brocados de ouro, segundo as estações do ano (...).”

Mas, é, mais uma vez, o perfil cultural e artístico dos chineses que atrai D. Jerónimo Osório, atendendo à sua própria formação de letrado e à sua sensibilidade artística. Na área científica, destaca a aplicação dos chineses à Matemática e à Astronomia⁴⁰, referindo que os que se aplicavam aos estudos e revelavam progressos, com “grandissimas honras”, eram distinguidos.⁴¹ No campo das artes,

³⁷ Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), ed. de Rui Loureiro. Lisboa, Edições Cotovia, 1997. Sobre a vida e a obra de Frei Gaspar da Cruz devem ser destacados os seguintes estudos, além da edição já referenciada: Raffaella D'INTINO, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*, op. cit.; Francisco Roque de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento português sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta* (tese de Doutoramento apresentada à Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Geografia, texto policopiado, 2003); e a edição recente de Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, ed. de Zulmira SANTOS e Luís de SÁ FARDILHA. Porto, U. Porto Edições, 2019.

³⁸ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 211.

³⁹ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 212.

⁴⁰ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 212.

⁴¹ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 214.

salientava a sua perícia enquanto artífices e pintores: “São excelentes artífices e pintores afamados.”⁴² E, mais uma vez, se reportava à antiguidade da impressão na China.⁴³

A admiração pela Grande Muralha chinesa é outro dos temas abordados neste texto e ressurgirá em obras posteriores como *Os Lusíadas* de Luís de Camões. D. Jerónimo Osório aludiu à Grande Muralha, afirmando que “As montanhas, que do Norte se encadeão até ao Sul, dividem os Chins dos Tartaros, e os valles e campinas, que desunem estas montanhas, as atravessão os Chins com muralhas tão grossas, que facilmente atalhão os ímpetos aos Scythas.”⁴⁴

Os trabalhos de Garcia de Resende, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório circularam e foram lidos nos meios intelectuais portugueses, na Corte e nos círculos eclesiásticos; bastará pensar no número de edições quinhentistas do *De gloria*. Estes influenciaram, a par de outras notícias sobre a China que chegavam a Lisboa, as obras de outros humanistas, nos quais identificaremos tópicos idênticos, tratados de forma mais ou menos extensa, relativamente aos encontrados nos textos analisados.

Um destes foi, certamente, o humanista João de Barros (1496-1570)⁴⁵ que, enquanto feitor da Casa da Índia (1533-1567), gozou

⁴² J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 214.

⁴³ “He tão antiga entre eles a arte de imprimir os livros por meio de formas de bronze, e propagar assim a memória das cousas, que se ignora, della o mui arredado Inventor.” Cf. J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d' El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, pp. 212-213.

⁴⁴ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d' El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, pp. 211-212.

⁴⁵ Sobre a vida e a obra de João de Barros deverão ser consultados os seguintes estudos de António Borges COELHO: *Tudo é Mercadoria. Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*. Lisboa, Caminho, 1992; *João de Barros: Na História «Está Semeada toda a Doutrina»*, Sep. de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa, Centro de Arqueologia e História/INIC, 1992; e *João de Barros. Vida e Obra*.

de uma posição privilegiada para escrever sobre a China, apesar de nunca ter viajado para esse país, tal como os três autores já analisados. No entanto, diferentemente destes, escreve já com base em fontes chinesas. É o próprio que testemunha esse facto, na *Terceira Década* (Lisboa, 1563), referindo-se a ter na sua posse uma carta geográfica de produção chinesa, na qual se encontravam assinalados “(...) todollos montes, rios, cidádes, villas, com seus nomes escritptos na letra delles.” Para a interpretação desta carta, mandara vir da China “(...) hum Chij, pera à jnterpretaçam della, & dalguuns liuros seus que tambem ouuemos.”⁴⁶

Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

⁴⁶ João de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, Livro II, cap. VII. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, fl. 44 v. (1.^a ed. 1563). A referência ao intérprete chinês já tinha surgido na *Primeira Década*, publicada em Lisboa em 1552. Cf. João de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 350-351 (1.^a ed. 1552): “(...) porque hum escráu Chij que comprey pera jnterpretaçam destas cousas sabia também ler e escrever nossa linguagem, e é grande contador de algarismo.” É possível estabelecer uma identificação desta carta com o *Guangyuytu* [Atlas Terrestre Alargado], de Luo Hongxian, editado pela primeira vez por volta de 1555 e que teve uma ampla circulação na China Ming (1368-1644). Cf. Liam BROCKEY, “The first China Hands: The Forgotten Iberian Origins of Sinology”, in Christina H. LEE (ed.), *Western Visions of the Far East in a Transpacific Age, 1522-1657*. Farnham, Ashgate Publishing, 2012, p. 75; e Timothy BROOK, *The Troubled Empire. China in the Yuan and Ming Dynasties*. Cambridge (Mass.) - Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2010, pp. 173-175. Barros refere-se também a propósito da divisão geográfica da Ásia a “(...) hum liuro de Cosmographia de pequeno volume com táuos da situação da terra, e comentairo sobre ellas á maneira de jtinerario (...)”. Cf. J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 44 v. Desconhece-se a data em que Barros recebeu este livro, mas sabe-se que foi persuadido, pelo núncio apostólico em Portugal, o bispo Giovanni Ricci da Montepulciano (1545-1550), a enviar algo “exótico” ao Cardeal Alessandro Farnese, embora o destinatário final fosse o humanista Paulo Jóvio, que pedira este presente ao seu protetor. Este último terá recebido a obra antes do início de Setembro de 1549, altura em que abandonou Roma, com destino a Florença, devido ao papa Paulo III lhe ter recusado a diocese de Como, a sua cidade natal. O biógrafo de João de Barros narra este episódio. Cf. Manuel Severim de FARIA, *Discursos Vários Políticos*, ed. de Maria Leonor Soares Albergaria VIEIRA. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 47 (1.^a ed. 1624).

Nesta *Década*, o humanista dedicou um capítulo⁴⁷ inteiramente à descrição da China, no qual recuperou tópicos repetidos por Garcia de Resende, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, entre os quais o da grandeza da China.⁴⁸ O tema da riqueza, simultaneamente económica, cultural e artística, foi logo tratado na *Primeira Década*, publicada em Lisboa, no ano de 1552. Para Barros, os bens da China eram tantos que “(...) a pena recea entrar na relação delles (...)”⁴⁹. O autor marcava, assim, a superioridade do rei da China em relação aos outros soberanos asiáticos, em termos de “(...) térra, pouo, potencia, riqueza e policia”⁵⁰; a superioridade dos rendimentos da China em comparação com os dos reinos europeus⁵¹, como terra “(...) tam gróssa e abastáda de tudo”⁵²; ou a superioridade artística dos chineses, que permitia que criassem “(...) obras de todo genero tam primas e sotijs que nam parecem feytas com dedos mas que as laurou a natureza”.⁵³ Na sua apreciação da arte chinesa aproximava-se das observações realizadas por D. Jerónimo Osório.

No entanto, a obra de João de Barros representa um salto informativo relativamente aos autores já abordados porque se fundamenta em documentação chinesa, lida e interpretada em primeira mão, com recurso a um intérprete chinês. Além disso, beneficia dos testemunhos presenciais que iam chegando da

⁴⁷ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, Livro II, cap. VII, op. cit., fls. 44-48 v.: “Em que se descreue a terra da China & relata alguãs cousas que há nella, & principalmente da cidade de Cantam que Fernam Perez ya descobrir.”

⁴⁸ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 44. Barros refere-se à China como uma “Gram Prouincia [se este nome pode ter aquella parte da terra] a que nós chamamos China, e a mais Oriental que Asia tem (...)”.

⁴⁹ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 350.

⁵⁰ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 350.

⁵¹ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 350: “(...) e se é verdáde a jnterpretaçam dos numeros de sua conta, pareceme que tem mór rendimento que todolos reynos e potencias da Európa.”

⁵² J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 351.

⁵³ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 351.

Ásia. Note-se que o humanista refere que, entre as novidades que observara na carta geográfica chinesa, se encontrava a Grande Muralha, a qual, segundo o próprio, ao vê-la pintada pelos chineses, lhe causara “grande admiração”.⁵⁴ Este tópico também foi tratado por D. Jerónimo Osório, na obra *De rebus Emmanuelis gestis*, publicada em 1571, ou seja, após a edição da *Terceira Década* de João de Barros, ocorrida em 1563. Terá sido a referência de Osório devedora destas informações de Barros fundamentadas em matéria chinesa e em notícias de viajantes? Que outras fontes poderão ter contribuído para esta informação?

Frei Gaspar da Cruz e Luís de Camões retomarão este tema. *Os Lusíadas* tiveram a sua primeira edição dois anos após a publicação do livro de Frei Gaspar da Cruz e um ano após a publicação da obra do Bispo de Silves. Terá Camões lido as obras de João de Barros, do dominicano Gaspar da Cruz e de D. Jerónimo Osório? É impossível não registar as afinidades temáticas e uma linha de continuidade nas obras destes humanistas. O fascínio pelo universo cultural chinês é, aliás, um dos temas recorrentes em todos estes escritores. João de Barros não resiste também, neste campo, a fornecer informação baseada em testemunhos chineses: “Os Chijs dizem que elles tem dous olhos de jntendimento acerca de todallas as cousas, e nós os da Európa depois que nos comunicaram temos hum ólho, e todallas outras nações sam cegas.”⁵⁵

⁵⁴ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 45.

⁵⁵ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 46.

III. “não é nada ouvi-lo em comparação de visto”: as “cousas da China” pelo olhar e a pena de Frei Gaspar da Cruz

Dois anos antes de ser editada a obra *Os Lusíadas* de Luís de Camões, era dado ao prelo, em Évora no ano de 1570⁵⁶, o *Tratado das Cousas da China*. Dedicado ao rei D. Sebastião, assume-se como a primeira obra inteiramente dedicada à China Ming a ser impressa na Europa.

Este texto destaca-se dos anteriores não só por eleger a China como objeto central e quase exclusivo da narrativa⁵⁷, mas, especialmente, por ser escrito por alguém que esteve no território e que, por isso, o viu e sentiu. O frade dominicano Gaspar da Cruz partiu para a Índia em 1548 e esteve em Cantão entre 1556 e 1557, ano em que regressou a Malaca. Alguns anos mais tarde voltou a Portugal, em 1564 ou 1569.⁵⁸

No seu “Aviso aos Leitores” não só sintetiza o conteúdo da obra, no qual desde logo se reconhecem alguns dos temas desenvolvidos pelos autores que temos vindo a tratar, mas avança com alguns tópicos humanísticos, tais como o da verdade e o do valor da experiência. Começa por advertir o leitor que não deverá esperar de si “(...) abundância de eloquência e ornamento em composição de palavras, somente se contente com eu ser fiel e verdadeiro na singela narração.”⁵⁹ E, sobre a “grandeza das cousas da China”, acrescenta que “(...) inda que comumente as cousas ao longe

⁵⁶ A obra regista no frontispício a data de 1569, enquanto o colofon incorpora a indicação: “aos xx. Dias de fevereiro de 1570.” Cf. Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades e assi do Reino de Ormuz*. Évora, André de Burgos, 1570.

⁵⁷ Excluindo-se a “Relação da Crónica dos reis d’Ormuz e da fundação da cidade d’Ormuz” que ocupa a parte final da obra.

⁵⁸ Sobre Frei Gaspar da Cruz veja-se o estudo de Rui LOUREIRO, “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I.P., 2009, pp. 113-128.

⁵⁹ Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 43.

soem mais daquilo que em si são, esta é pelo contrário, porque muito mais é do que soa e faz mui diferente impressão de vista a lida ou ouvida, o que se cumpriu em mi e noutros que depois de vistas as cousas da China dissemos «Isto há-se de ver e não se há-de ouvir», porque não é nada ouvi-lo em comparação de visto.»⁶⁰ Frei Gaspar da Cruz demarcava, desta forma, a sua escrita sobre a China, assente no testemunho presencial, fruto da sua estadia em Cantão, da de outros autores que se baseavam apenas nos relatos de outras pessoas.

No entanto, na sua escrita é possível identificar algumas fontes escritas e nem todas são de autores que vivenciaram a China. Se algumas poderão ser atribuídas ao grupo dos que, tal como o dominicano, viram a China e não se limitaram apenas a ouvir falar dela, como é o caso de Galiote Pereira, outras são de escritores que nunca viajaram para esse país, como é o caso de João de Barros, de quem leu a *Terceira Década* e em quem se inspira precisamente para falar da expansão marítima chinesa⁶¹ e da Grande Muralha (que ele próprio nunca viu, pelo que o seu conhecimento do terreno não se aplicava aqui, tendo que recorrer a terceiros). Nas suas palavras, tinham: “(..) os chinas cem léguas (dizendo outros que serão mais) de muro antre si e eles, onde há sempre guarnições de gente pera defesa das entradas dos tártaros.”⁶² A alusão a “outros” dirigia-se muito provavelmente a Barros, já que este estimara o comprimento da muralha em duzentas léguas (e certamente pelo detalhe e por

⁶⁰ Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 43.

⁶¹ R. LOUREIRO, “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, op. cit., p. 120. Barros refere-se à expansão marítima chinesa: “Porem assi nesta conquista terrestre que tiveram, como na per már quando vieram á India (como já dissemos) teueram mayór prudência que os Gregos Cathaginenses e Romanos.” Cf. J. de BARROS, *Terceira Década*, op. cit., fl. 46 v.

⁶² Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 65.

ter consultado a carta geográfica, terá sido considerado como a maior autoridade sobre esta questão).⁶³

O objetivo deste tratado é definido logo no seu início: tratar das “cousas da China meudamente”. Numa linha de continuidade com as obras anteriores, a China é vista como modelo. Para este autor “(...) os chinas a todos excedem em multidão de gente, em grandeza de reino, em excelência de polícia e governo e em abundância de possições e riqueza (...)”⁶⁴ Gaspar da Cruz transmite o seu fascínio pela grandeza e a organização das suas cidades, pela eficácia do seu sistema judicial, enaltece as formas de governo, o respeito existente pelas hierarquias e a enorme habilidade artística dos chineses. Do plano geral para o particular, tece ainda considerações sobre aspetos tão díspares como as festas, a escrita, a tipografia, o uso do chá e o hábito de atar os pés das mulheres (precisamente os tópicos que irão marcar todas as descrições da China).⁶⁵

Apesar de ser possível reconhecer alguns dos temas já tratados por outros autores, o tratado de Frei Gaspar da Cruz ultrapassou, em quantidade e qualidade de informação, todas as descrições anteriores sobre a China pelo seu esforço de sistematização. Mais do que um relato presencial, é, como o caracterizou Rui Loureiro, uma verdadeira *enciclopédia* dos conhecimentos portugueses sobre a China até ao momento da sua redação.⁶⁶

Esta obra foi lida por outros escritores, que tiveram em comum, com o missionário dominicano, a vivência da Ásia, nomeadamente

⁶³ J. de BARROS, *Terceira Década*, op. cit., fl. 44 v.: “(...) vay lançado hum muro (...) cujo comprimento parece ser mais de dozentas legoas.”

⁶⁴ Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 41.

⁶⁵ F. R. de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento português sobre a China, c. 1500-c. 1630...*, op. cit., p. 797.

⁶⁶ R. LOUREIRO, “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, op. cit., p. 125.

Fernão Mendes Pinto (c. 1514-1583) e Luís de Camões. Em relação ao primeiro, sabemos que se encontrou pelo menos uma vez com Frei Gaspar da Cruz no porto de Malaca. Além disso, terá usado os seus materiais na redação da *Peregrinação*⁶⁷, texto que se encontrava a redigir em 1570, no ano em que saiu do prelo o tratado de Fr. Gaspar da Cruz.

Dos autores tratados, é o próprio Fernão Mendes Pinto que remete o leitor para a obra de João de Barros. A *Terceira Década* terá sido uma das fontes para escrever a sua narrativa sobre a China e seria a Barros que o autor se estaria a referir, quando menciona, a propósito da origem e fundação do Império Chinês, que desde os escritores da Antiguidade até aos seus dias não tinha sido fornecida qualquer informação a este respeito: “(...) direy o que ahy nos contarão, & eu despois algumas vezes ouuy, porque se saiba a origem & fundamento deste imperio Chim, ja que os escritores antigos atègora não derão nenhuma razão disto.”⁶⁸ Esta frase sintetiza bem a conjugação que Fernão Mendes Pinto fez das fontes de informação escritas com as orais, fruto do seu “ouvido” e dos testemunhos recolhidos localmente. É possível também reconhecer a influência da obra de Barros na descrição de alguns acontecimentos ocorridos no Sião, nos capítulos 181 a 188 da *Peregrinação*. À semelhança do humanista e historiador, Fernão Mendes Pinto identifica como informador, Domingos Seixas, cativo no Sião. Barros terá também sido a sua fonte para apurar alguns

⁶⁷ Sobre Fernão Mendes Pinto e a *Peregrinação* veja-se Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Volumes I-IV. Lisboa, Fundação Oriente, 2010 e o conjunto de textos incluídos em Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinacão 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017.

⁶⁸ Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Vol. II - Restored Text, Cap. 92, op. cit., p. 300.

elementos sobre a embaixada de Tomé Pires a Pequim, tratada no capítulo 116.⁶⁹

Edição póstuma, do ano de 1614, a *Peregrinação* conferiu também um lugar de destaque à China. Mas, neste caso, não como único objeto da narrativa, já que esta obra teve como palco a Ásia. De referir que este texto, escrito por um autor que não era um humanista ou letrado como Barros ou Camões, teve uma grande divulgação logo no século XVII.⁷⁰ Eduardo Lourenço atribuiu o sucesso desta obra precisamente à “extraordinária naturalidade” com que o seu herói-narrador se move, considerando que a *Peregrinação* pode ser vista “(...) senão como um anti-Lusíadas, ao menos como a outra face da aventura épica dos portugueses (...).”⁷¹

A *Peregrinação* reafirma, à semelhança de todos os autores até agora analisados, uma imagem muito positiva da China. Apesar de só ter sido publicada cerca de trinta anos depois da morte de Fernão Mendes Pinto, ou seja, após a primeira edição d’ *Os Lusíadas*, muito provavelmente Camões conheceu este trabalho que já se encontrava a ser escrito na década de 70 do século XVI.

⁶⁹ R. LOUREIRO, “Mission Impossible. In search of the sources of Fernão Mendes Pinto’s *Peregrinação*”, in Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Vol. I Studies, op. cit., pp. 242-243.

⁷⁰ Arnaldo do Espírito SANTO, “Imagens do Oriente na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*, op. cit., p. 191. O autor refere seis edições da *Peregrinação* no século XVII.

⁷¹ Eduardo LOURENÇO, “A *Peregrinação* ou a metamorfose do olhar europeu”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*, op. cit., p. 17.

IV. “Da potência real, soberba e rica”: a China e a epopeia camoniana

É nesta série de textos que, nas palavras de Raffaella d’Intino, sem serem fantasias ou construções utópicas *stricto sensu*, se apresentam simultaneamente como resultado do cruzamento da observação, direta ou indireta, da sociedade que descrevem, constituindo respostas à cada vez maior curiosidade europeia relativamente a este país, e da exaltação de alguns aspetos da realidade observada, que podemos inscrever os versos d’*Os Lusíadas* sobre a China.

As imagens escolhidas pelo poeta para descrever a China inserem-se numa clara linha de continuidade com os apresentados nas obras dos outros humanistas e cultores das letras portuguesas, já aqui comentadas, embora se trate de uma composição poética e, em termos de forma, apenas se aproximar da *Miscellanea* de Garcia de Resende.

Importa, desde já, notar que Camões se refere diretamente à China três vezes n’ *Os Lusíadas*: na estrofe 54 do Canto Segundo; na estrofe 41 do Canto Sétimo; e nas estrofes 129 a 131 do Canto Décimo. Das três menções, a última, incluída no episódio da “Ilha dos Amores”, é a mais extensa, ocupando três estrofes.

Camões começa por recorrer à fala de Júpiter a Vénus para enunciar o que o leitor já sabe, que os portugueses chegariam até “(...) o longinco China navegando / E as ilhas mais remotas do Oriente”.⁷² Esta referência, conforme notou António José Saraiva, não dizia respeito à China, enquanto território, mas ao habitante, daí encontrar-se no masculino.⁷³ Camões não é uma exceção,

⁷² Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, ed. organizada por António José SARAIVA. Porto, Livraria Figueirinhas, 2014 (1.ª ed. 1572), p. 111 (Canto Segundo, estrofe 54, versos 6 e 7).

⁷³ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 111 (nota ao verso 6).

também neste aspeto, já que os habitantes da China, os “chinas”, são mencionados constantemente na documentação portuguesa. A terra, essa, o poeta descrevia-a como “(...) grossa em trato, em tudo aquilo / Que as ondas podem dar, da China ao Nilo.”⁷⁴

A representação da China que sobressai da pena de Camões é, à semelhança das narrativas que acabámos de analisar, a de um reino-modelo, um “soberbo Império, que se afama / Com terras e riqueza não cuidada”⁷⁵, a de uma “(...) potência real, soberba e rica.”⁷⁶ O adjetivo “soberbo” repete-se, aliás, nas estrofes 129 e 130 do Canto Décimo para caracterizar este Império, ou potência, de uma forma extremamente positiva. A grandeza das coisas da China é, ainda, confirmada na epopeia camoniana pela própria dimensão do litoral sínico, que abrangia várias zonas climáticas, “Desde o Trópico ardente ao Cinto frio.”⁷⁷

À semelhança de João de Barros, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, também Camões se detém no tópico da sabedoria exigido na China aos que governavam. Contrariamente à hereditariedade das monarquias europeias, nomeadamente a portuguesa, salientava que na China: “(...) o Rei que tem não foi nacido / Príncipe, nem dos pais aos filhos fica, / Mas elegem aquele que é famoso / Por cavaleiro, sábio e virtuoso.”⁷⁸ A par da sabedoria, destacava a virtude, ou seja, o mérito ou valor, exigido aos que reinavam. Não deixa de ser interessante esta observação. Ofélia Paiva Monteiro defendeu uma “teoria do valor” no humanismo camoniano, subjacente às sequências narrativas de evocação dos feitos lusos, assim como às intervenções do “eu” autoral, portadoras das marcas

⁷⁴ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 306 (Canto Sétimo, estrofe 41, versos 7 e 8).

⁷⁵ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 129, versos 5 e 6).

⁷⁶ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 130, verso 4).

⁷⁷ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 129, verso 8).

⁷⁸ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 130, versos 5 a 8).

ideológicas do seu tempo.⁷⁹ Note-se que Camões transporta esta “teoria do valor” para um país governado por letrados, classificando estes últimos de sábios, virtuosos e cavaleiros, esta última uma categoria da sociedade a que o próprio pertencia. Borges de Macedo⁸⁰ observou que na epopeia camoniana, que canta os grandes nomes da história nacional, Camões nunca utiliza a palavra “fidalgo”. Recorre, sim, para designar os valores que exalta à palavra “cavaleiro”, representativa de uma categoria não herdada, mas obtida por valor das armas.

O poeta defende, ainda, a política de expansão marítima chinesa por oposição a um certo isolamento, que regista nos seguintes versos: “Índa outra muita terra se te esconde, / Até que venha o tempo de mostrar-se. / Mas não deixes no mar as ilhas onde a natureza quis mais afamar-se.”⁸¹ Note-se que o tema da expansão marítima, tratado subtilmente por Camões ao escrever que a China não devia “(...) deixar no mar as ilhas onde a natureza quis mais afamar-se”, já tinha sido desenvolvido diretamente por outros autores, nomeadamente por João de Barros e, influenciado por este, por Frei Gaspar da Cruz. E, em termos de defesa interna, o poeta menciona a Grande Muralha da China, que descreve como “(...) o muro e edifício nunca crido, / Que entre um império e outro se edifica, / Certíssimo sinal, e conhecido / Da potência real, soberba e rica.”⁸² Estes versos camonianos transmitem, por um lado, o espanto perante uma construção tão grandiosa, por outro, a ideia desta muralha ser o símbolo da inexpugnabilidade deste Império. Em suma, Camões “vê” a Grande Muralha, linha de demarcação da fronteira da China com os Tártaros, com a mesma perspetiva

⁷⁹ O. P. MONTEIRO, “A teoria do ‘valor’ proposta n’*Os Lusíadas*”, op. cit., p. 54.

⁸⁰ Jorge Borges de MACEDO, *Os Lusíadas e a História*. Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

⁸¹ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 131, versos 1 a 4).

⁸² L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 130, versos 1 a 4).

de admiração e espanto com que Barros a “olhou” e, na sequência deste, Góis, Osório e o próprio Gaspar da Cruz.

Todos os temas contemplados n’*Os Lusíadas* não representam uma novidade, antes pelo contrário, são tópicos correntes no século XVI. Estes refletem a imagem que se foi construindo da China, na sequência de narrativas de outros humanistas e autores que escreveram sobre este país, assim como de informações que circularam por escrito e oralmente. É bem provável que Camões tenha lido as obras de João de Barros, de Damião de Góis, de D. Jerónimo Osório e de Frei Gaspar da Cruz. Os próprios circuitos marítimos que percorreu explicam o seu conhecimento da China.

Podemos, porém, interrogar-nos porque é que a China só é mencionada de forma direta em cinco estrofes d’*Os Lusíadas*? Alguns autores justificaram esta pretensa reduzida atenção do poeta à China por este conhecer mal o país, por nunca ter viajado até esse Império ou por nunca ter vivido lá.

No entanto, se atentarmos na narrativa do poema e nos seus objetivos, concluímos que o grosso dos acontecimentos cantados por Camões, balizados entre c. 1499 e 1560, centram-se no Índico ocidental, principalmente no subcontinente indiano, onde estava a sede do poder português, primeiro no Malabar, em torno de Cochim, e posteriormente em Goa, mais a norte, pelo que não será de estranhar que a China não ocupe um lugar central nas suas observações.

O episódio da “Ilha dos Amores”, no qual surge referenciada, serviu tanto para Camões mostrar a “máquina do mundo”, numa curiosa amálgama da tradição greco-romana com as inovações introduzidas pelos portugueses, como para descrever a geografia onde se desenrolou a expansão portuguesa. Embora o poeta não siga a habitual divisão do mundo para oriente do Cabo da Boa Esperança, em nove zonas, replicando uma ordem vinda da Antiguidade e que

os seus contemporâneos, nomeadamente João de Barros, também usaram, podemos encontrar ecos dessa mesma distribuição na sua narrativa, a partir da estrofe 97 do Canto Décimo. Esta progressão geográfica tornou-se canónica e ninguém escapava a este critério quando se queria descrever o Estado da Índia, o nome oficial do império português na Ásia.

A junção dos dois planos, o histórico e o geográfico, faz com que o grosso dos assuntos tratados n'Os *Lusíadas* privilegie o Índico e a costa ocidental da Índia, onde estava o centro da presença oficial portuguesa.

Mas, ainda assim, será que a representação da China n'Os *Lusíadas* se circunscreve apenas às referências diretas já aqui abordadas? Uma leitura mais atenta da obra, conduziu dois reputados camonistas – Helder Macedo e Cleonice Berardinelli – a levantarem o véu sobre um novo e interessante problema: a hipótese de Camões ter referenciado, na estrofe 77 do Canto Quinto, de forma indireta, as sete expedições marítimas do eunuco muçulmano Zheng He (1371-1433), nascido na província do Yunnan, levadas a cabo entre 1405 e 1433.⁸³

Realizadas nos reinados dos Imperadores Yongle (1402-1424) e Xuande (1425-1435), estas expedições assumem-se como um dos aspetos mais relevantes da fase inicial dos Ming, constituindo-se como o culminar da supremacia marítima chinesa na Ásia. Ao longo de sete viagens, os navios chineses visitaram diversos locais, num total de cerca de 40 países, a saber: Champá (Vietname), Filipinas, Bornéu, Mar de Timor, Celebes (ilha da Indonésia), península da Indochina e da Malásia, Samatra, Calecute, Cochim, Maldivas, Ceilão, Bengala, Sião, Golfo Pérsico (Ormuz), Mar Vermelho (Adem), e a costa oriental africana. Destaque-se que eram forças

⁸³ Cleonice BERARDINELLI, “Uma estrofe intrigante”: *Floema*, Ano VI, n. 7 (jul./dez., 2010), pp. 19-32.

poderosas compostas por 50 a 250 juncos de grande dimensão (60 metros de comprimento e 14 metros de largura), equipados com canhões, que tanto usavam velas como remos, e que tinham tripulações de 28.000 pessoas. Estas expedições, em que ficaram famosos os “barcos do tesouro”, terminaram por decisão imperial, no ano de 1433.

Na narrativa ao rei de Melinde, Gama fala destas “naus”. Em grandeza, segundo o poeta, igualavam as dos portugueses e teriam chegado à costa oriental de África partindo da terra “donde sai o Sol” abalando-se “Pera onde a costa ao Sul se alarga e estende / E do Sul pera o Sol, terra onde havia / Gente, assi como nós, da cor do dia.”⁸⁴ Além da referência clara à terra onde nasce o Sol, Camões explora o tópico da alvura da pele associado aos chineses, também este um assunto persistentemente referido pelos autores portugueses.

A alusão de Camões às navegações marítimas de Zheng He, muito anteriores às dos portugueses e operadas num sentido inverso ao destas últimas, parece confirmar que este também seria um tema recorrente. Apesar de Helder Macedo ter levantado a hipótese destes versos camonianos poderem ser a primeira referência europeia às expedições marítimas de Zheng He, é possível confirmar que este tópico já havia sido tratado por outros autores, nomeadamente por João de Barros e por Gaspar da Cruz, e que continuará a ser contemplado nas narrativas de alguns jesuítas, na primeira metade do século XVII, nomeadamente na obra de Álvaro Semedo, *Imperio de la China i Cultura Evangélica en él* (Madrid, 1642).⁸⁵

⁸⁴ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Quinto, estrofe 77, versos 5 a 8).

⁸⁵ Sobre Álvaro Semedo e a sua obra ver Isabel Murta PINA, “Escrever sobre a China. Álvaro Semedo e a obra *Imperio de la China*”, in Carlos MORAIS *et alii* (eds.), *Diálogos Interculturais Portugal-China I*. Aveiro, Universidade de Aveiro-Instituto Confúcio, 2018, pp. 99-119.

Os Lusíadas contribuirão, também, para reforçarem a transmissão desta imagem de grandeza económica e cultural da China. Dela encontraremos reflexos na obra *El Ingenioso Hidalgo Dom Quijote de la Mancha* (Primeira Parte – 1605 e Segunda Parte – 1615) de Miguel de Cervantes (1547-1616), confessado leitor de Camões. Na dedicatória ao Conde de Lemos, este escritor narra as alegadas súplicas que lhe haviam sido dirigidas pelo “grande imperador da China”, através de uma carta escrita em Chinês, para que este lhe enviasse o seu livro e para que fosse reitor de um dos seus colégios, onde se ensinasse a língua castelhana.⁸⁶ Esta referência, entre o real e a ficção, demonstra que a China continuará a ser vista como um modelo no século XVII, em obras que se assumiram como verdadeiros êxitos editoriais. A influência de Camões na obra de Cervantes não será de estranhar, bastará pensar que é na esfera de preponderância das Universidades de Alcalá de Henares e Salamanca que se publicam, em 1580, com um reduzido tempo de intervalo, em relação à primeira edição, as primeiras traduções para castelhano de *Os Lusíadas*. Como salientou Vanda Anastácio, a propósito da rede de relações a que pertenciam os tradutores, “(...) entre os que louvam o trabalho dado á estampa em Alcalá pelo português Benito Caldera (ou Bento Caldeira), (...) contam-se poetas afectos à corte, do círculo de Lope de Vega e de Cervantes (...)”⁸⁷

Em síntese, os vários tópicos sobre a China abordados por Camões n’*Os Lusíadas* enquadram-se numa linha de perfeita continuidade

⁸⁶ Miguel de CERVANTES SAAVEDRA, *O Engenboso Fidalgo Dom Quichote de la Mancha*, trad. de Viscondes de CASTILHO E AZEVEDO e prefácio de Pinheiro CHAGAS, Volume Segundo. Porto, Imprensa da Companhia Litteraria, 1876, p. 3.

⁸⁷ Vanda ANASTÁCIO, *Leituras potencialmente perigosas e outros estudos sobre Camões e a sua época*. Lisboa, Caleidoscópico - Edição e Artes Gráficas, 2020, pp. 36-37.

com outras narrativas quinhentistas portuguesas sobre esse império.⁸⁸ Por meio dos autores referidos e de outros, a imagem da China vai-se paulatinamente estruturando e consolidando. Seria necessário esperar pela entrada dos jesuítas na China continental para que aumentasse e se aprofundasse o conhecimento sobre a China, mas isso é outra história.

Referências bibliográficas

Fontes Impressas

BARROS, João de

— *Ásia de João de Barros, Primeira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 (1.^a ed. 1552).

— *Ásia de João de Barros, Terceira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992 (1.^a ed. 1563).

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, organizada por António José SARAIVA. Porto, Livraria Figueirinhas, 2014 (1.^a ed. 1572).

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de, *O Engenboso Fidalgo Dom Quichote de la Mancha*, trad. de Viscondes de CASTILHO E AZEVEDO e prefácio de Pinheiro CHAGAS, Volume Segundo. Porto, Imprensa da Companhia Litteraria, 1876.

CRUZ, Frei Gaspar da

— *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades e assi do Reino de Ormuz*. Évora, André de Burgos, 1570.

— *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), ed. de Rui LOUREIRO. Lisboa, Edições Cotovia, 1997.

— *Tratado das Cousas da China*, ed. de Zulmira SANTOS e Luís de SÁ FARDILHA. Porto, U. Porto Edições, 2019.

FARIA, Manuel Severim de, *Discursos Vários Políticos*, ed. de Maria Leonor Soares Albergaria VIEIRA. Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1999 (1.^a ed. 1624).

⁸⁸ Este primeiro encontro entre a Europa e a China foi designado por Antonella Romano como a “primeira idade global”. Cf. Antonella ROMANO, *Impressions de Chine. L'Europe et l'englobement du monde (XVIe-XVIIe siècle)*. Paris, Fayard, 2016.

GÓIS, Damião de

- *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, anot. e pref. de Joaquim de CARVALHO e David LOPES, Parte I-Parte IV. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926 (1.^a ed. 1566-1567).
- *Obras de Damião de Góis*, Vol. II (1539-1540). *O fascínio do Oriente e a aproximação à Europa do Norte*. Leitura diplomática e versão portuguesa por Miguel Pinto de MENESES. Edição, introdução e notas de Manuel CADAFAZ DE MATOS. Apresentação de Amadeu TORRES. Lisboa, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) IX, 2006.
- “Breve contestação de Damião de Góis a Paulo Jóvio sobre o domínio dos portugueses”, in *Opúsculos Históricos*, trad. do original latino por Dias de CARVALHO. Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, pp. 85-89 (1.^a ed. 1539).

OSÓRIO, Jerónimo

- *Tratado da Glória*, ed. de A. Guimarães PINTO. Lisboa, Imprensa Nacional, 2005 (1.^a ed. 1549).
- *Da vida e feitos d’El Rey D. Manoel*, Tomos I-III. Lisboa, Na Imprensa Regia, 1804-1806 (1.^a ed. 1571).

PEREIRA, Galiote, *Algumas cousas sabidas da China*, introd., modernização do texto e notas de Rui LOUREIRO. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992.

PINTO, Fernão Mendes, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, ed. de Jorge dos Santos ALVES, Volume II – Restored Text. Lisboa, Fundação Oriente, 2010.

RESENDE, Garcia de, *Miscellanea e Variedade de Historias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram*, pref. e notas de Mendes dos REMÉDIOS. Coimbra, França Amado-Editor, 1917 (1.^a ed. 1554).

Estudos

ALMEIDA, Isabel (org.), *Peregrinacam 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017.

ALVES, Jorge dos Santos (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Volumes I, III, IV – Studies, Notes and Indexes. Lisboa, Fundação Oriente, 2010.

ANASTÁCIO, Vanda, *Leituras potencialmente perigosas e outros estudos sobre Camões e a sua época*. Lisboa, Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, 2020.

BARRETO, Luís Filipe, *Damião de Goes: Os Caminhos do Humanista*. [Lisboa], CTT, 2002.

BERARDINELLI, Cleonice, “Uma estrofe intrigante”: *Floema*, Ano VI, n. 7 (jul./dez., 2010), pp. 19-32.

BRAY, Francesca, *Technology and Society in Ming China (1368-1644)*. [Washington], Society for the History of Technology - American Historical Association, 2000.

BROCKEY, Liam, “The first China Hands: The Forgotten Iberian Origins of Sinology”, in Christina H. LEE (ed.), *Western Visions of the Far East in a Transpacific Age, 1522-1657*. Farnham, Ashgate Publishing, 2012, pp. 69-84.

- BROKAW, Cynthia J. & CHOW, Kai-wing (eds.). *Printing and Book Culture in Late Imperial China*. Berkeley, University of California Press, 2005.
- BROOK, Timothy, *The Troubled Empire. China in the Yuan and Ming Dynasties*. Cambridge (Mass.) - Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2010.
- COELHO, António Borges
- *Tudo é Mercadoria. Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*. Lisboa, Caminho, 1992.
 - *João de Barros: Na História «Está Semeada toda a Doutrina»*, Sep. de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa, Centro de Arqueologia e História/ INIC, 1992.
 - *João de Barros. Vida e Obra*. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- DIAS, Aida Fernanda, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. A Temática*, Vol. V. Lisboa, IN-CM, [1998].
- D'INTINO, Raffaella, Introdução e Leitura de, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1989].
- ELMAN, Benjamin A., *A Cultural History of Modern Science in China*. Cambridge (Mass.)-Londres, Harvard University Press, 2006.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*. Algés, Difel, 1990.
- GOMES, Cristina Costa, “Lisboa: Porto Asiático (Séculos XVI e XVII)”: *Revista de Cultura* 46 (2014), pp. 66-79.
- GOMES, Cristina Costa; PINA, Isabel Murta, “Reflexos de Glória e Sabedoria. O mundo letrado chinês e o Humanismo Português”, in Cristina PIMENTEL *et alii* (eds.), *O Humanismo Português e Europeu no 5º Centenário do Cícero Lusitanus: Dom Jerónimo Osório (1515-1580)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 571-581.
- HIRSCH, Elisabeth Feist, *Damião de Gois. The Life and Thought of a Portuguese Humanist, 1502-1574*. Haia, Martinus Nijhoff, 1967.
- JANEIRA, Armando Martins, “O Oriente n’Os Lusíadas”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XI. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp. 133-158.
- LOUREIRO, Rui
- “Antologia Documental, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII”: *Revista de Cultura*, n.º 31 (I série), Instituto Cultural de Macau (Abril/ Junho 1997).
 - *Fidalgos, Mandarins e Missionários. Portugal e a China no Século XVI*. S.l., Fundação Oriente, 2000.
 - “Camões em Macau: um mito historiográfico”: *Revista de Cultura / Review of Culture* (Macau), n. 7 (2003), pp. 109-125.
 - “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I.P., 2009, pp. 113-128.
 - “Camões em Macau: um mito historiográfico”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I.P., 2009, pp. 129-150.

- “Mission Impossible. In search of the sources of Fernão Mendes Pinto’s Peregrinação”, in Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Vol. I Studies. Lisboa, Fundação Oriente, 2010, pp. 235-255.
- LOURENÇO, Eduardo, “A Peregrinação ou a metamorfose do olhar europeu”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017, pp. 11-18.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Os Lusíadas e a História*. Lisboa, Editorial Verbo, 1979.
- MEDINA, João, “Não há utopias portuguesas”: *Revista de História das Ideias*, vol. 2 (1978-1979), pp. 163-170.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva, *Variações sobre Temas Camonianos*. Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de
- *A construção do conhecimento português sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta* (tese de Doutoramento apresentada à Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Geografia, texto policopiado, 2003).
- “China: utopia ou distopia? Interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI”, in *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 2016. http://www.ub.edu/geocrit/xiv_franciscooliveira.pdf (último acesso: 5/11/2020)
- OLLÉ, Manel
- *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden, HarrassowitzVerlag, 2000.
- “La imagen española de China durante el siglo XVI”, in Carlos MARTÍNEZ-SHAW e Marina ALFONSO MOLA (eds.), *La ruta española a China*. Madrid, Ediciones El Viso, 2007, pp. 81-96.
- PINA, Isabel Murta, “Escrever sobre a China. Álvaro Semedo e a obra *Imperio de la China*”, in Carlos MORAIS et alii (eds.), *Diálogos Interculturais Portugal-China I*. Aveiro, Universidade de Aveiro-Instituto Confúcio, 2018, pp. 99-119.
- RAMALHO, Américo da Costa (org.), *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.
- RIBEIRO, Eduardo
- *Camões em Macau – uma certeza histórica*. Macau, Ed. COD, 2007.
- *Camões no Oriente*. 2.^a ed. Lisboa, [s.n.] 2018.
- ROMANO, Antonella, *Impressions de Chine. L’Europe et l’englobement du monde (XVIe-XVIIIe siècle)*. Paris, Fayard, 2016.
- SANTO, Arnaldo do Espírito, “Imagens do Oriente na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017, pp. 191-202.
- SILVA, Vítor Aguiar e (Coord. de), *Dicionário de Luís de Camões*. Alfragide, Editorial Caminho, 2011.

TORRÃO, João Manuel Nunes

- *A China na obra de D. Jerónimo Osório*, Separata das *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 449-460.
- “D. Jerónimo Osório e o *De Gloria*. Um *Best-Seller* europeu de Quinhentos”, in António ANDRADE *et alii* (orgs.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto, Câmara Municipal do Porto, Biblioteca Pública Municipal; Universidade de Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, 2013, pp. 233-250.

**A INCRÍVEL HISTÓRIA DE UM MANUSCRITO DA
SEPTVAGINTA QUASE DESTRUÍDO NA GUERRA
CIVIL ESPANHOLA (BH UCM 22 = 442 RAHLFS)**

**THE INCREDIBLE STORY OF A CODEX OF THE
SEPTUAGINT ALMOST DESTROYED IN SPANISH
CIVIL WAR (BH UCM 22 = 442 RAHLFS)**

*Carlos A. Martins de Jesus*¹

Resumo: O propósito deste capítulo é apresentar e discutir um manuscrito da *Septuaginta* recentemente recuperado (BH UCM 22 = 442 Rahlfs), um códice enviado pelo Senado de Veneza ao Cardeal Cisneros para auxiliar nas tarefas editoriais da coluna grega da *Poliglota Complutensis*. A consideração das características externas do manuscrito e da sua história de transmissão, bem como um olhar atento sobre as suas correções e adições marginais e interlineares devem demonstrar que foi largamente revisto por Marco Musuro – conhecido por ter ajudado Andreas Asolano na edição da *Biblia Graeca* aldina (1518) – junto com outros dois (ou mesmo três) helenistas, entre Veneza e Alcalá. Tudo isto, a par dos dados de alguma colação textual preliminar, confirma o uso do manuscrito madrileno nos processos editoriais das duas

¹ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra: carlos.jesus@uc.pt, <https://orcid.org/0000-0002-8723-690X>.

primeiras edições completas da *Bíblia* grega, no essencial contemporâneas – a da casa de Aldo Manúcio e a da equipa de helenistas de Cisneros.

Palavras-chave: *Septuaginta*; Bíblia aldina; *Poliglota Complutensis*; Marco Musuro

Abstract: The aim of this paper is to present and discuss a newly recovered manuscript of the *Septuagint* (BH UCM 22 = 442 Rahlfs), a codex sent by the Senate of Venice to Cardinal Cisneros to help the editorial tasks for the Greek column of the *Poliglota Complutensis*. By considering the manuscript's external evidences and history of transmission, as well as looking closely at its marginal and interlinear additions and corrections, it shall be demonstrated that it was largely reviewed by Marcus Musurus – who is known to have helped Andreas Asolanus in printing the Aldine Greek *Bible* (1518) – and by other two (or even three) Hellenists, both in Venice and in Alcalá. This, alongside the data of some preliminary textual collation, confirm the use of the Madrid codex for the editorial process of the two first complete editions of the *Bible*, mostly contemporary, by Aldus' house and Cisneros' team of Hellenists.

Keywords: *Septuaginta*; Aldine Bible; *Poliglota Complutensis*; Marcus Musurus

1. Introdução

Nas próximas páginas, damos a conhecer um novo manuscrito da *Septuaginta*, recentemente recuperado dos escombros da história e posto à disposição da comunidade de estudiosos do texto bíblico – o BH UCM 22 (= 442 Rahlfs), conservado na Biblioteca Histórica

“Marqués de Valdecilla” da Universidade Complutense de Madrid, em cuja fase final de recuperação, ordenação e digitalização participámos diretamente². O ms. 442 – chamemos-lhe assim daqui em diante³ – era, no seu estado original⁴, a cópia em 307 fólios de pergaminho de alguns livros da *Septuaginta*, enviada em data incerta pelo Senado de Veneza ao Cardeal Cisneros⁵, em Alcalá, para auxiliar nas tarefas de edição da *Biblia Poliglota Complutensis*, preparada entre 1514-1517 mas apenas posta à venda em 1520⁶.

Durante grande parte do século XX se pensou que o manuscrito fora irremediavelmente perdido durante os ataques falangistas ao Campus

² No contexto de uma bolsa de investigação e docência na Universidade Complutense de Madrid, em 2018, e em articulação com o projeto “Manuscritos Griegos en España y su Contexto Europeo (II): *Recentiores*, Papiros, Conjeturas y Ediciones Aldinas – Greek manuscripts in Spain and its European context (II): *Recentiores*, Papyri, Conjectures and Aldine Editions” (Ref.^a Gobierno de España, FFI2015-67475-C2-2-P). A iniciativa recebeu o impulso das Ediciones Complutense, ao tempo a preparar o novíssimo *Catálogo de manuscritos medievales de la Biblioteca Histórica «Marqués de Valdecilla»*, editado a finais de 2018.

³ Da mesma forma serão referidos os restantes manuscritos da *Septuaginta*, segundo a numeração (quando disponível) de A. RAHLFS, *Verzeichnis der griechischen Handschriften des Alten Testaments*, Berlin, Vandenhoeck & Ruprecht, 1914. Os seguintes serão os mais comuns: BH UCM 22 (ms. 442), Vat. gr. 330 (ms. 108), Vat. gr. 346 (ms. 248), Marc. gr. 2 (ms. 29), Marc. gr. 3 (ms. 121), Marc. gr. 5 (ms. 68), Marc. gr. 6 (ms. 122), Marc. gr. 16 (ms. 731). Fora da lista de Rahlfs está o Lond. BL Add. 10968 (aqui frequentemente referido apenas como *Londinensis*), extremamente importante para este estudo.

⁴ Possuímos esta e outras informações graças aos catálogos novecentistas de J. VILLA-AMIL Y CASTRO, *Catálogo de los manuscritos existentes en la Biblioteca del Noviciado de la Universidad Central (procedentes de la antigua de Alcalá)*. Parte I. Códices. Madrid, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau y C^a, 1878, pp. 5-6 [num. 22] e Ch. GRAUX, A. MARTIN, “Rapport sur une mission en Espagne et en Portugal. Notices sommaires des manuscrits grecs d’Espagne et de Portugal”: *Nouvelles Archives des Missions scientifiques et littéraires* 2 (1892), pp. 125-126.

⁵ Quem no-lo confirma é o próprio Cisneros, no *Prologus ad Lectorem* impresso no volume I (cols. 3-4): “Quibus etiam adiunximus alia non pauca, quorum partem ex Bessarionis castigatissimo codice summa diligentia transcriptam Illustris Venetorum senatus ad nos misit”. A identificação do códice referido por Cisneros com o ms. 442 chegaria pelas mãos de J. M. EGUREN, *Memoria descriptiva de los códices notables conservados en los Archivos eclesiásticos de España*. Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1859, p. 17.

⁶ Erasmo conseguiu um privilégio de exclusividade papal para a sua edição (1516) de quatro anos, pelo que a edição da *Poliglota* só foi sancionada por Leão X em 1520.

de Moncloa da Cidade Universitária de Madrid, ponto de defesa da resistência Republicana. A verdade é que o códice acabava de ser transferido para as recém-fundadas instalações da atual Faculdade de Filosofia e Letras, onde sabemos, por registos fotográficos, que uma série de tesouros bibliográficos foram usados para bloquear as janelas e proteger dos bombardeamentos⁷. Assim, quando em 1974 se compilou o Catálogo dos Manuscritos da Universidade Complutense, foi considerado *deperditus*⁸, informação que, sob várias formas, se foi repetindo⁹, e ainda em 2006 se podia ler, em distintos pontos da monografia de O'Connell, que o códex, parcialmente recuperado, se tinha queimado durante a Guerra Civil e não estava em condições de ser consultado¹⁰. Mas a verdade é que o que atualmente se conserva do códice tinha já sido descoberto em 1973, fortemente danificado, e logo foi proposto para restauro, tarefa extremamente complexa que não seria encetada antes de finais dos anos 90 e não ficaria concluída

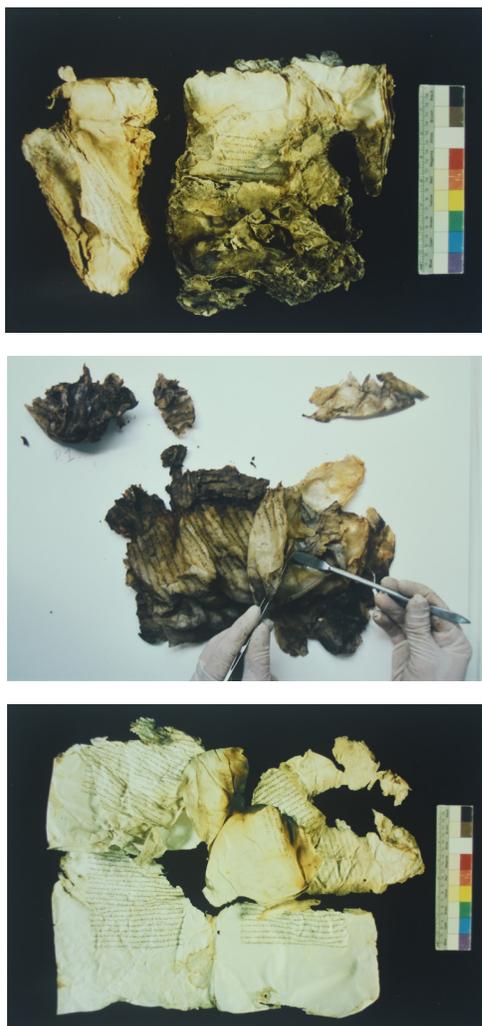
⁷ É também conhecida a criação de equipas de voluntários, entre a defesa republicana, para salvar os volumes mais preciosos da Biblioteca bombardeada. Não sendo possível saber se foi ou não responsável pela salvação dos restos do nosso códice, ficou conhecido o caso de L. Ángel López Castro, conserje da Faculdade de Filosofia e Letras quando começou a guerra. Os dados a respeito, matéria pronta para um romance histórico, podem ler-se em M. TORRES SANTO DOMINGO, “Libros que salvan vidas, libros que son salvados: La Biblioteca Universitaria en la Batalla de Madrid”, in B. CALVO ALONSO-CORTÉS (ed.), *Biblioteca en Guerra. Catálogo de exposición*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, 2005, pp. 261-285; IDEM, *La Biblioteca de la Universidad de Madrid durante la Segunda República y la Guerra Civil*. Madrid, Editorial Complutense, 2013; M. VALERO, “El ángel de los libros”: *Folio Complutense. Noticias de la Biblioteca Histórica de la UCM*. Madrid, 2013.

⁸ G. de ANDRÉS, “Catálogo de los códices griegos de las colecciones: Complutense, Lázaro Galdiano y March de Madrid”: *Cuadernos de Filología Clásica* 6 (1974), pp. 244-246.

⁹ Para um elenco destas referências, vd. N. FERNÁNDEZ MARCOS, “Un manuscrito complutense redivivo. Ms griego 442 = Villa-Amil 22”: *Sefarad* 65 (2005), pp. 65-69.

¹⁰ E.g. S. O'CONNELL, *From Most Ancient Sources. The nature and text-critical use of the Greek Old Testament text of the Complutensian Polyglot bible*. Academic Press, Göttingen, Vandenhoeck and Ruprecht, 2006, p. 82 e n. 29, provavelmente apud N. FERNÁNDEZ MARCOS, “Un manuscrito complutense...”, op. cit. Estranhas – se aceitamos o conhecimento do estudo anterior – resultam as palavras de O'Connell noutro ponto (op. cit., p. 89, n. 53): “The ms. was severely damaged during the Spanish Civil War. At the time of writing, it is in restoration, but it is doubtful if it can be successfully restored.”

antes do começo deste século. Desta primeira fase resultou uma primeira digitalização de 58 fólios (116 fotografias, reto e verso), e foi mesmo preparado um CD-Rom¹¹ para consulta na Biblioteca, de forma a evitar o manuseio direto do manuscrito.



Figuras 1 a 3 – A primeira fase de restauro do ms. 442

¹¹ Vd. N. FERNÁNDEZ MARCOS, “Un manuscrito complutense...”, op. cit., pp. 67-77 para a identificação do texto transmitido nestes fólios.

Mas a recuperação fora mais extensa. Já em 2008, Bravo García e Ángel Espinós tinham manuseado diretamente a totalidade dos fólhos conservados, que descreveram como constando de 11 cadernos (seis quinhões completos e cinco outros com distinto número de fólhos), além de “uma multidão de fragmentos”¹². Foi essa a realidade material que fomos encontrar, quando em setembro de 2018 iniciámos, com a equipa técnica da Biblioteca Histórica “Marqués de Valdecilla”, a última fase de restauro, ordenação textual e digitalização de todos os fólhos e fragmentos. O resultado – disponível *online* numa versão provisória¹³, e que esperamos em breve ver editado em livro – não pode deixar de surpreender. Dos 307 fólhos originais, pudemos recuperar (com as inevitáveis lacunas provocadas pelo fogo, mais severas nos fólhos iniciais e finais) e devolver à sua ordem inicial um total de 224 fólhos (reto e verso), identificando o texto neles copiado pela edição de Rahlfs-Hanhart (2006). Com mais ou menos lacunas, conservam-se importantes extensões de texto dos livros de *Juízes* (ff. 1r-8r), *Rute* (8r-10v), *Reis I* (11r-36v), *Reis II* (36v-46r), *Reis III* (46r-47v), *Reis IV* (48r-54v), *Crónicas I* (54v-76r), *Crónicas II* (76r-103r), *Provérbios* (103v-120v), *Eclesiastes* (120v-126r), *Cântico* (126r-129r), *Esdras I* (129r-137v), *Esdras II* (138r-153r), *Ester* (153r-161v), *Sabedoria* (161v-171r), *Judite* (171r-182v), *Tobit* (182v-189r), *Macabeus I* (189v-202v), *Macabeus II* (203r-217v), e *Macabeus III* (218r-224v).

¹² J. ÁNGEL ESPINÓS, “El códice Complutensis Graecus 22: su destrucción y posterior recuperación”, in M. A. ALMELA LUMBRERAS (*et alii*, ed.), *Perfiles Grecia y Roma I. Actas del XII Congreso Español de Estudios Clásicos*. Madrid, Sociedad Española de Estudios Clásicos, 2009, p. 180. Cf. A. BRAVO GARCÍA, *Lecturas de Bizancio. El legado escrito de Grecia en España*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, 2008, pp. 160-161.

¹³ http://dioscorides.ucm.es/proyecto_digitalizacion/index.php?doc=5309456614&y=2011&p=1 (último acesso: 15/12/2019).

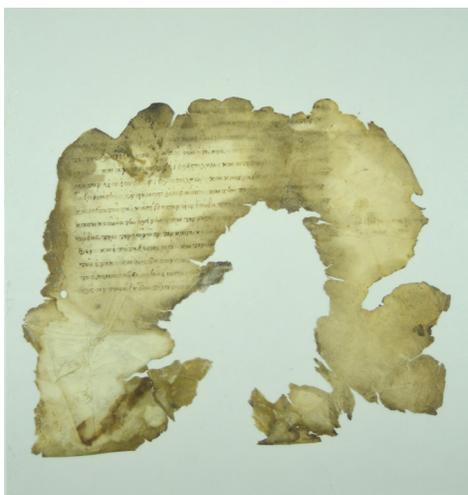


Figura 4 – O primeiro fólio conservado do ms. 442



Figura 5 – O último fólio conservado do ms. 442

No final do século XIX, Delitzsch¹⁴, após uma pesquisa entre os códices outrora pertencentes à coleção do Cardeal Bessáron

¹⁴ F. DELITZSCH, *Fortgesetzte Studien zur Entstehungsgeschichte der Complutensischen Polyglotte*. Leipzig, Druck von Alexander Edelmann, 1886, pp. 23-28.

(depois transferida para a Biblioteca de S. Marcos em Veneza), concluiu que o modelo de cópia do ms. 442 seria o ms. 68 (Marc. gr. 5), uma *Bíblia Grega* completa copiada a duas mãos. O único problema com esta identificação – textualmente corroborada em estudos posteriores¹⁵ – é que o modelo identificado não corresponde à descrição de *castigatissimus* (“muito anotado” – cf. nota 5) que dele faz Cisneros, tratando-se antes de uma cópia muito cuidada e praticamente isenta de correções e anotações¹⁶. Uma hipótese é que Cisneros se esteja a referir não a um manuscrito carregado de correções e anotações, antes um em que ditas correções já tivessem sido incorporadas. Seja como for, a pertença do códice à mesma família de manuscritos bíblicos *Marciani*, antes de ser enviado para Alcalá para auxiliar na edição da *Poliglota*, torna-o um sério candidato a ter sido também usado para a preparação da *Bíblia Aldina* (1518), como a seguir tentaremos demonstrar.

Se as conjeturas que a seguir se desenvolvem estão corretas, o códice madrileno que aqui nos ocupa constitui uma referência incontornável para estudar o assunto deste conjunto monográfico, na medida em que terá feito parte dos códices utilizados para as duas primeiras edições da *Bíblia Grega*, primeiro em Veneza, e depois em Alcalá. Bem assim, dá também testemunho, em primeira mão, das redes filológicas que se estabeleciam entre os principais centros europeus, no âmbito de uma colaboração editorial que era, de facto, prática corrente.

¹⁵ E.g. M. REVILLA RICO, *La Poliglota de Alcalá: estudio histórico-crítico*. Madrid, Imprenta Helénica, 1917, p. 98; N. FERNÁNDEZ MARCOS, “Un manuscrito complutense...”, op. cit., pp. 78-80.

¹⁶ Para a descrição do ms. 68, vd. E. MIONI, *Bibliothecae Divi Marci Venetiarum Codices Graeci Manuscripti*. Vol. 1. Roma, Istituto poligrafico dello Stato, Libreria dello Stato, 1981, pp. 9-10.

2. Entre Veneza e Alcalá: o ms. 442 e as suas revisões

A *Poliglota*, confiada a alguns dos mais eminentes filólogos gregos desse começo do século XVI (Demétrio Ducas, o Pinciano, López Zuñiga ou Juan de Vergara, entre outros¹⁷), foi, como é sabido, o grande monumento filológico da Espanha do século XVI; uma obra não para uso exclusivo em contexto religioso, antes vocacionada para eruditos renascentistas de toda a Europa¹⁸. A descoberta e disponibilização de um novo códice que sabemos ter sido utilizado no seu processo de edição constitui, portanto, um ganho incalculável para a paleografia bíblica grega. Para o caso concreto do ms. 442, porém, esse ganho parece ser duplo, na medida em que uma primeira análise paleográfica e textual do manuscrito nos permitiu aduzir fortes argumentos a favor da sua utilização, em Veneza, também na preparação do texto bíblico que chegou à imprensa de Andreas Asolano (sogro de Aldo Manúcio).

Desde o século XIX que se aceita que a equipa de filólogos de Aldo se serviu de vários códices da coleção de Bessárion (os atuais *Marciani graeci*), em concreto dos mss. 29, 121, 68¹⁹ e 122²⁰ da lista

¹⁷ Sobre estes (e outros) possíveis colaboradores, vd. H. B. SWETE, *An Introduction to the Old Testament in Greek*. Cambridge, Cambridge University Press, 1900, pp. 172-174; L. JIMÉNEZ MORENO, *La Universidad Complutense Cisneriana: impulso filosófico, científico y literario, siglos XVI y XVII*. Madrid, Editorial Complutense, 1996, pp. 142-144; N. FERNÁNDEZ MARCOS, “Greek Sources of the Complutensian Polyglot”, in N. DE LANGE, J. KIVORUCHKO, C. BOYD-TAYLOR (eds.), *Jewish Reception of Greek Bible Versions*. Tübingen, Mohr Siebeck, 2009, pp. 312, n. 39; e S. O’CONNELL, *From Most Ancient...*, op. cit., pp. 4-5 (com notas, para a bibliografia). A composição material do texto ficou a cargo do tipógrafo Nicetas Fausto, nome grego de Victor Fausto, que no entanto deve também ter tido alguma responsabilidade na fixação do texto.

¹⁸ Apud S. O’CONNELL, op. cit., pp. 5-6.

¹⁹ Cf. H. B. SWETE, op. cit., pp. 173-174; F. DELITZSCH, op. cit., pp. 55-57.

²⁰ Cf. P. LAGARDE, *Genesis Graece, e Fide Editionis Sixtinae Addita Scripturae Discrepantia e Libris Manu Scriptis...* Lypzig, Wentworth Press, 1868, p. 6. F. G. HERNÁNDEZ MUÑOZ, “El texto griego de Septuaginta en la *Biblia Políglota Complutense* y su relación con otros testimonios, especialmente con el ‘recuperado’

de Rahlfs (Marc. gr. 2, 3, 5 e 6, respetivamente). No entanto, a quase total ausência de marcas de imprensa (ou para os impressores) nestes códices cedo levou a considerar a existência de cópias parciais do texto bíblico – as que de facto chegaram às mãos dos tipógrafos e impressores, as assim designadas *Druckvorlagen* –, na sua maioria de paradeiro atualmente desconhecido. Nesse grupo poderia estar – isso defendemos – o códice madrileno. Para isso apontam os resultados de uma primeira investigação sobre as mãos, correções e revisões que nele são visíveis, um estudo que quisemos que fosse anterior à colação textual propriamente dita, que poderá confirmar, ou mesmo contestar, algumas das conclusões que aqui se ensaiam²¹.

O Copista A foi identificado com João Severo de Lacedemónia²², erudito mais conhecido pela sua atividade em Roma, na casa de Girolamo Aleandro, entre 1518-1525²³. Se de facto é ele o copista principal do nosso códice, isso faria supor uma estância sua em Veneza anterior às datas tradicionalmente aceites, pois que o códice não pode ter sido copiado depois de 1515, e deve mesmo ter uma data anterior. Com efeito, tratando-se de um manuscrito em pergaminho, não contamos com o auxílio das filigranas para a sua datação. Por outro lado, quantos sobre esse assunto se pronunciaram²⁴ parecem defender que a cópia do ms. 442 é anterior

manuscrito UCM (BH) 22”: *Cuadernos de Filología Clásica (G)* 30 (2020), *passim*, confere também relevo ao ms. 120 (Marc. Gr. 4), do século XI.

²¹ A nossa investigação acompanhou e foi fortemente influenciada pelo trabalho de colação textual que o professor F. G. Hernández Muñoz ia desenvolvendo (F. G. HERNÁNDEZ MUÑOZ, *op. cit.*). A ele estamos reconhecidos por partilhar connosco os primeiros resultados das suas coleções textuais, e pelas horas e horas passadas a estudar em conjunto o códice.

²² A. BRAVO GARCÍA, *op. cit.*, p. 160; atribuição logo aceite por J. ÁNGEL ESPINÓS, *op. cit.*, pp. 180-181, n. 14.

²³ P. CANART, “Un copiste expansif: Jean Sévère de Lacédémone”, in K. TREU (ed.), *Studia Codicologica*. Berlin, Akademie-Verlag, 1977, pp. 117-134.

²⁴ Vd. F. G. Hernández Muñoz e T. Martínez Manzano, in A. LÓPEZ FONSECA, M. TORRES SANTO DOMINGO (eds.), *Catálogo de manuscritos medievales de la Biblioteca Histórica «Marqués de Valdecilla»*. Madrid, Editorial Complutense, 2018, p. 142: “no

(e que é outro o motivo da sua génese) à encomenda de Cisneros, que deveria ter ocorrido entre 1514-1515²⁵. Podendo tratar-se de simples coincidência, P. Canart²⁶ identificou a mão de João Severo, entre outros, nos ff. 16r-41v do *Salmantinus* 54, uma cópia de *Metafísica* aristotélica que sabemos ter pertencido ao Pinciano, como acima se disse um nome importante no projeto da *Poliglota*. Poderia ele conhecer e ter recorrido ao trabalho – fino e cuidado, há que dizê-lo – deste copista em particular, com quem colaborara já, no passado, em Veneza? Seja como for, se é de facto de João Severo a principal mão do códice, a cronologia não permite recuar muitos anos a data de cópia²⁷, além de que há que acrescentar à sua carreira uma possível colaboração, em Veneza, com o grupo de eruditos encabeçados por Aldo.

Ele próprio, uma vez terminada a cópia, fez uma primeira (e na verdade pouco profunda) revisão do manuscrito, aproveitando para numerar, em grego e a vermelho, os capítulos na maior parte dos livros²⁸, numeração no global coincidente com a que é impressa na Aldina. Suas são também duas anotações marginais, na mesma tinta vermelha: no início de 1Esdr 6.7. (f. 137r: Ἀντίγραφον ἐπιστολῆς, ἧς

hay constancia de que la Señoría veneciana haya mandado copiar expresamente este códice en torno a 1515 para mandarlo al Cardinal Cisneros, sino que pudo obrar en poder del Senado de la Serenísima desde años antes.”

²⁵ No prefácio ao volume V da *Poliglota* (com data de colofão de 10 janeiro 1514) não é feita qualquer referência ao códice, talvez desde logo por se tratar do volume com o *Novo Testamento*. Posto que o volume VI (que imprime um Dicionário, Índices e uma Gramática de hebraico) tem data de 17 de março de 1515, parece coerente aceitar que algures por estes anos começaram e decorreram os trabalhos de edição da *Septuaginta*, motivo para o pedido do códice a Veneza.

²⁶ Op. cit., p. 129.

²⁷ *Contra*, J. M. EGUREN, op. cit., p. 17, referia-se a uma decoração na primeira página “anterior ao século XV”, hipótese que, além de improvável, os danos causados pelo fogo não permitem confirmar ou refutar.

²⁸ A comparação com o ms. 68 revela que, também no que à numeração de capítulos diz respeito, foi ele o modelo principal do ms. 442. A outro nível, o estilo desta primeira numeração é muito semelhante ao que se encontra no BH UCM 28, outro códice cuja cópia lhe é atribuída.

ἔγραψεν Δαρείῳ καὶ [ἀπέστειλεν]), e de 2Esdr 11 (f. 143r: Λόγοι Νεεμια υἱοῦ Αχαλια), texto que, em ambos os casos, é na Aldina impresso em maiúsculas, além de ter correspondência gráfica com os demais *Marciani* que o copiam.

Mas é outro o argumento que com mais veemência relaciona o códice com o projeto da *Bíblia* Aldina, relativo a uma segunda (e essa sim profunda) revisão de que foi alvo, ainda antes de viajar para Espanha. O autor dessa revisão foi Marco Musuro (1470-1517), colaborador assíduo de Aldo Manúcio entre 1493 e 1516 e editor-chefe de diversos clássicos aldinos²⁹. A. Bravo García³⁰ e D. Speranzi³¹ já tinham assinalado a presença de *marginalia* pela sua mão no atual f. 94r³², onde acrescentou o texto de 2Par. 26.21.1-2 (ἕως ἡμέρας τῆς τελευτῆς αὐτοῦ, καὶ ἐν οἴκῳ αφρουσῶθ ἐκάθητο λεπρός). Antes da recuperação do códice madrileno, o único manuscrito que continha marcas da sua intervenção sobre o texto bíblico era o Lond. BL Add. 10968, no qual corrigiu e anotou o texto de 1Reg 30-12 – 2Reg 23.16-7 (f. 2r-28v)³³. Este códice, como bem demonstrou A. Cataldi

²⁹ Entre outros, dos *Scholia* de Aristófanes (1498), Ateneu (1514), Hesíquiu (1514) e Pausânias (1516). Crê-se que foi a sua caligrafia o modelo para os tipos da imprensa aldina. Sobre ele, vd. D. J. GEANAKOPLIS, *Greek Scholars in Venice: Studies in the Dissemination of Greek Learning from Byzantium to Western Europe*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1962, pp. 111-166; P. G. BIETENHOLZ, T. B. DEUTSCHER, *Contemporaries of Erasmus. A biographical register of the Renaissance and Reformation*. Vol. II: F–M. Toronto, University of Toronto Press, 1986, pp. 472-473; N. G. WILSON, *From Byzantium to Italy. Greek Studies in the Italian Renaissance*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1992, pp. 148-156; e D. SPERANZI, *Marco Musuro. Libri e scrittura*. Roma, Accademia Naz. dei Lincei, 2013.

³⁰ Op. cit., p. 160.

³¹ Op. cit., p. 271.

³² Ambos autores referem a intervenção de Musuro como constando do f. 92v^{margin}, de acordo com uma numeração ainda hoje inscrita a lápis no manuscrito. Após cuidada análise, parece que esta numeração reflete uma ordem inversa, devendo ser da responsabilidade da equipa técnica. O certo é que a anotação, no f. 94r da nossa numeração final, está de facto na face recto do fólio.

³³ Embora os fólhos que copiam esta parte de 1-2Reg no ms. 442 (ff. 35v-44v) estejam severamente danificados, são poucas as intervenções de Musuro, o que pode

Palau³⁴, é exemplo das *Druckvorlagen* usadas na imprensa aldina, que assim consegue, via Musuro, uma relação direta com o ms. 442. O último, de resto, sabemos agora que atesta a revisão de Musuro em praticamente todos os fólhos e sob as mais diversas formas: suplementos textuais *in margine* (marcados *in texto* com o sinal ^, às vezes encabeçado por um ¨), correções (%) e *graphetai* (os últimos tanto marginais como interlineares)³⁵ são maioritariamente da sua responsabilidade³⁶, tendencialmente editados *post correctionem* tanto na Aldina como na *Poliglota*. Em mais que um momento (e.g. 1Mac 15.10-11 [201r], 1Mac 15.28 + 15.29 [201v], 2Mac 5.14 [208r] e 2Mac 12.27 [216r]) Musuro supriu, *in textu*, linhas deixadas em branco pelo Copista A e que faltam também no ms. 68 e no *Londinensis*, mas que são editadas pela Aldina e pela *Poliglota*. Finalmente, a própria *mise en page* do ms. 442 relaciona-o com a edição Aldina. Damos o exemplo das *tabulae capitum* que antecedem os livros de *Esdras* e *Ester* (ff. 129r-130r + 153r-v), copiadas do ms. 68 (298v+304r; 312v-316)³⁷ e reproduzidas, de forma graficamente similar, nas pp. 159 e 174 da Aldina, respetivamente.

sugerir que trabalhou com ambos os códices em paralelo e que, para essa parte em específico, foi o *Londinensis* o manuscrito utilizado em imprensa.

³⁴ A. CATALDI PALAU, *Gian Francesco d'Asola e la tipografia aldina. La vita, le edizioni, la biblioteca dell'Asolano*. Genova, Sagep, 1998, pp. 451-459, 610.

³⁵ Haveria ainda que referir a correção de simples palavras ou terminações, no global sublinhadas, além de outros casos onde correções e suplementos menores são feitos *supra lineam* mas sem qualquer sinal a marcá-los.

³⁶ Estamos gratos ao Professor David Speranzi por nos confirmar a mão de Musuro nos exemplos que lhe fizemos chegar.

³⁷ Constam também dos mss. 122 (291v-301v; 301v-306v) e 731 (ff. 342v-343v + 357r-v; 397v-380r), pelo que são parte integrante da tradição textual dos *Marciani*. Por isso não são editadas na *Poliglota*, que para estes livros parece seguir preferencialmente a lição dos *Vaticani* (mss. 108 e 248). Cf. F. G. HERNÁNDEZ MUÑOZ, op. cit., pp. 238-241, que dá preferência ao ms. 248 sobre o ms. 108 como fonte do vol. III da *Poliglota*, em especial para o livro de *Juízes*, que desse volume estuda mais em pormenor.

Por quanto até agora se disse, parece de aceitar que o ms. 442 foi fortemente revisto por Musuro com o único propósito de ser utilizado em algum momento do processo editorial da *Bíblia* aldina. À parte uma ou outra correção mais pontual, é da sua responsabilidade o estado final do texto transmitido pelo códice, do qual se serviram depois os editores de Alcalá, na medida em que a ele recorreram para o caso específico de cada livro. As colações textuais possíveis de realizar entre o ms. 442 e o texto impresso da *Poliglota*, mais especificamente nos volumes II, III e IV, sempre parciais até agora³⁸, concordam em reconhecer ao códice madrileno um papel de relevância, mas ainda assim ao que tudo indica secundário, com respeito à lição dos dois *Vaticani* emprestados por Leão X e devolvidos ao cabo dos trabalhos a Roma (os mss. 108 e 248), para o caso dos livros bíblicos que estes copiam. Especial é o caso do volume IV da *Poliglota*, cujos livros (*Daniel*, *Doze Profetas*, I, II e III de *Macabeus*) não são copiados em nenhum dos Vaticanos ou qualquer outro códice que se saiba ter sido utilizado, à exceção do ms. 442, que seria assim a única fonte manuscrita conhecida para *Macabeus*. E o certo é que as investigações mais recentes estão a revelar uma grande proximidade entre a lição do nosso códice e o texto da *Poliglota*, mais forte, precisamente, em *Macabeus*³⁹.

De novo, a nossa investigação sobre as distintas revisões do ms. 442 revelou dados que precedem (e são úteis para) a colação textual. Dissemos antes que a primeira numeração dos capítulos, em grego e tinta vermelha, é da responsabilidade do Copista A. Mas em alguns livros (I e II de *Crónicas*, II de *Esdras* e *Ester*), uma

³⁸ Para a síntese do estado deste assunto, vd. S. O'CONNELL, op. cit., pp. 7-10; L. GIL FERNÁNDEZ, "A cuento del centenario del texto griego de la Políglota Complutense": *Cuadernos de Filología clásica. Estudios griegos e indoeuropeos* 25 (2015), pp. 291-300; e F. G. HERNÁNDEZ MUÑOZ, op. cit., pp. 230-231.

³⁹ Apud F. G. HERNÁNDEZ MUÑOZ, op. cit., pp. 241-246, que estuda o começo do livro III de *Macabeus*, e conclui a forte semelhança entre o texto *post correctionem* do ms. 442, a Aldina e a *Poliglota*.

segunda mão aponta (e por vezes corrige⁴⁰) a numeração, em grego e a tinta negra. Esta, de qualquer modo posterior no tempo à revisão de Musuro⁴¹, é de resto muito similar à que marca os capítulos nos ff. 2r-28v do *Londinensis* (Imagens 8 e 9), da responsabilidade do Copista A de ditos fólhos⁴², precisamente o texto que reviu Musuro (1Regn 30:12 – 2Regn 23:16-17).

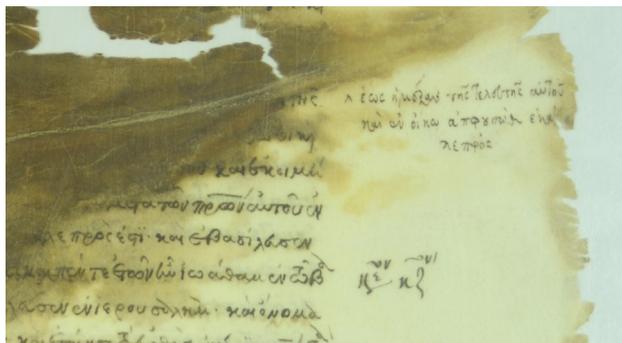


Figura 8 – Ms. 442, f. 94r (início de 2Par 27)

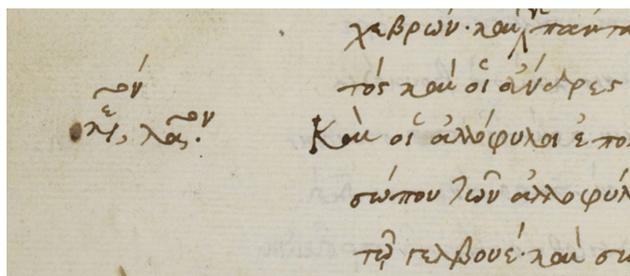


Figura 9 – Lond. B. L. Add. 10968, f. 2v (início de 2Regn 31)

⁴⁰ E.g. f. 71r (a) (1Par 23); f. 140v (2Esdr 8); f. 143r (2Esdr 10).

⁴¹ E.g. f. 145r (Figura 10), onde o começo de 2Esdr 14 é marcado sobre um suplemento textual de Musuro.

⁴² Cataldi Palau (1998: 459) identifica-o com Bartolomeo Zanetti, e considera o *Londinensis* “um dos mais antigos manuscritos nos quais se deteta a sua mão”. Mais famoso como tipógrafo na Veneza dos anos 30 do século XVI, terá trabalhado desde tenra idade na cópia de manuscritos gregos, ainda que as relações com Aldo sejam difíceis de estabelecer.

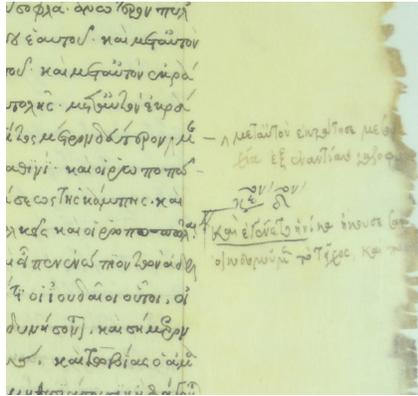


Figura 10 – Ms. 442, f. 145r (início de 2 Esdr 14)

Embora a *Poliglota* não imprima numeração em grego, no que à presença desta no ms. 442 diz respeito, é possível estabelecer o padrão [ms. 68] ms. 442^{ac} Ald. / ms. 442^{Pc} Polygl., o que pode sugerir que dita numeração a negro seja já de Alcalá, ou então, se ainda de Veneza, de um momento posterior à utilização do códex pelos colaboradores da Aldina.

A verdade é que a *Poliglota* imprime, como se foi adiantando, apenas numeração em latim (sob a forma **Cap. #**), a mesma que vamos encontrar em diversos pontos do ms. 442. No que a esta diz respeito, parece de aceitar a intervenção de pelo menos dois “revisores espanhóis”. A partir do f. 104r (*Provérbios*), o manuscrito apresenta numeração marginal em latim, alternando entre a mesma forma impressa na *Poliglota* e a mais simples **C.#**. (Imagens 11 e 12). Estes revisores, mais do que correções textuais – que uma análise mais profunda do códice pode contudo vir a revelar em maior quantidade⁴³ – teriam trabalhado sobre os livros a integrar os volumes II, III e IV da *Poliglota*, acrescentando sobretudo a numeração em latim, a

⁴³ E.g. f. 164v, onde a mesma mão que marca o **Cap.^m 8** corrige, *in margine*, ἐφίλησα και ἐξεζήτησα em Prov 8.1 (ἐξεζήτησα και ἐξεζήτησα^{ac}), a lição da Aldina e da *Poliglota*, mesmo que não corrigida por Musuro.

partir dos ms. 108 e 248 (os *Vaticani*, como se disse antes, a fonte preferencial)⁴⁴.

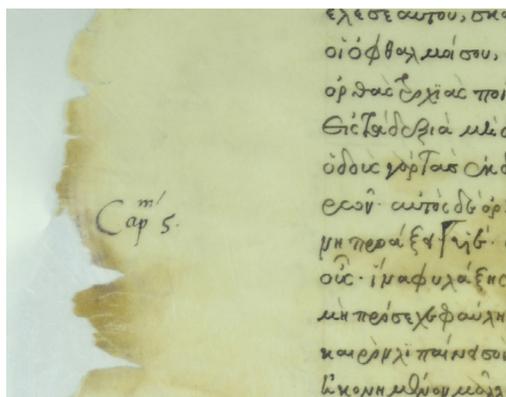


Figura 11 – Ms. 442, f. 105v (início de Prou 5)

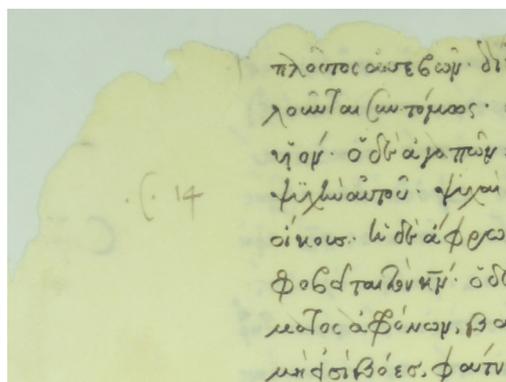


Figura 12 – Ms. 442, f. 110v (início de Prou 14)

⁴⁴ Posto que é possível detetar o segundo modelo de numeração latina por entre os fólhos mais mutilados de *Macabeus* (e.g. ff. 207v, 210v, 214r), e uma vez que não temos conhecimento de nenhum outro manuscrito que tenha servido de modelo ao volume IV da *Poliglota*, onde foram editados, fica claro o nosso desconhecimento de outros manuscritos utilizados pela equipa de Alcalá.

3. Conclusões

Agora que o códice madrileno está acessível, fica formalmente dado o grito de partida para o alargamento e aprofundamento das pesquisas centradas no seu texto, nas suas fontes, no seu uso editorial e, claro, na sua história. Seja como for, quanto dele se sabe transforma-o já num exemplar único, testemunho bem vivo do mais especializado mercado editorial grego de começos do século XVI. Embora nele sejam praticamente indetetáveis marcas de imprensa ou para os impressores propriamente ditas⁴⁵, como é o caso do *Londinensis* seu irmão (onde abundam e são bem explícitas), parece certo que ambos os manuscritos integraram, em Veneza, um grupo de códices com semelhantes propósitos editoriais, para os quais Musuro dá o rótulo de edição aldina. Ou talvez haja que olhar para o códice madrileno como peça intermédia desse processo editorial, como fonte direta das cópias que, elas sim, chegariam às mãos dos impressores.

Cisneros (ou algum dos seus colaboradores) procurava um manuscrito de qualidade textual assegurada, e a revisão de Musuro pode ter sido um dos critérios da eleição do ms. 442 – aliada, claro, às características materiais e de *mise en page* do códice, extremamente ricas e cuidadas. Não sendo clara a data da sua cópia, se for correta a identificação do Copista A com João Severo de Lacedemónia, ela não deve ser anterior aos primeiros dez ou quinze anos do século XVI, ou seja, não muito anterior à do envio do códice para Alcalá, algures entre 1514 e 1515. Parece, contudo, não ter sido este pedido o motor da génese do códice,

⁴⁵ No f. 18v, um ângulo reto rodeia a capital (cuidadosamente desenhada a vermelho) do começo de 1Regn 11, com uma tinta coincidente com a da numeração grega em negro. No livro de *Ester*, deteta-se um sinal + *in margine* nos fólhos 157r (início de Est 4.17a), 158r (Est 5.4), 159v (Est 8.12b) e 160r (Est 8.13), aparentemente com a mesma tinta.

já considerado por Musuro um exemplar meritório de ser tido em conta na edição do texto aldino.

Para Espanha veio para auxiliar na preparação de um segundo monumento editorial, esse da *Poliglota Complutensis*, para de novo ser protagonista, 400 e tantos anos depois, de outro momento histórico, este já menos laudatório, mas igualmente digno de memória. Quase destruído pelos fuzis e as bombas que não distinguem os seus alvos da Guerra Civil espanhola, pode agora ser finalmente integrado nos aparatos críticos das edições da *Septuaginta* que venham a conhecer o prelo.

Referências bibliográficas

- ÁNGEL ESPINÓS, J., “El códice Complutensis Graecus 22: su destrucción y posterior recuperación”, in M. A. ALMELA LUMBRERAS (*et alii*, ed.), *Perfiles Grecia y Roma I. Actas del XII Congreso Español de Estudios Clásicos*. Madrid, Sociedad Española de Estudios Clásicos, 2009, pp. 177-184.
- ANDRÉS, G. de, “Catálogo de los códices griegos de las colecciones: Complutense, Lázaro Galdiano y March de Madrid”: *Cuadernos de Filología Clásica* 6 (1974), pp. 244-246.
- BIETENHOLZ, P. G.; DEUTSCHER, T. B., *Contemporaries of Erasmus. A biographical register of the Renaissance and Reformation*. Vol. II: F–M. Toronto, University of Toronto Press, 1986.
- BRAVO GARCÍA, A., *Lecturas de Bizancio. El legado escrito de Grecia en España*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, 2008, pp. 160-161.
- CANART, P., “Un copiste expansif: Jean Sévère de Lacédémone”, in K. TREU (ed.), *Studia Codicologica*. Berlin, Akademie-Verlag, 1977, pp. 117-139.
- CATALDI PALAU, A., *Gian Francesco d’Asola e la tipografia aldina. La vita, le edizioni, la biblioteca dell’Asolano*. Genova, Sagep, 1998.
- DELITZSCH, F., *Fortgesetzte Studien zur Entstehungsgeschichte der Complutensischen Polyglotte*. Leipzig, Druck von Alexander Edelmann, 1886.
- EGUREN, J. M., *Memoria descriptiva de los códices notables conservados en los Archivos eclesiásticos de España*. Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1859.
- FERNÁNDEZ MARCOS, N.
- “Un manuscrito complutense redivivo. Ms griego 442 = Villa-Amil 22”: *Sefarad* 65 (2005), pp. 65-69.
 - “Greek Sources of the Complutensian *Polyglot*”, in N. DE LANGE, J. KIVORUCHKO, C. BOYD-TAYLOR (eds.), *Jewish Reception of Greek Bible Versions*. Tübingen, Mohr Siebeck, 2009, pp. 302-315.

- GEANAKOPOLOS, D. J., *Greek Scholars in Venice: Studies in the Dissemination of Greek Learning from Byzantium to Western Europe*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1962.
- GIL FERNÁNDEZ, L., “A cuento del centenario del texto griego de la Políglota Complutense”: *Cuadernos de Filología clásica. Estudios griegos e indoeuropeos* 25 (2015), pp. 291-300.
- GRAUX, Ch.; MARTIN, A., “Rapport sur une mission en Espagne et en Portugal. Notices sommaires des manuscrits grecs d’Espagne et de Portugal”: *Nouvelles Archives des Missions scientifiques et littéraires* 2 (1892), pp. 1-322.
- HERNÁNDEZ MUÑOZ, F. G., “El texto griego de *Septuaginta* en la *Biblia Políglota Complutense* y su relación con otros testimonios, especialmente con el ‘recuperado’ manuscrito UCM (BH) 22”: *Cuadernos de Filología Clásica (G)* 30 (2020), pp. 229-252.
- JIMÉNEZ MORENO, L., *La Universidad Complutense Cisneriana: impulso filosófico, científico y literario, siglos XVI y XVII*. Madrid, Editorial Complutense, 1996.
- LAGARDE, P., *Genesis Graece, e Fide Editionis Sixtinae Addita Scripturae Discrepantia e Libris Manu Scriptis...* Lypzig, Wentworth Press, 1868.
- LÓPEZ FONSECA, A.; TORRES SANTO DOMINGO, M. (eds.), *Catálogo de manuscritos medievales de la Biblioteca Histórica «Marqués de Valdecilla»*. Madrid, Editorial Complutense, 2018.
- MIONI, E., *Bibliothecae Divi Marci Venetiarum Codices Graeci Manuscripti*. Vol. 1. Roma, Istituto poligrafico dello Stato, Libreria dello Stato, 1981.
- O’CONNELL, S., *From Most Ancient Sources. The nature and text-critical use of the Greek Old Testament text of the Complutensian Polyglot bible*. Academic Press, Göttingen, Vandenhoeck and Ruprecht, 2006.
- RAHLFS, A., *Verzeichnis der griechischen Handschriften des Alten Testaments*. Berlin, Vandenhoeck & Ruprecht, 1914.
- REVILLA RICO, M., *La Políglota de Alcalá: estudio histórico-crítico*. Madrid, Imprenta helénica, 1917.
- SPERANZI, D., *Marco Musuro. Libri e scrittura*. Roma, Accademia Naz. dei Lincei, 2013.
- SWETE, H. B., *An Introduction to the Old Testament in Greek*. Cambridge, Cambridge University Press, 1900.
- TORRES SANTO DOMINGO, M.
- “Libros que salvan vidas, libros que son salvados: La Biblioteca Universitaria en la Batalla de Madrid”, in B. CALVO ALONSO-CORTÉS (ed.), *Biblioteca en Guerra. Catálogo de exposición*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, 2005, pp. 261-285.
 - *La Biblioteca de la Universidad de Madrid durante la Segunda República y la Guerra Civil*. Madrid, Editorial Complutense, 2013.
- VALERO, M., “El ángel de los libros”: *Folio Complutense. Noticias de la Biblioteca Histórica de la UCM*. Madrid, 2013.
- VILLA-AMIL Y CASTRO, J., *Catálogo de los manuscritos existentes en la Biblioteca del Noviciado de la Universidad Central (procedentes de la antigua de Alcalá)*. Parte I. Códices. Madrid, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau y C^a, 1878.
- WILSON, N. G., *From Byzantium to Italy. Greek Studies in the Italian Renaissance*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1992.

(Página deixada propositadamente em branco)

**INCURSÕES NA EDIÇÃO ENGAJADA EM
PORTUGAL: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO
CATÁLOGO DA ULMEIRO**

**INROADS INTO THE ENGAGED PORTUGUESE
PUBLISHING: AN EXPLORATORY ANALYSIS OF
ULMEIRO'S CATALOG**

*Daniel Melo*¹

Resumo: O presente texto pretende valorizar os catálogos de editor e de livreiro enquanto fontes primárias centrais para uma historiografia do livro e da edição. Trata-se de entender e de explorar esses documentos enquanto recursos estratégicos para a afirmação dos projetos editorial e livreiro, a atração de leitores, a circulação da respetiva edição e a organização de conteúdos. Nesse sentido, propõe-se uma digressão analítica e problematizante pelos catálogos (de editor e de livreiro) da livraria-distribuidora-editora Ulmeiro, por ser uma instituição representativa duma determinada tendência editorial e livreira, ligada ao livro político mas também à edição de resistência e da contracultura em sentidos mais abrangentes, i.e., uma edição engajada em várias dimensões, adotando uma postura

¹ CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa: danielseixasmelo@hotmail.com, <http://orcid.org/0000-0003-4573-3497>.

interventiva, alternativa e de protesto. Adotar-se-á um enfoque de pendore mais qualitativo, com a necessária contextualização na paisagem editorial lusa e no contexto internacional, buscando identificar os traços mais marcantes, mas sem descuidar incursões quantitativas, porquanto podem ajudar a clarificar esses mesmos traços ou a revelar outros. Para o efeito, será usada bibliografia atualizada específica de distinta proveniência.

Pretende-se com este contributo ajudar a colmatar o déficit de investigações sobre esta temática no conjunto dos estudos editoriais em contexto português.

Palavras-chave: Ulmeiro; História da edição; Catálogos editoriais e livreiros; Edição engajada

Abstract: This text seeks to address publisher and bookseller catalogues as central primary sources with a view to discussing the historiography of the book and of publishing. The aim of this work is to understand and explore these documents as strategic resources that acknowledge editorial and bookseller projects, the attraction of readers, the circulation of the respective printed materials and the organization of content. To this end, we will endeavour to analyse and problematize catalogues for publishing houses and booksellers. The catalogues of Ulmeiro bookstore-distributor and publishing house will be the object of our research, as it represents a certain publishing and book-handling tendency, linked to political books but also to resistance and counterculture publishing in a broader sense, ie, publishing which is politically engaged in the various dimensions, adopting a position that is interventionist, alternative and of protest. A qualitative discussion approach will be adopted, contextualizing Portuguese publishing and the international

publishing contexts, with a view to identifying the most striking features, but including quantitative information, as it can help to clarify some features of our study or reveal others. For this purpose, specific updated bibliography from different sources will be used.

We hope this contribution will help to bridge the gap in research on this topic of publishing studies in the Portuguese context.

Keywords: Ulmeiro; History of Publishing; Catalogs of publishing houses and of bookstores; Committed publishing

Este texto pretende aprofundar um tema abordado em palestra do IV Ciclo de Conferências “Do manuscrito ao livro impresso”². Refiro-me à questão das fontes primárias úteis para a história da edição e, nestas, da centralidade dos catálogos editoriais enquanto recursos estratégicos para a afirmação do projeto editorial, a atração de leitores, a circulação da respetiva edição e a organização de conteúdos³.

Como refere Roger Chartier, os catálogos podem ser perspetivados como “bibliotecas sem paredes”, junto aos inventários e enciclopédias, pois correspondem a uma mesma vontade de “salvaguardar o

² Trata-se da conferência “Temas de história da edição (património, fontes, divulgação e abordagens”, que decorreu na Universidade de Aveiro a 18/10/2018. O presente trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0062.

³ Sobre os catálogos de editor enquanto fonte primária central para uma historiografia da edição, vd. Fernando LARRAZ, “El catálogo como fuente primaria de la historia de la edición”, in Fernando LARRAZ *et alii* (orgs.), *Pliegos alzados: la historia de la edición, a debate*. Gijón, Ediciones Trea, 2020 [no prelo].

patrimônio escrito da humanidade”. Neste quadro, replicam um impulso original da primeira modernidade (do séc. XV a início do XIX), mas também da segunda modernidade (período posterior), ao estarem associados ao receio da perda “da cultura escrita”⁴. Ligam-se, por este nexu, à ideia da salvaguarda da informação e do conhecimento, ao darem visibilidade a um conjunto de textos em circulação na forma impressa (não necessariamente só estes).

No sentido de valorizar o estudo desta fonte, mais a mais porque o seu uso específico teve ainda pouca repercussão na produção atinente à fase contemporânea no contexto português, o presente texto propõe uma digressão analítica pelo catálogo editorial da editora Ulmeiro. Será uma digressão de pendor mais qualitativo, com a necessária contextualização na paisagem editorial lusa, buscando identificar os traços mais marcantes, mas sem descurar incursões quantitativas, porquanto podem ajudar a clarificar esses mesmos traços ou a revelar outros⁵.

⁴ Roger CHARTIER, *Os desafios da escrita*. São Paulo, Editora UNESP, 2002, p. 75.

⁵ Toma-se como fonte de inspiração a abordagem dupla do catálogo duma editora portuguesa contemporânea realizada em Daniel MELO, *História e patrimônio da edição – a Romano Torres*. Lisboa e Famalicão, CHAM e Húmus, 2015, pp. 57-82. Embora para o século XX português escasseiem os estudos académicos incidindo exclusivamente nos catálogos editoriais, ainda assim existem diversos trabalhos abordando coleções, diretores literários ou editore(a)s nos quais o papel dos catálogos também tem relevância, tais como: Jacinto do Prado COELHO *et alii*, *Problemática da leitura – aspectos sociológicos e pedagógicos*. Lisboa, INIC, 1980; João GONÇALVES, “A actividade editorial e tipográfica da Biblioteca Nacional: 1919-1927”: *Revista da Biblioteca Nacional* 1.1/2 (1986), 2.^a s., pp. 237-244; Artur ANSELMO, *Estudos de história do livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997; Pedro LEITE, *Mercadores de letras*. Lisboa, FLUL (tese mestr.), 1998; Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999; Artur ANSELMO, “Cinco progenitoras de Babel”, *Babel sobre Babel*. Lisboa, BABEL, 2000, pp. 120-39; Fernando Taveira da FONSECA *et alii* (org.), *Imprensa da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001; Giselle Martins VENÂNCIO, “Lisboa – Rio de Janeiro – Fortaleza: os caminhos da coleção “Biblioteca do Povo e das Escolas” traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”: *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias* 21 (2005), pp. 185-203; Teresa SERUYA (org.), *Estudos de tradução em Portugal*. Lisboa, Universidade Católica Editora, 2005; Diogo Ramada CURTO (dir.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006; Patricia Odber de BAUBETA, *The anthology in Portugal*. Oxford, Peter Lang, 2007;

A escolha da Ulmeiro deve-se ao facto de ser uma editora representativa duma determinada tendência editorial, ligada ao livro político mas também à edição de resistência e da contracultura em sentidos mais abrangentes, i.e., uma edição engajada em várias dimensões, adotando uma postura interventiva, alternativa e de protesto.

Para este estudo recorrerei a catálogos de editor e de livreiro-distribuidor da Ulmeiro (os aqui analisados têm essa tripla vertente), a catálogos integrados (da Porbase e do WorldCat) e a outras fontes primárias ligadas à biografia cívica e profissional do principal editor-fundador e à promoção dos livros da editora.

1. Resistência, contracultura e edição engajada

Em relação ao projeto editorial da Ulmeiro, será oportuno esclarecer previamente em que sentido considero os termos

Maria de Lurdes SAMPAIO, *História crítica do género policial em Portugal (1870-1970)*. Porto, FLUP (tese dout.), 2007; Nuno CRAVO, *Civilização Editora – 130 anos no universo familiar dos livros*. Aveiro, Universidade de Aveiro (tese maestr.), 2009; Nuno MEDEIROS, *Edição e editores*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010; Margarida RENDEIRO, *The literary institution in Portugal since the thirties*. Berna, Peter Lang, 2010; Marta OLIVEIRA, *Livraria Sá da Costa*. Aveiro, Universidade de Aveiro (tese maestr.), 2011; Jorge M. C. Almeida e PINHO, *A tradução para edição*. Porto, FLUP (tese dout.), 2011; Jorge TEIXEIRA, *A Renascença Portuguesa: projeto editorial e ideário cívico-cultural*. Aveiro, Universidade de Aveiro (tese maestr.), 2011; Raquel PATRIARCA, *O livro infantojuvenil em Portugal entre 1870 e 1940 – uma perspetiva histórica*. Porto, FLUP (tese doutr.), 2012; Rui BEJA, *A edição em Portugal, 1970-2010*. Lisboa, APEL, 2012; Teresa SERUYA *et alii*, *Translation in anthologies and collections (19th and 20th Centuries)*. Amesterdão, John Benjamins Publishing Co., 2013; Aníbal BRAGANÇA, “O editor de livros e a promoção da cultura lusófona. A trajetória de Francisco Alves (1848-1917)”, in Moisés de LEMOS MARTINS (coord.). *Lusofonia e Interculturalidade*. Famacião, Húmus; Braga, Universidade do Minho, CECS, 2015, pp. 227-243; Pedro Piedade MARQUES, *Editor contra*. Lisboa, Montag, 2015; Sara LUDOVICO, “Um editor já desmascarado ou marcado”: a Livraria Moraes Editora e a censura”: *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016), pp. 453-473; Nuno MEDEIROS, *D'O Recreio à Livraria Romano Torres*. Lisboa, FCSH-UNL (tese dout.), 2018; Emanuel CAMEIRA, *A &Etc de Vitor Silva Tavares*. Lisboa, ICS-UL (tese dout.), 2018; Flamarion MAUÉS, *Livros que tomam partido*. Lisboa, Edições Parsifal, 2019; Patrícia de Jesus PALMA, *O reyno das letras*. Faro, Direcção Geral de Cultura do Algarve, 2019; e Daniel MELO, “Do intelectual exilado: o legado humanístico de Jaime Cortesão”: *Revista de História das Ideias* 38 (2020), 2.ª s., pp. 55-77.

resistência, contracultura e edição engajada. Quanto a resistência, é porventura o termo mais compreensível, na medida em que a Ulmeiro, desde a primeira hora, procurou usar a edição enquanto arma de combate político-ideológico (e cívico-cultural) contra a ditadura salazarista, mas não só, também contra outros poderes instalados, como os imperialismos: o do Império colonial português, desde logo, mas também o novo império dominante, o norte-americano, contra o qual se mobilizavam várias gerações através de distintos canais, como o terceiro-mundismo, o progressismo católico, o pacifismo, os comunismos ortodoxos e heterodoxos, etc. Pode-se ainda mencionar o desalinhamento face a uma hierarquia católica considerada ultraconservadora (na doutrina e na moral) e, sobretudo, face à sua parcialidade na contenda política interna, por um lado, e à sua cumplicidade quanto à ditadura e ao colonialismo, por outro. No respeitante à intervenção pública dos católicos inconformistas no Portugal novecentista, José Barreto constatou uma distinção entre *resistência* e *oposição política*, referindo que a primeira foi entendida por muitos desses católicos como de assunção ativa dum comportamento eminentemente cristão contra todas as formas de tirania ou opressão, enquanto a segunda remetia para um tipo de ação de cariz político-partidário, logo, exclusivo duma oposição laica⁶. Neste ponto em concreto avento que ativistas como José Antunes Ribeiro assumiram, a dado momento da sua vida pública sob ditadura, as duas dimensões e deixaram de as considerar incompatíveis, o que tentarei comprovar mais adiante ao realçar certos episódios biográficos⁷. Outra definição corrente, perfilhada

⁶ José BARRETO, “Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo”, *Academia.edu/JoseBarreto*. S.l., Academia.edu, 2003, pp. 25-31. Para essa análise tomou como ponto de partida a perspetiva de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto e autor da célebre “carta a Salazar” de 1959.

⁷ Aliás, o que foi um comportamento assaz partilhado nessas décadas terminais: “Não se pode [...] deixar de considerar o efeito da crescente aproximação, verificada dos anos 60 para os anos 70, da oposição católica à oposição tradicional, a que temos

p.e. pelas correntes comunistas, foi a que associou *resistência* a uma luta ativa, contínua e subversiva, onde os riscos que se corriam eram maiores, enquanto *oposição* se associou a uma intervenção mais irregular e menos intensa, ligada a uma perspectiva para-legal ou semilegal⁸. Também aqui a Ulmeiro e os seus responsáveis parecem situar-se numa combinatória, uma vez que a sua ação terá sido consideravelmente subversiva, pelas atividades desenvolvidas nas várias redes associativas e cívicas em que se envolveram e a julgar pela intensidade com que o seu mentor principal (e a editora, por conexão) foi perseguido e retaliado pela polícia política de então e convidado assíduo e contrafeito das suas instalações.

O afrontamento a certos poderes instalados conduz-nos diretamente ao segundo termo, o da contracultura, um fenómeno internacional coevo que também chegou a Portugal e que pode ser sintetizado do seguinte modo:

“Sem fronteiras bem delimitadas, podendo significar cultura marginal ou cultura de protesto, o conceito de contracultura surgiu durante a década de 60 nos Estados Unidos, tendo alastrado rapidamente a países da Europa [...], e caracterizou-se por uma reação de revolta contra os valores instituídos na sociedade e contra os males da civilização. Tendo em vista a implementação de uma forma de vida utópica, a contracultura, prática simbólica de rotura, de quebra com o *establishment* político vigente, incluía, não apenas o protesto contra a guerra do Vietname, mas a luta

chamado laica, inclusive aos seus meios mais radicais, aliando-se ou conjugando esforços com ela quer em comissões eleitorais, quer em outros tipos de iniciativas ou lutas conjuntas, como no domínio sindical” (J. BARRETO, op. cit., p. 21).

⁸ Vd. Dawn Linda RABY, *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa, Edições Salamandra, 1990, pp. 15-23. Além da resistência heroica (e armada), a historiografia contemporânea contempla outras aceções de resistência, tal como a que a define enquanto “demarcação em relação à autoridade estabelecida que se exprime em pequenos actos de desafio quotidiano”, portanto, uma “recusa desarmada do “politicamente ilegítimo”” (cits. de David Blackbourn e de D. António Ferreira Gomes em J. BARRETO, op. cit., p. 31).

dos negros pelos direitos civis, o feminismo, os direitos dos homossexuais, a luta contra as velhas estruturas hierárquicas das universidades e a exploração de novas fronteiras no domínio sexual. [...] A contracultura defendia que não havia beleza na sociedade americana: apenas desprezo para com as minorias, os dissidentes, os estudantes e os hippies. Não podia existir patriotismo num país que defendia a morte, a destruição”⁹.

Através da análise do percurso do editor-fundador da Ulmeiro e do catálogo desta, constatar-se-á a presença (implícita ou explícita) dessa dupla revolta, civilizacional e contra o *status quo* (social, político, etc.), patente em escritos pacifistas/antimilitaristas ou no espaço concedido a causas de minorias e dos novos movimentos sociais. Esmiuçando, a dimensão de contracultura mais atinente à intervenção da Ulmeiro remete para uma rejeição da autoridade exercida de modo iníquo (antidemocrático, ilegítimo ou injusto) pelas instituições, abarcando desde a ditadura salazarista ao sistema capitalista em geral e, em menor grau, a autoridade familiar, embora o questionamento do patriarcalismo e do machismo atravesse vários dos seus romances e novelas (mormente na col. “Imagem do Corpo”) e textos da 1.ª série da revista *Sobreviver* (v. análise infra). Nesse sentido, e convocando a reflexão de Rui Bebiano, trata-se de despertar o espírito crítico e contestatário de modo a levantar a “revolta dos oprimidos” e investi-la “contra uma sucessão de regras tomadas como inquestionáveis e inamovíveis”, assim se construindo “um universo paralelo, que não faz tábua rasa do passado, mas procura definir a sua própria legitimidade”¹⁰. Tal

⁹ Paulo Rodrigues FERREIRA, *Culturas de protesto em Portugal na imprensa periódica: 1968-70*. Lisboa, FLUL (tese mestr.), 2009, p. 10.

¹⁰ A expressão “revolta dos oprimidos” é de Frank Musgrove (*Ecstasy and holiness*, 1973) e estas citações são retiradas de Rui BEBIANO, *O poder da imaginação*. Coimbra, Angelus Novus, 2003, pp. 43-44.

implicou a mobilização ativa dos sujeitos na transformação da sua cultura, possibilitando “conceber um universo alternativo e opcional, possuidor de uma mutabilidade capaz de se afirmar pelo exemplo”¹¹.

Para compreender o projeto da Ulmeiro creio ainda pertinente considerá-lo enquanto edição engajada (ou comprometida), cruzando duas aceções que ajudam a consolidar um perfil singular (no sentido de conferir autonomia e capacidade emancipatória ao indivíduo em ação), mas potencialmente partilhado na sua configuração genérica: a do criador comprometido (e aqui concebemos o editor enquanto criador dum projeto cultural, consubstanciado no seu catálogo editorial mas não só) tal como proposto por Rancière (“Um artista *engagé* é-o pela sua pessoa e, eventualmente, pelos seus escritos, pelas suas pinturas, pelos seus filmes, que colaboram com um certo tipo de combate político”¹²); e a do indivíduo que “se implica fortemente na formação duma cultura cidadã”¹³. Decorre desta última aceção que o sujeito engajado não só está “bem informado pelas suas leituras” como “domina a formação de sua personalidade cultural e contribui para o enriquecimento da comunidade à qual pertence”, trazendo assim um duplo contributo e impacto, individual e social¹⁴. Em parte do seu percurso (sobretudo na fase sob ditadura), esta editora e os seus mentores podem ainda ser percecionados como comprometidos, por estarem envolvidos numa edição especialmente arriscada (pela sua exposição “a perdas materiais” e o “custo político potencial”), devido a constrangimentos político-ideológicos mas também económicos (um mercado limitado para a edição dita

¹¹ R. BEBIANO, *O poder...*, op. cit., p. 44. Sobre o tema, e para o contexto luso da época, vd. ainda P. R. FERREIRA, op. cit., pp. 7-42, 63-64 e 96-110, e E. CAMEIRA, *A & Etc...*, op. cit., pp. 127-128 e 176-200.

¹² Jacques RANCIÈRE, *Estética e política*. Porto, Dafne Editora, 2010, p. 75.

¹³ Rosaire GARON, “Les pratiques culturelles en mutation à la fin du XXe siècle: la situation au Québec”, in Caroline ANDREW *et alii* (ed.), *Accounting for culture*. Otava, University of Ottawa Press, 2005, p. 176.

¹⁴ R. GARON, op. cit., p. 176.

cultural); por negociarem com instituições autoritárias “os limites do publicável”; e finalmente, por espalharem às “massas” os “valores racionalistas” nos quais esses editores acreditavam¹⁵.

2. Relevância e singularidade: um centro cívico-cultural

A Ulmeiro abriu em Lisboa, a 11/12/1969, enquanto livraria-distribuidora que logo assumiu um perfil de intervenção político-cultural ligada ao frentismo antissalazarista. No mês seguinte, lançou-se também na edição, um desfasamento temporal que servia para contornar a vigilância oficial que impedia mais gravosamente na criação de sociedades editoriais. Pela visão do jovem mas já experiente livreiro-editor José Antunes Ribeiro¹⁶, a Ulmeiro deu um especial contributo à divulgação de obras associadas ao pensamento progressista e à criação mais inovadora, sobretudo oriundas de Espanha, França e Brasil (além de Portugal), tendo ajudado a revelar autores como os do *boom* literário latino-americano e teóricos revolucionários (marxistas e terceiro-mundistas) de várias correntes. Nesta atividade teve a colaboração de Maria Aurélia e Victor Nicolau (os outros sócios cofundadores), António Antunes Ribeiro, Maria Helena Ribeiro e Lúcia Ribeiro (irmãos e esposa, respetivamente), Carlos Garcia e Natércia Oliveira (ambos sócios nos anos 1980).

Começou por importar e vender (numa livraria situada em Benfica, bairro populoso e de classe média da capital) muitas obras das congéneres espanholas (Aguilar, Ayuso, Ciencia Nueva [f.1965],

¹⁵ Para esta tripla definição, vd. Abir KREFA, “Le “livre culturel” en Tunisie. Genèse, conditions socio-économiques et limites d’une édition engagée”: *Bibliodiversity* 4 (2016), pp. 28-32 (cits. da p. 28).

¹⁶ Sobre a sua anterior atividade na secção editorial da Itaú, na cooperativa cultural Vis e na livraria Obelisco, a última das quais cofundou com a ajuda de militantes da frente oposicionista Comissão Democrática Eleitoral (CDE), vd. Daniel MELO, “José Antunes Ribeiro (Alburitel, 1942-)”, in *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI) - EDI-RED*. Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 12/2019, s.p.

Ediciones Grijalbo S.A. [f.1962], Ediciones Istmo [f.1966], EDICUSA [f.1965], Éditions Ruedo Ibérico, Editorial Zyx S.A./ Editorial Zero [f.1964], Seix Barral e Siglo XXI de España Editores [f.1968]), a maioria conhecidas pela resistência ao franquismo¹⁷.

Para importar textos políticos, José Ribeiro contactou ainda o editor francês François Maspéro – com quem se identificou enquanto livreiro-editor operário-artífice ao serviço duma missão político-cultural emancipadora¹⁸– e os responsáveis brasileiros das editoras Martins Fontes e Civilização Brasileira. Estabeleceu forte conexão com as cooperativas livreiras (como a Livrelco, a Vis e a Devir, desta última sendo inclusivamente fiador) e com grupos de independentistas africanos (tinham conta aberta na livraria figuras como Mário Pinto de Andrade e Luís Bernardo Honwana). Distribuiu livros de editoras portuguesas, sobretudo das novas ligadas ao livro de cariz político (v.g., Afrontamento e Centelha) e de intervenção¹⁹. Distribuiu também várias edições de autor, como as de António Aragão²⁰.

No pós-revolução, José Antunes Ribeiro fundou a Cultarte Editora Lda. (1977-c.1997), de atividade pontual, tendo publicado ainda alguns títulos enquanto José Ribeiro, Editor. Já nos anos 1990, e em conjunto com sócios duma sociedade de publicidade, fundou em Almada a Ulmeiro 2 Editores – Livreiros Lda., que se lançou de modo pioneiro no segmento dos livros de ocasião (i.e., restos

¹⁷ Cf. Francisco ROJAS CLAROS, *Dirigismo cultural y disidencia editorial en España (1962-1973)*. Alicante, Universidad de Alicante, 2013, pp. 15 e 238/9.

¹⁸ Sobre este perfil que aproximou vários livreiros e editores de então, vd. Julien HAGE, “Collections politiques et effets de sens: littérature et politique dans les nouvelles maisons d’édition politique d’extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”: *Cahiers du CRHQ* 2 (2010), pp. 1-20 e Julien LEFORT-FAVREAU, “Le Mai 68 littéraire de François Maspéro”: *Études françaises* 54.1 (2018), pp. 57/58.

¹⁹ Sobre o livro político e o lugar da Ulmeiro, vd. F. MAUÉS, op. cit., *maxime* pp. 317-322.

²⁰ A partir dos anos 1980, a distribuição incidirá também em obras de ciência aplicada (matemática, engenharia, tradições populares), em especial traduções para língua portuguesa por editoras soviéticas (Mir, Progresso, Raduga, etc.), e de autores como o filólogo Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca.

de coleção), mas com vida efémera e edição escassa. De 2010 a 2017 editou também alguns títulos sob a chancela Fólio Exemplar e associou-se ao Grupo Sistema J, para a distribuição e realização de feiras de livros. Recentemente, tem editado com a marca Espaço Ulmeiro, que remete para a Associação Cultural Espaço Ulmeiro, pessoa coletiva na qual foi convertida a sociedade comercial livreira. Porque se entende que estas obras estão intimamente ligadas ao projeto da Ulmeiro, por sua vez indissociável da atividade do seu mentor, optámos por integrar a respetiva produção também na análise de catálogo, como se fossem chancelas dum mesmo grupo.

Além da atividade diretamente ligada ao livro, este espaço na Av.^a do Uruguai acolheu ainda uma galeria de arte e uma discoteca com álbuns em vinil, foi posto de venda de ingressos para concertos diversos (p.e., do Cascais Jazz) e, sobretudo, centro de tertúlias diversas, daí referir que a sua singularidade e relevância culturais advêm dessa capacidade de ter sido um dinâmico centro cultural e cívico, primeiramente ligado à resistência mas desdobrando-se noutras temáticas também importantes e de que darei conta através da análise da intervenção institucional e do catálogo de publicações²¹.

3. Uma missão político-cultural multifacetada

Como a florado, o programa editorial da Ulmeiro serviu inicialmente a intervenção cívica e político-cultural da resistência antiditatorial, nesses anos girando em torno da intervenção legal (no período das campanhas eleitorais) e paralegal (associativismos

²¹ Esta ideia-chave de polo cultural subjazeu a uma recente exposição histórico-documental de que fui responsável (junto com Pedro Piedade Marques), “Isto anda tudo ligado”: Ulmeiro 50 anos de intervenção cultural 1969-2019, patrocinada pelo CHAM-FCSH-UNL, Espaço Ulmeiro Associação Cultural e Fábrica Braço de Prata (Lisboa, Fábrica Braço de Prata, 04/05-31/07/2019), e cujo catálogo homónimo será publicado em 2020. Sobre essa ideia e esta mostra vd. ainda Daniel MELO, “50 anos de intervenção cultural pela Ulmeiro”: *Desarmada* 2 (7/2019), pp. 3-7.

vários, do cooperativismo cultural às associações estudantis e aos grupos de leigos cristãos) e da contestação ao marcelismo, então já numa fase de reforço repressivo, após a breve retórica de abertura designada por “Primavera marcelista”²². A intervenção oposicionista visou igualmente a Igreja católica enquanto pilar da ditadura e teve o seu fermento no chamado catolicismo progressista, de que José Antunes Ribeiro era ativista desde os seus tempos de redator na revista *O Tempo e o Modo* (em 1964-1967) e da subscrição do manifesto “A posição de alguns católicos” (25/10/1965), de apoio ao programa eleitoral da Oposição Democrática às legislativas desse ano, pró-defesa dos direitos humanos e implicitamente antiguerra colonial²³. Foi esse justamente um tempo de crítica anticolonialista,

²² Para um aprofundamento do contexto político-cultural, programático, associativo e editorial destas redes e dinâmicas oposicionistas vd. Padre José da Felicidade ALVES, *Católicos e política*, Lisboa, ed. do a., 1970 (2.ª ed.); Nuno E. FERREIRA, “Os meios católicos perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal”: *Lusitania Sacra* 12 (2000), pp. 254-257; J. BARRETO, op. cit., pp. 7-47; Rui BEBIANO, “As Esquerdas e a oposição à Guerra Colonial”, in Rui de Azevedo TEIXEIRA (dir.) *A Guerra do Ultramar*. Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 293-313; Daniel MELO, “O percurso associativo e cívico de Mário Sottomayor Cardia”, in Carlos LEONE, Manuela RÊGO (org.), *Liberdade sem dogma*. Lisboa, Edições tinta-da-china, 2007, pp. 85-96; João Miguel ALMEIDA, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa, Nelson de Matos, 2008; P. R. FERREIRA, op. cit., pp. 40-110; Nuno MEDEIROS, “Action, reaction and protest by publishers in 1960s Portugal: books and other publications in the Catholic opposition”: *Politics, Religion and Ideology*, 16.2-3 (2015), pp. 137-153; S. LUDOVICO, op. cit., pp. 465-471; D. MELO, ““Se cambian los tiempos, se cambia la voluntad””, op. cit., pp. 17-30; Rui BEJA, *Democracia do livro em Portugal*. Lisboa, Temas e Debates, 2019, pp. 35-98.

²³ Mais conhecido como “Manifesto dos 101 Católicos”, foi reproduzido em Pe. J. da F. ALVES, op. cit., pp. 175-208. A luta pelas liberdades fundamentais levou inclusive a invocar textos de Pio XII, João XXIII e Paulo VI (Pe. J. da F. ALVES, op. cit., pp. 180-191). Naquela revista de referência dos católicos contestatários, J. A. Ribeiro publicaria sobre a Guerra do Vietname e sobre paz e guerra por seis vezes (vd. produção própria em <http://ric.slihi.pt/O_Tempo_e_o_Modo/autor?id=aut_0000026346>). Em maio de 1971 subscreveria outro manifesto, “Ao país”, da Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão (in Arquivo Municipal de Loures, Fundo António Carlos Costa Cerqueira). Este manifesto surgiu como resposta à nova lei de imprensa sob o marcelismo, a qual manteve a censura férrea ao impresso, ao invés do que então a ditadura quis fazer crer. Para apontamentos do autor sobre este período vd. Clara BARATA, Luís Miguel QUEIRÓS, “Os livros da resistência: livrarias no regime fascista”: *Público*, 11/6/1994, pp. 1-4 (sup. Leituras) e Adília CÉSAR, Fernando Esteves PINTO, “Lógos entrevista | José Antunes Ribeiro”: *LÓGOS – Biblioteca do Tempo*, 27/2/2018, s. p.

tema particularmente caro às novas gerações, de que faziam parte os responsáveis da Ulmeiro²⁴. Dado ser tema tabu, era amiúde abordado de modo cifrado, através da edição a pretexto doutros confrontos bélicos, em especial da Guerra do Vietname, o que tinha a vantagem de permitir, em simultâneo, tomadas de posição anti-imperialistas, alargando-se assim o escopo da mensagem política²⁵.

Neste contexto, tornou-se bastante coerente, embora previsivelmente arriscado, o âmbito da primeira fornada de edições, cruzando poesia crítica da nova geração (de Eduardo Guerra Carneiro e de Carlos Loures) com reedição de ensaios políticos tendo segundo sentido, como o emblemático *Causas da decadência dos povos peninsulares*, apresentado nas célebres Conferências do Casino por Antero de Quental e relançado para ecoar em modo subversivo ideias deste sobre o atraso ibérico derivado do obscurantismo inquisitorial. A esses juntou-se o testemunho autobiográfico *Histórias do cárcere: contos* [tít. or. *Cuentos carcelarios*], do anarquista espanhol Juan Gómez Casas. Só nesse ano de 1970 saíram, portanto, quatro títulos fortes, todos na mesma coleção Cadernos Peninsulares, que se tornaria de culto, pelo seu arrojo, por esta especial combinação de (sub)géneros literários e pendor crítico, pela incidência sub-reptícia numa ‘irmandade’ ibérica e por ter sido levada para outra editora, a Assírio & Alvim, a qual se tornaria influente na área literária e artística²⁶.

²⁴ Sintomaticamente, a luta anticolonialista foi um dos principais objetivos do catolicismo progressista português enquanto movimento social – vd. José Manuel VIEIRA, *O catolicismo progressista em Portugal (1968-1974): análise ao discurso*. Lisboa, ISCTE-IUL (tese maestr.), 2005, p. 36. Sobre os fundamentos programáticos do catolicismo progressista, vd. Jorge REVEZ, *Os vencidos do catolicismo: militância e atitudes críticas: 1958-1974*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2009, pp. 61-73.

²⁵ Sobre a importância desta produção no panorama editorial português, vd. D. MELO, ““Se cambian los tiempos, se cambia la voluntad””, op. cit., pp. 15-45.

²⁶ Sobre esta coleção, vd. Daniel MELO, “Cadernos Peninsulares-Peninsulares (Lisboa, 1970-2016?)”, in *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI) - EDI-RED*. Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 12/2019, s.p.

O opúsculo de Antero passaria o crivo censório (para evitar chamariz e por ser reedição de obra oitocentista dum nome canónico, apesar de tudo²⁷); pior fortuna teria *A poesia deve ser feita por todos*, então apreendido pela polícia política, por o seu autor (Carlos Loures) estar já referenciado por haver escrito e publicado *A voz e o sangue* (na Novo Rumo), tendo por isso ficado encarcerado meio ano em 1968.

Segue-se a apreensão da quase totalidade da 1.^a tiragem do livro de Gómez Casas (c. 2 mil exemplares), *apud* testemunho do editor, embora o único auto específico da PIDE/DGS localizado (de 18/10/1970) só refira dois exemplares e 10 dias depois a censura tenha autorizado a sua circulação²⁸. Note-se que a devolução posterior destes livros apreendidos, quando se fazia, era só de uns quantos exemplares e obrigava à deslocação da vítima à sede da polícia política: a ditadura simulava uma face de legalidade enquanto na sombra persistia com práticas ilegais, cínicas e danosas. Isto porque certas apreensões não ficavam registadas oficialmente, sobretudo as realizadas a editoras ou livrarias consideradas mais subversivas, como foi o caso desta Ulmeiro, ou antes da Publicações Europa-América, da Afrodite ou da Moraes²⁹. O n.º 5 da coleção, *O teatro, a crítica e a sociedade*, que sairá em 1971, foi já sujeito a autocensura pelo próprio editor, que publica esse ensaio sobre a peça “Melim 4” mas exclui o texto da mesma por receio de retaliação oficial, uma vez que o seu autor (o encenador argentino Adolfo Gutkin) estava chamando as atenções das polícias políticas ibéricas³⁰.

²⁷ Vd. sentido do relatório de censura em <<https://tertuliabibliofila.blogspot.com/2014/04/>>.

²⁸ Cf. ANTT/ Arq.º PIDE/DGS, Pide, SC, CI(1) 2224, NT 1242, pt. 2.

²⁹ Já para não falar de processos judiciais persecutórios e da destruição de bens, como nos casos da Afrodite, da Minotauro e da Imbondeiro (cf. D. MELO, “Se cambian los tiempos, se cambia la voluntad”, op. cit., pp. 24, 30 e 42; para a Afrodite vd. ainda P. P. MARQUES, op. cit., pp. 53-163; para a Moraes vd. também S. LUDOVICO, op. cit., pp. 459-471).

³⁰ Cf. Maria Ramos SILVA, “Adolfo Gutkin. “Os desenrascas jeitosos às vezes passam fome, mas são donos de si mesmos””: *Jornal i* 28/5/2011.

Neste curto período de pouco mais de quatro anos até ao golpe militar de Abril de 1974, a Ulmeiro seria alvo de dezenas de investidas repressivas, resultando na apreensão de milhares de exemplares. Tal representou um golpe intencional na saúde financeira da empresa, obrigando-a a uma reorientação das suas atividades, centrando-se na venda livreira e na distribuição e transferindo a edição para a novel editora Assírio & Alvim, na qual nem o nome de José Ribeiro seria reconhecido, permitindo algum tempo de dissimulação e disfarce, e de mais edição subversiva.

4. Programa editorial: da consolidação à crise

A editora Ulmeiro regressaria em força à edição no período revolucionário, lançando coleções que acompanharam a explosão de livros de cariz político, como “Cadernos Ulmeiro” e “Terceiro Mundo e revolução”, depois prolongadas pela “Biblioteca Ulmeiro”, esta com um perfil mais eclético, em termos de temáticas abordadas (vd. mais coleções específicas no quadro 1). De destacar que vários livros daquelas coleções tiveram tiragens de cinco mil exemplares para as primeiras edições, o que representa um valor expressivo, atendendo à forte concorrência então existente para este tipo de obras. O livro *A questão judaica*, de Marx, assomou aos seis mil exemplares, juntando as edições de 1976 e 1978 (col. “Cadernos Ulmeiro”)³¹. A partir dos dados sistematizados no quadro 1, pode avançar-se que este foi um período de consolidação da editora, não só visível no desdobramento em várias coleções como na dinâmica então imprimida, expressa em reedições ou reimpressões de várias das obras lançadas no período (dalguns destes casos se deu conta acima) e no lançamento e preparação de periódicos relevantes (que

³¹ Vd. F. MAUÉS, op. cit., p. 661. Sobre esta conjuntura política e subsequente, vd. obra supracitada e ainda Rui BEJA, *Democracia do livro...*, op. cit., pp. 99-164.

detalharei mais adiante), entre outros indícios de que darei conta seguidamente. Antes, porém, de notar que no quadro 1 se aproveitou para incluir todas as coleções da editora, total de títulos e principais (sub)gêneros literários abrangidos, para permitir uma leitura de conjunto da produção da editora, mas também para sustentar a delimitação doutros períodos, como o dos anos 1980, de reorientação da produção mas ainda em alta, e o das décadas seguintes, de crise gradual em termos de intensidade e produção continuada, de visibilidade, de receptividade, de influência, etc.

Nome da coleção	Total de vols. e de títulos	Principais gêneros literários	Datas extremas
Cadernos Peninsulares	5	poesia portuguesa contemporânea; política (testemunho); arte política (teatro)	1970-1971
Imperialismo americano, inimigo n.º 1 dos povos	1	Política	1975
Obras Completas de Che Guevara	2	política (testemunho, teoria)	1975-1975
Documentos de Cuba	2	política (teoria); Cuba	1975-1976
Terceiro Mundo e revolução	4	política (testemunho, teoria); colonialismo	1975-1976
Cadernos Ulmeiro	13	política (testemunho, teoria; doutrina cooperativa); marxismo (ortodoxo e heterodoxo); conselhismo	1975-1978
Para Ler/ Para Fazer	3	literatura infantil; educação sexual	1975-1979
Teatro Ulmeiro	2	teatro estrangeiro contemporâneo	1976-1976
Forças da Vida	8	política (testemunho); religião (testemunho; doutrina); espiritualidade; cristianismo; judaísmo; budismo	1976-1999
Biblioteca Ulmeiro	28	política (testemunho, teoria); arte política (teatro; música); história; história política; história social; história dos países lusófonos (Angola e Cabo-Verde); sociologia; temas de atualidade (combate ao tráfico de droga; problemas nas escolas; revolução de abril)	1976-2000
Terceiro Mundo e revolução – série 2	2	política (testemunho, teoria)	1977-1977
Álbuns Ilustrados	3	cartoon; biografia; música; poesia	1977-1984
Psicologia	1	Sobre a comunicação interpessoal	1978

Nome da coleção	Total de vols. e de títulos	Principais géneros literários	Datas extremas
Vozes das ilhas	1	poesia são-tomense contemporânea	1978
Cadernos Ulmeiro – série 2	1	Política	1978-1978
Teatro Ulmeiro (Nova Série)	2	teatro português contemporâneo; teatro infantil	1978-1979
Viver	3	desenvolvimento sustentável; ecologia; política energética; alimentação natural; nutrição	c.1978-1984
Biblioteca Literária Ulmeiro	4; nb: 1 em coed. c/UEA	contos, novela e poesia de a. lusoafrikanos contemporâneos	1978-1985
África em Luta – nova série	1; nb: coed. c/ CIDAC	Política	1979-1979
Obras de António Cardoso	3; nb: coed. c/ INALD	novela angolana; poesia angolana	1980-1980
Barca Nova	8	teatro português contemporâneo	1980-1984
800 anos de história	14; 4	história; história política	1980-2001
Clássicos da Língua Portuguesa	19	poesia portuguesa contemporânea; poesia ibérica medieval; romance brasileiro; contos populares portugueses	1981-2000
Ulmeiro Universidade	16	economia política; economia; filosofia; política (testemunho, teoria); neo-colonialismo; contos portugueses contemporâneos; história da literatura (romantismo); análise literária; arquitetura greco-romana; escravagismo; abolicionismo; pedagogia	1981-2001
Imagem do Corpo	86	poesia portuguesa contemporânea; novela portuguesa contemporânea; contos portugueses contemporâneos	1981-2005
Texto e Imagem	1	poesia portuguesa contemporânea (nobre); fotografia	1983
Ulmeiro agricultura	2	Agricultura	1983-1985
Fémina	3	política (testemunho); sociologia (testemunho); feminismo; género	1983-1985
Ulmeiro Policial	8	policial português	1984-1988
Speed	1	Cartoon	1985
Obras de António Maria Eusébio	2	poesia portuguesa popular contemporânea	1985-1985
Obras de António Ramos Rosa	2	poesia portuguesa contemporânea	1985-1986

Nome da coleção	Total de vols. e de títulos	Principais géneros literários	Datas extremas
Obras de António Modesto Navarro	3	policial português; romance português contemporâneo	1986-1989
Mínima	23	poesia portuguesa contemporânea; poesia estrangeira contemporânea; aforismos; contos; testemunho de viagem; novela; modernistas	1987-2004
Obras de Noémia Seixas	3	poesia portuguesa contemporânea (surrealismo); romance português contemporâneo (surrealismo)	1989-1994
Obras de Agostinho da Silva	12	integral de Agostinho da Silva	1989-1998
Memória local portuguesa	2	estética; arquitetura; história política; municipalismo	1991-1993
Obras de José Fanha	2	poesia portuguesa contemporânea	1995-1995
Todas as Luas	2	novela portuguesa contemporânea; novela gráfica	1998-2005
Ulmeiro Técnica	2	gestão; ciência e tecnologia; divulgação científica	1999-2000
Clássicos da Psiquiatria	3	psiquiatria oitocentista	1999-2011
Universo da Gastronomia (Nova Coleção)	1	gastronomia portuguesa	2000
As Sete Partidas do Mundo	2	contos de a. estrangeiros	2000-2000
Breves Antologias Ulmeiro (Nova Coleção)	1	poesia portuguesa contemporânea	2001
Viagens ao Mundo da Matemática	2	Matemática	2001-2001
Obras de Ana Eduarda Santos	2	teatro português contemporâneo; contos portugueses contemporâneos	2001-2001
Razão óbvia	1	romance português contemporâneo	2015
Saúde	2	medicina tropical	2017-2017
Best Portuguese Authors	1	poesia portuguesa contemporânea	2018

Quadro 1: coleções do catálogo editorial da Ulmeiro (1970-2018)³²

³² Fontes: Porbase; *Ulmeiro. Preçário/ nota de encomenda*. S.I., Ulmeiro, c.2001, fls. 1-10; <<https://ulmeiro.com/cat/c5.htm>>; <https://www.worldcat.org/search?q=s%3A%22Ulmeiro%22&qt=results_page>.

Nb: a col. “Barca Nova” contém 14 peças de 10 a. e previu 4 séries, das quais só duas saíram: a Contemporânea e a Infantil; a col. “Obras de António Maria Eusébio”

Nesse período efervescente pós-25 de Abril provocou especial polémica *Massacres na guerra colonial: Tete, um exemplo*, de 1976, que foi censurado por autoridades militares já em plena democracia, obrigando autor e editor a julgamento em tribunal militar, do qual sairiam amnistiados politicamente³³.

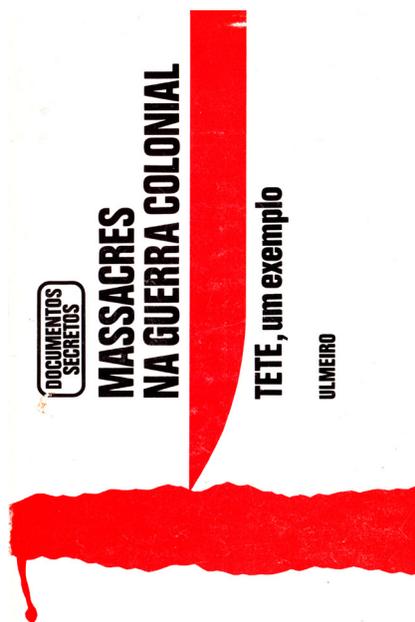


Figura 1 – Capa de *Massacres na Guerra colonial: Tete, um exemplo* (fora de coleção, 1976, espólio de José Ribeiro). Este livro documentou atrocidades cometidas pelo exército português na Guerra colonial, reveladas primeiramente pelo padre inglês Adrian Hasting quanto ao “massacre de Wiriamu”, e deu sequência a produção afim (v.g., *Terror em Tete*, Porto, A Regra do Jogo, 1973; e *Wiriamu*, Porto, Afrontamento, 1974). Porém, o seu autor e o seu editor foram os únicos alvos da justiça militar em democracia, alegadamente por atentarem contra a “segurança nacional”. O processo durou oito anos (1976-83) e espelhou a extrema dificuldade em discutir-se publicamente o tema da Guerra colonial (só tolerável pela via ficcional) e o lado obscuro da herança das forças armadas na política portuguesa.

previa editar a obra *integral* deste poeta, mas o 3.º vol. foi já editado pelo Centro de Estudos Bocageanos, de Setúbal.

³³ Cf. ANÓNIMO, “Amnistiados o editor e o autor de “Massacres da Guerra Colonial””: *Diário de Lisboa* 17/3/1983, p. 9.

Em paralelo a isso, a editora publicou uma coleção dedicada ao teatro estrangeiro contemporâneo, a “Teatro Ulmeiro”, cuja pequenez foi contrabalançada pelo cuidado gráfico (de Cristina Reis) e pela relevância dos coordenadores, Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo, retomando um diálogo que recuava ao jornal *Crítica*, que estes encenadores haviam animado (junto com Eduarda Dionísio, Osório Mateus, Manuel Gusmão e outros) e a Ulmeiro havia distribuído em 1970-71. Ainda em 1976 a Ulmeiro editou um ensaio sobre Brecht, de Mário Sérgio (col.º “Biblioteca Ulmeiro”, n.º 5) e pouco depois abarcou o teatro africano, em *Para um conhecimento do teatro africano*, de Carlos Vaz (1978, 2.ª ed. 1999). Ambos eram livros para um teatro político. Uma nova série da “Teatro Ulmeiro” iria dar espaço ao teatro para crianças do pintor-escritor António Ferra.

Na década de 1970 e pós-revolução, em suma, o catálogo estrutura-se claramente em torno de “coleções de textos políticos”, em conexão com a conjuntura política propícia (i.e., fortemente politizada) e com o próprio desejo dos mentores da Ulmeiro, inspirando-se e seguindo o exemplo duma tendência ocidental recente, dos anos 1960, onde pontificaram editoras como a Maspero e a Feltrinelli³⁴.

Na ressaca contrarrevolucionária de finais de 1970 em diante, o ímpeto editorial fará nova reorientação, acentuando doravante a diversificação pelas literaturas, do teatro à ficção e poesia. Se o catálogo se consolida e enriquece sobremaneira nos anos 1980 isso deveu-se sobretudo à aposta na poesia e na narrativa breve (sobretudo novela), na recuperação de autores e na aposta noutros, mormente portugueses, mas também alguns luso-africanos e doutras proveniências. Neste âmbito, destaca-se a coleção “Imagem do Corpo”, com 86 títulos publicados até 2005, de longe a mais fértil, e apostando maioritariamente em autores lusos contemporâneos,

³⁴ Sobre o tema vd. J. HAGE, op. cit., pp. 1-20 (cit. p. 2).

como Hélia Correia, Noémia de Seixas, Ondina Braga, Wanda Ramos, Miguel Barbosa e António Salvado, os poetas do grupo *Árvore*, etc. Mas o que esta coleção mais evidencia, junto com a “*Fémina*”, é a aposta nas vozes femininas, tornando a Ulmeiro numa das editoras que mais se salientou nesse particular, e indicando como o projeto de empoderamento (e de contracultura) se podia fazer por distintas veredas.

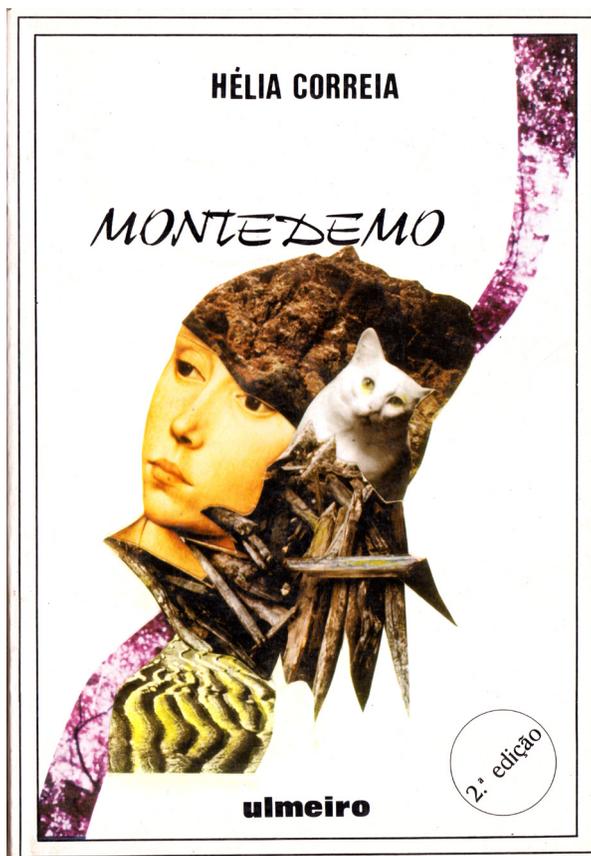


Figura 2 – Capa de *Montedemo* (col. Imagem do corpo, n.º 7, 2.ª ed., 1984, v.o.1983). A publicação desta novela da então jovem escritora Hélia Correia, ilustrada por Ana Leão, sinalizou uma das grandes apostas da Ulmeiro, a escrita no feminino, bem representada na coleção mencionada.

Outras seis coleções são dignas de menção.

Em 1.º lugar, a “Clássicos da Língua Portuguesa”, que reeditará autores canónicos lusos e ibéricos (ao incluir a poesia medieval), e com a mais-valia de boa parte incluir cuidados paratextos e/ou anotações, por especialistas (vd. apêndice).

Em 2.º lugar, a “Mínima”, que divulgará poetas modernistas lusos (Pessoa, Sá-Carneiro) e franceses (Rimbaud), da *beat generation* (Allen Ginsberg e William Burroughs), entre outros, e escritos vários (aforismos; contos; testemunho de viagem; novelas) de autores europeus como Voltaire, Andersen, Kafka, Strindberg e Edgar Allan Poe.

Em 3.º lugar, a “Ulmeiro Policial”, subgénero no qual a Ulmeiro apostou pouco mas certo, através de dois autores portugueses que se impoiam. Primeiramente, António Modesto Navarro, que com o pseudónimo de Artur Cortez rapidamente se tornou um autor de culto. Os seus policiais abordavam temas candentes da atualidade e foram inspirados por episódios traumáticos da sua vida pessoal, incluindo a Guerra colonial³⁵. O outro nome marcante foi Rusty Brown, pseud. de Miguel Barbosa, autor também muito elogiado³⁶. Já em 2019, José Ribeiro retomou o policial, lançando *Traga uma orelha de Pedro Sanches*, novela de Jacinto Rego de Almeida, outro especialista, numa parceria entre a Espaço Ulmeiro e a Edições Fénix.

Em 4.º lugar, a “800 anos de história”, dirigida por Rui d’Espiney e por José Ribeiro e que reeditou obras de referência de grandes historiadores e estudos do século XIX, por Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins.

³⁵ Vd. testemunho em Artur CORTEZ, “Porque escrevo e gosto de romances policiais”: *Jornal de letras, artes e ideias* 224 (20/10/1986), p. 26.

³⁶ Vd., a título de exemplo, a primorosa crónica do repórter-escriptor Fernando Assis PACHECO, “Welcome, Rusty!”: *O Jornal*, 25/10/1985, s.p. (supl.º Caderno 2).

Em 5.º lugar, a “Ulmeiro Universidade”, que integrou um conjunto amplo de áreas disciplinares, dos estudos literários à economia política, correspondendo a um prazer pelo conhecimento que então levará também o editor-livreiro José Ribeiro à frequência da licenciatura em História na Universidade de Lisboa. Entre autores estrangeiros (como Virgínia Woolf) e portugueses (como Ramos Rosa, Graciete Besse, Carlos Jorge e Carla Sarmento), sobressaem estudos sobre o romantismo, a literatura angolana, a escrita feminina, Redol e Paul Auster, além duma antologia de *Contos portugueses modernos*, congregando alguns dos escritores então mais representativos (vd. apêndice).

E, por fim, a “Barca Nova”, que pretendeu criar uma “biblioteca popular de autores dramáticos portugueses” contemporâneos, tendo publicado peças de dramaturgos então emergentes, como António Júlio Valarinho (seu organizador), Jaime Salazar Sampaio, António Macedo, Luís Figueiredo Tomé, Carlos M. Rodrigues, Maria Helena Ançã e António M. Pires Cabral. Integrou ainda a peça *Um jeep em segunda mão* (no livro homónimo), de Fernando Dacosta, “que a RTP não promoveu” (cit. do autor na contracapa), apesar de lhe ter atribuído o Prémio RTP, provavelmente por denunciar as sequelas da Guerra colonial, tema sensível na época, mas que teve bom acolhimento no Teatro Maizum, em encenação de Adolfo Gutkin. A última das 14 peças editadas, *A como estão os cravos boje?*, de Orlando Costa, avançou para um exame sobre a revolução e foi encenada pela Companhia Seiva Trupe. A coleção foi dedicada à poetisa Fiama Hasse Pais Brandão, “a quem uma situação imprevista obrigou a renunciar [...] à codireção” (*apud* Valarinho na apresentação do n.º 1).

Retomando *Um jeep em segunda mão* (e *Massacres na guerra colonial*), o tema da Guerra colonial foi também abordado em obras de Artur Queiroz (v.g. livro de contos *Mukandano*, de 1980, sobre os massacres do Noroeste de Angola em 1961), Abílio Teixeira Mendes

(*Henda Xala*, 1984) e Ascensão de Freitas (*Na outra margem da guerra*, 1999), entre outros, tornando este um dos temas eleitos pela Ulmeiro, integrando as vertentes mais latas do antibelicismo/pacifismo e do anticolonialismo (na qual se pode destacar o olhar de Frantz Fanon e toda a restante edição da col. “Terceiro Mundo e revolução”). Por seu turno, a atenção aos diálogos literários luso-africanos plasmou-se ainda na reedição de obras dos angolanos António Cardoso e David Mestre, da santomense Alda Espírito Santo e dos cabo-verdianos Luis Romano e João Lopes Filho.

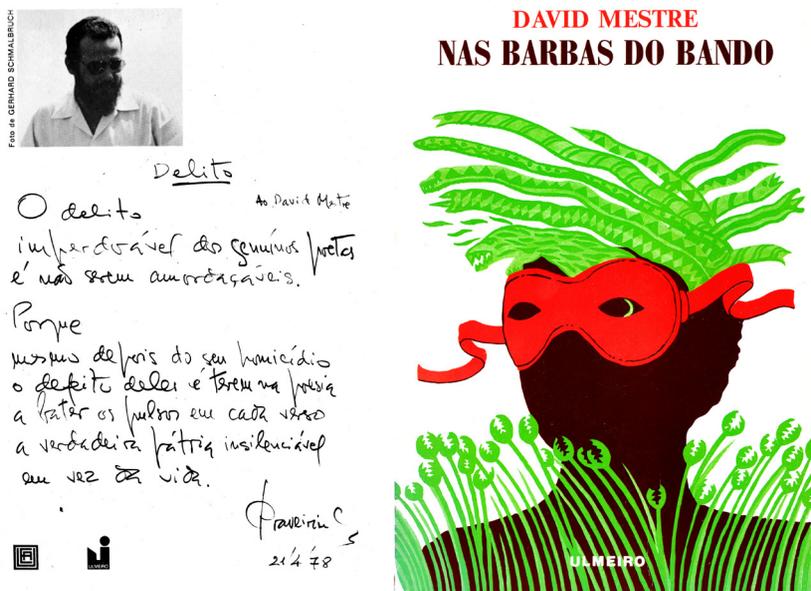


Figura 3 – Contracapa e capa de *Nas barbas do bando* (col. Biblioteca literária Ulmeiro, n.º 4, 1985). David Mestre foi um poeta angolano independentista (desertor militar em 1971, preso até 1974). Este seu livro tem capa doutro resistente angolano, António Ole. A contracapa reproduz um poema manuscrito do moçambicano José Craveirinha dedicado a Mestre. Os autores luso-africanos e as temáticas conexas, incluindo a Guerra colonial, foram centrais no catálogo da Ulmeiro.

A poesia foi uma das áreas em que arriscou mais. Publicou novos livros de Raul de Carvalho, António Ramos Rosa e Hugo Beja, este último envolvido no movimento des-integracionista. Lançou *Poemografias*, em 1986, ligado à consolidação da poesia experimental em Portugal, com textos teóricos de José-Alberto Marques, Alberto Pimenta, Ana Hatherly, Salette Tavares e E. M. de Melo e Castro, entre outros. Reeditou obras de Faustino Xavier de Novaes (cunhado de Machado de Assis), António Nobre e Mário de Sá-Carneiro e a poesia popular de António Maria Eusébio/ O Calafate.

Desenvolveu atividade relevante para as crianças: publicou peças de teatro infantil (p.e, de António Ferra) e livros inovadores (v.g. *Era uma vez uma ilha... onde as crianças construíram a escola nova* e *Como se educam os adultos*, ambos de Marcella Bacigalupi et al., e *A história do hidroavião*, de António Lobo Antunes) e teve um Clube Infantil Ulmeiro, com sessões de cinema formativo aos sábados de manhã (v.g., Charlot) e uma equipa de futebol apelidada de UNICEF.

Nos anos 1980 a 1990, a Ulmeiro lançou ou reforçou um conjunto relevante de autores lusos das gerações mais recentes. Além dos já referidos, cabe nomear Hugo Santos, José Viale Moutinho, Manuel Cintra e Mário Rui Cordeiro. Ajudou a revelar o polifacetado Miguel Barbosa, publicando parte relevante do seu teatro, contos, romance, ensaio (e também os policiais de Rusty Brown). Editou novas obras de pensadores como Agostinho da Silva, de quem reeditou outros livros importantes (de educação, filosofia e biografias), ao ponto de este se ter tornado o autor mais publicado na Ulmeiro. Recuperou obras pouco visíveis de autores consagrados da literatura lusa, como Antero, Camilo Castelo Branco, Trindade Coelho, Raul Brandão e Augusto Gil. E apostou na literatura e ensaios luso-africanos. Neste âmbito, e além de obras literárias várias, publicou ensaios sobre a sociedade e a cultura de Cabo-Verde, de António Carreira, e

várias de obras de João Lopes Filho, que incluem testemunhos de várias personalidades desse país. Editou ainda livros sobre Angola e sobre Moçambique.

O catálogo foi-se estruturando com recurso a vários mecanismos, como a arrumação por autores e/ou livros (vd. destaques no boletim informativo³⁷), temáticas (p.e., terceiro-mundismo³⁸, “Temática 25 de Abril”, “Temática Africana P.A.L.O.P.”), coleções, etc., comprovável por um conjunto de fontes documentais produzidas pela editora³⁹. O papel da coleção tornou-se mais saliente nos anos 1980, pois foi então que surgiram muitas novas coleções, a juntar às que prosseguiam ativas. Dum total de 46 coleções (n.b.: exclui-se as três “novas” séries que foram continuação de coleções do seu catálogo), vinte e uma tiveram livros publicados nessa década. Mas a produção e o programa da Ulmeiro não se podem compreender cabalmente sem referir o lugar relevante que nela teve a edição de periódicos próprios, a começar pela revista *Cidade campo*, ns.º 1 (1978) e 2 (1979), cujos subtítulos resumem bem o projeto desta revista, já então a contracorrente da prática oficial prevaiente: *Cadernos da habitação ao território e Movimento popular e prática urbanística em Portugal*. A ligação aos movimentos populares, de pendor basista ou conselhistas, tem

³⁷ V.g., ANÓNIMO, “Autores da Ulmeiro com o público”: *Ulmeiro jornal* 1 (2/1984), p. 3, e ANÓNIMO, “Montedemo e Incontáveis vésperas. O fantástico e o quotidiano. Duas escritas de qualidade”: *Ulmeiro jornal* 1 (2/1984), p. 1.

³⁸ No auge do Movimento dos Não-Alinhados, que então desafiava o dualismo das superpotências EUA e URSS, a Ulmeiro divulgou uma biblioteca internacionalista composta por livros que entretanto editara e destinada ao conhecimento dos países que podiam integrar esse novo espaço político-ideológico (vd. ANÓNIMO, “Livros dos três continentes”: *Três continentes* 1 (6/1980), p. 2.

³⁹ Além de documentação vária da Ulmeiro para informação à imprensa e meio literário sobre novidades e lançamentos de livros seus e por si distribuídos (incluindo os boletins *Ulmeiro jornal* e *José Antunes Ribeiro – editor – livreiro. Ulmeiro publicações – Cultarte Editores* 1, 5/2004), saliente-se os catálogos que a editora publicou (vd. fontes do quadro 1) e os anúncios publicitários que fez sair, fosse nalgumas das suas revistas (v.g., *Sobreviver* e *Três Continentes*) e livros, fosse na imprensa (p.e. no *Diário de Lisboa*), em especial durante algumas edições da Feira do Livro de Lisboa.

aqui uma articulação com o movimento de moradores e prolongar-se-á noutras edições, como *Mundo rural, que desenvolvimento?* (col. “Biblioteca Ulmeiro”, n.º 17, 1984), livro de atas do encontro homónimo que deu então origem ao Movimento de Solidariedade Rural, de matriz cristã e ligado ao desenvolvimento integrado. Outros movimentos sociais como o pacifismo, a ecologia, o feminismo e o naturismo serão divulgados pela revista *Sobreviver*, em especial na sua 1.ª série, 1980-81. Aprofundam-se deste modo outras vertentes de contracultura.

POR UM
DEBATE NACIONAL
SOBRE A
OPÇÃO NUCLEAR



MANIFESTO SOBRE POLÍTICA ENERGÉTICA

VIVER / 2
ULMEIRO

Figura 4 – Capa do opúsculo *Manifesto sobre política energética: por um debate nacional sobre a opção nuclear* (col. Viver, n.º 2, 1978, espólio de José Ribeiro). O envolvimento cívico levou a Ulmeiro a editar este manifesto antinuclear ilustrado por João Abel Manta (numa colaboração pouco conhecida), reforçando o espaço dado a movimentos sociais divulgados na sua revista *Sobreviver*.

Apesar de tudo, será a 2.^a série da *Sobreviver*, subintitulada *Revista mensal do livro e da cultura* (1985-86), que mais irá dar conta desse lado de intervenção cívica e de articulação entre cultura e política, ou melhor, entre o setor do livro e a política, acolhendo diversos testemunhos sobre a condição de escritor e textos de reflexão sobre a política cultural para o livro e a leitura⁴⁰.

Pelo meio, a Ulmeiro editou ainda a revista *Três continentes* (1980-81), dedicada à cooperação com as ex-colónias portuguesas e à valorização dos países em vias de desenvolvimento, propondo noticiário não paroquial e um engajamento internacionalista particular (lusófono), internacionalismos estes então já em erosão. Esta revista inspirou-se na *Tricontinental*, órgão oficial da reunião-grupo internacionalista homónimo e que foi dirigida por Émile Copfermann, braço-direito de Maspero e com quem José Ribeiro se encontrou em Paris, noutra iniciativa que prolongou a sua ligação àquele livreiro-editor⁴¹.

⁴⁰ A título ilustrativo: “Os problemas que afectam o sector do livro são numerosos: aumento constante das matérias-primas, taxas de correio elevadíssimas, forte descapitalização das empresas agravada fundamentalmente com acumulação exagerada de stocks, ausência de incentivos fiscais, falta de uma política cultural oficial que desenvolva o acesso à leitura de mais vastas camadas de leitores, etc., etc., etc. O rol de lamúrias não tem fim! [...] 1) Valerá a pena continuar a remar contra a maré publicando livros, que atirados para um destino incerto, por aí estão envergonhadamente escondidos nas livrarias à espera de um problemático leitor?! 2) Valerá a pena continuar a remar contra a maré publicando novos autores e possibilitando assim a renovação de uma cultura q não pode ficar eternamente a cantar no passado?! 3) Valerá a pena continuar esta obstinada luta em defesa da língua e da cultura portuguesas lançando dezenas de títulos de autores portugueses em cada ano que passa?! [...] as dúvidas arrastam-se neste quotidiano em que sempre as questões económicas acabam por condicionar o melhor do nosso esforço e do nosso trabalho!...” – cit. José Antunes RIBEIRO, “carta aos leitores: escândalo do Século”: *Sobreviver* 4 (3/1986), p. 2.

⁴¹ Vd. D. MELO, “José Antunes Ribeiro...”, op. cit., s.p.



Figura 5 – Capa do n.º 12 da revista *Três continentes* (6/1981, por João Carlos Albernaz, espólio de José Ribeiro). Este dossiê sobre a autodeterminação do povo maubere surgiu numa época em que a ocupação e opressão indonésias em Timor-Leste tinham caído no olvido a nível internacional, inclusive em Portugal.

A partir dos anos 1990, e sobretudo da viragem de milénio em diante, constata-se uma queda na produção e uma nova reorientação, o que pode sustentar a ideia de entrada num período de crise. Poucas coleções prosseguem (a mais saliente continua a ser “Imagem do Corpo”), surgem várias novas mas com pouco desenvolvimento, a edição desdobra-se por várias chancelas e aposta-se um pouco mais na literatura estrangeira, dando ao prelo obras de Machado de Assis e traduções de Voltaire, Hans Christian Andersen, Rimbaud, Allan Poe, Kafka e Beatriz Borovich. Juntam-se a anteriores obras

de referência, como o álbum dedicado ao *cantautor* francês Leo Ferré e outras já mencionadas. Regista-se também uma paragem na edição durante 2006 e 2009, para a qual poderá ter contribuído a assunção, por José Ribeiro, de funções de diretor editorial na Portugália Editora (então relançada), oficialmente entre 2008 e 2010.

Ao longo dos seus 50 anos de atividade, a Ulmeiro recorreu a ilustradores como Ana Leão, António Ole, António Pimentel (responsável pelo grafismo e capas da col.º “Imagem do Corpo” em 1984-86), Bual, Carmen, Cristina Reis, Graça Martins, J. Machado-Dias, João Carlos Albernaz, José Rodrigues (capa de *A casa de mãezinha*, de António Cardoso, com arranjo gráfico de António Domingues) e Wanda Ramos, entre outros.

5. Notas finais

O catálogo da Ulmeiro totaliza 310 títulos dispostos por 322 volumes e distribuídos em 46 coleções, o que demonstra a centralidade da coleção na sua estratégia editorial. Apenas 56 daqueles títulos foram traduzidos (ou c.18%), sobretudo de autores europeus (nos clássicos, nalguma poesia recente e em parte dos textos teóricos) e do Terceiro-Mundo (em parte dos textos teóricos e de espiritualidade), o que confirma a aposta na produção autóctone e de língua portuguesa. Ao longo da sua existência editou c. 60 títulos de carácter político⁴², correspondendo a quase um quinto do seu catálogo (vd. apêndice), um valor expressivo e indicador duma sua dimensão identitária estruturante e marcante da sua relação com a esfera pública, em especial nos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980. Se contabilizarmos os livros que também se editaram nas chancelas afins a que fizemos menção na introdução e alguns por si patrocinados e distribuídos em exclusivo, acrescem

⁴² Estimativa de F. MAUÉS, op. cit., p. 322.

mais 50 títulos (14 dos quais novos títulos pela Fólio Exemplar) e duas coleções. Ou seja, uma produção não despidianda, embora minoritária, que terá servido para um processo de afirmação do editor para lá da editora matriz e para uma (re)edição pontual de obras que lhe interessassem particularmente ou de encomendas.

Embora uma produção modesta em total de títulos (que não em total de exemplares⁴³) e com um certo carácter artesanal (patente na colagem ao perfil de livreiro-editor operário-artífice, na estrutura empresarial modesta e tendencialmente associativa, na irregularidade dos arranjos gráficos, nas tiragens relativamente limitadas, na existência de muitas coleções não consolidadas, etc.), contemplou muitas áreas, ressaltando o livro de cariz político, a poesia, o teatro, a ficção (e nesta, os contemporâneos, a novela de novos autores e o policial). Deixou também uma marca interessante nas áreas da história, ensaio diverso (incluindo livros de referência dedicados à música de intervenção), *cartoon* (de Vasco, um deles sobre Fernando Pessoa), espiritualidade, literatura para crianças, urbanismo, economia, agricultura, gastronomia, dicionários e revistas. A sua “linha editorial” pugnou “pela inteligência contra a estupidez, pelo debate de ideias contra o dogma, pela cultura contra a ignorância”⁴⁴, assumindo um perfil de intervenção, de resistência, de alternativa e de contracultura.

O catálogo da Ulmeiro representa a publicação de coleções, obras e autores com relevância cultural, e transparece a prevalência duma escolha com critérios, seja de autores e/ou livros de qualidade, seja de engajamentos doutrinários (catolicismo progressista, antifascismo, anticolonialismo, terceiro-mundismo, conselhismo/

⁴³ Pois afirmar-se-ia “produzimos perto de um milhão de livros”, *apud* estimativa no 25.º aniversário da editora – cit. José Antunes RIBEIRO, “15.º aniversário da Ulmeiro”: *Ulmeiro jornal* 4 (3/1985), p. 8.

⁴⁴ José Antunes RIBEIRO, “Carta aos leitores”: *Ulmeiro jornal* 1 (2/1984), p. 1.

basismo, internacionalismo lusófono, etc.⁴⁵), seja de autores e temas que interessavam ao editor(a) ou em que o editor correu o risco de apostar, seja em parcerias institucionais⁴⁶. Não por acaso, os temas da Guerra colonial e da revolução haveriam de atravessar o seu catálogo, bem como a recuperação ou aposta em ‘novas’ correntes, como as dos poetas experimentais, surrealistas, etc.

Reiterando tratar-se o presente texto uma incursão exploratória, crê-se pertinente explorar-se outras questões importantes para a interpretação do papel dos catálogos de editor e de livreiro, como as características materiais das várias coleções (formatos, tamanhos aproximados, etc.), a política promocional e de preços, e o lugar dos capitais simbólico e económico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Miguel, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa, Nelson de Matos, 2008.

ALVES, Padre José da Felicidade, *Católicos e política: de Humberto Delgado a Marcelo Caetano*. Lisboa, ed. do a., 1970 (2.^a ed.). Url: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=024923#11>>.

ANÓNIMO, “Livros dos três continentes”: *Três continentes* 1 (6/1980), p. 2.

⁴⁵ Cabe aqui convocar um testemunho elucidativo: “Nascemos nesse e desse movimento e apoiámos tudo aquilo em que acreditávamos: por aqui passaram a pedir apoio pessoas ligadas à luta clandestina contra o antigo regime salazarento, contra o colonialismo português, maoístas, M-L’s [marxistas-leninistas] de todos os feitios, CDE, anarquistas, católicos progressistas [...], revolucionários de todos os quadrantes, que ingenuamente pensámos poderem após o 25 de Abril entender-se no debate de ideias que se abria nesse momento histórico” – cit. José Antunes RIBEIRO, “Pequenas estórias de uma livraria de Benfica... (10)”: *Retalhos de Bem-Fica* 11/2/2011.

⁴⁶ Nas palavras do editor: “sedimentámos colecções, lançámos as pontes de uma cooperação em novos moldes com os países africanos de língua portuguesa [...]. E sobretudo [...] tentámos remar contra a maré não embarcando na onde de provincianismo que por aí anda em demasia” – cit. J. A. RIBEIRO, “15.º aniversário ...”, op. cit., p. 8.

- ANÓNIMO, “Amnistiados o editor e o autor de “Massacres da Guerra Colonial””: *Diário de Lisboa* 17/3/1983, p. 9.
- ANÓNIMO, “Autores da Ulmeiro com o público”: *Ulmeiro jornal* 1 (2/1984), p. 3.
- ANÓNIMO, “Montedemo e Incontáveis vésperas. O fantástico e o quotidiano. Duas escritas de qualidade”: *Ulmeiro jornal* 1 (2/1984), p. 1.
- ANSELMO, Artur
- *Estudos de história do livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997.
- “Cinco progenitoras de Babel”, *Babel sobre Babel*. Lisboa, BABEL, 2000, pp. 120-139.
- BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís Miguel, “Os livros da resistência: livrarias no regime fascista”: *Público* 11/6/1994, pp. 1-4 (supl. Leituras).
- BARRETO, José, “Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo”, *Academia.edu/JoseBarreto*. S.l., Academia.edu, 2003, pp. 1-47. Url: <https://www.academia.edu/6804362/Oposiçao_e_resistencia_de_catolicos_ao_estado_novo>.
- BEBIANO, Rui
- “As Esquerdas e a oposição à Guerra Colonial”, in Rui de Azevedo TEIXEIRA (dir.), *A Guerra do Ultramar: realidade e ficção: actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*. Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 293-313.
- *O poder da imaginação: juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra, Angelus Novus, 2003. Url: <http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/O%20poder%20da%20imaginacao_RBebiano.pdf>.
- BAUBETA, Patricia Anne Odber de, *The anthology in Portugal*. Oxford, Peter Lang, 2007.
- BEJA, Rui
- *A edição em Portugal, 1970-2010: percursos e perspectivas*. Lisboa, APEL, 2012.
- *Democracia do livro em Portugal*. Lisboa, Temas e Debates, 2019.
- BRAGANÇA, Aníbal, “O editor de livros e a promoção da cultura lusófona. A trajetória de Francisco Alves (1848-1917)”, in Moisés de LEMOS MARTINS (org.), *Lusofonia e Interculturalidade*. Famalicão, Húmus; Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2015, pp. 227-243. Url: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/download/2203/2120>.
- CÉSAR, Adília; PINTO, Fernando Esteves, “Lógos entrevista | José Antunes Ribeiro”: *LÓGOS – Biblioteca do Tempo* 27/2/2018. Url: <<http://logosbibliotecadotempo.blogspot.com/2018/02/logos-entrevista-jose-antunes-ribeiro.html>>.
- CAMEIRA, Emanuel, *A &Etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (tese doutr.), 2018. Url: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/34078>>.
- CHARTIER, Roger, *Os desafios da escrita*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.
- COELHO, Jacinto do Prado *et alii*, *Problemática da leitura – aspectos sociológicos e pedagógicos*. Lisboa, INIC, 1980.
- CORTEZ, Artur, “Porque escrevo e gosto de romances policiais”: *Jornal de letras, artes e ideias* 224 (20/10/1986), p. 26.

- CRAVO, Nuno, *Civilização Editora – 130 anos no universo familiar dos livros*. Aveiro, Universidade de Aveiro (tese maestr.), 2009. Url: <<http://hdl.handle.net/10773/4539>>.
- CURTO, Diogo Ramada (dir.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- FERREIRA, Nuno E., “Os meios católicos perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal”: *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa* 12 (2000), pp. 221-266.
- FERREIRA, Paulo Rodrigues, *Culturas de protesto em Portugal na imprensa periódica: 1968-70*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (tese maestr.), 2009. Url: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/507/1/21221_ulfl071260_tm.pdf>.
- FONSECA, Fernando Taveira da *et alii* (org.), *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.
- GARON, Rosaire, “Les pratiques culturelles en mutation à la fin du XXe siècle: la situation au Québec”, in Caroline ANDREW *et alii* (ed.), *Accounting for culture*. Ottawa, University of Ottawa Press, 2005, pp. 159-182.
- GONÇALVES, João, “A actividade editorial e tipográfica da Biblioteca Nacional: 1919-1927”: *Revista da Biblioteca Nacional*, 1.1-2 (1986), 2.ª série, pp. 237-244.
- HAGE, Julien, “Collections politiques et effets de sens: littérature et politique dans les nouvelles maisons d’édition politique d’extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”: *Cahiers du CRHQ* 2 (2010), pp. 1-20. Url: <<http://www.unicaen.fr/mrsh/crhq/cahiers/2/c2a3-Hage.pdf>>.
- José Antunes Ribeiro – editor – livreiro. *Ulmeiro publicações – Cultarte Editores* 1 (5/2004), 4 pp.
- KREFA, Abir, “Le “livre culturel” en Tunisie. Genèse, conditions socio-économiques et limites d’une édition engagée”: *Bibliodiversity* 4 (2016), pp. 26-33. Url: <https://issuu.com/alliance_des_editeurs/docs/bibliodiversity_4>.
- LARRAZ, Fernando, “El catálogo como fuente primaria de la historia de la edición”, in Fernando LARRAZ *et alii* (orgs.), *Pliegos alzados: la historia de la edición, a debate*. Gijón, Ediciones Trea, 2020 [no prelo].
- LEFORT-FAVREAU, Julien, “Le Mai 68 littéraire de François Maspero”: *Études françaises* 54.1 (2018), pp. 37-58. Url: <https://www.academia.edu/37248061/Le_Mai_68_littéraire_de_François_Maspero>.
- LEITE, Pedro, *Mercadores de letras: rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (tese maestr.), 1998.
- LUDOVICO, Sara, ““Um editor já desmascarado ou marcado”: a Livraria Moraes Editora e a censura”: *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016), pp. 453-473. Doi: <https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_20>.
- MARQUES, Pedro Piedade, *Editor contra*. Lisboa, Montag, 2015.
- MAUÉS, Flamarion, *Livros que tomam partido*. Lisboa, Edições Parsifal, 2019.
- MEDEIROS, Nuno
— *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

- “Action, reaction and protest by publishers in 1960s Portugal: Books and other publications in the catholic opposition”: *Politics, Religion and Ideology* 16.2-3 (2015), pp. 137-153. Doi: <<https://doi.org/10.1080/21567689.2015.1059762>>.
 - *D'O Recreio à Livraria Romano Torres: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (tese doutr.), 2018. Url: <<https://run.unl.pt/handle/10362/43954>>.
- MELO, Daniel
- “O percurso associativo e cívico de Mário Sottomayor Cardia”, in Carlos LEONE, Manuela RÊGO (org.), *Liberdade sem dogma: testemunhos e estudos sobre Sottomayor Cardia*. Lisboa, Edições tinta-da-china, 2007, pp. 79-104.
 - *História e património da edição – a Romano Torres*. Lisboa e Famalicão, CHAM e Húmus, 2015.
 - ““Se cambian los tiempos, se cambia la voluntad”: edición, lectura y cambio cultural en el Portugal de los largos años sesenta”: *Cercles: Revista d'Història Cultural* 21 (2018), pp. 15-45. Url: <<http://revistes.ub.edu/index.php/cercles/article/view/cercles2018.21.1001/28050>>.
 - “50 anos de intervenção cultural pela Ulmeiro”: *Desarmada* 2 (7/2019), pp. 3-7. Url: <<https://www.bracodeprata.com/Desarmada/Desarmada2.pdf>>.
 - “Cadernos Peninsulares-Peninsulares (Lisboa, 1970-2016?)”, in *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI) - EDI-RED*. Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 12/2019, s.p. Url: <<http://www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/cadernos-peninsulares-peninsulares-lisboa-1970-2016-semblanza-975111/>>.
 - “José Antunes Ribeiro (Alburitel, 1942-)”, in *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI) - EDI-RED*. Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 12/2019, s.p. Url: <<http://www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/jose-antunes-ribeiro-alburitel-1942-semblanza-980203/>>.
 - “Do intelectual exilado: o legado humanístico de Jaime Cortesão”: *Revista de História das Ideias* 38 (2020), 2.ª série, pp. 55-77. Doi: <https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_3>.
- Ó, Jorge Ramos do, *Os anos de Ferro*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- OLIVEIRA, Marta, *Livraria Sá da Costa: uma livraria e editora através da história (1913-2011)*. Aveiro, Universidade de Aveiro (tese maestr.), 2011. Url: <<http://hdl.handle.net/10773/7756>>.
- PACHECO, Fernando Assis, “Welcome, Rusty!”, *O Jornal* 25/10/1985, s.p. (supl.º Caderno 2).
- PALMA, Patrícia de Jesus, *O reyno das letras: a cultura letrada no Algarve: o lugar do impresso (1759-1910)*. Faro, Direcção Geral de Cultura do Algarve, 2019.
- PATRIARCA, Raquel, *O livro infantojuvenil em Portugal entre 1870 e 1940 – uma perspectiva histórica*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (tese doutr.), 2012. Url: <<https://hdl.handle.net/10216/67247>>.
- PINHO, Jorge M. C. Almeida e, *A tradução para edição: viagem ao mundo de tradutores e editores em Portugal (1974-2009)*. Porto, Faculdade de Letras da

- Universidade do Porto (tese doutr.), 2011. Url: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56697/2/tesedoutjorgepinho000135389.pdf>>.
- RABY, Dawn Linda, *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa, Edições Salamandra, 1990.
- RANCIÈRE, Jacques, *Estética e política*. Porto, Dafne Editora, 2010.
- RENDEIRO, Margarida, *The literary institution in Portugal since the thirties: an analysis under special consideration of the publishing market*. Berna, Peter Lang, 2010.
- REVEZ, Jorge, *Os vencidos do catolicismo: militância e atitudes críticas: 1958-1974*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2009. Url: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7212/1/EHR_7_Os%20vencidos%20do%20catolicismo.pdf>.
- RIBEIRO, José Antunes
- “Carta aos leitores”: *Ulmeiro jornal* 1 (2/1984), p. 1.
 - “15.º aniversário da Ulmeiro”: *Ulmeiro jornal* 4 (3/1985), p. 8.
 - “Carta aos leitores: escândalo do Século”: *Sobreviver* 4 (3/1986), p. 2.
 - “Pequenas estórias de uma livraria de Benfica... (10)”: *Retalhos de Bem-Fica* [blogue] 11/2/2011. Url: <<http://retalhosdebemfica.blogspot.pt/search/label/Pequenas%20estórias%20de%20uma%20livraria%20de%20Benfica>>.
- ROJAS CLAROS, Francisco, *Dirigismo cultural y disidencia editorial en España (1962-1973)*. Alicante, Universidad de Alicante, 2013.
- SAMPAIO, Maria de Lurdes, *História crítica do género policial em Portugal (1870-1970): transferências e transfusões*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (tese doutr.), 2007.
- SERUYA, Teresa (org.), *Estudos de tradução em Portugal: a Coleção Livros RTP - Biblioteca Básica Verbo 1971-1972*. Lisboa, Universidade Católica Editora, 2005.
- SERUYA, Teresa *et alii*, *Translation in anthologies and collections (19th and 20th Centuries)*. Amsterdão, John Benjamins Publishing Co., 2013.
- SILVA, Maria Ramos, “Adolfo Gutkin. “Os desenrascas jeitosos às vezes passam fome, mas são donos de si mesmos””: *Jornal i* 28/5/2011. Url: <<http://www.ionline.pt/conteudo/126372-adolfo-gutkin-os-desenrascas-jeitosos-s-vezes-passam-fome-mas-sao-donos-si-mesmos>>.
- TEIXEIRA, Jorge, *A Renascença Portuguesa: projeto editorial e ideário cívico-cultural*. Aveiro, Universidade de Aveiro (tese maestr.), 2011. Url: <<http://hdl.handle.net/10773/16304>>.
- Ulmeiro. Preçário/ nota de encomenda. S.I., Ulmeiro, c.2001, 10 fls.imps.*
- VENÂNCIO, Giselle Martins, “Lisboa – Rio de Janeiro – Fortaleza: os caminhos da coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas* traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues”: *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias* 21 (2005), pp. 185-203. Url: <<https://doi.org/10.4000/cultura.3221>>.
- VIEIRA, José Manuel, *O catolicismo progressista em Portugal (1968-1974): análise ao discurso*. Lisboa, ISCTE-IUL (tese maestr.), 2005.

**APÊNDICE: CATÁLOGO DA ULMEIRO E CHANCELAS AFINS
(1970-2019)⁴⁷**

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
800 anos de história	Quental, Antero de	<i>Causas da decadência dos povos peninsulares</i>	2001 (8.ª ed.)
	[nb: 1.ª e 2.ª eds. na col. CADERNOS Peninsulares, 1970 e 1971]		
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. I)	1980
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. II)	1981
	Quental, Antero de	<i>O que é a Internacional</i>	1980
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. III)	1983
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. IV)	1983
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. V)	1983
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. VI)	1984
	Martins, Oliveira	<i>Portugal nos mares</i> (vol. I)	1988
	Martins, Oliveira	<i>Portugal nos mares</i> (vol. II)	1988
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. VII)	1984
	Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. VIII)	1985
Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. IX)	198-	
Herculano, Alexandre	<i>História de Portugal</i> (vol. X)	198-	
África em Luta – nova série	Moita, Luís	<i>Os congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA: uma análise comparativa</i>	1979

⁴⁷ Fontes: Porbase; *Ulmeiro. Preçário/ nota de encomenda*. S.l., Ulmeiro, c.2001, fls. 1-10; <<https://ulmeiro.com/cat/c5.htm>>; <https://www.worldcat.org/search?q=e%3A%22Ulmeiro%22&qt=results_page> .

Nb: a col.º “África em Luta – nova série” foi uma coedição da Ulmeiro com o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anti-Colónias, depois renomeado Centro de Informação e Documentação de Amílcar Cabral). A antecedente, designada por “África em Luta” (1976-1977), foi unicamente editada pelo CIDAC.

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Álbuns Ilustrados	Grosz, George; Bocca, Giorgio (introdução)	<i>O rosto da classe dirigente</i> [nb: ed. Cultarte Editora]	1977
	Vasco; Laude, André (apres.); Valdemar, António (texto da contracapa)	<i>Situações, faces e formas. Desenhos 1965-1978</i>	1978 (1.ªed., Cultarte Editora, 2500 exs.); 1995 (2.ª ed., Ulmeiro)
	Jorge, Luiza Neto (sel.); Gomes, Manuel João (sel., coord.); Cília, Judite (org.)	<i>Léo Ferré</i>	1984
As Sete Partidas do Mundo	Poe, Edgar Allan	<i>Um homem na lua e outros contos</i>	2000
	Tolstoi; Dostoievski; Gogol; Surguchov; Tasin; Korolenko; Garin	<i>Contos</i>	2000
Barca Nova	Sampaio, Jaime Salazar; Monteiro, Isabel Pascoal (apres.)	<i>Conceição ou um crime perfeito. A jornada. O viajante imóvel</i>	1980
	Valarinho, António Júlio	<i>O artilheiro; A terra</i>	1980
	Rodrigues, Carlos Manuel; Ançã, M. Helena; Cabral, António Manuel Pires	<i>O cavalo mágico. História da Inês e da Ana. Crispim, o grilo mágico</i>	1980
	Rodrigues, Carlos Manuel	<i>A tragédia da Rua das Flores</i>	1981
	Dacosta, Fernando	<i>Um jeep em segunda mão. A súplica [Um suicídio sem importância]</i>	1982
	Macedo, António	<i>A pomba</i>	1983
	Tomé, Luís Figueiredo	<i>O graal</i>	1983
	Costa, Orlando da	<i>A como estão os cravos hoje?</i>	1984
Best Portuguese Authors	Camões, Luís de	<i>Love sonnets</i>	2018

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Biblioteca Literária Ulmeiro	Filho, João Lopes	<i>Estória, estória... contos cabo-verdianos</i>	1978 3 m.exs
	Queiroz, Artur	<i>Mukandano: contos</i>	1980
	Romano, Luís	<i>Famintos</i>	1983 v.o.1962
	Mestre, David; Leite, Ana Mafalda (pref.)	<i>Nas barbas do bando</i> [nb: coed. União dos Escritores Angolanos]	1985
	Fernandes, Álvaro H.; Amaro, José (intr., entr. ^a e cronologia); Fortunato, José (ed. e coord.)	<i>Portugal, nem tudo está perdido: do Movimento dos Capitães ao 25 de Novembro</i>	1976
Biblioteca Ulmeiro	Correia, Ramiro; Soldado, Pedro; Marujo, João	<i>MFA e luta de classes: subsídios para a compreensão do processo histórico português</i>	[1976]
	Correia, Ramiro; Soldado, Pedro; Marujo, João	<i>MFA. Dinamização cultural. Acção cívica</i>	[1976]
	Gramsci, Antonio; Duarte, João Ferreira (pref.)	<i>Sobre a democracia operária e outros textos</i>	1976
	Sério, Mário	<i>Sobre Brecht</i>	1976
		<i>História da China: 1840-1949</i>	1977
	Lussu, Emílio	<i>Teoria da insurreição</i>	1977
	Amin, Samir	<i>O imperialismo e o desenvolvimento desigual</i>	1977
	Carreira, António	<i>Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar, migrações; 2.^a ed. revista e aumentada, 1984: Cabo Verde (aspectos sociais, secas e fomes do século XX)</i>	1977
	Lefebvre, Henri	<i>Problemas actuais do marxismo</i>	1977
	Burchett, Wilfred; Roebuck, Derek; Davidson, Basil (pref.)	<i>Prostitutas de guerra, mercenários de hoje: Angola, tórumo dos mercenários</i>	1977
	Telo, António José	<i>O sidonismo e o movimento operário português</i>	1977
	Queiroz, Artur; Coutinho, Rosa (pref.)	<i>Angola do 25 de Abril ao 11 de Novembro: a via agreste da liberdade</i>	1978

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Stockwell, John	<i>A CIA contra Angola</i> [nb: coed. União dos Escritores Angolanos]	1979
	Filho, João Lopes	<i>Contribuição para o estudo da cultura caboverdiana</i>	1984
	Carvalho, Otelo Saraiva de; Lourenço, Eduardo (pref.)	<i>Alvorada em Abril</i>	1983 [3.ªed.]
	Movimento Solidariedade Rural	<i>Mundo rural, que desenvolvimento?</i>	1984
	Filho, João Lopes	<i>Defesa do património sócio-cultural de Cabo Verde</i>	1985
	Silverman, Ed. B. (pseud. de Álvaro Belo Marques)	<i>Quem matou Samora Machel?</i>	1987
	Flórido, José; Silva, Agostinho da [nb: ed. Ulmeiro 2, Almada]	<i>Um Agostinho da Silva: correspondência com o autor</i>	1995
	Côté, Roch	<i>Droga: a guerra quimérica</i>	1997
	Mateus, António	<i>Homens vestidos de peles diferentes</i>	1997
	Filho, João Lopes (compil.)	<i>Vozes da cultura cabo-verdiana: Cabo Verde visto por cabo-verdianos</i>	1998
	Letria, José Jorge; Moura, José Barata (pref.)	<i>A canção política em Portugal (da resistência à revolução)</i>	1999
	Moutinho, José Viale	<i>Cancioneiro de Abril</i>	1999 [2.ªed.]
	Teles, Viriato; Godinho, Sérgio (pref.)	<i>Zeca Afonso: as voltas de um andarilho</i>	1999 [2.ªed.]
	Fraga, Helena	<i>Ana: desabafos de uma professora</i>	2000
	Silva, Pedro	<i>Ordem do templo: em nome da fé cristã</i>	2000
Breves Antologias Ulmeiro (Nova Coleção)	Espanca, Florbela; Sousa, Clara de (sel. e org.)	<i>Sonetos de amor</i>	2001

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Cadernos Peninsulares	Carneiro, Eduardo Guerra	<i>Isto anda tudo ligado</i> [nb: reed. na Fólio Exemplar em 2015]	1970
	Loures, Carlos	<i>A poesia deve ser feita por todos</i>	1970
	Quental, Antero de	<i>Causas da decadência dos povos peninsulares</i>	1970
	Casas, Juan Gómez	<i>Histórias do cárcere: contos</i> [<i>Cuentos carcelarios</i>]	1970
	Gutkin, Adolfo	<i>O teatro, a crítica e a sociedade</i>	1971
Cadernos Ulmeiro	Castro, Fidel	<i>A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo</i>	1975
	Luxemburgo, Rosa	<i>A revolução russa</i>	1975
	Cuba, Partido Comunista de	<i>Os camponeses cubanos e a revolução</i>	1975
	Marx, Karl; Engels, F.; Lenine	<i>Sobre a ditadura do proletariado</i>	1975
	Mao Tsé-Tung	<i>Sobre o problema das cooperativas agrícolas</i>	1975
	Sanches, José Luís Saldanha	<i>O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado instrumento da contra-revolução</i>	1975
	Ho Chi Minh	<i>Testamento do Presidente Ho Chi Minh: apelo e homenagem fúnebre do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnam</i>	1975
	Marques, Fernando Pereira	<i>Criar poder popular: reflexões e documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática</i>	1976
	Machel, Samora; Correia, Ramiro (pref.); Fortunato, José (ed. lit.)	<i>A classe trabalhadora deve conquistar e exercer o poder na frente da ciência e da cultura: discurso... por ocasião do 1.º de Maio de 1976</i>	1977
	Marx, Karl; Fortunato, José (ed. lit.)	<i>A questão judaica</i>	1977
	Fortunato, José (ed. lit.)	<i>Angola, documentos da independência</i>	1976
	Marx, Karl; Engels, F.	<i>Crítica da economia nacional e discurso de Elberfeld, textos inéditos de 1845</i>	1976
	Antunes, Oliveira	<i>A ITT contra o 25 de Abril</i>	1976

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Cadernos Ulmeiro - Série 2	Tutashinda, N.	<i>As mistificações da "autenticidade" africana</i>	1978
Clássicos da Língua Portuguesa	Quental, Antero de; Júdice, Nuno (pref.)	<i>Sonetos</i>	1985 [4.ªed.]
	Gil, Augusto; Martins, Fernando Cabral (pref.)	<i>Versos</i>	1981
	Quental, Antero de; Júdice, Nuno (pref.)	<i>Odes modernas</i>	1983
	Vieira, Afonso Lopes; Martins, Fernando Cabral (pref.)	<i>Romance de Amadis</i>	1983 [2.ªed.]
	Quental, Antero de	<i>Primaveras românticas</i>	1983
	Vieira, Afonso Lopes	<i>Canções do vento e do sol</i>	1983
	Branco, Camilo Castelo; Correia, Hélia (pref.)	<i>Vinte horas de liteira</i>	
	Brandão, Raúl; Cintra, Manuel (pref.)	<i>A farsa</i>	1984
	Gil, Augusto	<i>Sombra de fumo</i>	1984
	Branco, Camilo Castelo; Correia, Hélia (pref.)	<i>Maria da Fonte</i>	2001 [2.ªed.]
	Assis, Machado de	<i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i>	1999 [2.ªed.]; 1.ªed. de 1999, Cultarte
	Junqueiro, Guerra; Branco, Camilo Castelo; Deus, João de; Botelho, Abel; Coelho, Trindade; Moutinho, Viale (org., pref. e notas)	<i>Gente do século XIX</i>	1987
	Novais, Faustino Xavier de; Moutinho, Viale (org. e pref.)	<i>Sátiras</i>	1998 (d.l.)
	Gil, Augusto	<i>Luar de Janeiro</i>	1997
	Branco, Camilo Castelo	<i>A infanta capelista</i>	1998
Coelho, Adolfo	<i>Contos populares portugueses</i>	1999	
Branco, Camilo Castelo	<i>Eusébio Macário</i>	1998	
Pedroso, Consiglieri	<i>Contos populares portugueses</i>	2000	
Coelho, Trindade	<i>Os meus amores: contos e baladas</i>	2000	

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Clássicos da Psiquiatria	Gomes, Bernardino António (1768-1823); Jara, José Manuel (pref.)	<i>Dos estabelecimentos de alienados nos Estados principais da Europa</i>	1999
	Sena, António Maria de; Palha, António Pacheco (pref.); Cardoso, Carlos Mota (int.)	<i>Os alienados em Portugal: história e estatística: Hospital do Conde de Ferreira</i>	2003 v.o.1883-1885
	Cid, José de Matos Sobral	<i>A vida psíquica dos esquizofrênicos</i>	2011
Documentos de Cuba	Fortunato, José (compil.)	<i>Primeira declaração de Havana; Segunda declaração de Havana; Declaração de Santiago de Cuba; Lei da Nacionalização de Empresas; Lei da reforma urbana; Lei da função bancária; Lei da reforma agrária</i>	1975
		<i>Orgãos de poder popular - a experiência de Matanzas</i>	1976
Fémina	Chinita, Ivone	<i>Peste malina: histórias de mulheres</i>	1983
	Jones, Isabel	<i>Todas as luas no meu corpo</i>	1985
	Joaquim, Teresa; Gonzalez, Manuela (recolha de)	<i>Mulheres de uma aldeia</i>	1985
Forças da Vida	CERP	<i>Perguntas à nossa igreja: Igreja e política do 25 de Abril ao 25 de Novembro: cronologias</i>	1976
	AAVV	<i>Textos cristãos 25 de Abril - - Novembro 25</i>	1977
	Oliveira, Mário de	<i>Creio na revolução</i>	1977
	Pinto, D. Manuel Vieira (bispo de Nampula, Moç.)	<i>A igreja e o tempo</i>	1979
	Sánchez, Pedro Arribas	<i>Teresa de Calcutá: profeta da paz</i>	1998
	Bustamante, Jorge	<i>Frente ao muro: a presença do Zen</i>	1998
	Borovich, Beatriz	<i>Contos judaicos de sempre</i>	1998
	Uribe Jaramillo, Alfonso	<i>Anjos e demónios</i>	1999

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Imagem do Corpo	Valarinho, António Júlio	<i>Entre fronteiras</i>	1981
	Barbosa, Miguel	<i>As confissões de um caçador de dinossauros</i>	1981
	Carvalho, Raul de	<i>Mágico Novembro</i>	1982
	Valente, A. M. Freire	<i>Pássaro pesado de sal</i>	1983
	Braga, Maria Ondina	<i>Estátua de sal</i>	1983
	Seixas, Noémia; Barreno, M. ^a Isabel (pref.)	<i>Isabel, Isabel, Isabel</i>	1983
	Correia, Hélia	<i>Montedemo</i>	1983
	Ramos, Wanda	<i>As incontáveis vésperas</i>	1983
	Vieira, Maria Antunes	<i>Poente: sonetos</i>	1984
	Maldonado, António José	<i>Limite cultivado</i>	1984
	Mendes, Abílio Teixeira	<i>Henda Xala</i>	1984
	Sá, Isabel de	<i>Restos de infantas</i>	1984
	Ribeiro, José Antunes	<i>O difícil comércio das palavras</i>	1984
	Marques, José-Alberto	<i>Nuvens, no vale</i>	1985
	Cordeiro, Mário Rui; Pereira, Miguel Serras (pref.)	<i>A nau eléctrica</i>	1984
	Rosa, António Ramos	<i>Dinâmica subtil</i>	1984
	Oliveira, Álamo	<i>Triste vida leva a garça</i>	1984
	Carvalho, Raul de	<i>Poesia instante</i>	1984
	Braga, Maria Ondina	<i>Angústia em Pequim</i>	1984
	Água, Lena de	<i>A mar te</i>	1984
	Besse, Maria Graciete	<i>Mulher sentada no silêncio</i>	1985
	Cabral, Filomena	<i>Os anjos andam nus</i>	1985
	Moutinho, José Viale; Padrão, Maria da Glória (pref.)	<i>Histórias do tempo da outra senhora</i>	1985 (2. ^a ed. rev)
	Barbosa, Miguel	<i>Cartas a um fogo fátuo</i>	1985
	Viegas, Lia	<i>A pulso o horizonte</i>	1985
	Correia, Hélia	<i>Villa Celeste: novela ingénua</i>	1985
	Branco, Vasco	<i>Palavras sem voz</i>	1985
	Correia, Hélia	<i>O separar das águas</i>	1986 [2. ^a ed.]

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Costa, Orlando da; Torres, Alexandre Pinheiro (pref.)	<i>Podem chamar-me Eurídice...</i>	1985 [3.ªed.]
	Ribeiro, José Antunes	<i>Fragmento e enigma</i>	1985
	Cintra, Manuel	<i>Bicho de sede</i>	1986
	Barbosa, Miguel	<i>A guerra do rapa-tudo</i>	1985
	Malheiro, Helena	<i>A morte das imagens</i>	1986
	Contumélias, Mário	<i>O ofício das coisas</i>	1986
	Besse, Maria Graciete	<i>Labirintos do corpo</i>	1986
	Oliveira, Álamo	<i>Até hoje – memória de cão</i>	1986
	Coelho, Rui Souza	<i>Fernando Pessoa contra o Homem-Aranha e outras histórias</i>	1986
	Ramos, Wanda	<i>Poe-mas-com-sentidos</i>	1986
	Campos, Luís de	<i>Preâmbulos</i>	1987
	Lopes, Domingos	<i>Do tamanbo possível</i>	1987
	Santos, Hugo	<i>Reaprender a resistir</i>	198-
	Mendes, Abílio Teixeira	<i>Coisas de África, archive-se</i>	1987
	Santos, Hugo	<i>Armas de (a) mar</i>	1987
	Madeira, Henrique	<i>Tejo mundo</i>	1988
	Sarmento, Luís Filipe	<i>Fragmentos de uma conversa de quarto</i>	1989
	Ribeiro, José Antunes	<i>Rio do esquecimento</i>	1993
	Barbosa, Miguel	<i>O marinheiro cego pensando na Índia</i>	1994
	Barbosa, Miguel	<i>O insecticida ou o fim do império!</i>	1994
	Madeira, Henrique	<i>Viagem maior</i>	1994
	Barbosa, Miguel	<i>Um gesto no rosto da utopia = Un geste sur le visage de l'utopie</i>	1994
	Fernandes, Maria Beatriz	<i>O espelho do corredor</i>	1995
	Santos, Hugo	<i>Ofício das nostalgias</i>	1995
	Queiroz, Artur	<i>Leões d'Anbara</i>	1995
	Cortes, Cristino	<i>Em Lisboa pelo Natal...</i>	1995
	Barroso, Pedro	<i>Cantos falados</i>	1996
	Barbosa, Miguel; Barcaccia, Stefano (coment.)	<i>Prelúdio poético de um vagabundo da madrugada = Preludio poetico di un vagabundo dell'alba</i>	1996

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Taborda, Armando	<i>Palavras, músicas e blasfêmias que envelbeço na cidade</i>	1996
	Madeira, Henrique	<i>Mar ao Norte</i>	1996
	Besse, Maria Graciete	<i>Olhar fractal</i>	1996
	Núncio, José	<i>Lunações íntimas</i>	1996
	Letria, José Jorge	<i>Senhor Pessoa, chegámos a Cascais</i>	1997
	Letria, José Jorge	<i>A metade iluminada e outros poemas</i>	1998
	Moutinho, José Viale	<i>Hotel Graben</i>	1998
	Terry, Rita	<i>Diana: a última rosa de Agosto</i>	1998
	Tinoco, João	<i>Tempo redondo</i>	1999
	Ribeiro, José Antunes	<i>Todos os livros, diz ele</i>	1999
	Freitas, Ascêncio de	<i>Na outra margem da guerra</i>	1999
	Besse, Maria Graciete	<i>Mediterrâneo: um nome de silêncios</i>	2000
	Moutinho, José Viale	<i>Os sapatos do defunto: crónicas & afins</i> [nb: crónicas]	2000
	Freitas, Ascêncio de	<i>Mentiras, elefantes e etcétera: estórias de caça em África</i>	2000
	Grilo, Vítor Luís	<i>Percurso</i>	2000
	Fabião, Fernando Jorge	<i>Nascente da sede</i>	2000
	Tavares, José Correia	<i>Molduras com espelhos</i>	2000
	Vasconcelos, José Manuel de	<i>O tempo fora do tempo</i>	2000
	Moutinho, José Viale	<i>As mãos cheias de terra: textos do andarilho</i> [nb: crónicas]	2000
	Alves, Manuel Costa	<i>Podia ser de outra maneira</i>	2000
	Andaluz, Anthony	<i>À procura de um livro</i>	2000
	Salvado, António	<i>Largas vias</i>	2000
	Freitas, Ascêncio de	<i>A reconquista de Olivença: romance</i>	2001
	Martinez, Lúdia	<i>Um adeus perfeito</i>	2001
	Mendes, Ana	<i>Adeus, até breve</i>	2001
	Salvado, António	<i>Flor álea</i>	2001
	Meireles, Rui	<i>O voo</i>	2001

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Salvado, António	<i>Águas do sono</i>	2003
	Barata, Manuel	<i>Quadras (quase populares)</i>	2003
	Barata, Manuel	<i>Fragmentos com poesia</i>	2005
Imperialismo americano, inimigo n.º 1 dos povos	Il Sung, Kim	<i>Imperialismo americano, inimigo n.º 1 dos povos</i>	1975
Memória local portuguesa	Silva, João Ribeiro Cristino da	<i>Estética citadina: anotações sobre aspectos artísticos e pitorescos de Lisboa</i> [nb: facsimile de ed. do DN]	1991
	Nogueira, José Félix Henriques; Fortes, Agostinho (revisão e notas)	<i>O município no século XIX</i>	1993 [v.o. 1856]
Mínima	Pessoa, Fernando	<i>O banqueiro anarquista</i>	1987
	Poe, Edgar Allan	<i>O corvo e outros poemas</i> [nb: reed. na Fólio Exemplar em 2012]	1989
	Burroughs, William; Ginsberg, Allen	<i>As cartas de Yage</i>	1994
	Sá-Carneiro, Mário de	<i>A loucura</i>	1994
	Martinez, Lídia	<i>Cartas de Pedro e Inez</i>	1994
	Mestas, Jean Paul	<i>Dizer e simplesmente</i>	1996
	Kafka, Franz	<i>Reflexões</i>	1998
	Antas, Hilário	<i>Morrer a rir - epítáfios apócrifos</i>	1998
	Mestas, Jean Paul	<i>Poema esquecido na madrugada</i>	1998
	Jara, José Manuel	<i>Desgramaticar</i>	1998
	Afonso, José	<i>Quadras populares</i>	1980
	Engelmayer, Elfriede	<i>José Afonso, poeta</i>	1999
	Rimbaud, Arthur; Vasconcelos, José Manuel de (pref.)	<i>Uma temporada no inferno</i> [nb: reed. na Fólio Exemplar em 2012]	1998
	Krishnamurti, Jiddu	<i>O caminho</i>	1999
	Andersen	<i>Contos</i>	1999
	Voltaire	<i>Zadig, ou o destino</i>	1999
	Voltaire	<i>O ingénuo</i>	1999
	Gauguin, Paul	<i>Noa Noa</i>	2000
	Andersen	<i>Uma visita a Portugal</i>	2000

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Kafka, Franz	<i>Aforismos</i>	2001
	Jara, José Manuel	<i>Quimeras naturais</i>	2003
	Strindberg, August; Pastor, Alexandre (pref.)	<i>Breve catequese para a classe oprimida</i>	2003
	Jara, José Manuel	<i>Panfleto anti-império</i>	2004
Obras de Agostinho da Silva	Silva, Agostinho da	<i>Uns poemas de Agostinho</i>	1989
	Silva, Agostinho da	<i>Educação de Portugal</i>	1989
	Silva, Agostinho da	<i>Vida de Miguel Ângelo</i>	1989
	Silva, Agostinho da	<i>Vida de Pasteur</i>	1989
	Silva, Agostinho da	<i>Do Agostinho em torno do Pessoa</i>	1989
	Silva, Agostinho da	<i>Sete cartas a um jovem filósofo</i>	1989
	Silva, Agostinho da	<i>Sanderson e a escola de Oundle</i>	1990 v.o.1941
	Silva, Agostinho da	<i>Diário de Alcestes</i>	1990
	Silva, Agostinho da	<i>Quadras inéditas</i>	1990
	Silva, Agostinho da	<i>Vida de Francisco de Assis</i>	1994 v.o.1944
	Silva, Agostinho da	<i>Moisés e outras páginas bíblicas</i>	1997 v.o.1945
	Silva, Agostinho da	<i>Parábola da mulher de Loth</i>	1998
Obras de Ana Eduarda Santos	Santos, Ana Eduarda	<i>O resto do mundo</i> [nb: teatro]	2001
	Santos, Ana Eduarda; Jorge, Lúcia (pref.)	<i>Os dias diferentes</i> [nb: contos]	2001
Obras de António Cardoso	Cardoso, António	<i>A casa de mãezinha: cinco histórias incompletas de mulheres</i>	1980
	Cardoso, António	<i>Lição de coisas</i>	1980
	Cardoso, António	<i>Nunca é velha a esperança...</i>	1980
Obras de António Maria Eusébio	Eusébio, António Maria (O Calafate); Claro, Rogério (org., introd. e notas)	<i>Versos do cantador de Setúbal</i>	1985
	Eusébio, António Maria (O Calafate); Claro, Rogério (org., introd. e notas)	<i>Versos do cantador de Setúbal</i> [vol. 2]	1985

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Obras de António Modesto Navarro	Navarro, António Modesto	<i>O pântano: romance</i>	1986
	Navarro, António Modesto	<i>Morte no Douro</i> [nb: reed. op. col. Ulmeiro Policial]	1987
	Navarro, António Modesto	<i>A morte do pai: romance</i>	1989
Obras de António Ramos Rosa	Rosa, António Ramos	<i>Mediadoras</i>	1985
	Rosa, António Ramos	<i>Clareiras</i>	1986
Obras Completas de Che Guevara	Guevara, Ernesto Che	<i>Obras/ Textos políticos</i>	1975
	Guevara, Ernesto Che	<i>Textos económicos</i>	1975
Obras de José Fanha	Fanha, José	<i>Eu sou português aqui</i>	1995
	Fanha, José	<i>Breve tratado das coisas da arte e do amor</i>	1995
Obras de Noémia Seixas	Seixas, Noémia	<i>Beethoven sob</i>	1989
	Seixas, Noémia	<i>O véu de 2 panos</i>	1994
	Seixas, Noémia	<i>Navio fantasma</i>	1994 [2.ªed.]
Para Ler/ Para Fazer	Bacigalupi, Marcella; Dini, Giorgio; Costantini, Claudio; Fossati, Piaro; Luzzati, Emanuele (il.)	<i>Como se fazem os bebés</i>	1975 5 m.exs.
	Bacigalupi, Marcella; Ravazzi, Roberto (il.); <i>et al.</i>	<i>Era uma vez uma ilha... onde as crianças onstruíram a escola nova</i>	1975
	Bacigalupi, Marcella; Luzzati, Emanuele (il.)	<i>Como se educam os adultos</i>	1979
Psicologia	Caetano, António	<i>Sobre a comunicação interpessoal</i>	1978
Razão óbvia	Lopes, Rui Malaquias	<i>A descoberta do génio</i>	2015
Saúde	Correia, Joaquim Lopes; Nobre, Fernando de La Vieter Ribeiro (pref.)	<i>A cegueira dos rios: uma contribuição para o estudo da oncocercose na Guiné-Bissau</i>	2017
	Correia, Joaquim Lopes; Nobre, Fernando de La Vieter Ribeiro (pref.)	<i>As doenças tropicais: estudo sobre o flagelo da malária na Guiné-Bissau</i>	2017
Speed [nb: editor José A. Ribeiro; logo da Ulmeiro]	Vasco	<i>Vida e obra exemplares de Fernando Pessoa</i>	1985 4200 exs

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Teatro Ulmeiro	Chartreux, Bernard; Jourdheuil, Jean	<i>Ab Q: tragédia chinesa baseada em Lu Sun</i>	1976
	Hare, David (adapt.)	<i>Fansben</i>	1976
Teatro Ulmeiro (Nova Série)	Ferra, António	<i>Zé Pimpão, João Mandão e os sapatos feitos à mão</i>	1978
	Ferra, António	<i>A canção de começar</i>	1979
Terceiro Mundo e revolução	Giap, Vo Nguyen; Fortunato, José (editor e coord.)	<i>Guerra do povo, exército do povo</i>	1975
	Zahar, Renate	<i>Colonialismo e alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon</i>	1976
	Fanon, Frantz	<i>Os condenados da terra</i>	1976
	Giap, Vo Nguyen	<i>Armamento das massas revolucionárias edificação do exército do povo</i>	1976
Terceiro Mundo e revolução – série 2	Nkrumah, Kwane	<i>A África deve unir-se</i>	1977
	Fortunato, José (ed. lit.)	<i>Angola, documentos do MPLA</i>	1977
Texto e Imagem	Nobre, António; Diniz, Pepe (fotos)	<i>Á Lisboa das naus, cheia de glória</i>	1983
Todas as Luas	Antunes, António Lobo; Vitorino (il.)	<i>A história do hidroavião</i>	1998 [2.ªed.]
	José Fortunato (pseud. de JAR); Sena, João (il.)	<i>Vila Velba de Ródão: história e lendas do rei Vamba</i>	2005
	Barata, Gilda Nunes; Borges, Paulo (pref.)	<i>O que é a saudade, querido José Maria?</i>	2001
Ulmeiro agricultura	Nallet, Henri	<i>A intensificação da produção agrícola: interpretação e perspectivas de investigação</i>	1983
	Silva, Jorge Vieira da	<i>A ecologia e desenvolvimento agrícola</i>	1985
Ulmeiro Policial	Cortez, Artur (pseud. de Modesto Navarro)	<i>A morte do artista: tráfico de diamantes Luanda-Lisboa</i>	1984
	Brown, Rusty (pseud. de Miguel Barbosa)	<i>Um crime plagiado</i>	1985
	Brown, Rusty	<i>Crime à pressão</i>	1986
	Brown, Rusty	<i>Os crimes do rouxinol</i>	1987
	Cortez, Artur	<i>Morte no Douro</i>	1986
	Brown, Rusty	<i>Crimes à rédea solta</i>	1986
	Hunter, Mac	<i>Suor e sangue</i>	1987
	Brown, Rusty	<i>Crimes no espaço</i>	1988

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
Ulmeiro Técnica	Cabido, Jacinto	<i>Gestão do crédito bancário</i>	1999
	Vieira, Armando; Fiolhais, Carlos	<i>Roteiro de ciência e tecnologia: recursos de ciências para jovens de todas as idades</i>	2000
Ulmeiro Universidade	Marini, Ruy Mauro	<i>Dialética da dependência</i>	1981
	Consiglieri, Carlos; Abel, Marília	<i>Lições de economia política</i>	198-
	Quental, Antero de	<i>Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX</i>	1982
	Sousa, Alcinda Pinheiro de; Duarte, João Ferreira; Flora, Luísa Maria Rodrigues	<i>O conceito e a história: quatro ensaios sobre estética e teoria da literatura</i>	1983
	Ferreira, José Gomes; Helder, Herberto; Luís, Agustina Bessa; Mourão-Ferreira, David; Negreiros, Almada; Rodrigues, Urbano Tavares; Torga, Miguel	<i>Contos portugueses modernos: antologia bilingue (luso-alemã)</i>	1984
	Braga, Teófilo	<i>História do romantismo em Portugal</i> [nb: facsimile ed. 1880]	1984
	Woolf, Virgínia; Flora, Luísa Maria Rodrigues (org. e introd.)	<i>O momento total: ensaios</i>	1985
	Rosa, António Ramos; Martinho, Fernando J. B. (pref.)	<i>Poesia, liberdade livre</i>	1986
	Venâncio, José Carlos; Ribeiro, José Antunes (ed. lit.º)	<i>Uma perspectiva etnológica da literatura angolana</i>	1987
	Goitia, Fernando Chueca	<i>Protótipos na arquitectura grego-romana e a sua influência no mundo ocidental</i>	1996
	Bandeira, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo Sá da (marquês de); Consiglieri, Carlos (pref.)	<i>O tráfico da escravatura e o bill de Lord Palmerston</i>	1997
	Besse, Maria Graciete	<i>Alves Redol: o espaço e o discurso</i>	1999
Universidade de Évora (org.); Cabral, Eunice [et al.] (org.)	<i>O ensino das humanidades na universidade: actas da Jornada de Reflexão</i>	2000	

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Jorge, Carlos J. F.	<i>Figuras do tempo e do espaço: por uma leitura literária dos textos de viagens</i> [nb: ed. tril., port, fr. e ingl.]	2001
	Sarmiento, Clara	<i>As palavras, a página e o livro: a construção literária na obra de Paul Auster</i>	2001
	Besse, Maria Graciete	<i>Percursos no feminino</i>	2001
Universo da Gastronomia (Nova Coleção)	Monteiro, Sónia; Consiglieri, Carlos (pref.)	<i>Gastronomia portuguesa dos anos 30: guia completo da culinária portuguesa</i>	2000
Viagens ao Mundo da Matemática	Fetissov, A.	<i>A demonstração em geometria</i>	2001
	Beskin, N. M.	<i>Fracções contínuas</i>	2001
Viver	Racionero, Luís	<i>Crescimento zero</i>	197-
	AAVV; Manta, João Abel (il.)	<i>Manifesto sobre política energética: por um debate nacional sobre a opção nuclear</i>	1978
	Franch, Maria Rosa Sola	<i>A alimentação natural</i>	1984
Vozes das ilhas	Santo, Alda Espírito	<i>É nosso o solo sagrado da terra</i>	1978

FORA DE COLEÇÃO

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Dionísio, José Amaro	<i>Massacres na Guerra colonial: Tete, um exemplo</i>	1976
	In-tam, Miao	<i>Todos são bons meninos</i>	1976
J. A. Ribeiro; distr. Ulmeiro	Grupo de Alunos do Magistério Primário de Faro	<i>Temos de viver com o que temos...: inquérito reportagem a uma freguesia algarvia - São Marcos</i>	1978
	Vaz, Carlos	<i>Para um conhecimento do teatro africano</i>	1978
	Apolónia, Albertina; João, Ana; Semedo, Filomena	<i>A tartaruga Pacholas e os direitos da criança: banda desenhada para ler e pintar</i>	1979
	Fonseca, Lília da	<i>Um passeio ao jardim zoológico</i>	1983

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
J. Ribeiro Editor; distr. Ulmeiro	Bell, Aubrey F. G.; Bowrra, C. M.; Entwistle; William J.	<i>Da poesia medieval portuguesa</i>	1985
distr. Ulmeiro	Moita, António Luís	<i>Cidade sem tempo</i>	1985
	Aguiar, Fernando; Pestana, Silvestre (org.); Pimenta, Alberto; et al.	<i>Poemografias: perspectivas da poesia visual portuguesa</i>	1986
J. A. Ribeiro; distr. Ulmeiro	Bell, Aubrey F. G.	<i>Fernão Lopes</i>	1986
distr. Ulmeiro	Ferlinghetti, Lawrence	<i>A boca da verdade</i>	1986
	Leitão, Luís Veiga	<i>Livro da paixão</i>	1986
José Ribeiro Editor; distr. Ulmeiro	Pimenta, Alberto	<i>Metamorfoses do video</i>	1986
distr. Ulmeiro	Pessoa, Fernando; Matos, Norton de; Petrus (pseud. Veiga, Pedro; org.)	<i>Antologia a maçonaria</i>	1988
J. A. Ribeiro; distr. Ulmeiro	Vasconcellos, Carolina Michaelis de	<i>Púcaros de Portugal</i> [nb: facsimile da 3. ^a ed. de Lisboa: Revista Ocidente, 1957]	1988
	Queiroz, José	<i>Da minha terra - figuras gradas: impressões de arte</i> [nb: facsimile da ed. or., 1909]	1989
	Real Associação Central da Agricultura Portuguesa	<i>Alfaias agrícolas</i> [nb: facsimile]	1989 v.o.1898
	Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada	<i>Catálogo da livraria de Anthero de Quental</i>	1993 v.o.1899
distr. Ulmeiro	Lambo, Luís Gonzaga Ferreira	<i>Europa e África (racismo e xenofobia)</i>	1994
	Vasconcellos, José Leite de	<i>Nomenclatura numismática</i> [nb: facsimile de ed. 1954]	1994
	Alves, Maria Amélia Lemos	<i>Subindo e descendo por essa Lisboa</i>	1996
	Colaço, Maria Rosa; et al.	<i>A criança e a vida</i>	1996 40. ^a ed.
	Klam, Michael	<i>Ervas e asfalto</i>	1997
ed. Cultarte	Ramos, João de Deus	<i>Fábulas para gente moça</i>	1997
	Albuquerque, Rolendis Solá; Encarnação, José de (pref.)	<i>Poesia & pintura</i>	1998 [2. ^a ed.; ed. or. da a.]

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
	Voinova, N; Starets, S.; Verkhucha, V; Zalizniak, Andréi; Zditovetski, Alexandre; (anexo)	<i>Dicionário russo-português. Compreende 53000 palavras</i> [nb: ed. <i>facsimile</i> de Moscovo, Edições “Russki Yazik”, 1989]	2000 (2. ^a ed. cor. e aumentada de 2003)
	Khavronina, S.	<i>Fale russo</i> [nb: <i>facsimile</i> da ed. or., de 1977, bilígue russo e port.; coed. c/ Neoafro]	2000
	Nunes, C.	<i>Dicionário de bolso russo-português: 10000 vocábulos</i> [nb: <i>facsimile</i> da ed. or., de 1988]	2001
	Starets, S.; Feershtein, E.	<i>Dicionário português-russo</i> [nb: <i>facsimile</i> de ed. de 1972]	2001
	Starets, S.; Voinova, N	<i>Dicionário prático português-russo: 7000 palavras</i> [nb: <i>facsimile</i> da ed. or., de 1989]	2001
	Dimitriev, O. V., Stepenko, G. V.	<i>Dicionário português-russo, russo-português</i> [nb: <i>facsimile</i>]	2002
	Dimitriev, O. V., Stepenko, G. V.	<i>Dicionário português-ucraniano; dicionário ucraniano-português</i> [nb: <i>facsimile</i>]	2002
	Voinova, N; Starets, S.	<i>Dicionário prático russo-português: 12000 palavras</i> [nb: <i>facsimile</i> da ed. or., de 1986]	2003
	Arnold, V. I.	<i>Métodos matemáticos da mecânica clássica</i>	2004
	Caratão, Joaquim Dias	<i>Monografia e genealogia de famílias que se formaram no Fratel</i>	2004
	Proença, Álvaro	<i>Benfica através dos tempos</i>	2004
	Salvado, António	<i>Ravinas</i>	2004
	Albuquerque, Rolendis Solá	<i>Fragmentos da vida</i>	2005
ed. Fólio Exemplar	Coelho, Adolfo	<i>Jogos e rimas infantis</i> [nb: <i>facsimile</i> de 2. ^a ed., 1919, Editora C. ^a Portuguesa]	2010
ed. Fólio Exemplar	Steffanina, Celestino	<i>Subsídios para a historia da Revolução de 5 de Outubro de 1910</i>	2010

Nome da coleção	Autor; editor	Título do livro	Data
ed. Fólio Exemplar	Salvado, António	<i>Auras do Egeu e de todos os mares</i>	2011
ed. Fólio Exemplar	Salvado, António	<i>Repor a luz</i>	2011
ed. Fólio Exemplar	Pires, António Maria Vieira	<i>Saudade e recordações</i>	2011
ed. Fólio Exemplar	Salvado, António	<i>O dia - a noite - o dia</i>	2012
	Mariz, Augusto Rozeira de	<i>Fernando Pessoa e a economia: retrato de artista em português</i>	2012
ed. Fólio Exemplar	Freitas, Ascêncio de	<i>Terra desabrigada</i>	2013
	Mira, Júlio	<i>Maresias</i>	2013
ed. Fólio Exemplar	Salvado, António	<i>Sonetos do interregno</i>	2013
ed. Fólio Exemplar, col. Gutenberg	Ribeiro, José Antunes	<i>Palavras para Fernando Pessoa</i>	2013
ed. Fólio Exemplar, col. Gutemberg	Beja, Hugo	<i>Alguns andamentos essenciais</i>	2013
	Mariz, Augusto Rozeira de	<i>Para o ano em Portugal</i>	2014
	Silva, João de Deus Lopes da; Chichorro, Roberto (il.)	<i>Histórias contadas: baseadas em lendas, contos e mitos da ilha de Santiago, Cabo Verde</i>	2014
Ulmeiro editor, Grupo Sistema J	Camenha, Clemente; Verissimo, Malundo Nicolau	<i>Lições de vida que podem mudar o seu futuro</i>	2015
ed. Fólio Exemplar	Coelho, Miguel Gomes	<i>O exemplo das árvores: poesia</i>	2015
ed. Fólio Exemplar	Ferra, António	<i>Fugindo de todos os fogos</i>	2015
	Pessoa, Fernando	<i>Message</i>	2015
ed. Fólio Exemplar	Salvado, António; Alencart, Alfredo Pérez (prólogo)	<i>Mais uma vez as aves</i>	2015
ed. Fólio Exemplar	Cristea, Simion Doru	<i>Viva, senhor Presidente!: romance</i>	2017
Ulmeiro editor, Grupo Sistema J	Duarte, Maria Júlia	<i>A força e a pena por Portugal: mensagens canalizadas</i>	2018
Espaço Ulmeiro (coed. Edições Fénix)	Almeida, Jacinto Rego de	<i>Traga uma orelha de Pedro Sanches</i>	2019

**LOS FLORILEGIOS DE AUTORES LATINOS
Y SU ESTADO ACTUAL: DEL MANUSCRITO A
LOS PROYECTOS DIGITALES¹**

**LATIN AUTHORS' FLORILEGIA AND THEIR
CURRENT STATE: FROM THE MANUSCRIPT TO
THE DIGITAL PROJECTS**

Gregorio Rodríguez Herrera²

Resumo: Neste trabalho é feita uma revisão da caracterização, tipologias e estudos sobre florilégios latinos, com o objetivo de oferecer uma visão geral tanto dos próprios trabalhos, quanto dos focos de interesse dos pesquisadores, com uma secção especial para o surgimento das humanidades digitais.

Palavras-chave: Florilégios; Literatura Latina; Crítica Literária; Humanidades Digitais

¹ Este trabajo se enmarca dentro del Proyecto de Investigación ProID2017010015, financiado por la Agencia Canaria de Investigación, Innovación y Sociedad de la Información del Gobierno de Canarias y del Fondo de Desarrollo Regional de la Unión Europea, y dentro de la Red de Excelencia *Europa Renascens*. Biblioteca Digital de Humanismo y Tradición Clásica (España y Portugal) FFI2017-90831-REDT, financiada por el Gobierno de España.

² Instituto Universitario de Análisis y Aplicaciones Textuales, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria: gregorio.rodrigue@ulpgc.es, <http://orcid.org/0000-0002-9856-8897>.

Abstract: This work reviews the characterization, typologies and studies on Latin *Florilegia* with the aim to give a general overview of both the works in question and the researchers' areas of interest, with a special section on the emergence of digital humanities.

Keywords: Florilegia; Latin Literature; Literary Criticism; Digital Humanities

Resumen: En este trabajo se realiza una revisión de la caracterización, las tipologías y los estudios sobre florilegios latinos, con el objetivo de ofrecer una panorámica general tanto de las propias obras, como de los focos de interés de los investigadores, con un apartado especial para la irrupción de las humanidades digitales.

Palabras Clave: Florilegios; Literatura Latina; Crítica Literaria; Humanidades Digitales

1. Florilegio, antología, poliantea, selección: una delimitación pedagógica

Un florilegio es, de manera genérica, un compendio o colección de extractos selectos de obras literarias (*excerpta*), destacables desde algún punto de vista. El término proviene del latín *flos* y *legere*, y tiene el mismo significado etimológico que su variante en griego: “antología” (ἀνθολογία). De hecho, fue muy frecuente que los propios compiladores comparasen su actividad a las de las abejas que liban de unas flores y otras para obtener la mejor miel³. Aunque estas compilaciones de extractos recibieron numerosos y variados nombres durante la Edad Media y el Renacimiento como *Manipulus Florum*, *Polyanthea*, *Sententiae*, *Gnomai*, *Selecti Versus*, *Flores*, *Versus Sententiosi*, *Electa*, *Siluae* o *Collectanea*, entre otros, el término “florilegio” nace en el Renacimiento como equivalente latino de los griegos “antología” y “poliantea” (πολύαντα) y es el que utilizaremos en este trabajo como hiperónimo de toda esta variedad de denominaciones, dado que partiremos de compilaciones del siglo XVI para, desde ellas, retroceder o avanzar en el tiempo.

³ Aldama Roy y Muñoz Jiménez señalan un amplísimo elenco de autores clásicos y medievales que emplearon esta metáfora. Ana María ALDAMA ROY, María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Selección y manipulación de los autores clásicos en los florilegios latinos”, in María Dolores GARCÍA DE PASO CARRASCO, Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA (eds.), *Selección, manipulación y uso metaliterario de los autores clásicos*. Zaragoza, Pórtico, 2009, pp. 64-65, nota 5.

Así pues, no resulta pertinente la denominación de antología utilizada en el ámbito medieval⁴ como una obra compuesta por piezas sueltas y autónomas que respetan el texto original, esto es, sin intervención ni manipulación del compilador⁵; ni tampoco en el ámbito contemporáneo, en el que el término “antología” parece reservado para compendios representativos de movimientos, géneros o grupos con un carácter selectivo, pertinente e imparcial, en la que el compilador es un guía para la lectura⁶; ni la más restrictiva que establece que el término “florilegio” se aplica solo a la selección de textos literarios⁷. En efecto, los florilegios renacentistas, aunque pueden participar de la selección por géneros o grupos, no siempre ofrecen un conjunto representativo y pertinente; el compilador no es imparcial en absoluto⁸ y, por último, el término también se utiliza para selecciones no literarias⁹.

⁴ Manuel Cecilio DÍAZ Y DÍAZ, “Confección de códices y crítica textual”, in A.A.V.V., *Actas del III Simposio de la sección de Filología Clásica de la Universidad de Murcia: La crítica textual y los textos clásicos*. Murcia, Universidad de Murcia, 1986, pp. 154-156.

⁵ Esta afirmación de Díaz ha sido contestada de manera indirecta por M^a. J. Muñoz Jiménez por medio de su definición de los florilegios como obras literarias en segundo grado.

⁶ Marcos MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, “El arte de la selección literaria en la Antigüedad: canon, antología-florilegio y centón”, in Eugenio PADORNO, Germán SANTANA HENRÍQUEZ (eds.), *La antología literaria*. Las Palmas de Gran Canaria, Fundación Mapfre Guanarteme – Servicio de Publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2001, pp. 99-110.

⁷ José Miguel BAÑOS, “Antologías de la Literatura Latina”, in Eugenio PADORNO, Germán SANTANA HENRÍQUEZ (eds.), *La antología literaria*. Las Palmas de Gran Canaria, Fundación Mapfre Guanarteme – Servicio de publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2001, p. 117.

⁸ Ann BLAIR, “Reading Strategies for Coping with Information Overload ca. 1550-1700”: *Journal of the History of Ideas* 64 (2003), pp. 11-28. Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “La selección de Propertio en los florilegios latinos de los siglos XIII al XVI”, in María Dolores GARCÍA DE PASO CARRASCO, Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA (ed.), *Selección, manipulación y uso metaliterario de los autores clásicos*. Zaragoza, Libros Pórtico, 2009, pp. 99-123.

⁹ Jacqueline HAMESSE, “Parafrasi, florilegi e compendi”, in Guglielmo CAVALLLO *et alii*, *Lo spazio letterario del medioevo. 1. Il medioevo latino. Vol. III*. Roma, Salerno Editrice, 1992, pp. 215-216.

2. Los florilegios en la Literatura

Los florilegios tienen entre sus características ser en muchos casos un texto destinado a la enseñanza (retórica, filosofía, religión, medicina...) y este aspecto ha mediatizado en gran medida su consideración como género didáctico. Sin embargo, es necesario analizar este tipo peculiar de obra desde la perspectiva literaria, esto es: su encaje en la teoría de los géneros y en el canon literario, así como su condición de obra literaria original o no.

En cuanto a la posición de los florilegios en la teoría de los géneros, nosotros abogamos porque se incluyan en el género didáctico-ensayístico, tal y como lo establecen García Berrio y Huerta Calvo¹⁰, esto es, un cuarto género, fuera de los tradicionalmente poéticos, que trata materia doctrinal y no ficcional. Estas obras sirven para la comunicación del pensamiento en sus diversas facetas: filosófica, religiosa, moral o política, y el propósito estético, aunque no está ausente, queda subordinado al fin ideológico. Los florilegios se encuadrarían dentro de las obras de pensamiento fragmentario junto con los apotegmata, las paremias o los aforismos. García Berrio y Huerta Calvo dividen este nuevo género en tres categorías de acuerdo con su determinación formal-expresiva: de expresividad objetiva, subjetiva y dramática (subjetiva-objetiva) y encuadran estas obras de pensamiento fragmentario dentro de la expresividad objetiva. Es en este punto en el que no coincidimos con su teoría, ya que la selección realizada por los compiladores, al menos en la Edad Media y el Renacimiento, es esencialmente subjetiva. En nuestra opinión los florilegios, desde de un punto formal aparentan objetividad, pero desde un punto de vista expresivo son subjetivos.

¹⁰ Antonio GARCÍA BERRIO, Javier HUERTA CALVO, *Los géneros literarios: sistema e historia*. Madrid, Cátedra, 1992, pp. 218-230.

Esta última afirmación nos lleva a abordar la cuestión de si los florilegios tienen la condición de obra literaria o solo de obra didáctica. En este sentido compartimos completamente la visión de Muñoz Jiménez¹¹, pues, aunque en su origen medieval fueran un tipo de texto que utilizaba la técnica de la abreviación para ofrecer lo esencial de una obra literaria¹² y, por tanto, tuviese un carácter didáctico, son también una obra nueva y original en la medida en que el texto original está sometido a tres niveles de intervención y manipulación: I) la propia selección, II) la inclusión en un nuevo conjunto con los extractos de otros autores y III) la modificación del contenido al vincularlo a un lema o titulus que le da un sentido distinto del original (véase imagen 1).

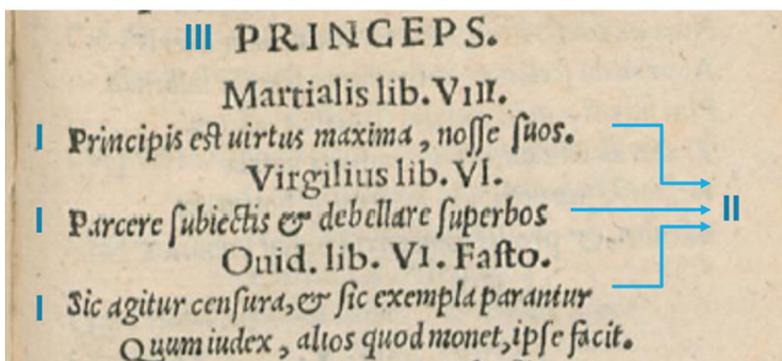


Imagen 1 – Detalle del florilegio de G. Maior, *Sententiae ueterum poetarum, per locos communes digestae*. Magdeburgo, 1534, en el que se señalan los tres niveles de manipulación del texto en un florilegio¹³.

¹¹ María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “*Proverbia Marcialis* lecturas parciales de Marcial en los florilegios medievales”, in Javier ISO *et alii* (coords.), *Hominem pagina nostra sapit: Marcial, 1900 años después*. Zaragoza, Institución Fernando El Católico, 2004^a, pp. 273-274. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “La edición de florilegios como edición especial”: *Exemplaria classica* 8 (2004^b), pp. 123-133.

¹² Jacqueline HAMESSE, “Les florilèges philosophiques, instruments de travail des intellectuels à la fin du Moyen Âge et à la Renaissance”, in Luca BIANCHI (coord.), *Filosofia e Teología nel trecento. Studi in ricordo di Eugenio Raudi*. Louvain-la-Neuve, Brepols, 1994, p. 209.

¹³ Todas las imágenes de esta publicación están tomadas de diferentes productos digitales del *Proyecto Excerpta* coordinado por Gregorio Rodríguez Herrera y liderado

Así pues, estamos ante un compilador que realmente es el autor de esta obra, en tanto que obra nueva¹⁴. Estos florilegios son un ejemplo de la realidad sociocultural de la época en que se compilaron, así como de la tradición y la recepción clásica¹⁵. Este es un ejemplo de literatura en “segundo grado”, en la medida en que la reducción de los textos operada en los florilegios “no afecta solo a su longitud, sino también, a su estructura y contenido¹⁶”. La originalidad de los florilegios dentro de este concepto de literatura de “segundo grado” reside en que, de un lado, su carácter intertextual es producto de la acción consciente del compilador y la recepción aprehensiva del lector, y, de otro lado, en que la intertextualidad puede manifestarse en “tercer o cuarto grado”, ya que durante el Renacimiento numerosos florilegios no extractaron a los autores clásicos directamente, sino que los tomaron de otros florilegios¹⁷.

Por último, hemos de tratar cómo encajan los florilegios en el canon literario. A nuestro juicio, las teorías expuestas por Fowler¹⁸

por el Instituto Universitario de Análisis y Aplicaciones Textuales (IATEXT) de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. <http://excerpta.iatext.ulpgc.es>.

¹⁴ Beatriz FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, *En la senda del Florilegium Gallicum. Edición y estudio del florilegio del manuscrito Córdoba, Archivo Capitular 150*. Lovaina-La Nueva, Brepols, 2008, pp. 28-32.

¹⁵ A. M^a. ALDAMA ROY, M^a. J. MUÑOZ JIMÉNEZ, “Selección y manipulación...”, op. cit., pp. 80-81.

¹⁶ Gérard GENETTE, *Palimpsestos. La literatura en segundo grado*. Madrid, Taunus, 1989, p. 291.

¹⁷ Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “Propercio en el *Viridarium Illustrium Poetarum* de Octaviano Mirándola: origen e influencias”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 30/2 (2010), pp. 295-320. Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “Los *excerpta* de Tibulo en el florilegio de Cristóbal García Guillén de Paz (ms. 246 BH Santa Cruz, Valladolid)”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 845-857. Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “Propercio en la *Polyanthea* de D. Nano Mirabelio”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.4. Homenaje al Profesor Juan Gil*. Alcañiz – Madrid, IEH-CSIC, 2015, pp. 1911-1924.

¹⁸ Alastair FOWLER, “Género y canon literario”, in Miguel Ángel GARRIDO (ed.), *Teoría de los géneros literarios*. Madrid, Síntesis, 1998, pp. 95-127.

y Harris¹⁹ son las que mejor nos permiten establecer la posición de los florilegios. Fowler estableció seis tipos de canon (potencial, accesible, selectivo, oficial, personal y crítico) y concretamente definió el selectivo como el integrado por listas de autores y textos del estilo de las antologías, y el oficial como el institucionalizado por la educación u otras instituciones. Como puede advertirse, los florilegios, en tanto que extractos selectos de autores utilizados especialmente para la formación en escuelas y universidades, formarían parte de estos dos tipos de canon. Por su parte, Harris se centró en los objetivos y funciones del canon más que en la lista de autores u obras que lo integren. Así, definió siete posibles funciones del canon de las que los florilegios están claramente afectados por tres, a saber: proporcionar ideas e inspiración; transmitir la herencia cultural; y crear marcos de referencia comunes. Así pues, tanto si nos centramos en el aspecto más pedagógico, como en el literario, los florilegios son obras susceptibles de formar parte del canon literario.

Así pues, hemos de concluir que los florilegios se integran dentro del género didáctico-ensayístico, concretamente en el subgénero de pensamiento fragmentario, aunque deben considerarse desde el punto de vista expresivo como obras de carácter subjetivo. Además, forman parte del canon ya que son una selección de autores y obras empleadas en la educación con el fin de proveer diferentes tipos de modelos y contribuir a la transmisión de los textos literarios y de marcos de referencia y culturales comunes. Por último, son una obra literaria nueva y original en la que los textos clásicos se manipulan para representar las inquietudes ideológicas de la sociedad coetánea del florilegio.

¹⁹ Wendell V. HARRIS, “La canonicidad”, in Enric SULLÀ (ed.), *El canon literario*. Madrid, Surco Libros, 1998, pp. 37-60.

3. Los florilegios y la crítica académica

El interés por los florilegios ha dado lugar a una abundante literatura crítica que ha abordado su estudio desde diferentes perspectivas e intereses. Una constante en esta literatura crítica ha sido el interés preferente por los florilegios medievales y una cierta despreocupación por los florilegios renacentistas (siglos XVI y XVII). A continuación, vamos a describir brevemente los principales ámbitos en los que se ha desarrollado la investigación. Nuestro objetivo es ofrecer una clasificación, aun a sabiendas de que es incompleta y de que los estudios realizados y por realizar pueden participar de más de uno de los ámbitos que aquí se señalan; aun así, es preferible una clasificación elemental o incompleta que una enumeración desordenada.

3.1. Panorámicas y clasificaciones

Dentro de este tipo de estudios de carácter general, unos se han centrado en ofrecer una panorámica de los florilegios y su evolución, así como de sus semejanzas y diferencias con otras denominaciones propias del género didáctico-ensayístico como el epítome o el comentario²⁰. Otros ofrecen un catálogo de florilegios atendiendo

²⁰ Ana María ALDAMA ROY, María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Los florilegios”, in Beatriz ANTÓN *et alii*, *Antiquae lectiones*. Madrid, Cátedra, 2005, pp. 217-223. A. M^a. ALDAMA ROY– M^a. J. MUÑOZ JIMÉNEZ, “Selección y manipulación de ...”, op. cit., pp. 99-123. Bernard BEUGNOT, “Florilèges et Polyantheae: diffusion et statut du lieu commun à l'époque classique”: *Etudes françaises* 13 (1977), pp. 119-141. Ann BLAIR, “Le florilège latin comme point de comparaison”: *Extrême-Orient, Extrême-Occident* 1/1 (2007), pp. 185-204. María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “El uso del término *proverbia* como denominación genérica de algunos florilegios medievales”, in Beatriz ANTÓN, María José MUÑOZ JIMÉNEZ, *Estudios sobre Florilegios y Emblemas. Manet semper virtus odosque rosae*. Valladolid, Universidad de Valladolid, 2011^a, pp. 39-48. Jacqueline HAMESSE, “Le vocabulaire des florilèges médiévaux”, in Olga WEIJERS (ed.), *Méthodes et instruments du travail intellectuel au Moyen âge. Études sur le vocabulaire*. Turnhout, Brepols, 1990, pp. 209-230. Jacqueline HAMESSE, “Les Florilèges philosophiques du XIIIe au XVe siècle”, in *Les genres littéraires dans les sources théologiques et philosophiques médiévales: définition,*

al lugar en el que se conservan²¹; a los contenidos extractados²² o al compilador²³. Tampoco faltan los que ofrecen una panorámica de los florilegios como herramienta para la creación literaria, centrados, principalmente, en su repercusión en las literaturas vernáculas²⁴.

critique et exploitation. Louvain-La Neuve, Brepols, 1982, pp. 181-191. Jacqueline HAMESSE, “De la manducation des textes à l’apprentissage du savoir: l’évolution des florilèges médiévaux”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ *et alii*, *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2013, pp. 11-32. Maddalena SPALLONE, “I percossi medievali del testo: accessus, commentari, florilegi”, in Guglielmo CAVALLO *et alii*, *Lo spazio letterario del medioevo. 1. Il medioevo latino. Vol. III*. Roma, Salerno Editrice, 1995, pp. 387-471.

²¹ Esther ARTIGAS *et alii* “De floribus florilegiisque barcinonensibus”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii* (eds.), *Manipulus studiorum en recuerdo de la profesora Ana María Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 921-1056. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “En torno a los florilegios latinos conservados en España”, in María Ángele ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 135-154. Richard H. ROUSE, “Florilegia and Classical Authors in Twelfth- and Thirteenth- Century Orléans”: *Viator* 10 (1979), pp. 131-160.

²² Philippe DELHAYE, “Florilèges médiévaux d’éthique”, in *Dictionnaire de spiritualité*. V. Paris, Éditions Beauchesne, 1964, pp. 460-475. J. HAMESSE, “Les florilèges philosophiques”, *op. cit.*, pp. 479-508. Gregorio HINOJO ANDRÉS, “Repertorios renacentistas del saber antiguo”, in María Consuelo ÁLVAREZ MORÁN, Rosa María IGLESIAS MONTIEL, *Contemporaneidad de los clásicos en el umbral del tercer milenio*. Murcia, Universidad de Murcia, 1999, pp. 589-597. Henri M. ROCHAIS, “Contribution à l’histoire des florilèges ascétiques du Moyen Age”: *Revue bénédictine* 63 (1953), pp. 246-291. Henri M. ROCHAIS, “Florilèges spirituels latins”, in *Dictionnaire de spiritualité*. V. Paris, Éditions Beauchesne, 1964, pp. 435-460.

²³ Serafín BODELÓN GARCÍA, “Tácito en Arias Montano y el apotegma en el humanismo”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del Mundo Clásico II. Homenaje al profesor Luis Gil*. Cádiz, Instituto de Estudios Turolenses – Universidad de Cádiz, 1997, pp. 241-248. Alvaro Júlio da Costa PIMPÃO, “André Eborense e o seu livro de *Sentenças e Exemplos*”, in *Escritos diversos*. Coimbra, Universidade, 1972, pp. 385-401. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “La presencia oculta de las *Menandri Sententiae* en la *Primera parte de las Sentencias* de Andrés Rodrigues de Évora y en las *Sententiae ex diversis auctoribus graecis* de Cristóbal García Guillén de Paz”: *Revista de Estudios Latinos* 18 (2018), pp. 239-254. Berthold L. ULLMAN, “Joseph Lang and his anthologies”, *Middle Ages, Reformation, Volkskunde: Festschrift for John G. Kunstmann*. Chapel Hill (NC), University of North Carolina Press, 1959, pp. 186-200.

²⁴ Alberto BLECUA, “La littérature apophtegmatique en Espagne”, in Agustín REDONDO (coord.), *L’Humanisme dans les lettres espagnoles*. Paris, Librairie Philosophique Vrin, 1979, pp. 119-132. Bertram Jerome COHON, *Seneca’s Tragedies in Florilegia and Elizabethan Drama*. New York, Columbia University, 1960. J. HAMESSE, “Les florilèges philosophiques”, *op. cit.* Victor INFANTES DE MIGUEL, “De ‘Officinas’ y ‘Polyantheas’: los diccionarios secretos del Siglo de Oro”, *Homenaje a Eugenio Asensio*. Madrid, Gredos, 1988, pp. 243-257. Teresa JIMÉNEZ CALVENTE,

Una consideración especial debe darse a los trabajos que han intentado ofrecer una clasificación de los florilegios atendiendo a los autores extractados, obras, contenidos o finalidad y que permiten situar cualquier florilegio dentro de un conjunto con el que comparten ciertas características²⁵, aunque no es menos cierto, como ya hemos dicho, que en muchos casos un florilegio encaja en más de un criterio de clasificación²⁶.

3.2. Ediciones y crítica textual

Una de las primeras funciones que tuvo el estudio de los extractos ha sido la de contribuir a fijar la tradición manuscrita o el texto de

“Los humanistas y sus herramientas filológicas. De polianteas, florilegios y otros útiles similares”: *La Corónica* 37/1 (2008), pp. 217-244. Anders GAGNER, *Florilegium gallicanum: Untersuchungen und Texte zur Geschichte der mittellateinischen Florilegienliteratur*. Lund, Lund University Publications, 1936. Sagrario LÓPEZ POZA, “Florilegios, polyantheas, repertorios de sentencias y lugares comunes: una aproximación bibliográfica”: *Criticón* 49 (1990), pp. 61-76. Sagrario LÓPEZ POZA, “Polianteas y otros repertorios de utilidad para la edición de textos en el Siglo de Oro”: *La Perinola* 4 (2000), 191-207. Chris L. NIGHMAN, “The *Manipulus florum*, Johannes Nider’s *Formicarius*, and late medieval misogyny in the construction of witches prior to the *Malleus Maleficarum*”: *Journal of Medieval Latin* 24 (2014), pp. 171-84. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Las fuentes de las fuentes de los libros de emblemas: los florilegios medievales”, in Rafael ZAFRA MOLINA, José Javier AZANZA LÓPEZ (coord.), *Emblemática trascendente: hermenéutica de la imagen, iconología del texto*. Pamplona, Universidad de Navarra, 2011^b, pp. 585-594. Amedeo QUONDAM, “Strumenti dell’officina classicistica: Polyanthea & Co.”: *Modern Philology* 101/2 (2003), pp. 316-335. Alfonso VÁZQUEZ VÁQUEZ, “Obras de erudición poética y polianteas”: *Epos* 28 (2012), pp. 147-160. James WILLOUGHBY, “Circulation of Classical Literature. Libraries and *Florilegia*”, in Rita COPERLAND (ed.), *The Oxford History of Classical Reception in English Literature. Vol. 1 (800-1558)*. Oxford, OUP, 2016, 95-120.

²⁵ Gustave BARDY, “Florilèges”, in *Catholicisme. V. 4*. Paris, 1956, pp. 1360-1363. María Pilar CUARTERO SANCHO, “Las colecciones de *Sententiae* en la literatura latina del Renacimiento”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.4. Homenaje al Profesor A. Fontán. Vol. III.3*. Alcañiz-Madrid, Instituto de Estudios Humanísticos, 2002, pp. 1571-1584. Birger Munk OLSEN, “Les classiques latins dans les florilèges médiévaux antérieurs au XIIIe siècle”: *Revue d’histoire des textes* 9 (1979), pp. 47-121. Birger Munk OLSEN, “Les classiques latins dans les florilèges médiévaux antérieurs au XIIIe siècle”: *Revue d’histoire des textes* 10 (1980), pp. 115-160.

²⁶ B. FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, *En la senda del Florilegium...*, op. cit., pp. 50-54.

los autores latinos²⁷. En los primeros acercamientos de la Filología Latina a los florilegios, estos se estudiaban como textos subsidiarios sin ningún o con poco interés por sí mismos. Esta actitud ante los florilegios podría explicar los pocos trabajos escritos antes de la década de los cincuenta del siglo XX. Sin embargo, a partir de esta fecha han aumentado considerablemente los estudios sobre florilegios, no solo sobre los autores latinos presentes en estos, como ha podido comprobarse en el apartado anterior, sino sobre la edición parcial²⁸ o íntegra de los propios florilegios²⁹.

3.3. Autores latinos presentes en los florilegios

Este grupo de contribuciones científicas es quizás el más abundante. Entre estas podemos distinguir trabajos que, con matices particulares, tratan en sentido amplio sobre el canon de autores que se recoge en los florilegios³⁰, así como estudios más específicos sobre un autor o

²⁷ Ugo CARRATELLO, “*Florilegia quaedam* di Valerio Marziale. (Per una nuova edizione dell’ *Epigrammaton liber*)”: *Giornale Italiano di Filologia* 26 (1974), pp. 142-158. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “La tradición manuscrita de Macrobio y los *Saturnalia excerpta* del *Florilegium Gallicum*”: *Revue d’Histoire des Textes*, n.s. III (2008^a), pp. 89-104. Berthold L. ULLMAN, “Classical Authors in Certain Medieval *florilegia*”: *Classical Philology* 27 (1932^a), pp. 1-42. Berthold L. ULLMAN, “Tibullus in the Mediaeval *florilegia*”: *Classical Philology* 27 (1932^b), pp. 128-174. Carl WOTKE, Carl HOSIUS, “Persius excerpte”: *Rheinisches Museum* 43 (1888), pp. 494-504.

²⁸ Debe tenerse en cuenta que en la mayoría de los trabajos específicos sobre la presencia de un autor latino en los florilegios se ofrecen ediciones de los extractos.

²⁹ Philippe DELHAYE, *Florilegium morale oxoniense. Prima pars: Flores philosophorum*. Lovaina-Lille, Nauwelaerts, 1955. B. FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, *En la senda del Florilegium...*, op. cit. Johannes HAMACHER, *Florilegium Gallicum: Prolegomena und Edition der Exzerpte von Petron bis Cicero ‘De oratore’*. Frankfurt-on-Main, Peter Lang, 1975. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, *Un florilegio de biografías latinas. Edición y estudio del manuscrito 7085 de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Louvain-la-Neuve, Brepols, 2008^b. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Antologías renacentistas abreviadas en manuscritos de bibliotecas españolas”: *Fortunatae* 25 (2014), pp. 407-419. Charles H. TALBOT, *Florilegium morale oxoniense. Secunda pars: Flores auctorum*. Lovaina-Lille, Nauwelaerts, 1956.

³⁰ Rosemary BURTON, *Classical Poets in the “Florilegium Gallicum”*. Frankfurt-on-Main, 1983. Montserrat JIMÉNEZ SAN CRISTÓBAL, “Il manoscrito 4515 della Biblioteca Nazionale di Madrid: un’ampia raccolta di estratti di vari autori del primo Umanesimo castigliano”: *Filologia mediolatina* 19 (2012), pp. 169-192. María José MUÑOZ JIMÉNEZ,

unas obras concretas, ya sea en un conjunto de florilegios o en uno concreto. En esta última línea, podemos encontrar trabajos sobre la presencia de Cicerón³¹, Claudiano³², Horacio³³, Julio

“El texto de las *Saturnales* de Macrobio en el *Florilegium Gallicum*”, in Pedro CONDE PARRADO, Isabel VELÁZQUEZ (coords.), *La filología latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 787-800. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Formas de coexistencia de los autores y obras en los florilegios latinos”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2011^a, pp. 135-153. Iván MOYA RODRÍGUEZ, “Relación de autores clásicos y cristianos en la biblioteca de Eneas Spennazio. Toledo, Biblioteca del Cabildo, ms. 21-43”, in Trinidad ARCOS PEREIRA *et alii*, *Pectora mulcet: estudios de retórica y oratoria latinas*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2009^a, pp. 855-868. Birger Munk OLSEN, “Les florilèges d’auteurs classiques”, in *Les genres littéraires dans les sources théologiques et philosophiques médiévales: définition, critique et exploitation*. Louvain-La Neuve, Brepols, 1982, pp. 151-164. R. H. ROUSE, “Florilegia and Classical...”, op. cit. B. L. ULLMAN, “Classical Authors...”, op. cit. Irene VILLAROEL FERNÁNDEZ, “Autores y obras extractados en el manuscrito de Tarragona, Biblioteca Pública del Estado, 94”, in M^a. J. MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2011, pp. 209-228.

³¹ Carmen María ACERO VIÑAS, “Los *Excerpta* ciceronianos del manuscrito 2306 de la Biblioteca Universitaria de Salamanca”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 169-176.

³² Ana María ALDAMA ROY, “Claudiano en dos florilegios espirituales”, in Antonio CASCÓN *et alii* (eds.), *Donum amicitiae. Estudios en homenaje a Vicente Picón*. Madrid, Publicaciones de la UAM, 2008^a, pp. 219-231. Ana María ALDAMA ROY, “Los poemas de Claudiano en el *Florilegium Gallicum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2008^b, pp. 35-56. Irene VILLAROEL FERNÁNDEZ, (2014): “Claudiano en el manuscrito 94 de la Biblioteca Pública de Estado en Tarragona”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, pp. 911-920.

³³ María Dolores CASTRO JIMÉNEZ, “Horacio en los florilegios medievales”, in Aires A. NASCIMENTO, Paulo F. ALBERTO (coord.), *Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2006, pp. 293-303. María Dolores CASTRO JIMÉNEZ, “Las epístolas de Horacio en el *Florilegium Gallicum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2011, pp. 57-70. Iván MOYA RODRÍGUEZ, “Horacio en el ms. 21-43 del Cabildo de la Catedral de Toledo”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009^b, pp. 275-284.

César³⁴, Juvenal³⁵, Lucrecio³⁶, Macrobio³⁷, Marcial³⁸, Maximiano³⁹,

³⁴ Antonio MORENO HERNÁNDEZ, “El B.G. de César en el *Florilegium Gallicum*: fragmentos conservados en el *Escorialensis* Q-1-14”: *Latomus* 67.1 (2008), pp. 82-101.

³⁵ María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “Excerpta de Juvenal en los florilegios conservados en España”, in Pedro CONDE, Isabel VELÁZQUEZ (coord.), *La Filología Latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 865-880. María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “Juvenal en el manuscrito 749-II de la Bibliothèque Municipale de Douai”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2011b, pp. 71-98. María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “Juvenal en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014a, pp. 156-171.

³⁶ Ángel Jacinto TRAVER VERA, “La importancia de las Polianteas para la recepción de Lucrecio en España durante los siglos XVI y XVII”: *Philologica Canariensia* 20 (2014), pp. 135-152.

³⁷ M^a. J. MUÑOZ JIMÉNEZ, “El texto de las *Saturnales* de Macrobio...” op. cit.

³⁸ María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Excerpta de Marcial en los manuscritos Escorial G-III.7 y O.III.23, y Madrid B.N. 6510”, in Fernando SOJO RODRÍGUEZ (coord.), *Latinitas Bíblica et cristiana. Studia philologica varia in honorem Olegario García de la Fuente*. Madrid, Universidad Europea de Madrid, 1994, pp. 445-453. M^a. J. MUÑOZ JIMÉNEZ, “*Proverbia Marcialis*: lecturas parciales...”, op. cit. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Marcial en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz de Valladolid”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.1. Homenaje al Profesor Juan Gil*. Alcañiz – Madrid, IEH-CSIC, 2015^a, pp. 343-354. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, Javier PIZARRO SÁNCHEZ, “La selección de epigramas de Marcial en tres florilegios medievales conservados en España”, in Maurilio PÉREZ GONZÁLEZ (coord.), *Actas del II Congreso Hispánico de Latín Medieval*. León, Universidad de León, 1998, vol. II, pp. 686-695.

³⁹ Montserrat JIMÉNEZ SAN CRISTÓBAL, “Maximiano en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz de Valladolid”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2015, pp. 547-561. Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “La selección de los elegiacos latinos en las *Sententiae et Exemplum* (1557) de André Rodrigues de Évora”: *Habis* 47 (2016), pp. 275-290.

Ovidio⁴⁰, Persio⁴¹, Petronio⁴², Propertio⁴³, Publilio Siro⁴⁴,

⁴⁰ María Elena CURBELO TAVÍO, “La selección de Ovidio en los *Versus Sententiosi* de Batholomeus Schönborn: el término *amor*”: *Habis* 48 (2017^a), pp. 317-333. Beatriz FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, “Los Fastos de Ovidio en los Florilegios medievales”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 217-223. Beatriz FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, “La singular lectura de los Fastos de Ovidio en el florilegio de Douai, Bibliothèque Municipale ms.79”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 30 (2010), pp. 101-116. Beatriz FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, “Los Fastos de Ovidio en el *Florilegium Gallicum*”: *Revue d'Histoire des Textes* 7 (2012), pp. 221-250. Beatriz FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, “La selección de pasajes de Ovidio en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz de Valladolid”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 367-374. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “La selección de los elegiacos latinos...”, op. cit. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “Los extractos de Ovidio en las *Sententiae et Exempla* (1557) de André Rodrigues de Évora: *Fastos, Tristes y Pónticas*”, in Cristina PIMENTEL *et alii* (ed.), *O Humanismo Português e Europeu no 5º centenário do Cícero Lusitanus: Dom Jerónimo Osório (1515-1580)*. Lisboa, 2020, pp. 259-270. Irene VILLAROEEL FERNÁNDEZ, “Ovidio en el ms. 94 de la Biblioteca Pública del Estado en Tarragona”, in J. M^a MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.I. Homenaje al Profesor Juan Gil Alcañiz* – Madrid, IEH-CSIC, 2015, pp. 443-454.

⁴¹ María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “Pasajes escogidos de las *Sátiras* de Persio en dos florilegios conservados en España”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 15 (1998), pp. 237-282. María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “Los extractos de Persio en el manuscrito 80 del Archivo Capitular de Tarragona”, in José María BAÑOS BAÑOS *et alii*, *Philologia, Universitas, Vita. Trabajos en honor de Tomás González Rolán*. Madrid, Escolar y Mayo, (2014^b), pp. 167-175.

⁴² Berthold L. ULLMAN, “Petronius in the Mediaeval *florilegia*”: *Classical Philology* 25 (1930), pp. 11-21.

⁴³ Mario BUONOCORE, “Excerpta di Properzio alla Biblioteca Vaticana”: *Bolletino di Studi Latini* 25 (1995), pp. 59-65. Phillip W. DAMON, “A Second Propertius Florilegium”: *Classical Philology* 48 (1953), pp. 96-97. Dorothy M. ROBATHAN, “The Missing Folios of the Paris Florilegium 15155”: *Classical Philology* 33 (1938), pp. 188-197. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “La selección de Propertio...”, op. cit. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “Propertio en el *Viridarium*...”, op. cit. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “Propertio en la *Polyanthea*...”, op. cit. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “La selección de los elegiacos latinos...”, op. cit.

⁴⁴ Francisco BRAVO DE LAGUNA ROMERO, “Las sentencias atribuidas a Publilio Siro en los florilegios de André Rodrigues de Évora”: *Euphrosyne. Revista de Filología Clásica* 46 (2018), pp. 243-260. Francisco BRAVO DE LAGUNA ROMERO, Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “Las *Sententiae* atribuidas a Publilio Siro seleccionadas por Erasmo y su influencia en los florilegios de G. Maior y A. Rodrigues de Évora”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 38 (2018), pp. 83-107.

Séneca, el Viejo⁴⁵, Séneca, el Joven⁴⁶, Suetonio⁴⁷, Tácito⁴⁸, Tibulo⁴⁹, Valerio Flaco⁵⁰, Vegecio⁵¹ y Virgilio⁵².

Estos estudios indagan en la transmisión y recepción de los autores clásicos en la sociedad medieval y renacentista. Asimismo, muestran consciente o inconscientemente qué pasajes de los autores

⁴⁵ María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “*Seneca in declamationibus: las Controversiae de Séneca el Viejo en extractos*”: *Revista de Estudios Latinos* 4 (2004^c), pp. 163-176.

⁴⁶ Beatriz ARÉVALO MARÍN, “El *De clementia* de Séneca en los florilegios latinos conservados en España”, in Pedro CONDE, Isabel VELÁZQUEZ (coord.), *La Filología Latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 835-849. Jorge FERNÁNDEZ LÓPEZ, Emilio DEL RÍO SANZ, “La selección de pasajes de Séneca en la *Compilación de Alonso de Cartagena*”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 375-394.

⁴⁷ María Dolores CASTRO JIMÉNEZ, “*De vita XII Caesarum* de Suetonio en el *Florilegium Gallicum*”, in Pedro CONDE, Isabel VELÁZQUEZ (coords.), *La filología latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 801-817. Gregorio HINOJO ANDRÉS, “La reducción del relato histórico en un florilegio de biografías latinas (las biografías de Suetonio)”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 517-526. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “El *De vita Caesarum* de Suetonio y la *Historia Augusta* en el ms. 7805 de la Biblioteca Nacional de Madrid”, in Antonio CASCÓN *et alii* (eds.), *Donum amicitiae. Estudios in homenaje a Vicente Picón*. Madrid, Publicaciones de la UAM, 2007, pp. 363-374.

⁴⁸ Felisa M^a DEL BARRIO VEGA, “Tácito en el manuscrito 6645 de la Biblioteca Nacional de Madrid”, in M^a. T. CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2015, pp. 291-309.

⁴⁹ G. RODRÍGUEZ HERRERA, “Los *excerpta* de Tibulo...”, op. cit. G. RODRÍGUEZ HERRERA, “La selección de los elegiacos...” op. cit. B. L. ULLMAN, “Tibullus in the Mediaeval...”, op. cit. Irene VILLAROEL FERNÁNDEZ, “Tibulo en el manuscrito 94 de la Biblioteca Pública del Estado en Tarragona”: *Boletín de la Academia de Buenas Letras de Barcelona* 52 (2009-10), pp. 97-118.

⁵⁰ Berthold L. ULLMAN, “Valerius Flaccus in the Mediaeval florilegia”: *Classical Philology* 26 (1931), pp. 21-30.

⁵¹ Felisa M^a DEL BARRIO VEGA, “La selección de textos *De re militari* en la Biblioteca del conde de Haro”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2011, pp. 159-190. María Teresa CALLEJAS BERDONÉS, “El *Epitoma rei militaris* de Vegecio en el *Manipulus Florum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ *et alii*, *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2013, pp. 115-129.

⁵² Isabel ARENAL BARRANTES *et alii*, “Virgilio en el florilegio temático perteneciente al ms. 246 de la Biblioteca Universitaria de Valladolid: comentario filológico”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 185-194.

clásicos eran extractados y, por tanto, más leídos y conocidos por escolares, universitarios y escritores. Además, en estos trabajos es bastante habitual mostrar las fuentes de la selección que, en unos casos, son los autores latinos directamente y, en otros, florilegios anteriores o coetáneos a la compilación, esto es florilegios de florilegios. Aun con todo, hay también literatura crítica que trata concretamente sobre las fuentes de los florilegios⁵³.

3.4. Florilegios y sociedad

Otro aspecto que la literatura crítica ha tratado ha sido la influencia de los florilegios en la sociedad⁵⁴. En esta línea hemos de distinguir aquellos estudios que han estudiado la presencia e importancia de los florilegios en la educación⁵⁵ y en la retórica, especialmente como herramienta para la elaboración de sermones⁵⁶;

⁵³ Noemí BARRERA-GÓMEZ, “Bartholomaeus Anglicus como compilador. Fuentes y autoridades en el *Liber de Deo* del *De proprietatibus rerum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ *et alii*, *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2013, pp. 115-129. M^a. J., MUÑOZ JIMÉNEZ, “Antologías renacentistas...” op. cit. Richard H. ROUSE, Mary Ann ROUSE, “The *Florilegium Angelicum*: Its Origin, Content and Influence”, in Jonathan J. G. ALEXANDER, Margaret T. GIBSON (eds.), *Medieval Learning and Literature: Essays presented to R.W. Hunt*. Oxford, Oxford University Press, 1976, pp. 66-114.

⁵⁴ Ann MOSS, *Printed Commonplace-Books and the Structuring of Renaissance Thought*. Oxford, Clarendon Press, 1996.

⁵⁵ Carmen CODOÑER MERINO, “La educación hispánica en el siglo XVI. La compilación de *Sententiae* de André Rodrigues Eborense”, *Cataldo e André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002, pp. 111-121. António Maria Martins MELO, “Da Antiguidade ao Renascimento: os *Exempla* e a promoção de um ideal de perfeição humana”: *Anuario de Estudos Filológicos* 34 (2011), pp. 125-137. James H. MCGREGOR, “Ovid at School: from the Ninth to the Fifteenth Century”, *Classical Folia* 32 (1976), pp. 29-55. María José MUÑOZ JIMÉNEZ, “Las fuentes del *De variis doctorum sententiis* de C. García Guillén de Paz”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2015^b, pp. 755-764. No recogemos obras generales sobre la educación en el Renacimiento que señalan también, aunque sin profundizar, el papel de los florilegios.

⁵⁶ José ARAGÜÉS, “Colecciones de *Exempla* y oratoria: la labor del compilador”, in José María MAESTRE MAESTRE, Joaquín PASCUAL BAREA (eds.), *Humanismo y pervivencia del mundo clásico 1.1*. Cádiz, Instituto de Estudios Turolenses – Servicios

y aquellos otros que se han centrado en el estudio concreto de determinados conceptos formalizados en los lemas o tituli de los florilegios⁵⁷. En estos últimos predominan los trabajos que estudian lemas cuyo contenido está directamente relacionado con los sermones y la elocuencia⁵⁸, de manera que se evidencia la relación entre los florilegios y la formación retórica.

Como conclusión queremos señalar que esta tipología de los estudios sobre los florilegios solo pretende ofrecer una radiografía de la situación actual sobre este ámbito científico que permita advertir rápidamente en dónde se centran los esfuerzos críticos de los académicos. Insistimos nuevamente en que hay trabajos que podrían ser clasificados en más de uno de los apartados, aunque nosotros hayamos optado por situarlos en uno u otro epígrafe.

4. Los florilegios hoy

4.1. Compendios de frases célebres

En el último tercio del siglo XX y en estas dos décadas del XXI, el término florilegio ha sido sustituido por el de “frases célebres”

de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1993, pp. 252-265. R. H. ROUSE, M. A. ROUSE, *Preachers, Florilegia...* op. cit.

⁵⁷ Isabel ARENAL BARRANTES, Cecilia MEDINA LÓPEZ-LUCENDO, Israel VILLALBA DE LA GÜIDA, “Edición y comentario de los ‘títulos’ *Amicitia, Amor y Gloria* del florilegio temático contenido en el ms. 246 de la Biblioteca de Santa Cruz”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 27 (2007), pp. 147-195. Cecilia MEDINA LÓPEZ-LUCENDO, “El florilegio temático del ms 246 de la Biblioteca de Santa Cruz de Valladolid. Edición y comentario filológico del ‘título’ *fortitudo*”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 691-704. Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, “Mujer y tradición clásica en los *Ex Elegiis Tibulli, Propertii et Ovidii Selecti Versus* (1504) de J. Mureliio”: *Graeco-Latina Brunensia* 22 (2017), pp. 269-282.

⁵⁸ Jorge FERNÁNDEZ LÓPEZ, “Retórica y enciclopedia en el Renacimiento: *eloquentia* en la *Polyanthea* de Mirabelli-Lang”: *Minerva* 22 (2009), pp. 177-204. Chris L. NIGHMAN, “Commonplaces on preaching among commonplaces for preaching? The topic *predicatio* in Thomas of Ireland’s *Manipulus Florum*”: *Medieval Sermon Studies* 49 (2005), pp. 37-57. María Elena CURBELO TAVÍO, “La *eloquentia* en los florilegios latinos del XVI”: *Revista de Estudios Latinos* 17 (2017^b), pp. 113-136.

y así se han editado numerosos libros que extractan frases de personajes “famosos” en los que los autores de la alta cultura como Ovidio o Séneca conviven con otros de la cultura popular como Groucho Marx o Woody Allen. Una de las curiosidades de estos libros de frases célebres es que reproducen formatos medievales y renacentistas, es decir: florilegios temáticos⁵⁹, alfabéticos⁶⁰ y de autor⁶¹. Otra curiosidad es que, con frecuencia, se repiten en el caso de los autores latinos idénticos extractos para los mismos temas que en compendios del Renacimiento. Así, por ejemplo:

O. Mirandola (sg. XVI)	Autor		Ortega Blake (sg. XXI)	
Excerpta	Tituli		Lema	Frase célebre
<p>Multoque in rebus acerbis/ acrius advertunt animos ad religionem./ quo magis in dubiis hominem spectare periculis/ convenit adversisque in rebus noscere qui sit;/ nam verae voces tum demum pectore ab imo/ eliciuntur et eripitur persona manare</p>	De aduersitate	Lucrecio	Adversidad	En tiempos de adversidad es cuando conviene observar a los hombres, las máscaras se les caen y se muestran como son.
<p>Intra quae pater est. procul, a procul inde puellae/ lenonum et cantus pernoctantis parasiti./maxima debetur puero reuerentia, si quid/ turpe paras, nec tu pueri contempseris annos</p>	De puericia	Juvenal	Niñez	Los niños merecen el máximo respeto

⁵⁹ Arturo ORTEGA BLAKE, *El gran libro de las frases célebres*. México, Grijalbo, 2013.

⁶⁰ J.M. SARMIENTO, *Mil y una frases célebres*. Planet House Editorial [e-book], 2016.

⁶¹ Beñat ARGINZONIZ, *Citas, Versos, Frases. Pessoa 666*. Bilbao, El Gallo de oro Ediciones, 2016.

Además, el florilegio, en esta actualización como libros de frases célebres, se ha popularizado hasta el punto de presentarse bajo nuevos formatos. Así, por ejemplo, podemos encontrar autores clásicos y contemporáneos en una agenda o calendario, que proporciona una frase célebre por día, o en formatos aún más populares como los objetos de mercadotecnia (camisetas, tazas, azucarillos de café, etc.).

4.2. Florilegios *online*

A esta misma corriente de popularización de los florilegios se ha incorporado internet. Así, es posible encontrar variedad de páginas web que ofrecen selección de frases célebres por temas o por autores como <https://twitter.com/fuedicho>, en las que los autores latinos también están presentes. Vinculada a la antigüedad clásica en exclusiva, cabe destacar <https://sententiaeantiquae.com>, un *blog* sobre el mundo antiguo en el que también encontramos una pestaña que ofrece una selección de sentencias de autores griegos y latinos con traducción al inglés. Estas páginas *web*, por regla general, tienen también la opción de enviar sentencias a través de redes sociales como Twitter o Facebook.

El principal hándicap de estos florilegios es que la selección reproduce nuevamente la estructura medieval y renacentista de las compilaciones, esto es: alfabéticos, temáticos y de autor, sin que haya más innovación que el soporte⁶².

Así pues, la presencia de las sentencias de los autores clásicos en internet es el resultado de la acción de modernos compiladores

⁶² No incluimos en esta panorámica las páginas web dedicadas a las tradicionales expresiones latinas en la lengua cotidiana y tienen un carácter eminentemente pedagógico o didácticos como el curso de *Sententiae Antiquae (English to Latin)* de Memrise www.memrise.com/course/115027/sententiae-antiquae-eng [Consulta 20/07/2019] o como los de *Portal clásico* <http://portalclasico.com/frases-latinas-y-griegas> [Consulta 20/07/2019].

que, al igual que los medievales o renacentistas, utilizan criterios personales en su selección de extractos, sin que haya espacio para que los autores latinos contribuyan de manera decisiva y sistemática con sus sentencias a abordar la problemática de la sociedad actual.

Para ofrecer un florilegio de autores latinos realmente innovador hemos desarrollado *SententiApp* en el seno del Instituto Universitario de Análisis y Aplicaciones Textuales de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. *SententiApp* se ofrece gratuitamente a través de las tiendas de los principales sistemas operativos de dispositivos móviles y permite a sus usuarios leer, evaluar mediante emoticonos y compartir sentencias de autores latinos en latín, español e inglés, vinculadas a una serie de días internacionales o mundiales establecidos por las Naciones Unidas⁶³. De esta manera, la selección de sentencias no depende exclusivamente del interés de los compiladores⁶⁴, sino que responde también a criterios internacionales aceptados mundialmente. *SententiApp* pretende poner en valor a los autores clásicos y demostrar que pueden contribuir hoy, al igual que en el pasado, a apuntalar los compromisos éticos del nuevo milenio como el respeto a los derechos humanos o la preservación de la naturaleza (véase 2).

⁶³ <http://www.un.org/es/sections/observances/international-days/index.html> [Consulta 20/07/2019].

⁶⁴ Aunque las sentencias se vinculan a un día mundial o internacional, también se clasifican temáticamente de manera que si el usuario quiere una compilación más tradicional pueda encontrar sus necesidades por este otro sistema.



Día Mundial del Medio Ambiente

El Día Mundial del Medio Ambiente se celebra el 5 de junio. La ONU ha elegido ese día porque es la fecha de inicio de la Conferencia de Estocolmo en 1972, cuyo tema principal fue el Medio Ambiente. El objetivo de este día es motivar a las personas y comunidades para que se conviertan en agentes activos del desarrollo sostenible y en el cambio de actitud hacia temas ambientales. Se celebra desde el año 1973.

Sentencias

Para ver las traducciones, deslice la sentencia a la izquierda o a la derecha con el dedo o haga clic en las flechas de los extremos



Imagen 2 – A la izquierda, la página inicial de SententiApp y a la derecha, inicio de la pestaña correspondiente al Día Mundial del Medio Ambiente. La sentencia seleccionada se puede evaluar mediante los emoticonos y compartir a través de las redes sociales.

4.3. Humanidades Digitales

Como cuestión previa a este apartado, es necesario que establezcamos nuestra posición sobre las denominadas Humanidades Digitales. Hay en estos momentos una diatriba entre quienes consideran que las Humanidades Digitales son una disciplina con un fin y una metodología propias y quienes piensan que son una herramienta para la investigación en el ámbito de las humanidades y para su difusión,

pero no, un fin en sí mismas⁶⁵. Nosotros creemos excesivo considerarlas una disciplina, pues es tanto como si en el Renacimiento hubiesen surgido unas “Humanidades Impresas”, por el hecho de que se pasó del manuscrito a la edición impresa, un cambio no menos revolucionario que el actual. Así pues, creemos que las Humanidades Digitales brindan una oportunidad para que los filólogos o los historiadores, en estrecha colaboración con ingenieros informáticos, resuelvan problemas que permitan avanzar en la ciencia, pero no consideramos que digitalizar textos o imágenes y editar digitalmente o elaborar bases de datos son un fin por sí mismos que justifique la delimitación de una nueva disciplina, pues en estos casos el resultado final es un producto con utilidades y posibilidades análogas al de los estudios tradicionales de textos, aunque, eso sí, con mayor rapidez y eficiencia.

Esta eclosión de las Humanidades Digitales ha tenido como consecuencia más inmediata la aparición de revistas científicas en este ámbito como *Digital Medievalist Journal*⁶⁶ en 2005, *Digital Humanities Quarterly*⁶⁷ en 2007 y *Journal of Digital Humanities*⁶⁸ en 2011. Asimismo, también han aparecido una serie de trabajos que pretenden alfabetizar a los investigadores de la rama de Arte y Humanidades en la terminología propia de la programación, el etiquetado de textos

⁶⁵ Patrik SVENSSON, “Humanities computing as Digital Humanities”: *Digital Humanities Quarterly* 3.3 (2009), < <http://digitalhumanities.org/dhq/vol/3/3/000065/000065.html> > [Consulta 22/12/2019].

⁶⁶ <http://www.digitalmedievalist.org/journal> [Consulta 22/12/2019].

⁶⁷ <http://www.digitalhumanities.org/dhq> [Consulta 22/12/2019].

⁶⁸ <http://journalofdigitalhumanities.org> [Consulta 22/12/2019].

y el trasvase de datos a sitios web de consulta⁶⁹, así como sobre las principales líneas de trabajo dentro de las Humanidades Digitales⁷⁰.

Por otro lado, se consolida globalmente el concepto de ciencia abierta o *e-Science*, entendida como el desarrollo y despliegue de una infraestructura y cultura en red a través de la cual los recursos (capacidad de procesamiento, datos, conocimientos o los propios expertos) puedan ser compartidos en un entorno seguro para que así surjan nuevas formas de colaboración y metodologías emergentes⁷¹.

Si nos centramos en el ámbito filológico, la organización de la información textual en bases de datos con buscadores simples o complejos es ya muy frecuente en esta disciplina⁷², especialmente en el campo de los estudios de corpus o de autores, épocas o géneros literarios⁷³. Un ejemplo de gran calidad tanto por el formato como por el sistema de búsqueda es el *Lexicons of Early Modern English*⁷⁴ liderado por Ian Lancashire o el proyecto *Philobiblon*⁷⁵ de la University of Berkeley, una base de datos bio-bibliográfica

⁶⁹ Trevor OWENS, "Defining Data for Humanist: Text, Artifact, Information or Evidence?": *Journal of Digital Humanities* 1 (2011), < <http://journalofdigitalhumanities.org/1-1/defining-data-for-humanists-by-trevor-owens/> [Consulta 22/12/2019]. Kenneth M. PRINCE, "Edition, Project, Database, Archive, Thematic Research Collection: What's in a Name?": *Digital Humanities Quarterly* 3.3. (2009), < <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/3/000053/000053.html> Consulta 22/12/2019>.

⁷⁰ Susan SCHREIBMAN *et alii*, (eds.), *A Companion on Digital Humanities*. Malden-Oxford-Victoria, Blackwell Publishing, 2004.

⁷¹ Peter AINSWORTH, Michael MEREDITH, "e-Science for Medievalists: Options, Challenges, Solutions and Opportunities": *Digital Humanities Quarterly* 3.4 (2009) <<http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/4/000071/000071.html>> [Consulta: 22/12/2019]. Sheila ANDERSON, *The Arts and Humanities and e-Science: Scoping Survey Report and Findings*, 2007 <<http://www.ahessc.ac.uk/scoping-survey/>> [Consulta 22/12/2019].

⁷² C. Michael SPERBERG-MCQUEEN, "Classification and its Structure", in Susan SCHREIBMAN *et alii* (eds.) *A Companion on Digital Humanities*. Malden-Oxford-Victoria, Blackwell Publishing, 2004, pp. 161-176.

⁷³ Stephen RAMPAY, "Database", in Susan SCHREIBMAN *et alii* (eds.), *A Companion on Digital Humanities*. Malden-Oxford-Victoria, 2004, pp. 177-197.

⁷⁴ <http://leme.library.utoronto.ca> [Consulta: 22/12/2019]

⁷⁵ <http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon> [Consulta: 22/12/2019]

sobre textos romances escritos en la península ibérica en la Edad Media y temprano Renacimiento.

También son muy habituales ya las ediciones digitales que incorporan hipertexto o que vinculan el texto transcrito a las primeras ediciones. Este último tipo es muy interesante porque permite salvar la reticencia del filólogo a confiar en testimonios indirectos y a no consultar el texto original. Además, evita la complejidad que supone una edición crítica digital o la anotación de variantes en proyectos que no tienen esa finalidad. Dentro de este último tipo debemos destacar la edición *online* de R. Niehl del *Epítome de la Officina de Ravisio Textor*⁷⁶ que estructura el texto a partir de la imagen de las páginas de la edición de Lyon de 1560.

Sin embargo, a pesar de que hace ya casi dos décadas que las Humanidades Digitales están presentes en diferentes campos de la Filología Latina, especialmente en lo que se refiere a la edición de textos y a la digitalización en formato PDF o JPG de ediciones del Renacimiento⁷⁷, los florilegios, que por su difusión e influencia han tenido una gran relevancia para la configuración del pensamiento europeo a través de la educación y como herramientas para la creación intelectual y artística, solo han sido estudiados parcialmente y, en general, con un método predigital que impide obtener resultados significativos y con rapidez. Hasta la fecha solo podemos reseñar dos proyectos que, con objetivos muy diferentes, hayan intentado superar este anacronismo: *The Electronic Manipulus florum Project* y el *Proyecto Excerpta*.

⁷⁶ <http://mateo.uni-mannheim.de/camena/ravis1/ravisiofficioaeprema.html> [Consulta: 22/12/2019]

⁷⁷ Podemos encontrar estas ediciones alojadas en las *websites* de diferentes bibliotecas o en *google books*. Un ejemplo es el catálogo de la Bayerische Staatsbibliothek <www.bsb-muenchen.de>.

*The Electronic Manipulus florum Project*⁷⁸ ofrece un producto que ha intentado salvar este desfase entre el estudio filológico tradicional de los florilegios y la era digital. El proyecto está circunscrito a un florilegio medieval, el *Manipulus florum* de Tomás Hibérico⁷⁹, y el resultado ha sido, de un lado, una edición crítica digital del florilegio, el objetivo primigenio del trabajo, y, de otro, un motor de búsqueda que permite localizar extractos del florilegio a partir de un término o un fragmento de un mínimo de veinte caracteres⁸⁰.

The Electronic Manipulus florum Project, que puede consultarse en <web.wlu.ca/history/cnighman/index.html>, se inició en octubre de 2000 con la transcripción de la edición de 1483-1485 de Venecia del *Manipulus florum*. Entre 2001 y 2002 los lemas ya transcritos fueron publicados gradualmente en el sitio *web* en documentos PDF. Por último, desde 2002 hasta 2013 los archivos PDF fueron reemplazados gradualmente a medida que avanzaba el trabajo en la edición crítica del *Manipulus florum*; edición que se basa en las tres copias del manuscrito identificadas por Rouse y Rouse⁸¹: París BNF MS lat. 15986; París BNF MS lat. 15985 y París, Bibliothèque Mazarine MS. Lat. 1032. Cada entrada en las

⁷⁸ Además de este proyecto, C. L. Nighman está desarrollando otros en el campo de las Humanidades Digitales y los florilegios que pueden consultarse en www.chrisnighman.com.

⁷⁹ Compilado en la Sorbona en 1306 por Thomas Hibernicus o de Irlanda, es un florilegio enciclopédico que recoge textos de teólogos griegos, latinos y autores de la antigüedad greco-romana, que tratan temas relacionados con la moral y el dogma. Los extractos, que llevan la indicación del autor, están relacionados bajo 266 títulos dispuestos en orden alfabético. Richard H. ROUSE, Mary A. ROUSE, *Preachers, Florilegia and Sermons: Studies on the 'Manipulus Florum' of Thomas of Ireland*. Toronto, Pims, 1979.

⁸⁰ Andrew KANE, Franck WN. TOMPA, "Janus: the intertextuality search engine for the Electronic *Manipulus florum* Project": *Literary and Linguistic Computing* 26/4 (2011), pp. 407-415. Chris L. NIGHMAN, "The electronic Manipulus florum Project (www.manipulusflorum.com)": *Medieval Sermon Studies* 46 (2002), pp. 97-99. Chris L. NIGHMAN, "The Janus Intertextuality Search Engine: A Research Tool of (and for) the Electronic Manipulus florum Project": *Digital Medievalist* 7 (2011) <<http://www.digitalmedievalist.org/journal/7/nighman/>> [Consulta 05/03/2016].

⁸¹ R.H. ROUSE, M. A. ROUSE, "The *Florilegium Anglicum...*", op. cit.

páginas de edición HTML está vinculada a un documento PDF protegido que proporciona las variantes de los manuscritos y de las primeras ediciones impresas.

En 2008 se incorporó al sitio *web* el *Janus intertextuality search engine*, un motor que permite búsquedas comparativas en la parte editada de *Manipulus florum* a partir del PDF. En 2013, una vez completada la edición crítica, las entradas editadas se vincularon al motor de búsqueda *Janus*. Así pues, un proyecto que perseguía inicialmente una edición crítica digital de un compendio, se orientó también hacia un motor de búsqueda. Probablemente, esta nueva orientación hizo que el resultado final se demorase en el tiempo ya que no se planteó desde el principio como un producto escalable.

El *Proyecto Excerpta* está compuesto por un aplicativo de anotación, <http://anotaexcerpta.iatext.ulpgc.es>, al que se accede previo registro y en el que los filólogos del proyecto etiquetan los extractos presentes en los florilegios para crear la base de datos que alimenta un motor de búsqueda en abierto, intuitivo y eficiente, que puede consultarse en <http://excerpta.iatext.ulpgc.es>.

El *Proyecto Excerpta* es escalable ya que se pueden realizar búsquedas de los florilegios y autores a medida que se van anotando y porque permite la incorporación a la base de datos de otros florilegios; promueve la ciencia abierta porque permite a otros investigadores, con los pertinentes permisos, anotar nuevos florilegios en la base de datos y porque el motor de búsqueda es de libre acceso; es una *web* adaptada (responsive) a cualquier dispositivo, ya sea un ordenador personal o un dispositivo inteligente; es colaborativo⁸² ya que permite que

⁸² Christine L. BORGMAN, "The Digital Future is Now: A Call to Action for the Humanities": *Digital Humanities Quarterly* 3.4 (2009), < <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/4/000077/000077.html> > [Consulta: 10/03/2016].

varios investigadores trabajen sobre un mismo florilegio; permite el cotejo de las ediciones renacentistas de los florilegios ya que cuenta con la colaboración de las bibliotecas que han digitalizado los compendios y, por último, ofrece un listado de publicaciones relacionadas con los florilegios que los propios investigadores pueden alimentar⁸³.

El motor de búsqueda del *Proyecto Excerpta* está diseñado para que su acceso y consulta sea cómodo, intuitivo y eficiente. La estructura de la web permite obtener datos con rapidez para realizar investigaciones comparadas y por segmentos con resultados significativos. La página de inicio ofrece cuatro pestañas: Hojear, Buscar, Biblioteca y Créditos, que describiremos brevemente.

La pestaña “Créditos” introduce al proyecto y ofrece el listado de los florilegios que pueden consultarse en la *web* y, al clicar en ellos, los autores y obras clásicas disponibles en cada florilegio y el investigador responsable de la anotación (véase imagen 3). También se recogen las bibliotecas que colaboran con el proyecto al permitir el uso de sus ediciones renacentistas digitalizadas⁸⁴. En la pestaña “Biblioteca” se pone a disposición de los investigadores una bibliografía crítica específica sobre florilegios y hay habilitado un formulario *online* para que los propios investigadores envíen la referencia bibliográfica de sus publicaciones y así ofrecer un servicio de consulta bibliográfica.

⁸³ Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA, Gustavo RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Oliverio J. SANTANA JARÍA, “El estudio de los florilegios latinos del siglo XVI en la era digital: el *Proyecto Excerpta*”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii* (eds.). *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico VI. Homenaje al profesor Eustaquio Sánchez Salor*. Alcañiz – Madrid: IEH-CSIC, 2020.

⁸⁴ La Biblioteca Histórica de la Universidad de Salamanca, la Biblioteca “Arturo Graf” de la Università degli Studi di Torino y la Bayerische Staatsbibliothek.

<p>Ex Elegis Tibulli, Propertii et Ouidii ab Ioanne Mummelio Selecti uersus PARIS, 1533 (BREDA, 1504)</p>
<p>Sylva sententiarum ex Ouidio, non librorum sed rerum ac titulorum ordine seruato, delectarum LEIPZIG, 1515</p>
<p>Sententiae et proueria ex poetis latinis (ab Roberto Stephano) - His adiecius Leosthenis Coluandri sententias prophanas VENECIA, 1547 (FRANK, 1544)</p> <p>Trinidad Arcos Pereira » Plauto y Terencio</p> <p>Francisco Bravo de Laguna Romero » Juvenal, Marcial y Séneca</p> <p>M^a Elena Curbelo Tavío » Boecio y Luciano</p> <p>M^a Elisa Cuyás de Torres » Claudiano, Estacio, Horacio, Ovidio (Metamorfosis, Fastos, Arte de amar, Remedios, Heroidas, Pónticas, Tristes, Consolación y Cosmética) y Virgilio</p> <p>M^a Dolores García de Paso Carrasco » Enio, Persio, Silio Itálico y Valerio Flaco</p> <p>Gregorio Rodríguez Herrera » Catulo, Lucrecio, Ovidio (Amores), Propercio y Tibulo</p>
<p>Sententiae ueterum poetarum, per locos communes digestae. Collectore Georgio Maiore AMBERG 1541 (MAGDEBURGO 1534)</p>

Imagen 3 – Detalle de los créditos del Proyecto Excerpta (Florilegios, autores y obras clásicas e investigadores)

La pestaña “Hojear”, tras filtrar por florilegio, autor u obra, permitirá avanzar por todos los títulos o lemas que resulten del filtrado. Esta función permite a los investigadores que no accedan al producto con una búsqueda clara o predeterminada, realizar una lectura previa para determinar si lo que necesitan se encuentra en el florilegio en cuestión. Además, se indica para cada título o lema el número de extractos que contiene, con lo que nos da una rápida visión de aquellos que han despertado mayor interés en el compilador (véase imagen 4).

Hojear

AVANCE POR LAS DISTINTAS ENTRADAS DEL FLORILEGIO, AUTOR U OBRA SELECCIONADO

VOLVER

Lucretius		38 resultados
CAPÍTULO		RECuento
Amicitia		1
Auaritia		1
C		2
D		1
De aduersitate		1
De afflictione		1
De amore		1
De anima		2
De caecitate		1
De Christo		1
De credulitate		1

Imagen 4 – Detalle de la función Hojear con extractos de Lucrecio.

La pestaña “Buscar” ofrece un sistema de búsqueda simple o avanzada por alguno o varios de los campos etiquetados en cada extracto. La búsqueda simple permite buscar por un solo campo o por la combinación de varios una palabra completa o por aproximación con la utilización de operadores. Estos operadores se despliegan en la opción ayuda “?”. La búsqueda por aproximación, utilizando el operador “*”, pretende salvar el problema de la flexión nominal y la conjugación verbal para facilitar la tarea de localización del extracto al consultar por el segmento más reconocible (véase imagen 5).

Buscar

HAGA BúsquEDAS SIMPLES O COMBINADAS, POR COINCIDENCIA EXACTA O APROXIMADA DE UNA O MAS PALABRAS

The search interface is divided into two main sections: 'BUSQUEDA SIMPLE' and 'BUSQUEDA AVANZADA'. Under 'BUSQUEDA SIMPLE', there are dropdown menus for 'O. MIRANDULA', 'Todos los autores', and 'Todas las obras'. Below these are input fields for 'FLORILEGIO', 'AUTOR', and 'OBRA', with the search term 'amor*' entered in the 'FLORILEGIO' field. Under 'BUSQUEDA AVANZADA', there are radio buttons for 'BUSQUEDA POR APROXIMACION' (selected) and 'BUSQUEDA DE PALABRAS'. At the bottom of the search area are two yellow buttons: 'LIMPIAR FILTRO' and 'BUSCAR'.

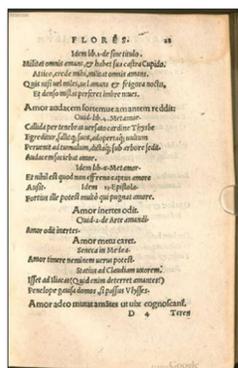
Última actualización: 6/5/2020

110 resultados

FLORILEGIO	AUTOR	OBRA	CAPÍTULO	SUBCAPÍTULO
O. MIRANDULA	Appendix Vergiliana	Ciris	De amore	Amor uincit omnia, nullique parcat.
O. MIRANDULA	Appendix Vergiliana	Dirae	De amore	Amoris immensi expressio lepidissima
O. MIRANDULA	Appendix Vergiliana	ElegMaec	De amore	Amoris immensi expressio lepidissima

Imagen 5 – Detalle de la función Buscar con una selección por aproximación de “amor*” en los extractos de Ovidio en el florilegio de O. Mirandula.

El extracto seleccionado se podrá contrastar mediante un botón con la moderna edición crítica recogida en *PHI Workplace* y una imagen ofrecerá la página de la edición renacentista en la que se encuentra el extracto. Por último, la opción “Descargar” permite obtener en extracto en un archivo PDF (véase imagen 6).



ID	1843
Florilegio	O. MIRANDULA
Autor	Ovidius
Obra	Am.
Libro	1
Poema	9
Capítulo	De amore
Subcapítulo	Amor militiae species est
Verso inicial	1
Verso final	2
Extracto	Militat omnis amans, et habet sua castra Cupido. Attice, crede mihi, militat omnis amans. Quis nisi vel miles, vel amans et frigora noctis, Et denso mistas perferet imbre nives?
Edición moderna	Militat omnis amans, et habet sua castra Cupido; Attice, crede mihi, militat omnis amans. (Ovidius, Am., 1.9.1-2) quis nisi vel miles vel amans et frigora noctis et denso mixtas perferet imbre nives? (Ovidius, Am., 1.9.15-16)
Página	77

DESCARGAR

Imagen 6 – Detalle de la información ofrecida por el motor de búsqueda de un extracto del florilegio de O. Mirandula.

Para concluir, la opción de “Búsqueda avanzada” permite buscar simultáneamente en más de un florilegio, un autor o una obra y da la posibilidad de determinar el campo en el que se desea realizar la búsqueda. En cada campo hay un selector con los operadores “And”, “Or” y “And not”, que nos permite conectar la búsqueda entre ellos, y una entrada de texto, que igualmente busca extractos, autores, obras o florilegios de manera combinada mediante los operadores “/” y “&”. Así, por ejemplo, si estamos interesados en buscar textos en los que aparezcan simultáneamente *amor* y *odi* en los elegiacos latinos para establecer posibles influencias de Catulo, introduciríamos, en la entrada de texto “Autor”, Ovidius / Propertius / Tibullus y, en la entrada de texto “Extracto”, *amor* & *odi*, como se ve en la imagen 7.

BÚSQUEDA SIMPLE		BÚSQUEDA AVANZADA	
_____	OPERADOR	FLORILEGIO	
AND	_____	Ovidius/Propertius/Tibullus	
_____	OPERADOR		AUTOR
AND	_____		
_____	OPERADOR		OBRA
AND	_____		
_____	OPERADOR		CAPÍTULO
AND	_____		
_____	OPERADOR	*amor* & *odi*	SUBCAPÍTULO
AND	_____		
_____	OPERADOR		EXTRACTO
AND	_____		
_____	OPERADOR		EDICIÓN MODERNA
LIMPIAR FILTRO		BUSCAR ?	

Última actualización: 8/5/2020

12 resultados

FLORILEGIO	AUTOR	OBRA	CAPÍTULO	SUBCAPÍTULO
B. SCHONBORN	Ovidius	Epist.	E	
G. MAIOR	Ovidius	Epist.	Amor	

Imagen 7 – Detalle de la información ofrecida por el *Proyecto Excerpta* en una búsqueda avanzada

Así pues, el *Proyecto Excerpta* obtiene datos de manera rápida y eficiente, mediante una *web* sencilla e intuitiva con dos sistemas de búsqueda, simple y avanzada, y una opción más genérica de hojear. Dado el número de extractos ya disponibles, unos seis mil, estos datos pueden ofrecer resultados de investigación significativos que nos permitan conocer mejor la influencia de los autores latinos en la sociedad del Renacimiento y el papel de los florilegios en la configuración del pensamiento europeo.

A través de estas páginas hemos ofrecido un panorama sobre la situación de los florilegios desde finales del medievo a la

actualidad; hemos analizado el carácter didáctico y literario de estas compilaciones, así como su encaje en la teoría de los géneros y en el canon literario; hemos destacado los intereses de los investigadores a la hora de acercarse a estas obras y cómo la sociedad de la información y la tecnología están influyendo en su difusión y formato actual. También hemos puesto de relieve la capacidad de los autores antiguos para contribuir a los retos actuales de la sociedad global. Por último, hemos mostrado las posibilidades que los motores de búsqueda ofrecen para desarrollar una investigación más completa y comparativa de estas compilaciones. En definitiva, este recorrido por el estado actual sobre la elaboración y el estudio de los florilegios, ahora libros de frases célebres, demuestra la vigencia de estas compilaciones del saber y la necesidad de las sociedades de generar compendios de pensamiento fragmentario que alimenten, si quiera parcialmente, su discurso.

Referencias bibliográficas

- ACERO VIÑAS, Carmen María, “Los *Excerpta* ciceronianos del manuscrito 2306 de la Biblioteca Universitaria de Salamanca”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 169-176.
- AINSWORTH, Peter; MEREDITH, Michael, “e-Science for Medievalists: Options, Challenges, Solutions and Opportunities”: *Digital Humanities Quarterly* 3.4 (2009) <<http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/4/000071/000071.html>>.
- ALDAMA ROY, Ana María
- “Claudiano en dos florilegios espirituales”, in Antonio CASCÓN *et alii* (eds.), *Donum amicitiae. Estudios en homenaje a Vicente Picón*. Madrid, Publicaciones de la UAM, 2008^a, pp. 219-231.
 - “Los poemas de Claudiano en el *Florilegium Gallicum*”, en María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2008^b, pp. 35-56.

- ALDAMA ROY, Ana María; MUÑOZ JIMÉNEZ, María José
- “Los florilegios”, in Beatriz ANTÓN *et alii*, *Antiquae lectiones*. Madrid, Cátedra, 2005, pp. 217-223.
 - “Selección y manipulación de los autores clásicos en los florilegios latinos”, in María Dolores GARCÍA DE PASO CARRASCO, Gregorio RODRÍGUEZ HERRERA (eds.), *Selección, manipulación y uso metaliterario de los autores clásicos*. Zaragoza, Pórtico, 2009, pp. 99-123.
- ANDERSON, Sheila, *The Arts and Humanities and e-Science: Scoping Survey Report and Findings*, 2007 < <http://www.ahessc.ac.uk/scoping-survey>> [Consulta 05/03/2016].
- ARAGÜÉS, José, “Colecciones de *Exempla* y oratoria: la labor del compilador”, in José María MAESTRE MAESTRE, Joaquín PASCUAL BAREA (eds.), *Humanismo y pervivencia del mundo clásico 1.1*. Cádiz, Instituto de Estudios Turolenses – Servicios de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1993, pp. 252-265.
- ARENAL BARRANTES, Isabel; MEDINA LÓPEZ-LUCENDO, Cecilia; VILLALBA DE LA GÜIDA, Israel, “Edición y comentario de los ‘títulos’ *Amicitia*, *Amor* y *Gloria* del florilegio temático contenido en el ms. 246 de la Biblioteca de Santa Cruz”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 27 (2007), pp. 147-195.
- ARÉVALO MARÍN, Beatriz, “El *De clementia* de Séneca en los florilegios latinos conservados en España”, in Pedro CONDE, Isabel VELÁZQUEZ (coord.), *La Filología Latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 835-849.
- ARGINZONIZ, Beñat, *Citas, Versos, Frases. Pessoa 666*. Bilbao, El Gallo de oro Ediciones, 2016.
- ARTIGAS, Esther *et alii* “De floribus florilegiisque barcinonensibus”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii* (eds.), *Manipulus studiorum en recuerdo de la profesora Ana María Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 921-1056.
- BAÑOS, José Miguel, “Antologías de la Literatura Latina”, in Eugenio PADORNO, Germán SANTANA HENRÍQUEZ (eds.), *La antología literaria*. Las Palmas de Gran Canaria, Fundación Mapfre Guanarteme – Servicio de publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2001, pp. 117-153.
- BARDY, Gustave, “Florilèges”, in *Catholicisme. V. 4*. Paris, 1956, pp. 1360-1363.
- BARRERA-GÓMEZ, Noemi, “Bartholomaeus Anglicus como compilador. Fuentes y autoridades en el *Liber de Deo* del *De proprietatibus rerum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ *et alii*, *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2013, pp. 115-129.
- DEL BARRIO VEGA, Felisa M^a
- “La selección de textos *De re militari* en la Biblioteca del conde de Haro”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2011, pp. 159-190.
 - “Tácito en el manuscrito 6645 de la Biblioteca Nacional de Madrid”, in M^a. T. CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2015, pp. 291-309.

- BEUGNOT, Bernard, “Florilèges et Polyantheae: diffusion et statut du lieu commun à l’époque classique”: *Etudes françaises* 13 (1977), pp. 119-141.
- BLAIR, Ann
- “Reading Strategies for Coping with Information Overload ca. 1550-1700”: *Journal of the History of Ideas* 64 (2003), pp. 11-28.
 - “Le florilège latin comme point de comparaison”: *Extrême-Orient, Extrême-Occident* 1/1 (2007), pp. 185-204.
- BLECUA, Alberto, “La littérature apophthegmatique en Espagne”, in Agustín REDONDO (coord.), *L’Humanisme dans les lettres espagnoles*. Paris, Librairie Philosophique Vrin, 1979, pp. 119-132.
- BODELÓN GARCÍA, Serafin, “Tácito en Arias Montano y el apotegma en el humanismo”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del Mundo Clásico II. Homenaje al profesor Luis Gil*. Cádiz, Instituto de Estudios Turolenses – Universidad de Cádiz, 1997, pp. 241-248.
- BORGMAN, Christine L., “The Digital Future is Now: A Call to Action for the Humanities”: *Digital Humanities Quarterly* 3.4 (2009), <<http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/4/000077/000077.html>> [Consulta: 10/03/2016].
- BRAVO DE LAGUNA ROMERO, Francisco, “Las sentencias atribuidas a Publilio Siro en los florilegios de André Rodrigues de Évora”: *Euphrosyne. Revista de Filología Clásica* 46 (2018), pp. 243-260.
- BRAVO DE LAGUNA ROMERO, Francisco; RODRÍGUEZ HERRERA, Gregorio, “Las *Sententiae* atribuidas a Publilio Siro seleccionadas por Erasmo y su influencia en los florilegios de G. Maior y A. Rodrigues de Évora”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 38 (2018), pp. 83-107.
- BUONOCORE, Mario, “Excerpta di Properzio alla Biblioteca Vaticana”: *Bolletino di Studi Latini* (1995) 25, pp. 59-65.
- BURTON, Rosemary, *Classical Poets in the “Florilegium Gallicum”*. Frankfurt-on-Main, 1983.
- CALLEJAS BERDONÉS, María Teresa
- “Pasajes escogidos de las *Sátiras* de Persio en dos florilegios conservados en España”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 15 (1998), pp. 237-282.
 - “*Excerpta* de Juvenal en los florilegios conservados en España”, in Pedro CONDE, Isabel VELÁZQUEZ (coord.), *La Filología Latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 865-880.
 - “El uso del término *proverbia* como denominación genérica de algunos florilegios medievales”, in Beatriz ANTÓN, María José MUÑOZ JIMÉNEZ, *Estudios sobre Florilegios y Emblemas. Manet semper virtus odosque rosae*. Valladolid, Universidad de Valladolid, 2011^a, pp. 39-48.
 - “Juvenal en el manuscrito 749-II de la Bibliothèque Municipale de Douai”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2011^b, pp. 71-98.

- “El *Epitoma rei militaris* de Vegetio en el *Manipulus Florum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ *et alii*, *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2013, pp. 115-129.
- “Juvenal en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014^a, pp. 156-171.
- “Los extractos de Persio en el manuscrito 80 del Archivo Capitular de Tarragona”, in José María BAÑOS BAÑOS *et alii*, *Philologia, Universitas, Vita. Trabajos en honor de Tomás González Rolán*. Madrid, Escolar y Mayo, (2014^b), pp. 167-175.
- CARRATELLO, Ugo, “*Florilegia quaedam* di Valerio Marziale. (Per una nuova edizione dell’ *Epigrammaton liber*)”: *Giornale Italiano di Filologia* 26 (1974), pp. 142-158.
- CASTRO JIMÉNEZ, María Dolores
- “*De vita XII Caesarum* de Suetonio en el *Florilegium Gallicum*”, in Pedro CONDE, Isabel VELÁZQUEZ (coords.), *La filología latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua – Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 801-817.
- “Horacio en los florilegios medievales”, in Aires A. NASCIMENTO, Paulo F. ALBERTO (coord.), *Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2006, pp. 293-303.
- “Las epístolas de Horacio en el *Florilegium Gallicum*”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale del Instituts d’Études Médiévales, 2011, pp. 57-70.
- CODOÑER MERINO, Carmen, “La educación hispánica en el siglo XVI. La compilación de *Sententiae* de André Rodrigues Eborense”, in *Cataldo e André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002, pp. 111-121.
- COHON, Bertram Jerome, *Seneca’s Tragedies in Florilegia and Elizabethan Drama*. New York, Columbia University, 1960.
- CUARTERO SANCHO, María Pilar, “Las colecciones de *Sententiae* en la literatura latina del Renacimiento”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.4. Homenaje al Profesor A. Fontán. Vol. III.3*. Alcañiz-Madrid, Instituto de Estudios Humanísticos, 2002, pp. 1571-1584.
- CURBELO TAVÍO, María Elena
- “La selección de Ovidio en los *Versus Sententiosi* de Batholomeus Schönborn: el término *amor*”: *Habis* 48 (2017^a), pp. 317-333.
- “La *eloquentia* en los florilegios latinos del XVI”: *Revista de Estudios Latinos* 17 (2017^b), pp. 113-136.
- DAMON, Philip W., “A Second Propertius Florilegium”: *Classical Philology* 48 (1953), pp. 96-97.
- DELHAYE, Philippe
- *Florilegium morale oxoniense. Prima pars: Flores philosophorum*. Lovaina-Lille, Nauwelaerts. 1955.

- “Florilèges médiévaux d'éthique”, in *Dictionnaire de spiritualité*. V. Paris, Éditions Beauchesne, 1964, pp. 460-475.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio, “Confeción de códices y crítica textual”, en A.A.V.V., *Actas del III Simposio de la sección de Filología Clásica de la Universidad de Murcia: La crítica textual y los textos clásicos*. Murcia, Universidad de Murcia, 1986, pp. 149-166.
- FERNÁNDEZ LÓPEZ, Jorge, “Retórica y enciclopedia en el Renacimiento: *eloquentia* en la *Polyanthea* de Mirabelli-Lang”: *Minerva* 22 (2009), pp. 177-204.
- FERNÁNDEZ LÓPEZ, Jorge; DEL RÍO SANZ, Emilio, “La selección de pasajes de Séneca en la *Compilación* de Alonso de Cartagena”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 375-394.
- FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, Beatriz
- *En la senda del Florilegium Gallicum. Edición y estudio del florilegio del manuscrito Córdoba, Archivo Capitular 150*. Lovaina-La Nueva, Brepols, 2008.
- “Los Fastos de Ovidio en los Florilegios medievales”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 217-223.
- “La singular lectura de los Fastos de Ovidio en el florilegio de Douai, Bibliothèque Municipale ms.79”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 30 (2010), pp. 101-116.
- “Los Fastos de Ovidio en el *Florilegium Gallicum*”: *Revue d'Histoire des Textes* 7 (2012), pp. 221-250.
- “La selección de pasajes de Ovidio en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz de Valladolid”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 367-374.
- FOWLER, Alastair, “Género y canon literario”, in Miguel Ángel GARRIDO (ed.), *Teoría de los géneros literarios*. Madrid, Síntesis, 1998, pp. 95-127.
- GARCÍA BERRIO, Antonio; HUERTA CALVO, Javier, *Los géneros literarios: sistema e historia*. Madrid, Cátedra, 1992.
- GAGNER, Anders, *Florilegium gallicanum: Untersuchungen und Texte zur Geschichte der mittellateinischen Florilegienliteratur*. Lund, Lund University Publications, 1936.
- GENETTE, Gérard, *Palimpsestos. La literatura en segundo grado*. Madrid, Taunus, 1989.
- HAMESSE, Jacqueline
- “Les Florilèges philosophiques du XIIIe au XVe siècle”, in *Les genres littéraires dans les sources théologiques et philosophiques médiévales: définition, critique et exploitation*. Louvain-La Neuve, Brepols, 1982, pp. 181-191.
- “Le vocabulaire des florilèges médiévaux”, in Olga WEIJERS (ed.), *Méthodes et instruments du travail intellectuel au Moyen âge. Études sur le vocabulaire*. Turnhout, Brepols, 1990, pp. 209-230.

- “Parafraasi, florilegi e compendi”, in Guglielmo CAVALLO *et alii*, *Lo spazio letterario del medioevo. 1. Il medioevo latino. Vol. III*. Roma, Salerno Editrice, 1992, pp. 197-220.
- “Les florilèges philosophiques, instruments de travail des intellectuels à la fin du Moyen Âge et à la Renaissance”, in Luca BIANCHI (coord.), *Filosofia e Teologia nel trecento. Studi in ricordo di Eugenio Raudi*. Louvain-la-Neuve, Brepols, 1994, pp. 479-508.
- “De la manducation des textes à l’apprentissage du savoir: l’évolution des florilèges médiévaux”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ *et alii*, *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto, Fédérations Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2013, pp. 11-32.

HINOJO ANDRÉS, Gregorio

- “Repertorios renacentistas del saber antiguo”, in María Consuelo ÁLVAREZ MORÁN, Rosa María IGLESIAS MONTIEL, *Contemporaneidad de los clásicos en el umbral del tercer milenio*. Murcia, Universidad de Murcia, 1999, pp. 589-597.
- “La reducción del relato histórico en un florilegio de biografías latinas (las biografías de Suetonio)”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 517-526.

HAMACHER, Johannes, *Florilegium Gallicum: Prolegomena und Edition der Exzerpte von Petron bis Cicero ‘De oratore’*. Frankfurt-on-Main, Peter Lang, 1975.

HARRIS, Wendell V., “La canonicidad”, in Enric SULLÀ (ed.), *El canon literario*. Madrid, Surco Libros, 1998, pp. 37-60.

INFANTES DE MIGUEL, Victor, “De ‘Officinas’ y ‘Polyantheas’: los diccionarios secretos del Siglo de Oro”, *Homenaje a Eugenio Asensio*. Madrid, Gredos, 1988, pp. 243-257.

JIMÉNEZ CALVENTE, Teresa, “Los humanistas y sus herramientas filológicas. De polianteas, florilegios y otros útiles similares”: *La Corónica* 37/1 (2008), pp. 217-244.

JIMÉNEZ SAN CRISTÓBAL, Montserrat

- “Il manoscritto 4515 della Biblioteca Nazionale di Madrid: un’ampia raccolta di estratti di vari autori del primo Umanesimo castigliano”: *Filologia mediolatina* 19 (2012), pp. 169-192.
- “Maximiano en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz de Valladolid”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2015, pp. 547-561.

KANE, Andrew; TOMPA, Franck Wn., “Janus: the intertextuality search engine for the Electronic *Manipulus florum* Project”: *Literary and Linguistic Computing* 26/4 (2011), pp. 407-415.

LÓPEZ POZA, Sagrario

- “Florilegios, polyantheas, repertorios de sentencias y lugares comunes: una aproximación bibliográfica”: *Criticón* 49 (1990), pp. 61-76.
- “Polianteas y otros repertorios de utilidad para la edición de textos en el Siglo de Oro”: *La Perinola* 4 (2000), 191-207.

- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, Marcos, “El arte de la selección literaria en la Antigüedad: canon, antología-florilegio y centón”, in Eugenio PADORNO, Germán SANTANA HENRÍQUEZ (eds.), *La antología literaria*. Las Palmas de Gran Canaria, Fundación Mapfre Guanarteme – Servicio de Publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2001, pp. 99-110.
- McGREGOR, James H., “Ovid at School: from the Ninth to the Fifteenth Century”: *Classical Folia* 32 (1976), pp. 29-55.
- MEDINA LÓPEZ-LUCENDO, Cecilia, “El florilegio temático del ms 246 de la Biblioteca de Santa Cruz de Valladolid. Edición y comentario filológico del ‘título’ *fortitudo*”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 691-704.
- MELO, António Maria Martins, “Da Antigüidade ao Renascimento: os *Exempla* e a promoção de um ideal de perfeição humana”: *Anuario de Estudios Filológicos* 34 (2011), pp. 125-137.
- MORENO HERNÁNDEZ, Antonio, “El *B.G.* de César en el *Florilegium Gallicum*: fragmentos conservados en el *Escorialensis* Q-1-14”: *Latomus* 67.1 (2008), pp. 82-101.
- MOSS, Ann, *Printed commonplace-Books and the Structuring of Renaissance Thought*. Oxford, Clarendon Press, 1996.
- MOYA RODRÍGUEZ, Iván
- “Relación de autores clásicos y cristianos en la biblioteca de Eneas Spennazio. Toledo, Biblioteca del Cabildo, ms. 21-43”, in Trinidad ARCOS PEREIRA *et alii*, *Pectora mulcet: estudios de retórica y oratoria latinas*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2009^a, pp. 855-868.
 - “Horacio en el ms. 21-43 del Cabildo de la Catedral de Toledo”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009^b, pp. 275-284.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, María José
- “*Excerpta* de Marcial en los manuscritos Escorial G-III.7 y O.III.23, y Madrid B.N. 6510”, in Fernando SOJO RODRÍGUEZ (coord.), *Latinitas Biblica et cristiana. Studia philologica varia in honorem Olegario García de la Fuente*. Madrid, Universidad Europea de Madrid, 1994, pp. 445-453.
 - “*Proverbia Marcialis*: lecturas parciales de Marcial en los florilegios medievales”, in Javier ISO *et alii* (coords.), *Hominem pagina nostra sapit: Marcial, 1900 años después*. Zaragoza, Institución Fernando El Católico, 2004^a, pp. 271-293.
 - “La edición de florilegios como edición especial”: *Exemplaria classica* 8 (2004^b), pp. 123-133.
 - “*Seneca in declamationibus*: las *Controversiae* de Séneca el Viejo en extractos”: *Revista de Estudios Latinos* 4 (2004^c), pp. 163-176.
 - “El texto de las *Saturnales* de Macrobio en el *Florilegium Gallicum*”, in Pedro CONDE PARRADO, Isabel VELÁZQUEZ (coords.), *La filología latina. Mil años más*. Madrid, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua - Sociedad de Estudios Latinos, 2005, pp. 787-800.
 - “El *De vita Caesarum* de Suetonio y la *Historia Augusta* en el ms. 7805 de la Biblioteca Nacional de Madrid”, in Antonio CASCÓN *et alii* (eds.), *Donum*

- amicitiae. Estudios en homenaje a Vicente Picón*. Madrid, Publicaciones de la UAM, 2007, pp. 363-374.
- “La tradición manuscrita de Macrobio y los *Saturnalia excerpta* del *Florilegium Gallicum*”: *Revue d’Histoire des Textes*, n.s. III (2008^a), pp. 89-104.
 - *Un florilegio de biografías latinas. Edición y estudio del manuscrito 7085 de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Louvain-la-Neuve, Brepols, 2008^b.
 - “En torno a los florilegios latinos conservados en España”, in María Ángeles ALMELA LUMBRERAS *et alii*, *Perfiles. Grecia y Roma. Actas del XII Congreso español de Estudios Clásicos*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2009, pp. 135-154.
 - “Formas de coexistencia de los autores y obras en los florilegios latinos”, in María José MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2011^a, pp. 135-153.
 - “Las fuentes de las fuentes de los libros de emblemas: los florilegios medievales”, in Rafael ZAFRA MOLINA, José Javier AZANZA LÓPEZ (coord.), *Emblemática trascendente: hemenéutica de la imagen, iconología del texto*. Pamplona, Universidad de Navarra, 2011^b, pp. 585-594.
 - “Antologías renacentistas abreviadas en manuscritos de bibliotecas españolas”: *Fortunatae* 25 (2014), pp. 407-419.
 - “Marcial en el manuscrito 246 de la Biblioteca Histórica de Santa Cruz de Valladolid”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.1. Homenaje al Profesor Juan Gil*. Alcañiz – Madrid, IEH-CSIC, 2015^a, pp. 343-354.
 - “Las fuentes del *De variis doctorum sententiis* de C. García Guillén de Paz”, en María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2015^b, pp. 755-764.
 - “La presencia oculta de las *Menandri Sententiae* en la *Primera parte de las Sentencias* de Andrés Rodríguez de Évora y en las *Sententiae ex diuersis auctoribus graecis* de Cristóbal García Guillén de Paz”: *Revista de Estudios Latinos* 18 (2018), pp. 239-254.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, María José; PIZARRO SÁNCHEZ, Javier, “La selección de epigramas de Marcial en tres florilegios medievales conservados en España”, in Maurilio PÉREZ GONZÁLEZ (coord.), *Actas del II Congreso Hispánico de Latín Medieval*. León, Universidad de León, 1998, vol. II, pp. 686-695.
- NIGHMAN, Chris L.
- “The electronic Manipulus florum Project (www.manipulusflorum.com)”: *Medieval Sermon Studies* 46 (2002), pp. 97-99.
 - “Commonplaces on preaching among commonplaces for preaching? The topic *predicatio* in Thomas of Ireland’s *Manipulus Florum*”: *Medieval Sermon Studies* 49 (2005), pp. 37-57.
 - “The Janus Intertextuality Search Engine: A Research Tool of (and for) the Electronic Manipulus florum Project”: *Digital Medievalist* 7 (2011) <<http://www.digitalmedievalist.org/journal/7/nighman/>> [Consulta 05/03/2016].

- “The *Manipulus florum*, Johannes Nider’s *Formicarius*, and late medieval misogyny in the construction of witches prior to the *Malleus Maleficarum*”: *Journal of Medieval Latin* 24 (2014), pp. 171-84.

OLSEN, Birger Munk

- “Les classiques latins dans les florilèges médiévaux antérieurs au XIIIe siècle” : *Revue d’histoire des textes* 9 (1979), pp. 47-121.
- “Les florilèges d’auteurs classiques”, in *Les genres littéraires dans les sources théologiques et philosophiques médiévales: définition, critique et exploitation*. Louvain-La Neuve, Brepols, 1982, pp. 151-164.
- “Les classiques latins dans les florilèges médiévaux antérieurs au XIIIe siècle”: *Revue d’histoire des textes* 10 (1980), pp. 115-160.

ORTEGA BLAKE, Arturo, *El gran libro de las frases célebres*. México, Grijalbo, 2013.

OWENS, Trevor, “Defining Data for Humanist: Text, Artifact, Information or Evidence?": *Journal of Digital Humanities* 1 (2011), <<http://journalofdigitalhumanities.org/1-1/defining-data-for-humanists-by-trevor-owens/>> [Consulta 05/03/2016].

PIMPÃO, Alvaro Júlio da Costa, “André Eborense e o seu livro de *Sentenças e Exemplos*”, in *Escritos diversos*. Coimbra, Universidade, 1972, pp. 385-401.

PRINCE, Kenneth M., “Edition, Project, Database, Archive, Thematic Research Collection: What’s in a Name?": *Digital Humanities Quarterly* 3.3. (2009), <<http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/3/000053/000053.html> Consulta 22/12/2019>.

QUONDAM, Amedeo, “Strumenti dell’officina classicistica: Polyanthea & Co.”: *Modern Philology* 101/2 (2003), 316-335.

RAMPSAY, Stephen, “Database”, in Susan SCHREIBMAN *et alii* (eds.), *A Companion on Digital Humanities*. Malden-Oxford-Victoria, 2004, pp. 177-197.

ROBATHAN, Dorothy M., “The Missing Folios of the Paris Florilegium 15155”: *Classical Philology* 33 (1938), pp. 188-197.

ROCHAIS, Henri M.

- “Contribution à l’histoire des florilèges ascétiques du Moyen Age”: *Revue bénédictine* 63 (1953), pp. 246-291.
- “Florilèges spirituels latins”, in *Dictionnaire de spiritualité*. V. Paris, Éditions Beauchesne, 1964, pp. 435-460.

RODRÍGUEZ HERRERA, Gregorio

- “Propercio en el *Viridarium Illustrium Poetarum* de Octaviano Mirándola: origen e influencias”: *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 30/2 (2010), pp. 295-320.
- “Los *excerpta* de Tibulo en el florilegio de Cristóbal García Guillén de Paz (ms. 246 BH Santa Cruz, Valladolid)”, in María Teresa CALLEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 2014, pp. 845-857.
- “Propercio en la *Polyanthea* de D. Nano Mirabelio”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.4. Homenaje al Profesor Juan Gil*. Alcañiz – Madrid, IEH-CSIC, 2015, pp. 1911-1924.

- “La selección de los elegiacos latinos en las *Sententiae et Exemplum* (1557) de André Rodrigues de Évora”: *Habis* 47 (2016), pp. 275-290.
 - “Mujer y tradición clásica en los *Ex Elegiis Tibulli, Propertii et Ouidii Selecti Versus* (1504) de J. Marmelio”: *Graeco-Latina Brunensia* 22 (2017), pp. 269-282.
 - “Los extractos de Ovidio en las *Sententiae et Exempla* (1557) de André Rodrigues de Évora: *Fastos, Tristes y Pónticas*” in Cristina PIMENTEL *et alii* (eds.), *O Humanismo Português e Europeu no 5º centenário do Cícero Lusitanus: Dom Jerónimo Osório (1515-1580)*. Lisboa. 2020, pp. 259-270.
- RODRÍGUEZ HERRERA, Gregorio; RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Gustavo; SANTANA JARIA, Oliverio J., “El estudio de los florilegios latinos del siglo XVI en la era digital: el *Proyecto excerpta*”, in José María MAESTRE MAESTRE *et alii* (eds.). *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico VI. Homenaje al profesor Eustaquio Sánchez Salor*. Alcañiz – Madrid: IEH-CSIC, 2020.
- ROUSE, Richard H., “Florilegia and Classical Authors in Twelfth- and Thirteenth-Century Orléans”: *Viator* 10 (1979), pp. 131-160.
- ROUSE, Richard H.; ROUSE, Mary A.
- “The *Florilegium Angelicum*: Its Origin, Content and Influence”, in Jonathan J. G. ALEXANDER, Margaret T. GIBSON (eds.), *Medieval Learning and Literature: Essays presented to R. W. Hunt*. Oxford, Oxford University Press, 1976, pp. 66-114.
 - *Preachers, Florilegia and Sermons: Studies on the ‘Manipulus Florum’ of Thomas of Ireland*. Toronto, Pims, 1979.
- SARMIENTO, José M., *Mil y una frases célebres*. Planet House Editorial [e-book], 2016.
- SCHREIBMAN, Susan, *et alii* (eds.), *A Companion on Digital Humanities*. Malden-Oxford-Victoria, Blackwell Publishing, 2004
- SPALLONE, Maddalena, “I percossi medievali del testo: accessus, commentari, florilegi”, in Guglielmo Cavallo *et alii*, *Lo spazio letterario del medioevo. I. Il medioevo latino. Vol. III*. Roma, Salerno Editrice, 1995, pp. 387-471.
- SPERBERG-MCQUEEN, C. Michael, “Classification and its Structure”, in Susan SCHREIBMAN *et alii* (eds.), *A Companion on Digital Humanities*. Malden-Oxford-Victoria, Blackwell Publishing, 2004, pp. 161-176.
- SVENSSON, Patrik, “Humanities computing as Digital Humanities”: *Digital Humanities Quarterly* 3.3 (2009) <<http://digitalhumanities.org/dhq/vol/3/3/000065/000065.html>> [Consulta 05/06/2016].
- TALBOT, Charles H., *Florilegium morale oxoniense. Secunda pars: Flores auctorum*. Lovaina-Lille, Nauwelaerts, 1956.
- TRAVER VERA, Ángel Jacinto, “La importancia de las Polianteas para la recepción de Lucrecio en España durante los siglos XVI y XVII”: *Philologica Canariensia* 20 (2014), pp. 135-152.
- ULLMAN, Berthold L.
- “Petronius in the Mediaeval *florilegia*”: *Classical Philology* (1930) 25, 11-21.
 - “Valerius Flaccus in the Mediaeval *florilegia*”: *Classical Philology* 26 (1931), pp. 21-30.

- “Classical Authors in Certain Medieval *florilegia*”: *Classical Philology* 27 (1932^a), pp. 1-42.
 - “Tibullus in the Mediaeval *florilegia*”: *Classical Philology* 27 (1932^b), pp. 128-174.
 - “Joseph Lang and his anthologies”, *Middle Ages, Reformation, Volkskunde: Festschrift für John G. Kunstmann*. Chapel Hill (NC), University of North Carolina Press, 1959, pp. 186-200.
- VÁZQUEZ VÁQUEZ, Alfonso, “Obras de erudición poética y polianteas”: *Epos* 28 (2012), pp. 147-160.
- VILLAROEL FERNÁNDEZ, Irene
- “Tibulo en el manuscrito 94 de la Biblioteca Pública del Estado en Tarragona”: *Boletín de la Academia de Buenas Letras de Barcelona* 52 (2009-10), pp. 97-118.
 - “Autores y obras extractados en el manuscrito de Tarragona, Biblioteca Pública del Estado, 94”, in M^a. J. MUÑOZ JIMÉNEZ (ed.), *El florilegio: espacio de encuentro de los autores antiguos y medievales*. Porto, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2011, pp. 209-228.
 - “Claudio en el manuscrito 94 de la Biblioteca Pública de Estado en Tarragona”, in María Teresa CALEJAS BERDONÉS *et alii*, *Manipulus florum en recuerdo de la profesora Ana Aldama Roy*. Madrid, Escolar y Mayo, 911-920.
 - “Ovidio en el ms. 94 de la Biblioteca Pública del Estado en Tarragona”, in J. M^a MAESTRE MAESTRE *et alii*, *Humanismo y Pervivencia del mundo clásico V.I. Homenaje al Profesor Juan Gil*. Alcañiz – Madrid, IEH-CSIC, 2015, pp. 443-454.
- WILLOUGHBY, James, “Circulation of Classical Literature. Libraries and *Florilegia*”, in Rita COPERLAND (ed.), *The Oxford History of Classical Reception in English Literature. Vol. 1 (800-1558)*. Oxford, OUP, 2016, pp. 95-120.
- WOTKE, Carl; HOSIUS, Carl, “Persius excerpte”: *Rheinisches Museum* 43 (1888), pp. 494-504.

**UNICEPE: HISTÓRIA DE UMA COOPERATIVA
LIVREIRA QUE SOBREVIVEU AO ESTADO NOVO¹**

**UNICEPE: THE HISTORY OF A BOOK
COOPERATIVE THAT SURVIVED THE *ESTADO NOVO***

*Inês Costa*²

Resumo: As cooperativas livreiras são, porventura, uma das faces menos visíveis dos contributos para a história do livro em Portugal no século XX. Pretende-se, por isso, através de um estudo de caso, subsidiar essa história e dar visibilidade a uma das cooperativas que mais terão contribuído para democratizar o acesso ao livro entre os estudantes universitários do Porto e promover a sua formação literária e social: a UNICEPE. Uma cooperativa fundada em 1963, que resistiu ao período do Estado Novo e que se mantém em atividade até hoje, sendo um marco cultural da cidade. Através da recolha e análise de fontes orais e impressas, procuramos dar a conhecer o processo de fundação da

¹ A autora agradece à Direção da UNICEPE, pela permissão para consulta dos livros de atas e do ficheiro digitalizado do processo da PIDE/DGS referente à UNICEPE, e a José Alberto Monteiro, Laura de Jesus e Rui Vaz Pinto, pela disponibilidade em conceder as entrevistas.

² Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro: inesmmcosta@ua.pt, <https://orcid.org/0000-0003-0398-1791>.

UNICEPE, identificar os seus fundadores, enunciar as suas principais atividades e explicar como conseguiu sobreviver ao Estado Novo, enquanto outras falharam.

Palavras-chave: História do livro; Cooperativismo; Movimento estudantil; Porto

Abstract: Book cooperatives are one of the lesser-known contributions to the Portuguese book history in the twentieth century. This paper intends to contribute to that history, highlighting one of the cooperatives that most contributed to the democratization of the access to books among the university students in Oporto: UNICEPE. This book cooperative has always aimed to promote the literary and social development of the students and it stands as a cultural landmark in the city. UNICEPE was founded in 1963, withstood the *Estado Novo* period and remains active up to the present. Drawing on oral and written sources, this brief study aims to report about the foundation of UNICEPE, identifying its founders, describing its main activities and discussing how it survived the *Estado Novo* while others failed.

Keywords: Book history; Cooperativism; Student movement; Oporto

Introdução

No enquadramento do escopo do presente capítulo, cumpre sublinhar algumas obras, mais ou menos recentes, de investigadores que se dedicaram a documentar a história do livro em Portugal no século XX, nomeadamente, e sem aspirar à exaustividade, *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970* (2010) e *O livro no Portugal contemporâneo* (2018), de Nuno Medeiros; *A edição em Portugal (1970-2010): percursos e perspectivas* (2012) e *Democracia do livro em Portugal* (2019), de Rui Beja; *Mercadores de letras. Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)* (2009), de Pedro Pereira Leite; *Livros que tomam partido. Edição e revolução em Portugal - 1968-1980* (2019), de Flamarion Maués³. A estas, somam-se vários estudos de caso que subsidiaram o aprofundar do conhecimento nesta área, retratando, sobretudo, o percurso histórico de editores, casas editoriais e livrarias portuguesas – e.g. *A & etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica* (2018), de Emanuel Cameira; *D'O Recreio à Livraria Romano Torres: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo* (2018), de Nuno Medeiros; *História e Património da edição: a Romano Torres* (2016), de Daniel Melo; *Editor Contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite* (2015), de Pedro Piedade Marques; *Livraria Sá da Costa: uma livraria e editora através da História (1913-2011)* (2011), de

³ Certamente relevantes do ponto de vista histórico, refira-se, ainda, *Inquérito ao livro em Portugal (volumes 1 e 2)* (1944), de Irene Lisboa; e *Livrarias e livreiros 1945 – 1994. Histórias portuenses* (1994), de Carlos Porto.

Marta Oliveira; *Civilização Editora: 130 anos no universo familiar dos livros* (2009), de Nuno Cravo; *O comércio alfarrabista no século XX: a Livraria Académica* (2010), de Eva Gomes; e *Relatório de Estágio nas Edições Afrontamento* (2011), de Henriqueta Antunes. Muitos destes estudos de caso resultaram de investigações conducentes aos graus de Doutor e Mestre nas áreas da Sociologia e dos Estudos Editoriais, demonstrando a relevância do seu contributo no que respeita à produção académica dedicada à história do livro em Portugal.

Não obstante a abrangência dos estudos referidos, subsiste um segmento ainda por explorar: o das cooperativas livreiras. Em Portugal, na década de 1960, operaram em simultâneo três cooperativas que tiveram grande impacto na comunidade estudantil dos centros urbanos onde se encontravam inseridas: a LIVRELCO, em Lisboa; a UNICEPE, no Porto; e a UNITAS, em Coimbra. Este capítulo debruça-se sobre a única que continua em funcionamento, a UNICEPE. Pretende dar-se a conhecer os motivos da sua fundação, identificar os fundadores, enunciar as atividades que promoveu ao longo das últimas seis décadas, particularmente durante o Estado Novo, e explicar como subsistiu a um regime autoritário que a considerava indesejável. Espera-se que este contributo possa ser um ponto de partida para um estudo mais aprofundado, subsidiando a história cultural portuguesa do século XX.

Assim, para reconstituir o percurso histórico da UNICEPE, desde a sua fundação até aos dias de hoje, recorreu-se a consultas bibliográficas, bem como à recolha de fontes orais e impressas. As fontes impressas englobaram o registo notarial de constituição da cooperativa; o anúncio da sua fundação em Diário de Governo; as atas das assembleias gerais (de 2 de dezembro de 1963 a 25 de abril de 1968) e das reuniões dos corpos gerentes (de 26 de maio de 1969 a 5 de abril de 1976); o arquivo da PIDE/DGS, onde é possível encontrar os primeiros estatutos da cooperativa, aprovados em 1963; as edições dos jornais *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e

Jornal de Notícias nas duas semanas seguintes à data de constituição da UNICEPE; e alguns boletins destinados aos associados. Foram realizadas entrevistas a três sócios com um papel particularmente relevante na história da cooperativa: Rui Vaz Pinto, atual Presidente da Direção; Laura de Jesus, ex-funcionária que continua a colaborar voluntariamente com a cooperativa; e José Alberto Monteiro, ex-funcionário que acompanhou a criação e os primeiros momentos da UNICEPE e participou diversas vezes em cargos gerentes⁴.

Em virtude da natureza da própria UNICEPE, torna-se relevante preceder o retrato do seu percurso com a clarificação do que distingue uma cooperativa livreira de uma livraria. Ainda que seja indubitável que, na sua generalidade, as livrarias constituem mais do que meros pontos de venda, revelando-se espaços fundamentais de fomento cultural e debate intelectual, cumpre esclarecer que as cooperativas se regem por rígidos princípios associativos, em que a preocupação social se sobrepõe continuamente à comercial. O seu objetivo não é o lucro, mas servir os sócios ou consumidores em geral⁵. Para João Dias Agudo, uma cooperativa de consumo define-se como

[...] uma empresa de carácter económico e uma associação de fins morais e sociais; empresa de carácter económico porque procura para os sócios benefícios que se ligam à satisfação de suas necessidades de alimentação, agasalho, etc.; e associação de fins morais e sociais, porque, em regra, a cooperativa de consumo também exerce uma acção na vida do espírito dos sócios, quer no campo da cultura e da sua formação, quer no do bom emprego do tempo disponível: recreio, viagens, etc.⁶

⁴ A entrevista a Rui Vaz Pinto e Laura de Jesus foi realizada no dia 10 de novembro de 2015. A entrevista a José Alberto Monteiro realizou-se a 25 de novembro de 2015.

⁵ João Dias AGUDO, *Cooperativas de consumo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 69.

⁶ J. D. AGUDO, op. cit., p. 69.

De facto, como veremos, a UNICEPE procurou sempre não só beneficiar os seus sócios na aquisição de livros, mas sobretudo exercer influência no panorama cultural. Perante um regime ditatorial, que reprimia iniciativas de associações de cidadãos e impunha políticas de controlo e censura dos meios de comunicação social e da produção e disseminação de bens culturais⁷, os próprios princípios cooperativos constituíam uma antítese de tudo aquilo que o estado representava. Segundo Rui Namorado, e de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, esses princípios resumem-se em seis pontos: adesão voluntária e aberta (que implica que não haja restrições artificiais nem discriminações sociais, políticas, raciais ou religiosas); administração democrática (um sócio, um voto); juro limitado ao capital; excedentes pertencentes aos sócios e distribuídos de maneira a que se evite que um indivíduo obtenha ganhos à custa de outros; promoção da educação e prática da intercooperação⁸.

Nos anos 1960 e 1970, e diante de uma juventude altamente politizada e motivada para a intervenção social, pertencer a uma cooperativa, especialmente num ambiente urbano, seria o mais perto do associativismo a que se poderia ambicionar chegar.

⁷ Sobre a censura e as políticas do livro em Portugal durante o Estado Novo, aconselha-se a consulta de *Breve História da Censura em Portugal* (1980), de Graça Almeida Rodrigues; *Mutiladas e Proibidas. Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo* (1997) e *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro* (1999), ambos de Cândido de Azevedo; e *Os Segredos da Censura* (1994), de César Príncipe.

⁸ Rui NAMORADO, *Os princípios cooperativos*. Coimbra, Fora do Texto, 1995, pp. 57-98.

A fundação e os fundadores

A UNICEPE foi idealizada, nasceu e deu os primeiros passos na República 24 de Março. Esta república, fundada em outubro de 1963, na cidade do Porto, era composta por jovens estudantes universitários deslocados que procuravam, em regime de comunidade, fazer face às despesas de alojamento. O nome escolhido para a república denota a posição antissalazarista dos seus fundadores, surgindo no rescaldo da crise académica de 1962. Esta crise terá começado a desenhar-se quando, a 25 de novembro de 1961, uma manifestação de estudantes contra a Guerra Colonial acabou com a intervenção policial e centenas de jovens presos e agredidos, mas atingiu o seu pico a 24 de março de 1962, quando Salazar decretou a proibição da celebração do Dia do Estudante e deu ordem para a intervenção armada da PSP dentro da cidade universitária que, em consequência, originou violentos confrontos. Os meses que se seguiram marcaram um período de intensa agitação estudantil escalada pela violência e repressão do regime e que levou à prisão e suspensão ou expulsão de alguns jovens do ensino universitário⁹. Um deles, Mateus Vítor Branco, foi um dos oito fundadores e primeiros moradores da República 24 de Março. Na verdade, segundo Zeferino Coelho, foi também dele que “partiu a iniciativa da criação da UNICEPE. O Vítor viera de Lisboa e trazia com ele a experiência da Livrelco”¹⁰.

Esta transferência para o Porto de alguns estudantes das universidades de Lisboa e a agitação que trouxeram à “sociedade portuense nessa altura muito fechada, retrógrada, provinciana,

⁹ Guya ACCORNERO, *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

¹⁰ António VIEIRA, Cipriano RICARDO, Dario MARTINS, *R24. Memórias da República 24 de março*. Porto, 2013, p. 60.

tacanha”¹¹ são também testemunhadas por Roberto Amaral (fundador da República 24 de Março e da UNICEPE):

A República 24 de Março foi também um local de encontro e de debate entre estudantes das várias Faculdades da Universidade do Porto que, na altura, foram enriquecidas com um grande número de transferências de alunos expulsos das suas Universidades em Lisboa, em consequência da sua participação no movimento estudantil que deu origem à crise académica de 1961/1962.¹²

Foi neste ambiente de “inconformidade, de criatividade, de irreverência e de resistência”¹³ que surgiu a ideia de criar a UNICEPE. Na verdade, o quarto do rés do chão da república, situada no n.º 29 da Rua da Maternidade, foi a sua primeira sede, quando a atividade ainda se resumia à venda dos fascículos da sebenta de Matemática adotada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (atual Instituto Superior de Economia e Gestão), em Lisboa¹⁴.

Quatro dos oito fundadores da República 24 de Março acabaram por ser também fundadores da UNICEPE, tendo os restantes tido um papel igualmente ativo, chegando a ocupar cargos nos corpos gerentes. De acordo com o registo de constituição de sociedade, lavrado no 6.º cartório notarial do Porto, no dia 19 de novembro de 1963, os fundadores da UNICEPE foram: Amílcar Manuel Ribeiro da Costa e Silva, Manuel Domingos de Sousa Pereira, João Huet Viana Jorge, Maria José Castro Carrão Bento, João Agostinho Aguiar Pereira Camacho, Francisco Manuel da Rocha Moreira, João Manuel Gonçalves de Azevedo, Roberto de Sousa Rocha Amaral, Manuel Jorge Ferreira Gonçalves e João Abel de Freitas. À data eram todos

¹¹ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 61.

¹² A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 18.

¹³ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 61.

¹⁴ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 18.

estudantes, com exceção de Manuel Pereira que era engenheiro, com idades compreendidas entre os 21 e os 24 anos¹⁵.

No mesmo registo ficaram assentes os estatutos da sociedade, dizendo o artigo primeiro:

É fundada e será regida por estes estatutos a sociedade cooperativa de consumo, sob a denominação de “Unicepe – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto” – Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, que terá sede no Porto.

O artigo terceiro refere os fins da cooperativa:

- a) adquirir e distribuir exclusivamente entre os associados, livros, folhetos, revistas, jornais, artigos escolares e quaisquer outros considerados de interesse para os mesmos;
- b) promover todas as actividades necessárias para a elevação do nível técnico, profissional e cultural dos seus associados;
- c) entrar em contacto com Cooperativas similares e outras organizações, tendo em vista uma melhor cooperação; e,
- d) promover quaisquer actividades úteis aos associados e permitidas por lei.

Sobre a elaboração destes estatutos, Zeferino Coelho, que frequentava e chegou a morar na República 24 de Março e é sócio n.º 11 da UNICEPE, relata o seguinte:

Lembro-me perfeitamente do que foi o trabalho de elaboração dos estatutos. [...] Foram elaborados uns estatutos sobrecarregadíssimos de artigos, em que abundavam sobretudo os fins pragmáticos a que a cooperativa devia dedicar-se. Foi uma grande frustração quando, antes de os registar no notário, os fomos mostrar ao Armando Castro, advogado antifascista [...]. O Armando Castro leu aquilo, sorriu, e reduziu os estatutos à sua expressão

¹⁵ Arquivo Central do Porto. Registo de constituição de sociedade, lavrado no 6.º Cartório Notarial do Porto e localizado no livro D-8 a folhas 3.

mais simples. O objectivo era não dar ao notário o menor pretexto para não os registar. Na época, constituir uma associação precisava da autorização do Governo Civil, o que, para ser obtido, exigia boas informações políticas, de que não dispúnhamos. Por isso a criação de uma cooperativa era uma alternativa. Mas era preciso actuar discretamente e sem fazer ondas.¹⁶

O anúncio da constituição da cooperativa passou relativamente despercebido nos principais periódicos da cidade do Porto na altura. Consultadas as edições de *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* nas duas semanas que se seguiram ao registo notarial¹⁷, apenas no primeiro periódico, a 22 de novembro de 1963, é feita referência ao certificado cartorial da constituição de uma sociedade cooperativa sob a forma de Sociedade Anónima de Responsabilidade, Limitada, com a denominação de «UNICEPE» - Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, indicando a sua finalidade, capital mínimo e máximo e condições essenciais para admissão de sócios. É possível que este anúncio tenha sido proposto pelos próprios fundadores da UNICEPE, pois, de acordo com João Dias Agudo, um dos requisitos obrigatórios para a constituição de uma cooperativa de consumo é

[p]ublicar os estatutos no *Diário da República* e, a seguir, num jornal local, sendo conveniente adquirir vários exemplares deste último referentes ao dia da publicação, pois virão a ser necessários em ulteriores trâmites burocráticos.

Elementos essenciais dos estatutos para esta publicação: Denominação social, sede, fins, capital social, capital individual, condições de admissão dos associados e indicação do notário que lavrou a escritura.¹⁸

¹⁶ A. VIEIRA, C. RICARDO, D. MARTINS, op. cit., p. 60.

¹⁷ Foram consultadas todas as edições de *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*, entre os dias 20/11/1963 e 05/12/1963.

¹⁸ J. D. AGUDO, op. cit., p. 102.

De facto, é possível confirmar que um texto com igual teor foi publicado no *Diário de Governo* de 6 de dezembro de 1963, N.º 286, III Série, páginas 3511 e 3512.

Menos discreta foi a publicidade feita junto da comunidade estudantil portuense. Os responsáveis da UNICEPE imprimiram um folheto na Tipografia do Carvalhido, com uma tiragem de 1000 exemplares (Fig. 1). O passa-palavra funcionou e o número de associados cresceu rapidamente nas primeiras semanas, podendo comprovar-se pela ata de posse dos Corpos Sociais, lavrada a 16 de dezembro de 1963, que faz referência ao sócio n.º 222.

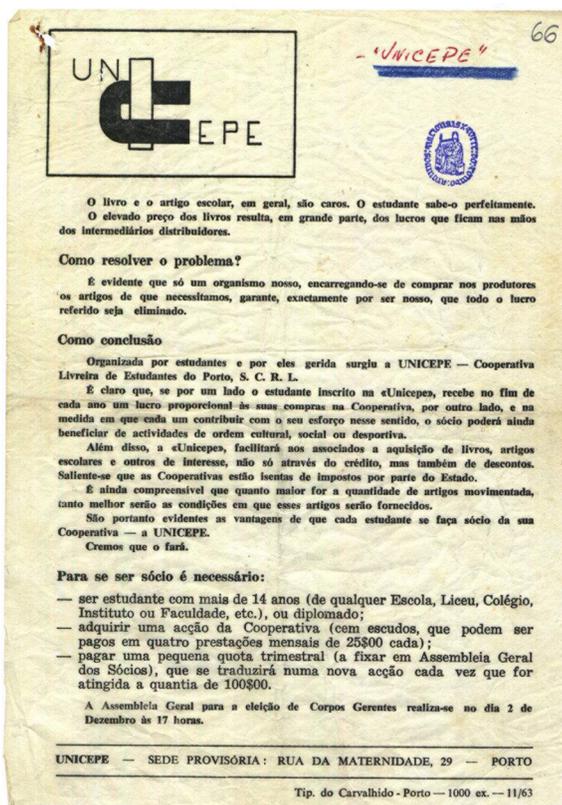


Figura 1 – Folheto de divulgação. Fonte: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 66.

A agitação estudantil acabou por chamar a atenção de altos cargos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que, a 11 de dezembro de 1963, recebem a informação de ter sido criada uma Sociedade Cooperativa no Porto cujos elementos que compõem os corpos gerentes são todos “esquerdistas confessos e alguns pró-comunistas”. A mesma fonte alerta:

Esta cooperativa no Porto está a criar um problema que requer bastante atenção, pois é o centro onde todo o movimento associativo se apoia e donde saem diretrizes para a formação de novas Associações estudantis.

Já elaboraram um projecto de estatutos para a associação de Engenharia, estão a trabalhar activamente para se infiltrar na Associação de Farmácia que até agora era controlada pelos direitas e também já há uma comissão formada para a elaboração de estatutos para a criação de uma associação em Medicina.¹⁹

O Diretor da Secção Central da PIDE solicita informações internas relativas aos fins da cooperativa e aos antecedentes políticos de nove dos seus fundadores (a informação não era precisa, pois um dos nomes está incorreto e faltou mencionar um dos dez fundadores). No dia seguinte, a 12 de dezembro de 1963, Raúl Rosa Porto Duarte, Subdiretor da Delegação do Porto da PIDE, responde enviando um relatório detalhado da primeira Assembleia Geral da UNICEPE e informa que estão a recolher, com urgência, informações acerca da idoneidade política dos estudantes que constituem os Corpos Gerentes, alertando para as suas “tendências políticas muito suspeitas”. O referido relatório não acrescenta novas informações,

¹⁹ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 60.

no entanto demonstra que a PIDE estava atenta e assistiu à primeira Assembleia Geral recorrendo a um agente disfarçado de estudante.

Em março de 1964, o subdiretor supracitado envia um relatório mais extenso, detalhando informação relativa aos fundadores e corpos gerentes da UNICEPE, designadamente filiação, ocupação, morada, tendências políticas e antecedentes.

A implementação e a expansão

Logo após o período embrionário na República 24 de Março, a UNICEPE instalou-se na Rua José Falcão n.º 150, chegando a ocupar duas salas do edifício. No entanto, foi no n.º 128-A da Praça Carlos Alberto que se fixou alguns meses depois e onde mantém atividade até hoje.

A consulta das atas e recolha de testemunhos orais permitiram confirmar que chegou a operar em outros pontos do país através de delegações e filiais. Houve um segundo espaço aberto ao público no Porto, na Rua Faria de Guimarães, que foi extinto depois do 25 de Abril, e outras duas filiais: em Santarém e em Viseu. No Porto, chegou a ter cerca de 20 funcionários e foi necessário arrendar um espaço na Rua do Carmo exclusivamente para instalar o pessoal administrativo.

A filial de Santarém é mencionada nos relatórios da PIDE/DGS, num documento com o título “Actividades suspeitas” que refere a organização de uma exposição de livros para venda ao público, uma exposição de pintura e vários colóquios, diálogos e conferências. Nessas conferências terão participado personalidades como Sérgio Ferreira Ribeiro, Isabel da Nóbrega, José Cardoso Pires e Natália Correia, debruçando-se sobre temas como *A mulher e a economia*, *As ideologias e a situação social da mulher* e *A Mulher e o amor*. O mesmo documento expõe a identidade e dados pessoais de vários alegados colaboradores nestas atividades e esclarece que um deles,

António Feliciano Bento Vintém, “é o principal colaborador e mentor dos dirigentes da UNICEPE em Santarém, tendo sido detido pela PIDE em princípios do corrente mês” e que outro, Jorge Manuel Raimundo Custódio, “distribuiu propaganda subversiva”. Conclui que “dados os antecedentes dos dois estudantes acima referidos e tendo-se em conta a classe dos assistentes à reunião, tudo leva a crer serem de muito suspeitar essas reuniões”²⁰.

Sobre a filial de Viseu quase nada é referido e não foi possível averiguar que tipo de atividades lá terão sido desenvolvidas. É brevemente mencionada na ata de assembleia ordinária do dia 31 de março de 1966, nos seguintes termos: “Foi perguntado se a filial de Viseu chegou a ter alguma comissão directiva, ao que foi respondido ter essa comissão directiva um único elemento, aliás actualmente a prestar serviço militar”.

Da venda de livros à intervenção social

Desde o início da sua formação, foi sempre intenção dos dirigentes e associados da UNICEPE promover o livro e a cultura entre os estudantes da cidade do Porto. Faziam-no não só através da exposição e venda de livros num espaço físico, aberto a todos, mas também através da organização de feiras do livro universitário. A isto somava-se a promoção de colóquios, conferências e mesas-redondas sobre os mais diversos assuntos (políticos, sociais, económicos, entre outros) e a emissão e distribuição de boletins com informações culturais.

Em entrevista, José Alberto Monteiro recorda que a preocupação inicial era efetivamente possibilitar aos estudantes a compra de livros mais baratos, “quer fossem de estudo, de diversão, de cultura.

²⁰ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fls. 32-33.

Inicialmente era isso”. Rapidamente começaram também a vender artigos de papelaria, discos e outro tipo de materiais. As feiras do livro universitário, realizadas durante o mês de novembro, atraíam centenas de estudantes. Monteiro refere:

Vendíamos de tudo um pouco. Mas os livros universitários quando eram aconselhados pelos professores... Naquela altura havia uma procura muito grande dos cursos de Engenharia Química, ali pelos anos 1970. Eram para aí 120 alunos e havia livros recomendados pelos professores que nós importávamos. Tivemos a sorte de descobrir alguns títulos das Edições de Moscovo que foram adotados na Faculdade de Engenharia, em Eletrotecnia. Os próprios professores não os conheciam. Nós arriscámos, importámos e começámos a vender. Ninguém conhecia as Edições Sociais, só nós é que conhecíamos... [em entrevista, a 22/11/2015]

Para além da comercialização de livros técnicos, na UNICEPE foi sempre possível encontrar livros proibidos, nacionais e importados, e uma série de panfletos e revistas com propaganda política contra o regime: “Havia livros proibidos. Vendiam-se livros proibidos. Importavam-se. Alguns ficavam no correio, outros eram-nos entregues” [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015]. Zita Seabra, no seu livro de memórias, *Foi Assim* (2007), faz referência aos tempos em que frequentava a UNICEPE e aos vários livros que por lá era possível encontrar:

Livros de clássicos do marxismo, livros de Lenine, Marx e Engels, romances de autores portugueses proibidos, como por exemplo do Luandino Vieira, ou do Abelaira, ou dos neo-realistas, livros de divulgação tipo marxismo-leninismo para analfabetos como *O Processo Histórico* (leitura obrigatória), poesia revolucionária de Luís Veiga Leitão, ou de António Gedeão, autores de romances estrangeiros obrigatórios como o já referido Jorge

Amado mas também, por exemplo, Roger Martin du Gard, ou Kafka. Vendia-se tudo, lia-se tudo.²¹

Apesar da variedade de títulos disponíveis, o exercício da atividade livreira nem sempre foi fácil. Se por um lado acarretava problemas com a polícia política, como veremos mais adiante, por outro a UNICEPE sofria de discriminação por parte de livreiros, editoras e até do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. Na ata n.º 4, referente à 4.ª Assembleia Geral e lavrada a 31 de março de 1965, é relatado:

[...] começavam a verificar a hostilidade de muitos livreiros para com a nossa cooperativa e outras congéneres, facto este que vem uma vez mais confirmar que dentro do actual condicionalismo em que vivemos, a criação de qualquer organismo comercial ou industrial que não tenha em vista uma política de lucro, [sic] é sempre indesejável.

Monteiro confirma que não havia nenhuma ou quase nenhuma editora que colaborasse de boa vontade com a UNICEPE e uma das razões para isso era não lhes agradar o desconto de dez por cento que a cooperativa oferecia aos associados. A Direção da UNICEPE justificava esse desconto com o pagamento da cota trimestral a que os sócios estavam sujeitos, assim como a obrigatoriedade de entrada com o capital inicial. Na ata supracitada, alude-se à “má vontade demonstrada pela Direcção do Grémio dos Editores e Livreiros” que protelava constantemente a aprovação da inscrição da cooperativa.

Muitos destes problemas foram ultrapassados recorrendo à LIVRELCO. Esta cooperativa, talvez por ser mais antiga, era agremiada e isso fazia com que as livrarias também agremiadas

²¹ Zita SEABRA, *Foi Assim*. Lisboa, Alêtheia, 2007, p. 18.

fossem obrigadas a satisfazer os seus pedidos de fornecimento. Foi, aliás, este espírito de cooperação entre várias entidades, especialmente as sediadas no Porto, que permitiu à UNICEPE desenvolver muitos dos seus projetos. Na segunda metade da década de 1960, a cidade fervilhava com um conjunto de casas e organizações que procuravam construir alicerces para a tão desejada democracia. Nomes como os da cooperativa *Árvore*, do Teatro Experimental do Porto, Cineclube, Teatro Universitário do Porto, Cooperativa do Povo Portuense ou mesmo Clube Fenianos eram conhecidos pela comunidade estudantil e o espírito de *entreatajuda* era grande, quanto mais não fosse pela disponibilidade de cedência de instalações para a realização de assembleias, conferências e colóquios.

Nestas conferências, abertas ao público, palestraram reconhecidos intelectuais antifascistas, personalidades desafetas ao regime, como Urbano Tavares Rodrigues e Óscar Lopes, que tratavam de temas tabu, exaltavam escritores como Sartre e Jorge Amado e condenavam a censura. Os agentes da PIDE estavam presentes, infiltrados, e recorda José Alberto Monteiro:

Eles estavam lá e nós sabíamos. Contávamos com eles. Tomavam-se algumas precauções, mas não podíamos fazer nada. É evidente que quando há aquele colóquio na Cooperativa do Povo Portuense, promovido por nós, [... em que pela] primeira vez se fala contra a Guerra Colonial... O Dr. António José Saraiva, a seguir à vinda dele do exílio, faz uma conferência a nosso convite em que se declara claramente contra a Guerra Colonial e debate ideias com as pessoas que lá estão. É evidente que a PIDE tinha de lá estar, mais não fosse porque era o António José Saraiva que estava ali. [em entrevista, a 22/11/2015]

Para além destes encontros, anunciados e de porta aberta, havia reuniões mais discretas nas instalações da cooperativa, que,

entretanto ampliada, contava com um espaço de convívio com bar. Com regularidade, ao sábado à tarde, um grupo de número variável de associados encontrava-se para debater ideias. Monteiro refere que nesses dias o movimento de clientes era menor, a UNICEPE estava aberta e as pessoas juntavam-se ali, em vez de se juntarem em cafés. Falava-se de tudo, discutia-se política como se discutia outro qualquer assunto, “às vezes até nos interessava mais a política internacional do que a portuguesa”. Vasco Graça Moura era um dos presentes, assim como outros intelectuais da cidade do Porto.

Como mencionado, a emissão e distribuição de boletins gratuitos era mais uma forma de comunicar com os associados, angariar novos sócios e intervir social e culturalmente. O conteúdo dos boletins era variado: se por um lado transmitiam informações gerais sobre a cooperativa, davam conta dos problemas que esta enfrentava e apresentavam propostas para solucioná-los e faziam um ponto de situação sobre a liquidez financeira da cooperativa; por outro apresentavam novidades editoriais, comentavam e sugeriam obras literárias (quase sempre versando assuntos incómodos para o regime, como a liberdade de expressão, a democracia, o humanismo, a luta de classes e o ataque ao capitalismo estadunidense), reproduziam entrevistas com autores e resenhavam revistas como *O tempo e o modo*, *Espaço*, *Vértice*, *Cadernos Culturais* (todas elas com pendor crítico ao regime, algumas encerradas pelo governo em 1972, como se mencionará adiante).

Na 1.ª Reunião das Cooperativas Livreiras de Estudantes, realizada na sede da UNICEPE nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1966, onde participaram as direções da LIVRELCO, da UNITAS e da UNICEPE, estudaram-se formas de aumentar o cooperativismo estudantil. Uma das hipóteses colocadas em cima da mesa foi a criação de um boletim conjunto, intitulado *COOPERAÇÃO ESTUDANTIL – Boletim das Cooperativas Livreiras de Estudantes*, que compilasse informações bibliográficas de livros técnicos e culturais, portugueses

ou estrangeiros, informações associativas das três cooperativas e colaborações autorais identificadas de caráter crítico, cultural e associativo. Na mesma reunião manifestou-se a intenção de iniciar uma atividade editorial conjunta, com a chancela *COOPERAÇÃO ESTUDANTIL*²². Não foram encontrados registos de que esta iniciativa se tenha efetivamente materializado. Em todo o caso, a concertação de todas estas ações fazia da UNICEPE um importante foco de resistência e intervenção social que não podia deixar de preocupar o governo vigente.

Uma cooperativa de estudantes que resiste ao Estado Novo (1963-1974)

Mesmo antes da sua fundação, a UNICEPE estava destinada a ter uma existência em permanente confronto com as autoridades. A própria opção por constituir uma cooperativa deu-se em parte para tirar partido de “uma lacuna legislativa que excluía [as cooperativas] da obrigatoriedade de verem os seus estatutos sujeitos a aprovação legal e a eleição dos seus dirigentes ratificada pelo governo”²³. A mesma oportunidade foi aproveitada por várias das cooperativas supramencionadas e por outras, de caráter cultural, como a Pragma e a Confronto.

A UNICEPE esteve desde o início, como vimos, na mira da polícia política. Os arquivos da Torre do Tombo mostram que, pelo menos a partir de 1965, a PIDE fazia um relatório semanal sobre a atividade da cooperativa. As autoridades preocupavam-se

²² Boletim n.º 7 da UNICEPE. Consultado em: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. s/n.

²³ Mário Brochado COELHO, *Confronto – Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto, Edições Afrontamento, 2010, p. 12.

com as pessoas que a frequentavam, com os debates públicos que promoviam e com os livros que vendiam.

José Alberto Monteiro recorda que as apreensões feitas pela polícia eram regulares e que os funcionários já conheciam os agentes: “Procuravam por todas as estantes e levavam dois ou três livros. Às vezes ignoravam o que estava nos escaparates e iam para as estantes. Levavam uma lista e as novidades ainda não faziam parte dessa lista” [em entrevista, a 22/11/2015]. Monteiro refere também que a PIDE se preocupava sobretudo com livros que pusessem em causa o Estado Novo, mais até de autores portugueses do que publicações estrangeiras. Ainda assim, havia cuidado em esconder os livros considerados perigosos:

Guardávamos na “adega” os livros proibidos ou aqueles que julgávamos que podiam ser proibidos e outras coisas que tínhamos a mais, era o nosso armazém. Depois tínhamos um sítio mais esconso a que chamávamos “frigorífico”, era quase impossível dar com ele, aí escondíamos aqueles que podiam dar muitos problemas. [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015]

A venda de livros proibidos pelo regime era feita com discrição e apenas a associados de confiança. Rui Vaz Pinto revela algumas das técnicas utilizadas entre clientes e funcionários para desviar atenções indesejadas: “Por exemplo, se vinham à procura de um livro de Lenine, pediam um livro do Vladimir, se era do Marx, diziam do Karl M. Diziam coisas assim para não atrair”²⁴. No entanto, e apesar das ameaças, os agentes policiais nunca fizeram uma revista completa à livraria, não chegaram sequer a entrar na denominada “adega”, ainda que, refere Monteiro, fosse provável que

²⁴ Rui Vaz Pinto em entrevista a Maria João LEITE (2013), “Unicepe: 50 anos de resistência e de afetos”: *A Página*, Edição N.º 201, série II, em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=561&doc=14513&mid=2> (consultado a 20/12/2015).

soubessem que havia ali um espaço de armazenamento de livros. Com ou sem apreensões, as visitas eram regulares e os escaparates escrutinados. No relatório extraordinário da PIDE/DGS de março de 1964, é feita a seguinte anotação:

Na Sede desta Cooperativa encontram-se já expostos vários livros, para consulta dos associados, sendo muitos de feição socialista: “Os três leões”, “Geografia da Fome”, “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, “Dez Eclogas”, de Leão Tolstói, “Introdução à Sociologia, Cultura e Democracia”, de Vitorino de Sá, “Perspectivas do Século XIX”, “A centelha da vida”, de Erich Maria Remarque, “Manual de Sociologia” e “História das Doutrinas Económicas”, de Erich Rol.

Além destes há outros livros de estudo e ainda vários romances e fascículos de lições por professores de Faculdades diversas, fornecidos pela “Livrelco”. [...]

Têm em exposição livros brasileiros de notória tendência comunista.²⁵

Outros relatórios que fazem parte do processo da PIDE/DGS relativo à UNICEPE mostram que as entidades governativas estiveram sempre presentes nas conferências e colóquios promovidos pela UNICEPE e, inclusivamente, nas Assembleias Gerais. No entanto, Monteiro refere que nunca houve problemas sérios ou retaliações:

Eles naquela altura interessavam-se muito pelos comunistas, a repressão era direcionada às estruturas clandestinas do Partido Comunista ou individualmente, perseguiram as pessoas individualmente ou em reuniões clandestinas. Como nós abrimos

²⁵ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fls. 51-52.

os colóquios, as conferências e cursos a toda a gente... A PIDE andou um bocado confundida. [em entrevista, a 22/11/2015]

Não obstante, foram várias as tentativas do regime de condicionar a UNICEPE e outras cooperativas ou associações, fosse pela apreensão de bens – neste caso, livros –, fosse pela ação legislativa. Houve dois períodos particularmente críticos, em 1968 e em 1971/72, que puseram em causa a continuidade da cooperativa. O de 1968 é mencionado num boletim intitulado “Estante”, com data de 12 de agosto de 1968, enviado a todos os associados, onde pode ler-se:

No Diário do Governo de 14 de Junho de 1968 veio publicado o Parecer da Procuradoria Geral da República sobre o carácter de sociedades ou de associações das Cooperativas. [...]

É ainda de Parecer a Procuradoria Geral da República que deveriam ser sujeitas à tutela administrativa aquelas Cooperativas que apresentassem o carácter de associação.

Neste sentido a UNICEPE foi notificada, por despacho do Ministério do Interior, para apresentar no prazo de 30 dias (até 5 de Setembro de 1968) os seus estatutos ao Governador Civil do Porto, sem o que, a partir dessa data, seria considerada uma associação secreta.

José Alberto Monteiro recorda bem as dificuldades que encontraram para contornar este problema e refere que, mais uma vez, a solução surgiu a partir da intervenção de Armando Castro:

A poucos dias de entrar em vigor a lei, ainda não tínhamos os estatutos preparados, sabíamos que tínhamos de cumprir aquele prazo, mas tínhamos muitas dúvidas. Então, num dia à noite, numa reunião, numa noite de verão, as dúvidas eram tantas que pensámos “a gente precisa de alguém que nos ajude”. Telefonámos para o Dr. Armando Castro que estava a passar férias em casa da família, ali para os lados de Famalicão. Ele recebeu-nos na

casa dele, com o irmão, a mãe, gente muito simpática, muito solícita, muito colaborante. Então a mãe, que na altura já não era uma senhora jovem, recebeu-nos de uma forma fantástica, incentivando-nos a ir para a frente. E a partir daí saímos de lá com umas ideias mais claras do que havíamos de fazer. Acabámos por alterar os estatutos na parte em que a lei nos obrigava, apresentámos e esperámos pela aprovação que veio. E não houve problema. [em entrevista, a 22/11/2015]

De facto, anexada aos relatórios da PIDE/DGS, encontra-se uma cópia do requerimento que a UNICEPE, por via do Presidente da Direção na altura, Francisco José Névoa de Melo, endereçou ao Ministro do Interior, datado de 4 de setembro de 1968 (dia anterior ao fim do prazo concedido pelo Ministério). É solicitado que, sendo reconhecido o carácter económico lucrativo comprovado pelos estatutos da cooperativa (agora corrigidos), esta seja dispensada de cumprir as determinações de um despacho ministerial que não se lhe aplica²⁶.

Três anos mais tarde, a 24 de novembro de 1971, foi publicado em *Diário do Governo* o Decreto-Lei n.º 520/71 que anunciava:

Art. 1.º – Sempre que as sociedades cooperativas se proponham exercer, ou efectivamente exerçam, actividade que não seja exclusivamente económica, de interesse para os seus associados, ficam sujeitas ao regime legal que regula o exercício do direito de associação. [...]

As sociedades cooperativas já existentes e abrangidas pelo disposto no art. 1.º deverão, no prazo de sessenta dias, submeter os respectivos estatutos à aprovação da autoridade competente.²⁷

²⁶ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 29.

²⁷ M. B. COELHO, op. cit., p. 151.

Como refere Mário Brochado Coelho, esta medida repressiva obrigava as cooperativas a um tratamento idêntico ao das associações, ficando sujeitas às arbitrariedades do regime. Apesar de as cooperativas terem reagido rapidamente, pedindo a revogação do decreto-lei num comunicado assinado por 27 entidades (das quais fazia parte a UNICEPE)²⁸, a verdade é que muitas delas acabaram extintas²⁹, não vendo os seus estatutos aprovados devido à “reduzida actividade económica e em consideração que a sua actividade se tem revelado contrária à ordem social e, conseqüentemente, ofensiva do bem público”³⁰.

Mais uma vez, a UNICEPE terá escapado por ter sido considerada uma cooperativa exclusivamente económica, algo que foi salvaguardado nos seus estatutos. Já a LIVRELCO, em Lisboa, não teve a mesma sorte. A verdade é que esta cooperativa portuense de “estudantes de filiação esquerdista” com “um cunho acentuadamente hostil” ao regime³¹ nunca chegou a fechar portas e as intervenções da PIDE/DGS foram sempre moderadas. Monteiro relata que mesmo quando havia confrontos no *Piolho* (um café onde os jovens tinham por hábito juntar-se), os estudantes refugiavam-se nas instalações

²⁸ Nomeadamente, “Árvore, AIL, Codes, Coopemba, Arrábida, Confronto, Alves Redol, Coordenadas, Estudos e Documentação, A Zambujalense, Trabalhadores de Portugal, Devir, Fraternidade Operária, Grau, Húmus, Livrelco, Livrope, Ludus, Pragma, Poelium, Sextante, Eudóximo, Filantrópica da Póvoa de Varzim, Casa-Museu Abel Salazar, Unicepe, Unitas e Vis”. M. B. COELHO, op. cit., p. 152.

²⁹ Numa comunicação enviada aos sócios da UNICEPE, a 28 de outubro de 1972, é referido que, à data, já teriam sido extintas as cooperativas Coordenadas, Confronto, “Devir, Trabalhadores de Portugal, Vis, Proelium, Centro Popular Alves Redol, Húmus, Eudóximo, Sextante e Grau de Viseu”. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fls. 3-4.

³⁰ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 4.

³¹ Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, processo n.º 5191-C.I.(I), pasta n.º 34, fl. 44.

da UNICEPE e não eram perseguidos. Para isso, acredita, contribuía o facto de estarem ligadas à cooperativa pessoas muito influentes da cidade do Porto, como Armando Castro, outros advogados de renome ou médicos do Hospital de Santo António [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015].

O 25 de Abril foi vivido com euforia: “Foi o dia mais feliz da minha vida” [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015]. Estava tudo a postos para abrir as portas da livraria, quando surgiu a notícia de que algo se estaria a passar, embora ninguém soubesse exactamente o quê. A especulação era muita e as ligações ao Porto cedo foram cortadas. Várias pessoas acorreram às instalações da UNICEPE, trazendo notícias diversas. “Por volta das quatro ou cinco da tarde soubemos que havia elementos das Forças Armadas a ocupar a Avenida dos Aliados; então, fechámos a UNICEPE e viemos para a festa, que começava ali” [José Alberto Monteiro, em entrevista, a 22/11/2015].

Considerações finais

Criada para dar “resposta prática à importância que o livro e a cultura representam na vida do estudante”³², a UNICEPE acabou por transformar-se num núcleo aglutinador, num espaço de convívio onde era possível debater ideias e evoluir intelectualmente. O crescimento foi acentuado até ao 25 de Abril, chegando aos 3810 associados. Mais ou menos envolvidos, por lá passaram nomes que já na altura se destacavam no panorama cultural português, ou que vieram a destacar-se mais tarde, como Zeferino Coelho, Manuel António Pina, Óscar Lopes, Egito Gonçalves, Vasco Graça Moura, Luís Veiga Leitão, Urbano Tavares Rodrigues, entre outros.

³² Ata n.º 5, lavrada a 15/12/1965, referente à 5.ª Assembleia Geral da UNICEPE.

Atualmente, a UNICEPE conta com cerca de 7500 associados. Se alguns dos pressupostos iniciais estão hoje cumpridos, com a possibilidade de os estudantes se juntarem em associações, de verem liberalizado o acesso à cultura e facilitado o acesso a todo o tipo de livros, há um caminho que não se esgota. As vendas de livros universitários foram substituídas por obras de ficção, poesia, ensaios, mas a organização de atividades culturais mantém-se, com a promoção de jantares entre associados, tertúlias e encontros com escritores. Num comunicado datado de 19 de novembro de 2000 e distribuído pelos associados a propósito do trigésimo sétimo aniversário da UNICEPE, a Direção anunciava que ainda havia muito espaço “na luta contra a uniformização da cultura e da informação” e que ainda seria possível oferecer aos associados “os livros que as grandes superfícies e as grandes cadeias de livrarias rejeitam porque não são boa fonte de lucro, mas são marcos da nossa cultura e pensamento”³³. Esse é o caminho que continua a ser trilhado pela única cooperativa livreira que sobreviveu ao Estado Novo.

Referências bibliográficas

- ACCORNERO, Guya, *Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.
- AGUDO, João Dias, *Cooperativas de consumo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- ANTUNES, Henriqueta, *Relatório de Estágio nas Edições Afrontamento*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2011.
- AZEVEDO, Cândido de
— *Mutiladas e Proibidas. Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

³³ Este comunicado, intitulado “Memória” e assinado por “A Direcção”, foi distribuído, à data, pelos associados da UNICEPE. A autora consultou-o na sede da UNICEPE, tendo-lhe sido gentilmente cedido um exemplar.

- *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa, Editorial Caminho, 1999.
- BEJA, Rui
- *A edição em Portugal 1970-2010: Percursos e perspectivas*. Lisboa, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 2012.
- *Democracia do livro em Portugal: Transições, Protagonistas e Evolução Sociocultural*. Lisboa, Âncora Editora, 2019.
- CAMEIRA, Emanuel, *A & etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018.
- COELHO, Mário Brochado, *Confronto – Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto, Edições Afrontamento, 2010.
- CRAVO, Nuno, *Civilização Editora – 130 anos no universo familiar dos livros*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2009.
- GOMES, Eva, *O comércio alfarrabista no século XX: a Livraria Académica*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2010.
- LEITE, Maria João, “Unicepe: 50 anos de resistência e de afetos”: *A Página*, Edição N.º 201, série II, 2013, <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=561&doc=14513&mid=2> (consultado a 20/12/2015).
- LEITE, Pedro Pereira, *Mercadores de letras: Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa, Marca D'Água, 2009.
- LISBOA, Irene, *Inquérito ao livro em Portugal. I – Editores e livreiros*. Lisboa, Seara Nova, 1944.
- MARQUES, Pedro Piedade, *Editor Contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite*. Lisboa, Montag, 2015.
- MAUÉS, Flamarion, *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal – 1968-1980*. Lisboa, Parsifal, 2019.
- MEDEIROS, Nuno
- *Edição e editores: Mundo do livro em Portugal 1940-1970*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2010.
- *D'O Recreio à Livraria Romano Torres: Edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- *O livro no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Outro Modo, 2018.
- MELO, Daniel, *História e Património da edição: a Romano Torres*. Famalicão, Editora Húmus, 2016.
- NAMORADO, Rui, *Os princípios cooperativos*. Coimbra, Fora do Texto, 1995.

- OLIVEIRA, Marta, *Livraria Sá da Costa: uma livraria e editora através da História (1913-2011)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro, Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, 2011.
- PORTO, Carlos, *Livrarias e livreiros 1945 – 1994. Histórias portuenses*. Porto, Livraria Leitura, 1994.
- PRÍNCIPE, César, *Os Segredos da Censura*, 3.^a ed. Lisboa, Editorial Caminho, 1994.
- RODRIGUES, Graça Almeida, *Breve História da Censura em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- SEABRA, Zita, *Foi Assim*. Lisboa, Alêtheia, 2007.
- VIEIRA, António; RICARDO, Cipriano; MARTINS, Dario, *R24. Memórias da República 24 de março*. Porto, 2013.

**OS JESUÍTAS E O BUDISMO NA CHINA
UM MANUSCRITO ENVIADO DE PEQUIM PARA
IMPRIMIR EM GOA (DÉCADA DE 1680)**

**THE JESUITS AND THE BUDDHISM IN CHINA
A MANUSCRIPT SENT FROM BEIJING TO BE
PUBLISHED IN GOA (1680S)**

*Isabel Murta Pina*¹

Resumo: Na China dos finais do século XVI, a fase de associação do Cristianismo ao Budismo, seguida pela de rejeição, implicou que os missionários jesuítas dedicassem alguma atenção ao Budismo. Porém, definidos os elementos centrais da argumentação antibudista, rapidamente se impôs um inequívoco desinteresse por esta doutrina e pelos seus textos canónicos, num processo inverso ao verificado com o Confucionismo. Este desinteresse igualmente se refletiu na natureza essencialmente superficial e repetitiva da informação disponibilizada pelos missionários às suas audiências europeias. É em rutura com este quadro que, na década de 1680, surge um pequeno tratado sobre a vida de Siddhārta Gautama, preparado em Pequim, por Tomás Pereira, em resposta ao pedido de um seu confrade, Fernão Queirós, em

¹ Centro Científico e Cultural de Macau (Lisboa): isabelpina@cccm.gov.pt, <https://orcid.org/0000-0002-7395-7087>.

Goa. Relato detalhado, parece constituir a primeira biografia do Buda histórico composta numa língua europeia, a partir de uma obra chinesa. Apesar da sua originalidade, o texto acabaria por ter um impacte residual, porquanto o manuscrito enviado de Pequim para Goa foi, como planeado, integrado na *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*. Todavia esta obra iria permanecer por publicar até ao início do século XX e, por consequência, também o manuscrito de Pereira.

Palavras-chave: Tomás Pereira; Fernão Queirós; Jesuítas na China; Budismo chinês; Siddhārta Gautama

Abstract: In China, by the late sixteenth century, the association of Christianity with Buddhism was succeeded by its rejection, though it meant that Jesuit missionaries had devoted some attention to Buddhism. Nevertheless, after defining the crucial aspects of anti-Buddhist argument, a lack of interest for its doctrine and canonical texts quickly prevailed, which was the opposite process of what happened with Confucianism. The superficial and repeated nature of the information provided by missionaries to their European audiences about Buddhism also mirrored this lack of interest. However, in the 1680s, a small treatise on the life of Siddhārta Gautama appeared breaking away with this pattern. This narrative was prepared in Beijing by Tomás Pereira, following the request of his confrere Fernão Queirós living in Goa. This detailed account is, to the best of our knowledge, the first biography of the historical Buddha composed in a European language based on a Chinese book. Pereira's text, despite its originality, would end up having an irrelevant impact, since the manuscript sent from Beijing to Goa was included, as planned, in the *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, but as this work remained

unpublished until the beginning of the twentieth century, so did Pereira's manuscript.

Keywords: Tomás Pereira; Fernão Queirós; Jesuits in China; Chinese Buddhism; Siddhārta Gautama

Introdução

A recolha de informação sobre a China, por parte dos missionários jesuítas, remonta ainda à década de 1540, pouco depois da chegada do primeiro grupo à Ásia. Entre as matérias que se procuraram conhecer, pelo seu valor estratégico, figuravam naturalmente as formas de religiosidade dos chineses.² Progressivamente, os dados coligidos neste âmbito permitiram a identificação de três principais tipos de cultos ou crenças, designados, na documentação coeva, sobretudo por “seitas”.³ Perfilavam-se, assim, a seita dos letrados (ru 儒), correspondente ao que mais tarde se veio a denominar Confucionismo; a de “Tausu”, isto é Daoshi 道士, o nome atribuído ao Taoísmo; e a dos ídolos (fo 佛) ou de “Xequia” (Shijia 釋家/i.e. o Buda Śākyamuni), como então se chamou ao Budismo.⁴

² Essa recolha de informação sobre a China, que se processa desde cedo, fica bem ilustrada em Luís Filipe BARRETO, “Fernão Mendes and the Jesuit Connection”, in Jorge Santos ALVES (org.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored Portuguese text and indexes*. Lisboa, Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, pp. 55-87. Sobre a questão específica do Budismo, no tempo de Francisco Xavier, veja-se Urs APP, “St. Francis Xavier's Discovery of Japanese Buddhism”: *Eastern Buddhist* 30-31, Parte I, pp. 53-78; Parte II, pp. 214-244, Parte III (1997-1998), pp. 40-71.

³ Nesta altura, este termo, proveniente do latim *sequi* (seguir), que designava os partidários ou seguidores de uma doutrina ou fé, não tinha a conotação negativa que posteriormente veio a adquirir. Nicolas STANDAERT, “The Jesuits did not Manufacture Confucianism”: *East Asian Science, Technology and Medicine* 16 (1999), p. 120.

⁴ Como assinala Eugenio Menegon, todos estes “ismos” aparecem apenas no século XIX. Eugenio MENEGON, “European and Chinese Controversies over Rituals: A Seventeenth-Century Genealogy of Chinese Religion”, in Bruno BOUTE,

É, precisamente, no Budismo que nos iremos centrar neste breve artigo, começando por rever as dinâmicas de interação dos jesuítas na China face a esta religião,⁵ ao longo do tempo, até ao surgimento, já no último quartel do século XVII, de um tratado original sobre o tema, composto pelo jesuíta português Tomás Pereira (1646-1708).⁶

Os Jesuítas na China face ao Budismo

O destaque que o Budismo começou por assumir nos primeiros anos de atividade dos jesuítas no interior da China foi, em larga medida, resultado da forma como os missionários foram percebidos pelos chineses. Com efeito, tal como sucedera no Japão, aqueles religiosos foram considerados como membros de uma seita budista oriunda do Ocidente ou, recorrendo à expressão de Ronnie Hsia, uma espécie de monges ou bonzos exóticos.⁷

Thomas SMABERG (orgs.), *Devising Order. Socio-religious Models, Rituals, and the Performativity of Practice*. Leida-Boston, Brill, 2013, p. 196. Veja-se a identificação das três seitas numa carta de Matteo Ricci, datada de 1584 (carta a Giambattista Román, Zhaoqing, 13/9/1584, Matteo RICCI, *Lettere (1580-1609)*, Piero CORRADINI (org.), Macerata, Quodlibet, 2001, pp. 84-85).

⁵ Sobre as perceções jesuítas do Budismo, numa análise que igualmente se estende ao Hinduísmo, veja-se Ines ŽUPANOV, Ronnie HSIA, “Reception of Hinduism and Buddhism”, in *The Cambridge History of Christianity*, Vol. VI, *Reform and Expansion 1500-1660*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 577-597. Sobre o papel dos portugueses no processo de conhecimento europeu do Budismo, veja-se Stephen BERKWITZ, “The Portuguese Discovery of Buddhism: Locating Religion in Early Modern Asia”, in Reinhold F. GLEI, Nikolas JASPERS (orgs.), *Locating Religions: Contact, Diversity and Translocality*. Leida-Boston, Brill, 2017, pp. 37-63.

⁶ Este tratado de Tomás Pereira foi já objeto de análise por parte de Ines ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism. Correspondance between Tomás Pereira and Fernão de Queirós”, in Luís Filipe BARRETO (org.), *Tomás Pereira, S.J. (1646-1708). Life, Work and World*. Lisboa, CCCM, 2010. Outro relevante artigo dedicado ao tratado é o de Rui MAGONE, “The Fô and the Xekiâ: Tomás Pereira’s Critical Description of Chinese Buddhism”, in Artur K. WARDEGA, S.J., António Vasconcelos de SALDANHA (orgs.), *In the Light and Shadow of an Emperor: Tomás Pereira, S.J. (1645-1708), the Kangxi Emperor and the Jesuit Mission in China*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2012, pp. 252-274.

⁷ Ronnie HSIA, *A Jesuit in the Forbidden City: Matteo Ricci 1552-1610*. Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 82, 98. Sobre o caso do Japão, veja-se Urs

A aproximação inicial ao Budismo prendeu-se, assim, com o processo de interpretação por parte dos chineses. Conseqüentemente, à imagem dos religiosos budistas, com os quais tinham diversas afinidades,⁸ também os missionários jesuítas adotaram o título de seng 僧 ou hesheng 和尚;⁹ enquanto a sua primeira capela, na cidade de Zhaoqing 肇慶 (Guangdong 廣東), foi designada *si* 寺,¹⁰ estando ademais localizada numa zona de templos budistas. No mesmo sentido, recorde-se que, nessa capela, foram penduradas placas com referências explícitas ao Budismo, oferecidas por um dos primeiros patronos dos missionários na cidade, o prefeito Wang Pan 王泮 (1539-1600), ele próprio um fervoroso budista.¹¹ Esta identificação com o Budismo ressalta igualmente evidente nos poemas dedicados a Michele Ruggieri (1543-1607) pelo letrado Xu Wei 徐渭 (1521-1593);¹² e, sobretudo, num dos primeiros livros dos jesuítas em chinês, o chamado catecismo de Ruggieri. Publicado

APP, *The Birth of Orientalism*. Filadélfia-Oxford, University of Pennsylvania Press, 2010, pp. 16-18; e, especialmente, Urs APP, *The Cult of Emptiness: The Western Discovery of Buddhist Thought and the Invention of Oriental Philosophy*. Wil (Suíça), UniversityMedia, 2014, pp. 14-16, 92. Este último autor nota que os jesuítas, aquando da sua chegada ao arquipélago nipónico, rapidamente foram identificados como religiosos budistas vindos do Ocidente. Foram, assim, chamados *Tenjikujin* 天竺人, ou “homens de Tenjiku”, a Índia. No Japão, como mais tarde na China, os missionários começaram por adotar terminologia budista para os conceitos cristãos. Como tal, também ali se desenvolveu todo um conjunto de equívocos.

⁸ Por exemplo, o celibato, a recitação de orações ou a existência de Paraíso e Inferno. Essas afinidades foram, desde logo, detetadas no Japão. Veja-se U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit, pp. 12-13.

⁹ O termo *heshang*, derivado do sânscrito *upādhyāya*, significava “mestre budista” e tornara-se a designação corrente dos bonzos na China Ming. Jacques GERNET, *L'intelligence de la Chine – Le social et le mental*. S.l., Éditions Gallimard, 1994, p. 217.

¹⁰ O termo empregado para templo budista.

¹¹ Nas placas constavam as expressões “Templo da Flor de Lótus” (*Xianhua si* 蓮花寺), a flor sagrada do Budismo; e “Terra Pura do Ocidente” (*Xilai Jingtu* 西來淨土), o paraíso da escola da Terra Pura.

¹² Dois dos poemas de Xu Wei para Ruggieri, além de incluírem abundantes referências budistas, tinham logo nos seus títulos a expressão *Tianzhu seng* 天竺僧, ou “monge da Índia”, revelando a crença do autor na proveniência indiana de Ruggieri. Albert CHAN, “Two Chinese Poems written by Hsü Wei 徐渭 (1591-1593) on Michele Ruggieri, S.J. (1543-1607)”: *Monumenta Serica* 44 (1996), p. 326.

em finais de 1584, com o título *Tianzhu Shilu* 天主實錄,¹³ foi naturalmente preparado em estreita colaboração com letrados chineses,¹⁴ os quais foram determinantes no resultado final, repleto de terminologia e imagens budistas.¹⁵ Também a poesia composta em chinês por Ruggieri constitui um testemunho adicional desta aproximação entre Cristianismo e Budismo.¹⁶

Nesta primeira produção textual dos missionários podemos, porém, encontrar já alguns indícios de uma certa preocupação em assinalar diferenças e limites em relação ao Budismo. Por exemplo, no *Tianzhu Shilu* denunciava-se a falsidade dos *sutras* budistas e criticava-se a prática de recitação do *Sutra do Lótus*, um dos principais textos do Budismo da Terra Pura.¹⁷ Além disso, num dos seus poemas em chinês, Ruggieri declarava abertamente a divergência entre as crenças, dado que a sua “explicação” não

¹³ Sobre este catecismo, conservado no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (Jap. Sin. 189), veja-se Jacques GERNET, “Sur les différentes versions du premier catéchisme en Chinois de 1584”, in *Studia Sino-Mongolica*. Wiesbaden, Festschrift für Herbert Franke, 1979, pp. 406-416. Ainda Pascale GIRARD, *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*. Macau, Fundação Macau, 1999, pp. 278-279; ou Gianni CRIVELLER, *Preaching Christ in Late Ming China. The Jesuits’ presentation of Christ from Matteo Ricci to Giulio Aleni*. Taipé, Ricci Institute, 1997, pp. 101-102.

¹⁴ É conhecida, por exemplo, a participação do letrado fujianense, de nome cristão Paulo. Provavelmente com o grau de *xiucaí* (conferido pelo primeiro nível do sistema de exames), este colaborou com os missionários enquanto aguardava a sua colocação na administração imperial.

¹⁵ Como nota Kim Sangkeun, no próprio título completo do catecismo, *Xin bian Xizbuguo Tianzhu shilu* 新編西竺國天主實錄 [Nova compilação da Índia sobre a Verdadeira exposição do Senhor do Céu], estavam incluídos dois termos budistas: *Tianzhu* 天主 e *Xizbuguo* 西竺國. Outros termos que aí constavam, e que igualmente remetiam para o Budismo, eram os já referidos *seng* 僧, *hesbeng* 和尚 e *si* 寺. KIM Sangkeun, *Strange names of God. The Missionary Translation of the Divine Name and the Chinese Responses to Matteo Ricci’s Shangti in Late Ming China, 1583-1644*. Nova Iorque, Peter Lang, 2004, pp. 144-145. Mas, Ruggieri usava outras expressões budistas. Por exemplo, para relatar a Incarnação recorria à palavra *hua* 化 (transformar), presente nos textos budistas para descrever a transformação dos budas e *boddhisatvas*. R. HSIA, *A Jesuit in the Forbidden City...*, op. cit., p. 94.

¹⁶ Albert CHAN, “Michele Ruggieri, S.J. (1543-1607) and his Chinese poems”: *Monumenta Serica* 41 (1993), pp. 129-176.

¹⁷ Considerava-se que a recitação deste *sutra* permitia renascer no Paraíso.

era “a do Buda Śākya”.¹⁸ Acresce que os poemas de Ruggieri denotam o seu empenho em aproximar-se dos letrados, porquanto ali afirmava o deleite que lhe proporcionava a leitura dos Quatro Livros confucianos/*Sisbu* 四書 e da poesia chinesa.¹⁹ No entanto, não era ainda efetivamente clara a separação de águas, a qual apenas se veio a impor volvido algum tempo.

Com efeito, o afastamento inequívoco em relação ao Budismo e a estratégia de associação ao Confucionismo só se vieram a tornar possíveis com o passar dos primeiros anos. Um conjunto de fatores contribuiu, pois, para que se entrasse nesta nova fase a partir de meados da década de 1590. Entre eles, podemos apontar o aprofundamento do conhecimento da língua e dos livros chineses (sobretudo os Quatro Livros), que foi permitindo aos missionários um maior controlo sobre o processo de composição dos textos em chinês; uma rede de contactos ou *guanxi* 關係, que se foi alargando e incluindo elementos com um nível cultural e intelectual superior e, conseqüentemente, colaboradores com mais capacidade para aconselhar melhor; ou o estabelecimento dos missionários em outras províncias para além da do Guangdong (nomeadamente a de Jiangxi 江西), onde se tornou mais fácil a projeção de uma imagem em que se acentuava a sua dimensão de letrados e não tanto a de religiosos.²⁰

¹⁸ A. CHAN, “Michele Ruggieri...”, op. cit., p. 159.

¹⁹ A. CHAN, “Michele Ruggieri...”, op. cit., pp. 134, 138.

²⁰ O reduzido estatuto social dos monges na China do final dos Ming reforçava a necessidade de uma distinção clara entre estes e os jesuítas, sobretudo quando havia evidentes afinidades entre eles. No início da década de 1580, quando entraram na China continental, os missionários já estavam conscientes do tecido social chinês, com os mandarins letrados no seu topo e os religiosos num patamar inferior. Há muito que se repetia a informação sobre uns e outros nos círculos mercantis portugueses e jesuítas. Note-se, por outro lado, que as imagens negativas sobre os religiosos budistas eram comuns na literatura popular chinesa deste período, surgindo os bonzos frequentemente representados como gente ambiciosa e libertina. Veja-se James W. TONG, *Disorder under Heaven: Collective Violence in the Ming Dynasty*. Stanford, Stanford University Press, 1991, pp. 78-80; e Denis TWITCHETT,

Assim, o novo catecismo, cuja versão mais antiga estava provavelmente concluída em 1596 e cuja primeira edição veio a lume em 1603, o chamado catecismo de Matteo Ricci (1552-1610) ou *Tianzhu Shiyi* 天主實義, enveredava já pela rutura firme com o Budismo e pela explícita aproximação ao Confucionismo.²¹ Fazia-o, entre outros aspetos, através do recurso à terminologia confuciana e pela citação de passagens dos textos clássicos chineses, o que se pretendia que se constituísse como prova da sintonia entre as doutrinas. O próprio diálogo era agora travado entre um letrado do ocidente (西士 *xishi*) e um letrado chinês (中士 *zhongshi*), ou seja, entre homólogos (e não entre um letrado chinês e um religioso, como acontecera anteriormente no *Tianzhu Shilu*).²²

Neste sentido, apostados no desenvolvimento de uma estratégia de aproximação entre Cristianismo e Confucionismo,²³ procurando

Frederick W. MOTE (orgs.), *The Cambridge History of China*, vol. 8, *The Ming Dynasty 1368-1644*, 1998, pp. 893-952. Sobre o duplo papel dos missionários, ao mesmo tempo eruditos e religiosos, veja-se Erik ZÜRCHER, *Bouddhisme, Christianisme et société chinoise*. Paris, Julliard, 1990, pp. 34-36. O autor nota que se, na Europa, a combinação desses papéis era perfeitamente normal, já na China era incompatível.

²¹ Para a edição inglesa deste catecismo, veja-se Edward MALATESTA (org.), *The True Meaning of the Lord of Heaven*. Taipé-Paris-Hong Kong, Ricci Institute, 1985. Ricci procedeu a uma profunda revisão do catecismo anterior, quer em termos de formato quer de argumentação, tendo por base uma perspetiva e terminologia confuciana. Citava muitas passagens de fontes chinesas, de modo a corroborar a compatibilidade entre o Confucionismo e o Cristianismo; identificava erros doutrinários de budistas e taoístas, acusando-os de terem corrompido o Confucionismo original. KIM S., op. cit., pp. 162, 166. Sobre as afinidades entre o *Tianzhu Shiyi* e o *Catechismus Japonensis* de Alessandro Valignano, preparado entre 1579 e 1582, e editado em Lisboa, em 1586, veja-se Thierry MEYNARD, “The Overlooked Connection between Ricci’s *Tianzhu Shiyi* and Valignano’s *Catechismus Japonensis*”: *Japanese Journal of Religious Studies* 40/2 (2013), pp. 303-322. O autor salienta que a comparação dos dois textos mostra que Ricci seguiu o mesmo modelo dos jesuítas no Japão para refutar as seitas budistas (p. 309). O catecismo de Valignano foi recentemente traduzido do latim e editado, em português, por António Guimarães PINTO, José Miguel Pinto dos SANTOS, *Catecismo da Fé Cristã*. Lisboa, CCCM-Fundação Jorge Álvares, 2017.

²² I. ŽUPANOV, R. HSIA, “Reception of Hinduism and Buddhism...”, op. cit., p. 586.

²³ Importa referir, neste âmbito, o conceito de “imperativo cultural”, desenvolvido por Erik Zürcher. Segundo este autor, a compatibilização com o Confucionismo era

apresentar o primeiro como completando ou complementando o segundo,²⁴ em substituição do Taoísmo e, sobretudo, do Budismo, os jesuítas aprofundaram o seu conhecimento sobre o Confucionismo, cujos livros estudaram – especialmente os já referidos Quatro Livros.²⁵ Esse esforço conduziu ao aparecimento das primeiras traduções dos livros confucianos, num processo que foi cumulativo e que se foi aperfeiçoando ao longo do tempo, desde os primeiros excertos, atribuídos a Michele Ruggieri, até à edição de traduções completas daquelas obras, a partir da segunda metade do século XVII.²⁶ Importa, assim, sublinhar que esta dinâmica de

fundamental para a legitimação de qualquer religião na China e implicava aspetos como a adoção de terminologia e de valores confucianos. Erik ZÜRCHER, “Jesuit Accommodation and the Chinese Cultural Imperative”, in D. E. MUNGELLO (org.), *The Chinese Rites Controversy. Its History and Meaning*. Nettetal, Steyler Verlag, 1994, pp. 31-64. Estudos mais recentes vieram, todavia, revelar-nos uma China simultaneamente mais rica, complexa e menos subjugada à uniformização do Confucionismo.

²⁴ “Complementar o Confucionismo e substituir o Budismo” (補儒易佛 *bu ru yi fo*), uma expressão utilizada por Xu Guangqi, no prefácio da obra *Taixishuifa* 泰西水法 [Hidráulica Ocidental] de 1612. Jacques Gernet, “The context of Xu Guangqi’s conversion”, in Catherine JAMI, Peter ENGELFRIET, Gregory BLUE (orgs.), *Statecraft & Intellectual Renewal in Late Ming China. The Cross-Cultural Synthesis of Xu Guangqi (1562-1633)*. Leida-Boston-Colónia, Brill, 2001, p. 190.

²⁵ Note-se a importância que estes livros assumiram no primeiro plano para o estudo de chinês preparado por um europeu, o jesuíta português Manuel Dias Sénior (c. 1560-1639), intitulado “Ratio studiorum para os nossos que ham-de estudar as letras e a lingua da China...” (1624). Veja-se Cristina Costa GOMES, Isabel Murta PINA, “*Darse al estudio de la lengua China*. Dois manuscritos portugueses dos séculos XVII e XVIII”, in Vítor G. RODRIGUES, Ana Paula AVELAR (orgs.), *Os Portugueses e a Ásia Marítima: trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa, Academia de Marinha, 2020, pp. 351-357.

²⁶ A primeira tradução dos Quatro Livros editada na Europa ocorreu em 1593. Tratava-se de uma tradução parcelar do Grande Ensino/Da Xue 大學, que surgiu na obra *Bibliotheca Selecta*, do jesuíta Antonio Possevino (1559-1611). Um ano mais tarde, Ricci concluiu a sua tradução dos Quatro Livros para latim, iniciada em 1591. Já na segunda metade do século XVII, entre 1662 e 1671, vieram a lume cinco edições dos Quatro Livros em diferentes línguas europeias. Como veremos adiante, em 1687, foi editada, em Paris, a obra *Confucius Sinarum Philosophus, sive Scientia Sinensis Latine exposita*, livro que despertou grande interesse entre as elites letradas europeias. Veja-se, por exemplo, D. E. MUNGELLO, “The Seventeenth-Century Jesuit Translation Project of the Confucian Four Books”, in Charles E. RONAN, Bonnie B. C. OH (orgs.), *East meets West: The Jesuits in China, 1582-1773*. Chicago, Loyola University Press, 1988, pp. 252-272; Noël GOLVERS, “The development of the *Confucius Sinarum Philosophus* reconsidered in the light of new material”, in Roman

estudo sistemático, tradução e posterior publicação de textos do Confucionismo não conheceu qualquer paralelo no que diz respeito ao Budismo e aos seus textos canónicos.

Com efeito, como já assinalado, a aproximação ao Confucionismo foi acompanhada pela rejeição firme do Budismo, relativamente ao qual se acentuou a distância e a hostilidade. Isso mesmo emerge de forma clara no *Tianzhu shiyi*, em que se procedia categoricamente à sua refutação.²⁷ Em traços muito gerais, ali se argumentava ser aquela doutrina uma mistificação diabólica, baseada em elementos distorcidos e incorretamente apropriados do Cristianismo²⁸ e de filósofos ocidentais (i.e. dos gregos), nomeadamente o conceito pitagórico de transmigração das almas, em que se alegava assentar a ideia de Reencarnação (Samsāra).²⁹

MALEK (org.), *Western Learning and Christianity in China. The Contribution and Impact of Johann Adam Schall von Bell, S.J. (1592-1666)*. Nettetal, Steyler Verlag, 1998, pp. 1141-1164; e Nicholas DEW, *Orientalism in Louis XIV's France*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2009, pp. 205-233. Mais recentemente, veja-se WU Huiyi, *Traduire la Chine au XVIIIe siècle. Les jésuites traducteurs de textes chinois et le renouvellement des connaissances européennes sur la Chine (1687-ca. 1740)*. Paris, Honoré Champion, 2017.

²⁷ Essa refutação foi particularmente desenvolvida no capítulo V (“Refutation of false teachings concerning reincarnation in the six directions and the taking of life, and an explanation of the true meaning of fasting”), E. MALATESTA, op. cit., pp. 239-322.

²⁸ Como nota App, a ideia de que o Budismo era um Cristianismo corrompido recua à missão do Japão e às informações transmitidas por Anjiro, o japonês convertido, em finais da década de 1540, que colaborou com os missionários no processo de conhecimento das religiões do Japão, nomeadamente do Budismo. U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 12-14.

²⁹ Pitágoras é referido como um antigo letrado chamado Bitawola 閉他臥刺 e descrito como um homem de capacidades invulgares e heroicas. O seu desejo de impedir os homens inferiores de praticarem o mal, levava-o, porém, a desenvolver argumentos censuráveis, como o da Reencarnação, que advogara ser determinada pelas ações praticadas numa vida anterior. Além de Pitágoras, neste catecismo também se alude a outros filósofos gregos, como Heraclito/Hela 黑臘 e Demócrito/Demu 德牧. U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 141, 241, 257. Como nota Berkwitz, um dos métodos dos missionários para distinguir a verdade do Cristianismo das falsidades do Budismo consistiu em analisar certas crenças que pareciam confirmar os erros do último. Neste âmbito, ganhou destaque a questão da transmigração das almas, persistentemente apontada por diversos autores portugueses/europeus. S. BERKWITZ, op. cit., p. 49. Sobre a reação budista aos ataques jesuítas, veja-se Thierry MEYNARD,

Também do lado chinês, vemos essa refutação emergir, no início do século XVII, em obras preparadas por alguns convertidos, das quais podemos destacar as dos mais emblemáticos de entre aqueles, Xu Guangqi 徐光啓 (1562-1633)³⁰ e Yang Tingyun 楊廷筠 (1563-1629).³¹ O primeiro compôs, por exemplo, ainda antes de 1616, o tratado *Pi [Shishi zhu] Wang* 關[釋氏諸]妄 [Refutação dos erros (do Budismo)], em que contestava várias das crenças e práticas budistas;³² enquanto o segundo, que fora um devoto budista, foi autor, entre outros, de um tratado intitulado *Tianshi mingbian* 天釋明辯 [Clara discussão sobre o Céu e o Budismo], anterior a 1621.³³

Acima de tudo preocupados em rebater o Budismo, considerado o rival mais direto do Cristianismo, o interesse dos missionários da China por aquela doutrina não foi senão limitado e marginal. De facto, ao contrário do que sucedeu com o Confucionismo, não se registou um esforço metódico de aprofundar o conhecimento acerca do Budismo, mormente através do estudo e tradução dos *sutras* ou de outros textos. Na China, houve, assim, uma dinâmica diferente da observada no Japão, onde alguns missionários empreenderam mais diligentemente aquele estudo.³⁴ Como notaram Županov

“Beyond Religious Exclusivism: The Jesuit Attacks against Buddhism and Xu Dashou’s Refutation of 1623”: *Journal of Jesuit Studies* 4 (2017), pp. 415-430.

³⁰ Sobre Xu Guangqi, veja-se C. JAMI, P. ENGELFRIET, G. BLUE, op. cit.

³¹ Para uma biografia, veja-se N. STANDAERT, *Yang Tingyun...*, op. cit.

³² Uma das grandes fontes de informação sobre a crítica de Xu Guangqi ao Budismo é precisamente o tratado *Pi [shishi zhu] Wang*, no qual se condenavam ideias supersticiosas e rituais budistas, como a alimentação dos espíritos, a queima de dinheiro de papel, a recitação do nome de Buda (*nianfo* 念佛) ou a crença na Reencarnação. Segundo E. Zürcher, Xu parece ter tido um conhecimento relativamente superficial do Budismo e provavelmente a sua argumentação antibudista terá sido profunda e diretamente influenciada pelos textos jesuítas. De qualquer forma, Xu também desenvolveu alguns argumentos de forma original. E. ZÜRCHER, “Xu Guangqi and Buddhism”, in C. JAMI, P. ENGELFRIET, G. BLUE, op. cit., pp. 155-169.

³³ N. STANDAERT, *Yang Tingyun...*, op. cit., p. 69.

³⁴ No Japão, foi no tempo de Francisco Xavier que os missionários começaram a compilar materiais sobre o Budismo, em cujo estudo rapidamente se lançaram. Foi nesse seguimento que, em 1556, surgiu o primeiro relato europeu sobre as

e Hsia, na missão da China, a tendência que se seguiu àquela fase de rejeição do Budismo (precedida pela de associação) foi essencialmente marcada pela indiferença.³⁵ Ou seja, depois de Ricci e do *Tianzhu Shiyi*, com escassas exceções, pouca atenção se prestou ao Budismo.³⁶

Como é natural, o reduzido interesse ou indiferença refletiu-se na informação acumulada e disponibilizada pelos jesuítas da China sobre o Budismo às suas audiências europeias, que teimou em manter-se, ao longo do século XVII, em certa medida, superficial, repetitiva, por vezes pouco exata e até mesmo incorreta.³⁷ Salientem-se ainda as raríssimas alusões a livros budistas e a inexistência

religiões japonesas, o “Sumario dos erros en que os gentios do Japão vivem e de algumas seitas gentílicas en que principalmente confiã”, composto por Cosme de Torres e Baltasar Gago, com a colaboração de um monge apóstata (Paulo Chosen). Ali se descreviam os princípios fundamentais do Budismo, identificava-se o seu fundador e distinguiam-se oito grupos (“seitas”) existentes no Japão. O “sumário” representou, assim, um verdadeiro progresso no conhecimento europeu sobre esta religião. Por meados da década de 1570, sob a orientação de um outro antigo monge budista, Organtino Gnechi-Soldo e Luís Fróis dedicaram-se, durante um ano, ao estudo diário da versão chinesa do *Sutra do Lótus*. U. APP, *The Birth of Orientalism*, op. cit., pp. 16-18, 190; U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., p. 34, 61, 130; I. ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism...”, op. cit., p. 57; e S. BERKWITZ, op. cit., p. 41. Para uma edição do “Sumario”, na sua versão portuguesa, veja-se Juan RUIZ-DE-MEDINA, *Documentos del Japón, 1547-1557*. Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990, pp. 666-667.

³⁵ Os autores assinalam um maior número de estádios: da semelhança à diferenciação, passando pela polémica e demonização, desprezo e, por fim, a indiferença. I. ŽUPANOV, R. HSIA, “Reception of Hinduism and Buddhism...”, op. cit., p. 576. Também Menegon refere o desinteresse pelo Budismo e Taoísmo devido à estratégia de aproximação ao Confucionismo. E. MENEGON, “European and Chinese Controversies...”, op. cit., p. 198.

³⁶ Entre as exceções, importa destacar um missionário associado à missão do Japão, João Rodrigues *Tçuzu* (1561-1633), e o seu tratado sobre as religiões asiáticas, preparado no dealbar da década de 1620. A sua informação sobre o Budismo veio a ser reutilizada e reformulada por alguns missionários da China, como Niccolò Longobardo (tratado de 1623-1624) ou, décadas mais tarde, Prospero Intorcetta (publicada na introdução da obra *Confucius Sinarum Philosophus*), e ainda o dominicano Domingo de Navarrete (1676). U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 100-101.

³⁷ Por exemplo, *Siddhārta Gautama/Śhākyamuni* surge confundido com outro eminente buda, *Amitabha*, da escola da Terra Pura. U. APP, “St. Francis Xavier’s Discovery of Japanese Buddhism...”, op. cit., p. 16.

de citações de excertos desses livros, em manifesta oposição ao verificado no caso do Confucionismo. Sublinhe-se que apenas em meados do século XVIII viria a ser, pela primeira vez, publicado na Europa um *sutra* budista, o qual foi traduzido do chinês pelo orientalista francês, não jesuíta, Joseph de Guignes (1721-1800).³⁸

Algumas das obras preparadas pelos missionários da China, na primeira metade do século XVII, para consumo europeu, são perfeitamente ilustrativas do tipo de informação relativamente elementar em circulação sobre as crenças e práticas budistas. Veja-se o caso de um dos livros de maior êxito editorial, o *De Christiana Expeditione apud Sinas*, publicado em 1615 por Nicolas Trigault (1577-1628), o procurador da missão da China à Europa, com base no manuscrito de Matteo Ricci.³⁹ Aqui podemos encontrar aspetos como o da origem indiana do Budismo, há muito assinalada pelos jesuítas, e da sua introdução na China no século I d.C., coincidindo com o período em que, na Índia, tinham pregado os apóstolos São Bartolomeu e São Tomé.⁴⁰ Reiterava-se ser o Budismo uma deturpação do Cristianismo, a que se tinham acrescentado conceitos da filosofia grega, com destaque para o da transmigração das almas, de Pitágoras, mas também o da multiplicidade de mundos, de Demócrito, ou a teoria dos Quatro Elementos.⁴¹ Um quarto de século

³⁸ Tratava-se do *Sutra em Quarenta e duas Secções*, um dos mais importantes textos budistas da Ásia Oriental, que saiu dos prelos em Paris, no ano de 1750. U. APP, “St. Francis Xavier’s Discovery of Japanese Buddhism...”, op. cit., pp. 8, 190.

³⁹ Nicolas TRIGAULT, *Histoire de l’Expédition Chrétienne au Royaume de la Chine 1582-1610*. Paris, Desclée de Brouwer, 1978.

⁴⁰ Sobre a lenda de S. Tomé, veja-se Luís Filipe THOMAZ, “A Lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa”: *Lusitania Sacra* 3 (1991), 2.ª série, pp. 349-418. O autor aborda igualmente, neste artigo, a lenda de S. Bartolomeu, notando, no entanto, a sua menor influência (pp. 366-368).

⁴¹ N. TRIGAULT, *Histoire de l’Expédition Chrétienne...*, op. cit., pp. 165-169. Para uma análise sobre a exposição do Budismo nesta obra, pode ver-se D. E. MUNGELLO, *Curious Land: Jesuit Accommodation and the Origins of Sinology*. Honolulu, University of Hawaii Press, 1989, pp. 247-299; e ainda, pp. 68-70. App chama a atenção para o facto de João Rodrigues *Tçuzu* negar a influência grega

mais tarde, Álvaro Semedo (1585-1658), outro procurador enviado à Europa, no seu *Imperio de la China i Cultura Evangelica en èl*, de 1642, persistia numa linha narrativa com grandes afinidades. A sua descrição sobre o Budismo incluía referências um pouco mais desenvolvidas sobre a biografia de Siddhārta Gautama; a par de informação sobre a Reencarnação; sobre a divisão dos homens em dez classes; sobre a existência de uma via exterior (seguida pela generalidade do povo) e de uma interior (só acessível aos mais sábios); ou sobre a contemplação do primeiro princípio.⁴² Ou seja, um conjunto de elementos retirados de anteriores materiais jesuítas. Semedo abordava ainda questões como a do estatuto do clero budista ou os diferentes tipos de religiosos em que aquele se dividia.⁴³ Na mesma década, António de Gouveia (1592-1677), na sua obra *Asia Extrema*, concluída em 1644, mas inédita até aos finais do século XX, seguia um rumo semelhante, conquanto reforçasse a visão desfavorável sobre o Budismo.⁴⁴ Também Martino Martini (1614-1661), quase dez anos mais tarde, retomava o tema, no seu *Novus Atlas Sinensis*, de 1655.⁴⁵ Como apontado, todos

sobre o Budismo, advogando que as seitas da China precediam temporalmente os filósofos gregos. U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 103, 108.

⁴² Como mostra App, esta informação remontava aos relatos do século XVI da missão do Japão e ao catecismo de Alessandro Valignano. Nesta última obra, o visitador descrevia o primeiro princípio como sendo eterno, além de se identificar com todas as coisas. Distinguia igualmente uma via exterior e outra interior. Esta última tinha por cerne as crenças religiosas tradicionais e práticas tais como cerimónias, a recitação de orações e de escrituras sagradas, o culto às divindades ou ainda a crença no paraíso e no inferno, entre outros aspetos. Em contraste, a via interior era mais filosófica e procurava explicar o primeiro princípio, a sua união com tudo e a possibilidade de alcançar esta união através da prática da meditação. Valignano baseava-se no Budismo Zen, a forma dominante nos centros culturais do Japão do século XVI. U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 86-88.

⁴³ Álvaro SEMEDO, *Imperio de la China i Cultura Evangelica en èl*. Madrid, Juan Sanchez, 1642, pp. 121-125.

⁴⁴ António de GOUVEIA, *Ásia Extrema: Primeira Parte - Livros I a VI*, Horácio ARAÚJO (org.), Vol. I. [Lisboa], Fundação Oriente, 1995, pp. 292-295.

⁴⁵ Martino MARTINI, *Opera Omnia*, Franco DEMARCHI (org.), Vol. III, tomo I. Trento, Università degli Studi di Trento, 2002, pp. 249-250.

estes missionários apresentavam descrições breves do Budismo que denotavam uma imagem negativa, em oposição à sua perspectiva sobre o Confucionismo ou “seita dos letrados”.⁴⁶

Tomás Pereira e o seu manuscrito sobre a vida de Siddhārta Gautama

É em contracorrente com este panorama geral, pautado pela persistente reutilização de materiais anteriores e pelas sùmulas, mais ou menos breves, que surge, no derradeiro quartel do século XVII, algures na década de 1680, o texto de Tomás Pereira sobre o Budismo chinês.

Sublinhe-se que, pela mesma altura, em 1687, saía dos prelos, em Paris, uma nova tradução de textos confucianos, sob o título *Confucius Sinarum Philosophus*, obra editada por Philippe Couplet (1623-1693), o procurador da missão da China então enviado à Europa.⁴⁷ Na longa introdução deste livro, o Budismo era um dos tópicos abordados, numa detalhada informação que Urs App considerou ser representativa da essência do conhecimento jesuíta sobre aquela doutrina.⁴⁸ Porém, como acrescenta App, tal informação correspondia, *grosso modo*, a um texto preparado 20 anos antes por Prospero Intorcetta (1626-1696), o qual, por sua vez, se baseara

⁴⁶ Veja-se Donald LACH, Edwin VAN KLEY, *Asia in the Making of Europe*, Vol. III, *A Century in Advance*, Book 4, *East Asia*. Chicago-Londres, The University of Chicago Press, 1993, pp. 1654-1657.

⁴⁷ Para uma edição recente, acompanhada de estudo, veja-se Thierry MEYNARD (org.), *Confucius Sinarum Philosophus (1687). The First Translation of the Confucian Classics*. Roma, IHSI, 2011. Veja-se ainda N. DEW, *Orientalism...*, op. cit., pp. 205-233; e N. GOLVERS, op. cit.

⁴⁸ Contemplavam-se, nesta introdução, as principais características do Budismo, uma biografia desenvolvida do seu fundador e respetivos ensinamentos, assim como a vasta literatura sagrada budista, entre outros aspetos. O rigor de boa parte desta informação é revelador, de acordo com App, dos conhecimentos sobre o Budismo que se tinham progressivamente acumulado, desde a fundação da missão do Japão em 1549, havia quase 150 anos. U. APP, *The Birth of Orientalism*, op. cit., pp. 123-125.

amplamente no trabalho, então com quase meio século, de João Rodrigues Tçuzu (1561-1633).⁴⁹

O relato de Pereira veio, pois, demarcar-se, em diversos aspetos, da anterior produção textual jesuíta sobre o Budismo. A redação deste texto deveu-se a uma causa exógena, não sendo resultado de qualquer alteração ao nível da estratégia missionária. Com efeito, na sua origem esteve simplesmente um pedido de informação por parte de um jesuíta da província de Goa, Fernão Queirós (1617-1688),⁵⁰ a um seu confrade da vice-província da China, Tomás Pereira.⁵¹ Queirós, que, entre 1684 e 1687, compôs a obra *Conquista Temporal e Espiritual de Ceilão*, dirigiu-se a Pereira, residente em Pequim desde 1673, na expectativa de obter esclarecimentos sobre o Budismo na China, de modo a “estender” as insuficientes “notícias que pudemos aver da ilha de Ceylão”.⁵² Os dois jesuítas tinham-se,

⁴⁹ Mais uma vez, estamos perante a reciclagem ou reutilização de materiais anteriores (embora não na íntegra). Intorcetta admitia que a sua descrição do Budismo pouco devia a uma consulta direta dos anais chineses, assentando sobretudo em materiais de outros jesuítas, especialmente de João Rodrigues Tçuzu, ao qual aludia de modo não explícito. Neste sentido, como sublinha App, aquele que Meynard classificou como um “relato de referência” sobre o Budismo, incluído na introdução do *Confucius Sinarum Philosophus* (T. MEYNARD, *Confucius Sinarum Philosophus...*, op. cit., p. 5), parece refletir menos o conhecimento de Intorcetta, por volta de 1666, que o de João Rodrigues Tçuzu, na década de 1620. U. APP. *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 138-140, 146.

⁵⁰ Sobre Fernão Queirós, veja-se Allan STRATHERN, “Fernão de Queirós”: *Anais de História de Além-Mar*, Vol. VI, (2005), pp. 47-87; ou ainda Charles E. O’NEILL, Joaquín M^a DOMÍNGUEZ (orgs.), *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. Roma-Madrid, Institutum Historicum-Universidad Pontificia Comillas, 2001, pp. 3264-3265.

⁵¹ Para uma biografia de Pereira, poderá ver-se Isabel Murta PINA, “Some Data on Tomás Pereira’s (Xu Risheng 徐日昇) Biography and Manuscripts”, in Luís SARAIVA (org.), *History of Mathematical Sciences: Portugal and East Asia IV – Europe and China: Science and the Arts in 17th and 18th Centuries*. Singapura, World Scientific Publishing Co., 2013, pp. 95-114.

⁵² Queirós criticava abertamente os autores que tinham escrito sobre Ceilão: “se os que lerão os documentos de Ceylão forão mais curiosos, e não se enfadarão de nos dar mays miudas notícias, mays claramente se teria a certeza do que relatão...”. Tomás PEREIRA, *Tomás Pereira. Obras*, Luís Filipe BARRETO, Arnaldo do ESPÍRITO SANTO, Cristina Costa GOMES, Isabel Murta PINA, Pedro CORREIA, Vol. II. Lisboa, CCCM, 2011, pp. 60-61.

seguramente, cruzado em Goa, a cidade onde Queirós chegara em 1635. Pereira, que desembarcara 30 anos depois, em 1665, aos 19 anos, ali viveu ao longo de seis anos, período em que concluiu os seus estudos e foi ordenado sacerdote (1671). É possível que tenha mesmo sido aluno de Queirós no colégio de São Paulo.

Foi precisamente a Pereira que, anos mais tarde, Queirós recorreu por forma a conseguir a tal informação que pretendia para a obra que se encontrava a redigir. O seu objetivo era levar a cabo uma análise comparativa entre o Budismo em Ceilão e na China, dado tratar-se de uma religião que os jesuítas já tinham compreendido ter uma dimensão asiática.⁵³ A longa resposta de Pereira, que Queirós refere como um “resumo da iscritura dos Bonzos da Kina”,⁵⁴ veio a ser quase literalmente decalcada no primeiro dos seis volumes da *Conquista Temporal*, imediatamente a seguir a um capítulo sobre o Budismo em Ceilão, intitulado “Quaes sejam os Religiosos da seyta de Buddum”.⁵⁵ Em suma, face à escassez de notícias disponíveis sobre o caso singalês, Queirós enriquecia a sua exposição conferindo o que “dizem os Chingazes⁵⁶ com o que afirmão os bonzos da Kina”.⁵⁷

⁵³ Županov salienta que a compreensão desta dimensão asiática não ocorreu, assim, apenas no século XIX. I. ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism...”, op. cit., pp. 56-59. Na realidade, como o demonstra App, essa perceção teve lugar logo na missão do Japão e, já na segunda metade do século XVII, estava bem presente em textos quer de jesuítas quer de não jesuítas. Refira-se a descrição do jesuíta Giovanni Filippo de Marini (1608-1682), de 1663, ou a do dominicano Domingo de Navarrete, de 1676. U. APP, *The Cult of Emptiness...*, op. cit., pp. 41-42, 148-149. Berkwitz chama a atenção para o facto de esta dimensão do Budismo ter afinidades com a imaginável universalidade do Cristianismo. S. BERKWITZ, op. cit., pp. 40, 59-60.

⁵⁴ Fernão QUEIRÓS, “Conqvista Temporal e Espiritval de Ceylão ordenada pelo padre Fernão de Queyroz”, Biblioteca Nacional do Brasil, Cofre 49, 7, 24, cap. XVI, fl. 34v.

⁵⁵ F. QUEIRÓS, “Conqvista Temporal e Espiritval...”, op. cit., cap. XVI, fls. 33v-35v.

⁵⁶ Termo derivado de “*simbala*”, que significa singalês.

⁵⁷ F. QUEIRÓS, “Conqvista Temporal e Espiritval...”, op. cit., cap. XVI, fl. 34v.

Embora tivesse recebido o *imprimatur* logo em 1688, a obra de Queirós, e com ela o texto de Pereira, acabaria por aguardar mais de dois séculos até ser publicada pela primeira vez, o que apenas ocorreu em 1916.⁵⁸ Quase outro século volvido, o texto ganhou autonomia em relação à obra original e veio a ser novamente publicado, em 2011, no âmbito da edição da produção escrita de Pereira, pelo Centro Científico e Cultural de Macau.⁵⁹ Nesta altura, e uma vez que não se encontrou o texto autógrafo de Pereira, optou-se por incluir ali a versão do manuscrito de Queirós, preservado na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.⁶⁰ O cotejo desta versão manuscrita com a impressa, de 1916, permitiu apurar inúmeros erros e supressões na última, justificando-se, assim, a decisão tomada.⁶¹

Num preâmbulo intitulado “Noticias que os missionarios da Kina dão do Idolo Buddum”,⁶² Queirós explicitava que “Tendo eu noticia de ser comum opinião dos nossos Missionarios, ser o Buddum de Ceylão o mesmo, que o Fô (ou Foé, como outros escrevem) da Kina, escreui sobre esta materia ao Padre Thomas Pereyra de nossa

⁵⁸ F. QUEIRÓS, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, ed. P. E. PIERIS (org.). Colombo, Cottle, 1916. Seguiu-se uma edição inglesa, logo em 1931 (*The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*. Colombo, A.C. Richards).

⁵⁹ T. PEREIRA, op. cit., pp. 40-61.

⁶⁰ F. QUEIRÓS, “Conqvista Temporal e Espiritval...”, op. cit, pp. 35v-41v.

⁶¹ A este propósito, veja-se Cristina Costa GOMES, “Sources for the History of Macau in the National Library of Rio de Janeiro (16th-19th centuries)”: *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies* 17 (2008), p. 11.

⁶² Como nota Luís Filipe Thomaz, este termo deriva do tâmul ou do malaiala *Buddban*. O primeiro autor europeu a utilizá-lo, sob a forma “Budão”, foi Diogo do Couto, na sua *Década Quinta*. Deparando com o Budismo *Theravâda* em Ceilão, Couto identificou então Buda com S. Josafate. Luís Filipe THOMAZ, “As religiões e a Religião na obra de Fernão Mendes Pinto”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinaçam, 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2017, p. 89.

Companhia”, do qual tinha obtido a “seguinte informação, ainda que mays abreviada, do que se contem no seu original [...]”.⁶³

A informação que se seguia distanciava-se, pois, da anterior produção dos jesuítas da China sobre o Budismo, em termos de conteúdo, mas também do próprio processo de elaboração do texto. Efetivamente, Pereira não apenas abordava com uma profundidade inaudita a vida do Buda histórico, como, ao invés de usar os materiais jesuítas já existentes, foi retirar a informação diretamente a um livro chinês, no que teve a colaboração de um antigo monge budista, entretanto batizado, cuja identidade se ignora. Embora sem revelar o título da obra utilizada, Pereira declarava tratar-se de uma edição do Palácio Imperial sobre a vida do Buda, em três volumes, de boa qualidade e enriquecida por grande número de ilustrações.⁶⁴ Esta informação e a análise do texto tornaram possível a sua identificação por Ines Županov e Rui Magone.⁶⁵ Segundo estes autores, Pereira recorreu à popular versão da vida do Buda preparada durante a dinastia Ming (1368-1644) pelo monge budista Baocheng 寶成.⁶⁶ Como nota Magone, muito provavelmente, Pereira utilizou uma edição da qual não terá sobrevivido nenhum exemplar. Existem, no entanto, diversas outras edições, cuja estrutura e conteúdo apresentam grandes semelhanças com a versão abreviada de Pereira. Entre essas, consta a traduzida

⁶³ T. PEREIRA, op. cit., p. 41.

⁶⁴ T. PEREIRA, op. cit., p. 59.

⁶⁵ I. ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism...”, op. cit., p. 71; R. MAGONE, op. cit., pp. 252-274.

⁶⁶ Entre 1422 e 1425, Baocheng compôs o *Sbi shi yuanliu* 釋氏源流 [Origem e transmissão da Casa de Śhākya], tendo preparado, entre 1434 e 1436, uma nova edição revista da obra. TSAI Suey-Ling, *The Life of the Buddha: Woodblock Illustrated Books in China and Korea*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2012.

por León Wieger (1856-1933), *Les Vies chinoises du Buddha*,⁶⁷ para a qual Županov já tinha chamado a atenção.⁶⁸

O texto de Pereira centrava-se, pois, na vida do Buda Śākyamuni ou Siddhārta Gautama, tendo sido composto, em português, a partir da tal fonte chinesa, que foi resumida e da qual se suprimiu toda a informação considerada “inútil”, assim como os “capítulos estereys”.⁶⁹ As três partes que a compunham, e que na obra de Queirós correspondem aos capítulos XVII a XIX, refletiam certamente a estrutura da obra original, em três volumes, como salienta Magone.⁷⁰ No capítulo inicial (XVII), abordava-se a primeira fase da vida de Siddhārta, até aos 30 anos, aquando da iluminação debaixo da árvore.⁷¹ Seguia-se um capítulo (XVIII) dedicado ao intervalo de tempo decorrente entre os seus 30 anos e o início da velhice, em que se relatavam os seus ensinamentos e ações.⁷² Concluía-se com um capítulo (XIX) sobre os derradeiros anos do Buda, a sua morte e o período que imediatamente se seguira, com as cerimónias fúnebres, os milagres e a repartição das relíquias.⁷³

Ao longo destas três secções, Pereira fornecia, assim, todo um conjunto de novos elementos, num texto que se baseava diretamente numa obra chinesa e que se constituía como a mais extensa biografia de Siddhārta alguma vez composta numa língua europeia – aspetos que lhe conferiam a sua inegável originalidade. Porém, em outros pontos, o texto revelava-se assaz próximo dos materiais anteriores,

⁶⁷ S.I., Edition Dharma, 1913.

⁶⁸ I. ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism...”, op. cit., p. 71.

⁶⁹ T. PEREIRA, op. cit., p. 42.

⁷⁰ R. MAGONE, op. cit., p. 256.

⁷¹ Capítulo XVII, “Do nascimento, e uida do Fô; athe os trinta anos de sua idade”. T. PEREIRA, op. cit., pp. 42-48.

⁷² Capítulo XVIII, “Da uida do Fô, dos trinta anos, athê quasi ser uelho”. T. PEREIRA, op. cit., pp. 48-54.

⁷³ Capítulo XIX, “Vltima uelhice e morte do Fô, e o mays depouys da sua morte”. T. PEREIRA, op. cit., pp. 54-61.

desde logo no respeitante ao seu tom crítico e à disposição para apontar as incoerências que dificilmente podiam escapar à análise de uma narrativa de natureza lendária e hagiográfica. Neste sentido, integrava-se totalmente no modelo próprio da época, em que a descrição das crenças e práticas gentílicas era obrigatoriamente acompanhada pela sua refutação, como sublinham Županov e Barreto Xavier. Ou seja, qualquer facto religioso gentílico tinha de ser prontamente denunciado ou ridicularizado, num verdadeiro processo de purificação ou desinfeção.⁷⁴

Através de frequentes observações irónicas e mordazes, Pereira delatava, pois, as “patranhas” do Budismo, enquanto reiterava a sua natureza indefensável e repleta de logros, assim como a ideia, há muito enraizada, de constituir aquele um Cristianismo corrompido e fundido com elementos da Filosofia Grega.⁷⁵ Mas Pereira detetava ainda, na obra utilizada, referências do próprio Alcorão, pelo que “em prova de ser de novo tirada do Alcorão esta resposta, no mesmo capítulo encomenda esta caterva de espiritos o Reyno de Meca ao Fô pedindo-lhe vâ lá pregar”.⁷⁶

Entre o vasto rol de comentários críticos que pontuam o texto de Pereira, temos, por exemplo, logo no capítulo inicial, a questão da conceção imaculada de Siddhārta. Apesar de se contar que essa conceção resultara de um sonho de sua mãe, a princesa Maya, constatava o jesuíta que se lhe atribuía um pai, o qual, conseqüentemente, devia ser “putativo pera hirem coherentes, no que eles não reparão”.⁷⁷ Também a alegada castidade do Buda

⁷⁴ A expressão escolhida pelas autoras é “sanitized”. Ângela Barreto XAVIER, Ines ŽUPANOV, *Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-17th Centuries)*. Nova Deli, Oxford University Press, 2015, p. 140; e I. ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism...”, op. cit., p. 62.

⁷⁵ T. PEREIRA, op. cit., pp. 42-43, 48, 53.

⁷⁶ T. PEREIRA, op. cit., p. 49.

⁷⁷ T. PEREIRA, op. cit., p. 43. Sobre as questões ligadas ao nascimento do Buda, também na introdução de *Confucius Sinarum Philosophus* se assinalava, com ironia,

era alvo do sarcasmo de Pereira. Advertia que tendo uma das três mulheres, com quem fora obrigado a casar-se, dado à luz uma criança, caso não quisessem “dar outro Pay a este filho”, seria forçoso “confessarem faltar na continência, que supozirão no cap. 17”.⁷⁸ Ao relatar-se a decisão de Siddhārta de se afastar do mundo, as justificações que para isso enunciara, “desejo não envelhecer”, “Não folgo de ter doenças” e “Quero ser immortal”, levavam Pereira a escarnecer: “Bellos intentos de noviço!”.⁷⁹ No capítulo XVIII, a propósito de uma disputa que opusera Śākyaṃuni a seis sectários, Pereira asseverava ter sido “a primeira vez, que vi defender ley às piloadas, rezão de que esta muyto necessita”.⁸⁰ O seu desdém ia mesmo ao ponto de declarar: “Grande socorro tem nesta Theologia Calvino”.⁸¹

O jesuíta acrescentava ainda a sua estupefação perante as referências às alegadas catástrofes naturais ocorridas na China aquando do nascimento e da morte do Buda, e que eram categoricamente refutadas pelos antiquíssimos e minuciosos registos chineses: “Sendo que em seus anaes a que nada disto escapa, nenhuã mensão fazem, destes prodigios”;⁸² ou “Não sey como se atreuerão a publicar na Kina tantas falsidades, aonde os podem arguir com as mesmas chronicas do Reyno”.⁸³ Pereira expunha, além disso, outras deturpações claramente introduzidas pelos chineses na biografia original de Śākyaṃuni, de forma a adaptarem-na ao estilo da China.⁸⁴ Aqui se

que, a despeito de ser considerado um Salvador, não conseguira valer à sua mãe, falecida pouco depois do parto. T. MEYNARD, *Confucius Sinarum Philosophus...*, op. cit., p. 118.

⁷⁸ T. PEREIRA, op. cit., p. 45.

⁷⁹ T. PEREIRA, op. cit., p. 45.

⁸⁰ T. PEREIRA, op. cit., p. 51.

⁸¹ T. PEREIRA, op. cit., p. 47.

⁸² T. PEREIRA, op. cit., p. 44.

⁸³ T. PEREIRA, op. cit., p. 57.

⁸⁴ I. ŽUPANOV, “Jesuit Orientalism...”, op. cit., p. 64.

incluíam aspetos como a cor do luto, os títulos chineses aplicados aos dignitários indianos⁸⁵ ou a constante referência a dragões, “couza so na Kina superior, e sacra”,⁸⁶ entre outros pontos que levavam o missionário a afirmar que “me persuado, que ha nesta escritura muyta mudança”, como aliás, sucedia “em outras Seytas da Kina”.⁸⁷ De um modo geral, Pereira concluía ser o livro em que se baseara, para responder a Queirós, na sua “mayor parte fingimento, primeyro do Diabo, depouys da astúcia kinica”, pois ali se encontravam “muytas cousas proprias dos Kinas, na India desusadas”.⁸⁸

Ao disponibilizar esta versão chinesa da vida do Buda Śākyamuni a Queirós, mesmo que num manuscrito de formato conciso, Pereira fornecia informação inédita retirada de uma obra budista chinesa, assim contribuindo para que o seu confrade da Índia se munisse de um termo comparativo com o caso de Ceilão, do qual lhe faltavam, como vimos, “mais miudas notícias”. E, dessa forma, tornava-se possível a Queirós concluir, nos derradeiros parágrafos do capítulo XIX, logo após o texto de Pereira, que, de facto, “o Buddum de Ceylão, o Fô da Kina, o Xaca de Japão, he o Xekia da Jndia.”⁸⁹ Por outras palavras, o Budismo, a despeito das variantes e das “patranhas” regionais, como aquelas que Pereira expusera, constituía uma única religião, amplamente implantada na Ásia.

⁸⁵ T. PEREIRA, op. cit., p. 57.

⁸⁶ T. PEREIRA, op. cit., p. 59.

⁸⁷ T. PEREIRA, op. cit., p. 60.

⁸⁸ T. PEREIRA, op. cit., p. 59.

⁸⁹ T. PEREIRA, op. cit., p. 60.

Considerações finais

Na China, a fase de associação dos jesuítas ao Budismo, tal como a posterior de rejeição, obrigou-os a dedicarem alguma atenção a esta religião de dimensão asiática, cujo estudo fora iniciado e desenvolvido pelos seus correligionários da missão japonesa. Porém, definidos os elementos centrais daquela que seria a argumentação antibudista, rapidamente se impôs e acabou por predominar um desinteresse pelo Budismo e pelas suas obras, num processo em tudo inverso ao verificado com o Confucionismo. Como vimos, tal não obsteu a que fossem surgindo descrições sobre o Budismo, incluídas em obras de cariz genérico sobre a China ou em textos centrados nas religiões dos chineses (as chamadas “seitas”).

Foi este o enquadramento em que, na década de 1680, surgiu o texto de Tomás Pereira. Afastando-se da atitude de indiferença há muito prevalecente, sob solicitação de Fernão Queirós (em Goa), Pereira (em Pequim) preparou, em colaboração com um chinês, o extenso e detalhado relato, que parece constituir a primeira biografia do Buda histórico, numa língua europeia, recolhida de uma fonte chinesa. A informação que ali se reunia, e pretendia disponibilizar a uma audiência europeia, representava, em certa medida, uma rutura com a anterior produção dos missionários da China, pautada pela persistente reutilização de materiais jesuítas e pelo tratamento breve, superficial, estereotipado, sem citações ou referências a textos budistas. Apesar da originalidade desta exposição de Pereira, o seu impacte acabaria por ser circunscrito, já que a obra de Queirós sobre Ceilão permaneceria até ao dealbar do século XX por publicar e com ela o texto de Pereira.

Referências bibliográficas

APP, Urs

- *The Cult of Emptiness: The Western Discovery of Buddhist Thought and the Invention of Oriental Philosophy*. Wil (Suíça), UniversityMedia, 2014 [1.ª ed. 2012].
- *The Birth of Orientalism*. Filadélfia-Oxford, University of Pennsylvania Press, 2010.
- “St. Francis Xavier’s Discovery of Japanese Buddhism”: *Eastern Buddhist* 30-31, Parte I, pp. 53-78; Parte II, pp. 214-244, Parte III (1997-1998), pp. 40-71.

BARRETO, Luís Filipe, “Fernão Mendes and the Jesuit Connection”, in Jorge Santos ALVES (org.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored Portuguese text and indexes*. Lisboa, Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, pp. 55-87.

BERKWITZ, Stephen, “The Portuguese Discovery of Buddhism: Locating Religion in Early Modern Asia”, in Reinhold F. GLEI, Nikolas JASPERT (orgs.), *Locating Religions: Contact, Diversity and Translocality*. Leida-Boston, Brill, 2017, pp. 37-63.

CHAN, Albert

- “Two Chinese Poems written by Hsü Wei 徐渭 (1591-1593) on Michele Ruggieri, S.J. (1543-1607)”: *Monumenta Serica* 44 (1996), pp. 317-337.
- “Michele Ruggieri, S.J. (1543-1607) and his Chinese poems”: *Monumenta Serica* 41 (1993), pp. 129-176.

CRIVELLER, Gianni, *Preaching Christ in Late Ming China. The Jesuits’ presentation of Christ from Matteo Ricci to Giulio Aleni*. Taipé, Ricci Institute, 1997.

DEW, Nicholas, *Orientalism in Louis XIV’s France*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2009.

GERNET, Jacques

- *L’intelligence de la Chine – Le social et le mental*. S.l., Éditions Gallimard, 1994.
- “Sur les différentes versions du premier catéchisme en Chinois de 1584”, in *Studia Sino-Mongolica*. Wiesbaden, Festschrift für Herbert Franke, 1979, pp. 406-416.

GIRARD, Pascale, *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*. Macau, Fundação Macau, 1999.

GOLVERS, Noël, “The development of the *Confucius Sinarum Philosophus* reconsidered in the light of new material”, in Roman MALEK (org.), *Western Learning and Christianity in China. The Contribution and Impact of Johann Adam Schall von Bell, S.J. (1592-1666)*. Nettetal, Steyler Verlag, 1998, pp. 1141-1164.

GOMES, Cristina Costa, “Sources for the History of Macau in the National Library of Rio de Janeiro (16th-19th centuries)”: *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies* 17 (2008), pp. 9-20.

GOMES, Cristina Costa; PINA, Isabel Murta, “*Darse al estudio de la lengua China*. Dois manuscritos portugueses dos séculos XVII e XVIII”, in Vítor G. RODRIGUES, Ana Paula AVELAR (orgs.), *Os Portugueses e a Ásia Marítima: trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa, Academia de Marinha, 2020, pp. 351-357.

- GOUVEIA, António de, *Ásia Extrema: Primeira Parte – Livros I a VI*, Horácio ARAÚJO (org.), Vol. I. [Lisboa], Fundação Oriente, 1995.
- HSIA, Ronnie, *A Jesuit in the Forbidden City: Matteo Ricci 1552–1610*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- JAMI, Catherine; ENGELFRIET, Peter; BLUE, Gregory (orgs.), *Statecraft & Intellectual Renewal in Late Ming China. The Cross-Cultural Synthesis of Xu Guangqi (1562-1633)*. Leida-Boston-Colónia, Brill, 2001.
- KIM Sangkeun, *Strange names of God. The Missionary Translation of the Divine Name and the Chinese Responses to Matteo Ricci's Shangti in Late Ming China, 1583-1644*. Nova Iorque, Peter Lang, 2004.
- LACH, Donald; VAN KLEY, Edwin, *Asia in the Making of Europe*, Vol. III, *A Century in Advance*, Book 4, *East Asia*. Chicago-Londres, The University of Chicago Press, 1993.
- MAGONE, Rui, “The Fô and the Xekiâ: Tomás Pereira’s Critical Description of Chinese Buddhism” in Artur K. WARDEGA, S.J., António Vasconcelos de SALDANHA (orgs.), *In the Light and Shadow of an Emperor: Tomás Pereira, S.J. (1645–1708), the Kangxi Emperor and the Jesuit Mission in China*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2012, pp. 252-274.
- MALATESTA, Edward (org.), *The True Meaning of the Lord of Heaven*. Taipé-Paris-Hong Kong, Ricci Institute, 1985.
- MARTINI, Martino, *Opera Omnia*, Franco DEMARCHI (org.), Vol. III, tomo I. Trento, Università degli Studi di Trento, 2002.
- MENEGON, Eugenio, “European and Chinese Controversies over Rituals: A Seventeenth-Century Genealogy of Chinese Religion”, in Bruno BOUTE, Thomas SMABERG (orgs.), *Devising Order. Socio-religious Models, Rituals, and the Performativity of Practice*. Leida-Boston, Brill, 2013, pp. 196-197.
- MEYNARD, Thierry, S.J.
- “Beyond Religious Exclusivism: The Jesuit Attacks against Buddhism and Xu Dashou’s Refutation of 1623”: *Journal of Jesuit Studies* 4 (2017), pp. 415-430.
 - “The Overlooked Connection between Ricci’s *Tianzhu Shiyi* and Valignano’s *Catechismus Japonensis*”: *Japanese Journal of Religious Studies* 40/2 (2013), pp. 303-322.
 - (org.), *Confucius Sinarum Philosophus (1687). The First Translation of the Confucian Classics*. Roma, IHSI, 2011.
- MUNGELLO, D.E.
- *Curious Land: Jesuit Accommodation and the Origins of Sinology*, Honolulu, University of Hawaii Press, 1989 [1985].
 - “The Seventeenth-Century Jesuit Translation Project of the Confucian Four Books”, in Charles E. RONAN, Bonnie B.C. OH (orgs.), *East meets West: The Jesuits in China, 1582-1773*. Chicago, Loyola University Press, 1988, pp. 252-272.
- O’NEILL, Charles E.; DOMÍNGUEZ, Joaquín M^a (orgs.), *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. Roma-Madrid, Institutum Historicum-Universidad Pontificia Comillas, 2001.

- PEREIRA, Tomás, *Tomás Pereira. Obras*, Luís Filipe BARRETO, Arnaldo do ESPÍRITO SANTO, Cristina Costa GOMES, Isabel Murta PINA, Pedro CORREIA, Vol. II. Lisboa, CCCM, 2011.
- PINA, Isabel Murta, “Some Data on Tomás Pereira’s (Xu Risheng 徐日昇) Biography and Manuscripts”, in Luís SARAIVA (org.), *History of Mathematical Sciences: Portugal and East Asia IV – Europe and China: Science and the Arts in 17th and 18th Centuries*. Singapura, World Scientific Publishing Co., 2013, pp. 95-114.
- QUEIRÓS, Fernão, “Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão ordenada pelo padre Fernão de Queyroz”, Biblioteca Nacional do Brasil, Cofre 49, 7, 24 (anterior a 1688).
- *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, P. E. PIERIS (org.). Colombo, Cottle, 1916.
- RICCI, Matteo, *Lettere (1580-1609)*, Piero CORRADINI (org.). Macerata, Quodlibet, 2001.
- RUIZ-DE-MEDINA, Juan (org.), *Documentos del Japón, 1547-1557*. Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990.
- SEMEDO, Álvaro, *Imperio de la China i Cultura Evangelica en èl*. Madrid, Juan Sanchez, 1642.
- STANDAERT, Nicolas
- “The Jesuits did not Manufacture Confucianism”: *East Asian Science, Technology and Medicine* 16 (1999), pp. 115-132.
- *Yang Tingyun, Confucian and Christian in late Ming China. His Life and Thought*. Leida-Nova Iorque, E.J. Brill, 1988.
- STRATHERN, Allan, “Fernão de Queirós”: *Anais de História de Além-Mar*, Vol. VI, (2005), pp. 47-87.
- THOMAZ, Luís Filipe
- “A Lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa”: *Lusitania Sacra* 3 (1991), 2.ª série, pp. 349-418.
- “As religiões e a Religião na obra de Fernão Mendes Pinto”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação, 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2017, pp. 43-130.
- TONG, James W., *Disorder under Heaven: Collective Violence in the Ming Dynasty*. Stanford, Stanford University Press, 1991.
- TRIGAULT, Nicolas, *Histoire de l'Expédition Chrétienne au Royaume de la Chine 1582-1610*. Paris, Desclée de Brouwer, 1978 [1.ª edição: 1615, em latim].
- TSAI Suey-Ling, *The Life of the Buddha: Woodblock Illustrated Books in China and Korea*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2012.
- TWITCHETT, Denis; MOTE, Frederick W. (orgs.), *The Cambridge History of China*, vol. 8, *The Ming Dynasty 1368-1644*, parte II. Cambridge-Nova Iorque-Melbourne, Cambridge University Press, 1998.
- VALIGNANO, Alessandro, *Catecismo da Fé Cristã*, António Guimarães PINTO, José Miguel Pinto dos SANTOS (orgs.). Lisboa, CCCM-Fundação Jorge Álvares, 2017 [1.ª edição: 1586, em latim].

- WU Huiyi, *Traduire la Chine au XVIIIe siècle. Les jésuites traducteurs de textes chinois et le renouvellement des connaissances européennes sur la Chine (1687-ca. 1740)*. Paris, Honoré Champion, 2017.
- XAVIER, Ângela Barreto; ŽUPANOV, Ines, *Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-17th Centuries)*. Nova Deli, Oxford University Press, 2015.
- ŽUPANOV, Ines; HSIA, Ronnie, "Reception of Hinduism and Buddhism", in *The Cambridge History of Christianity*, Vol. VI, *Reform and Expansion 1500-1660*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 577-597.
- ŽUPANOV, Ines, "Jesuit Orientalism; Correspondance between Tomás Pereira and Fernão de Queirós", in Luís Filipe BARRETO (org.), *Tomás Pereira, S.J. (1646-1708). Life, Work and World*. Lisboa, CCCM, 2010, pp. 43-73.
- ZÜRCHER, Erik
- "Jesuit Accommodation and the Chinese Cultural Imperative", in D.E. MUNGELLO (org.), *The Chinese Rites Controversy. Its History and Meaning*. Nettetal, Steyler Verlag, 1994, pp. 31-64.
- *Bouddhisme, Christianisme et société chinoise*. Paris, Julliard, 1990.

CENSURAS

CENSORSHIP

*João Luís Lisboa*¹

Resumo: Neste capítulo afirma-se a historicidade de conceitos e práticas da censura e sublinha-se a estreita relação entre a instalação da imprensa e as formas que a censura adotou, ao longo do século XVI. Pretende-se mostrar como as práticas censórias estão associadas a tempos concretos, a conflitos e a medos identificáveis, mas também a formas específicas de expressão. Sendo instrumento e manifestação de poder, é distinto, nos seus objetos, nas suas modalidades e nos seus significados.

Palavras-chave: Censura; Crítica; Séc. XVI; Controlo do pensamento; Imprensa

Abstract: In this chapter, the historicity of concepts and practices of censorship are discussed and the close relationship

¹ CHAM, NOVA FCSH: jll@fcsh.unl.pt, <https://orcid.org/0000-0002-2990-3612>.

between the installing of the press and the forms that censorship adopted throughout the sixteenth century is underlined. It is intended to show how censorship practices are associated with specific times, conflicts and identifiable fears, but also with specific forms of expression. Being an instrument and a manifestation of power, it is distinct in its objects, in its modalities and in its meanings.

Keywords: Censorship; Criticism; 16th Century; Thought control; Printing press

“(…) à vista de tão preclara obra, em que tudo são dictames para o acerto, e nella se não acha cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes, a acho não só digna, mas dignissima de sahir à luz, pois sendo o author excellentissimo, he justo que se veja a excelencia desta Obra. Este he o meu parecer, salvo *semper meliori juditio* (...)”

M. Fr. Marcos de Santo Antonio, Aprovação a *Historia de Tangere*, de D. Fernando de Menezes (1732).

“(…) faz abertamente propaganda comunista, achincalha com diatribes dissolventes a Família, a ordem social e a religião católica, é escrito com linguagem desbragada, tem passagens da mais baixa obscenidade, ilustrações imorais e, tão maciça é a sua inconveniência que ocioso se torna fazer citações. (...)”

José de Sousa Chaves, Relatório a *Branca de Neve e os 700 anões*, de José Vilhena (1962).

Primeiras décadas do século XXI na Europa. Quando uma pessoa afirma que alguém censurou alguém, fá-lo em sinal de protesto. Não há modo de o dizer de forma neutra. Por isso, o verbo “afirmar” poderia ser substituído pelo verbo “denunciar”. Alguém “denunciou” um ato censório. Quase ouvimos o segundo verbo, mesmo se apenas se usou o primeiro. Isso é assim porque se toma a prática da censura como claramente negativa, sentido

que se espera que quem ouve também deve partilhar. A reforçar esta convicção está o facto de que mesmo quem pretende limitar a expressão alheia não aceita ser acusado de censura. Entendemos estas palavras com a carga de mais de dois séculos de recusa do controlo da expressão pública. A acusação de censura é, mais do que negativa, tomada como um insulto. Resta saber o que esse insulto implica, para além da convicção de que todos sabem qual é o sentido de uma palavra.

A palavra surge, hoje, em duas situações que pouco têm que ver com censuras antigas.

A primeira sucede quando, perante uma crítica a um escrito ou atuação, alguém a considera um ato censório. Entende-se assim o poder da crítica como impedimento da circulação da palavra ou inibição da ação que se critica. Mas o texto circulou, a ação teve lugar e, ou a crítica intimida ações ulteriores, porventura sugerindo boicotes ou, pelo contrário, talvez o queixoso preferisse não se ver criticado. Nesse caso, é a acusação que se apresenta, ela própria, como uma tentativa censória, visto a alegação pretender deslegitimar o contraditório. Não se evita a crítica já feita mas demite-se, com a acusação, a razoabilidade de criticar. Em muitos casos, a confusão nasce do facto de que quem tem mais visibilidade também se pode queixar mais. Trata-se, obviamente, de conflitos de poder em torno da expressão pública.

A segunda ocorrência tem lugar quando um qualquer poder impede a produção de um texto ou de um espetáculo, com base em alegadas sensibilidades, suas ou alheias, pensando no público ou em entidades financiadoras. Quem produz não se reconhece no que devia produzir. A situação de impedimento não é, nestes casos, uma prática organizada, estável, mas um ato com consequências censórias para todos os efeitos. Quando alegam critérios editoriais, os dirigentes de uma dada publicação têm o direito de definir o que publicam. Quem domina os *media* pode, em todo o caso, tornar

impossível o acesso a um texto, a uma opinião, mesmo quando ela não é formalmente proibida. E, no entanto, não falamos de realidades correntes de vigilância e controlo da palavra e da imagem como as que aconteciam na Europa até há algumas dezenas de anos e que ocorrem ainda noutras partes do mundo.

O sentido da palavra censura

Censura, ainda hoje, não significa apenas controle de pensamento, eliminação de opiniões ou de sensibilidades, mas ninguém confunde uma moção de censura a um governo com um ato censório na imprensa. A primeira é um ato legítimo e previsto constitucionalmente, ainda que radical. O segundo é ilegítimo, ainda quando dirigido a um alvo fútil. Tendo a palavra adquirido um forte peso depreciativo, continuamos a poder reconhecer-lhe sentidos diversos, como crítica, como repreensão ou como desautorização. Uma mãe censura um filho quando crê ter razões para reprová-lo o seu comportamento sem que esse ato tenha qualquer relação com impedir a sua livre expressão verbal ou plástica.

Ao mesmo tempo, sabemos que o que se entende por “censura”, hoje, não se pode projetar em tempos passados, mais remotos ou mesmo mais próximos. *O Censor* foi o título de pelo menos meia dúzia de periódicos, publicados entre 1821 e 1921, quando a censura prévia já não era aceite e a crítica e o debate político se tinham tornado centrais na sociedade liberal. Apesar do fim da censura prévia defendida nas Cortes liberais, em 1821, a ideia de censura em si não era tida como abominável. O que significava então ser um censor? Para os autores de tais publicações, tratava-se de assumir uma voz crítica. Já os leitores, juntamente com o significado de crítica, podiam entender também um certo tom da voz, esclarecido ainda pelo estatuto editorial da publicação ou por aquilo que se conhecia dos redatores. Parecia não haver o receio de associar o título a um

espírito e a práticas indesejáveis. Mas logo aparecem publicações contrárias, que se apresentam como “pedreiradas” remetidas contra esses papéis e um título de um periódico de 1822 é precisamente *O Contra Censor*.

As palavras, tal como os usos, mudam de sentido, perdem-se, tornam-se equívocas, ainda se transportam significados ao longo dos tempos. Há uma ilusão de clareza quando alguns referentes afinal se perderam. Então, o cuidado é o de delimitar ou, pelo menos, explicitar aquilo de que se fala. Quando, ao longo dos séculos, uma palavra ganhou uma forte carga negativa, torna-se difícil imaginá-la sem essa carga e quem o tenta fazer arrisca-se a ser acusado de relativismo, mesmo quando assim não se reconhece. A palavra “censura” é um desses casos e o exercício em torno dos seus significados mostra-nos as contradições por que vai passando, conotações que se universalizam, denotando, sentidos que lhe vão sendo introduzidos, gerando novas possibilidades de conotar. A primeira preocupação é de tentar entender práticas distantes, não a partir de concepções que então não existiam, mas nos termos em que se entende a sua compreensão possível, num dado momento. O exercício não visa justificar essas práticas. Pelo contrário, ao possibilitar a consciência do que está em causa, da conflitualidade que revela historicamente, marcando inclusivamente a distância a que a situação se encontra, tornará talvez ainda menos aceitável a sua continuidade, mesmo que sob diferentes formas.

Ao pensar a palavra como representando práticas em tempos concretos, como conceito associado a situações diversas, podemos distinguir elementos dessa complexidade. Em primeiro lugar, a palavra representa diversas situações e usos sociais que já não existem, com as respetivas distinções, também sociais. Em segundo lugar, a prática censória aplica-se, no tempo, a formas de comunicação que se transformaram, materialmente e nos seus processos. Em terceiro lugar, aquilo que se teme ou se adora,

e respectivas noções do que é verdadeiro e falso, não exigem o mesmo tipo de reações, nem consideram universalmente eficazes as reações que no passado eram correntes. Em quarto lugar, a palavra muda pela transformação da própria natureza do que se entende como verdade. Em quinto lugar, a relação das comunidades com a diferença modificou-se, e assim também os receios que toda a diferença implica. Em sexto lugar, mudou o que é lícito e ilícito, desejável e repugnante, também no que respeita às práticas sociais e nomeadamente as formas de controlo social e as instituições e a normalidade que essas formas desenvolvem.

Estas considerações levam a pensar o processo de institucionalização e desenvolvimento da censura à imprensa em termos que não podem ser os dos nossos dias, evitando-se o risco de não se conseguir entender as palavras, as práticas e os protagonistas envolvidos em tempos distantes. Uma definição genérica estabelece que a censura é a ação de avaliar, julgar e reprimir formas de expressão do pensamento ou arte, através da autorização ou proibição de livros, jornais, representações teatrais, entre outras. Mas é também a forma de identificar a Instituição que tutela a ação censória – prévia e/ou repressiva. Um substantivo comum torna-se um nome próprio.

A censura não é exclusiva de uma forma de expressão, impressa ou outra. É manifestação de poder e mostra como se entendem equilíbrios e normas sociais. Nesse sentido, a censura como dispositivo político é exemplo daquilo a que Zigmund Bauman chama a “gestão do medo” enquanto função do Estado, na linha do que se pode dizer da repressão policial ou do direito penal, com o que isso implica do poder dissuasório da ameaça e da força do perdão ou da autorização.² Ou seja, a gestão do medo como instrumento

² Zigmund BAUMAN, *Le présent liquide. Peurs sociales et obsession sécuritaire*. Paris, Le Seuil, 2007.

de atuação política não parte da necessidade de amedrontar aqueles que podem ser punidos, mas do carácter imperioso de mobilizar os medos das comunidades para a aceitação, ou mesmo para a exigência de formas de ação que lhes apresentem respostas satisfatórias. Falamos de censura como exercício comparável ao de uma polícia, um juiz, uma autoridade que credencia, que evita os arbítrios. O exercício deste poder é desejado e as respostas que o poder dá, a graça, a autorização, o aval, a certificação, podem ser mais poderosos do que o castigo porque transmitem segurança, certificam o comportamento aceitável e, finalmente, porque reafirmam o poder de quem aceita e pode gerir essa aceitação de forma mais ou menos flexível. Pode parecer estranho, quando se pensa as cedências que nascem da pressão e da resistência mas, em geral, nestes equilíbrios o poder exerce-se mais porque se concede do que porque se reprime e elimina.

Como instituição e como prática, a censura tem de ser considerada nas suas circunstâncias históricas. Não é intemporal, ainda que possamos discutir o que, da censura, da sua conceção, das suas funções e dos seus resultados, atravessa tempos e sociedades distintas. A censura existe para controlar e distinguir. Na sua forma institucional da Europa do Renascimento, nasce para resolver o problema criado pela multiplicação dos textos escritos, na origem e nos lugares de difusão. Ou seja, é muito diferente das práticas censórias anteriores porque responde a um problema identificável e ao temor de que a imprensa potenciase o descontrolo dos textos e dos seus usos. O poder para controlar exerce-se sobre o que deve e não deve ser difundido, mas também sobre os sentidos do que corre.

O poder para distinguir nasce de uma autoridade que é intelectual/espiritual e, ao mesmo tempo, social/política. A essa autoridade reconhece-se a capacidade para identificar o que é certo e errado (verdade e mentira), o que é decente e indecente

(perturbador), o que é admissível e pode existir, e o que não pode ter lugar, enfim, o que é visível e o que deve desaparecer ou nunca chegar a ser visto. Podemos facilmente entender o quanto a diferença possa ser insuportável e ameaçadora e também quanto uma comunidade se possa sentir defendida por quem tem a autoridade para exercer esse controlo e fazer essas distinções.

Nalguns casos, a vontade de controlo pode parecer evidente. A ideia de sacrilégio resulta clara se algum texto, personagem ou momento sagrado foi atacado ou ridicularizado, mas a dúvida persiste nos efeitos do ato, na sensibilidade de quem se sente ofendido, na importância do alvo sagrado para uma comunidade. Quando, em inícios de 2015, no mundo se ouviu um fortíssimo “Somos todos *Charlie*”, na sequência do massacre dos jornalistas do *Charlie Hebdo*, isso não significava que todos esses “Charlie” concordassem com a publicação de muitos desenhos, que achavam desrespeitosos. Muitos seriam “Charlie” por serem contra o assassinato, mas defendendo limites à expressão. E quantos desses não usam no seu quotidiano, expressões blasfemas, muito correntes em várias línguas? Como entender a sensibilidade do outro e como medir esse entendimento face à liberdade de expressão, no século XXI? A sensibilidade muda, e as práticas que as querem proteger também. Devemos, assim, ter presente o que muda e o que permanece, quando se fala de censura. Trata-se de analisar questões de sentido que ajudam a entender tanto o passado quanto o presente da palavra.

Distâncias

O que muda com o tempo? Não falamos apenas de significados voláteis, mas de circunstâncias muito diferentes. Quando a imprensa com caracteres móveis aparece na Europa, em meados do século XV, responde a necessidades sentidas por muitos, mas cria também

incertezas e receios. A tipografia provocou, como se sabe, grandes transformações, mas não no objeto, nas suas componentes, ou no modo como era usado, uma vez que a maior preocupação dos tipógrafos recém-nascidos era a de conseguirem reproduzir, da forma mais fiel possível, o objeto livro que existira até aí.

De que incertezas e receios se tratava? Potencialmente, os novos livros perdiam a autoridade dos espaços onde até então eram produzidos, as instituições religiosas, as universidades, os palácios, passando para os centros das cidades, em oficinas sem estatuto intelectual ou religioso. De livros multiplicados e lidos por teólogos, juristas, médicos, passa-se a outros que dependiam de artesãos, ourives, torneiros, banqueiros e comerciantes, ainda que sempre com o incentivo e aval dos poderes públicos, civis e religiosos. Quem fazia os livros tinha mudado e o mesmo estava a acontecer a quem a ele tinha acesso, não por substituição, mas por multiplicação, e o mesmo sucedia aos espaços onde a leitura se podia fazer, gerando mais uma vez a noção indignada de que “agora todos podem ler e ter livros”. Sabemos quanto é falsa essa noção, também para outras épocas. Mas ela tornava urgente o controlo, que persistia como problema, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista da formação necessária para a interpretação, e não apenas dependendo das competências de decifração dos textos.

A questão do alcance do que se lê não tem um sentido único. Não é apenas porque o universo de leitores cresce que mudam as urgências de controlo. Já porque o carácter incendiário de um escrito vale pelas circunstâncias, o seu atrevimento, a sua “maldade”, qualquer que seja o número dos que têm acesso direto aos seus suportes. Isso significa que numa realidade de poucos leitores mas de muito escândalo, são grandes as repercussões do que deveria ter sido eliminado, sobretudo pensando que, mesmo sendo poucos os que liam diretamente, um escândalo potencia

a repercussão oral do que se escreveu. Inversamente, mesmo existindo censura instituída e mais leitores, as autoridades podem considerar que certas “atoardas”, por muito más que sejam, nunca ultrapassarão o universo dos letrados, dedicando-se com mais afinco a perseguir o que pode causar mais comoção social como, já no século XX, a imprensa periódica, com particular atenção à que se destinava a jovens, bem como a televisão, a rádio e o teatro. Em tempos diferentes, para um maior número de leitores, o alarme muda de perspectiva e a atenção é dirigida de forma diferente.

Retomando o que atrás se escreveu sobre a complexidade da palavra “censura”, propõe-se como síntese um conjunto de grandes diferenças que a distância torna visíveis:

Muda o que se entende por verdade e o seu carácter obrigatório; muda aquilo que é lícito e o que não é; muda a autoridade para marcar essa diferença; muda o estatuto dessa autoridade; muda a distinção intelectual e distinção social dessa autoridade; mudam as formas e legitimidade de agir quando se ataca ou reprime a expressão; muda o lugar da razão e da fé no que se pensa serem as possibilidades de receção de qualquer mensagem; mudam as concepções do que seja a psicologia individual e coletiva; muda (porventura diminuindo) o medo da diferença; e, finalmente, a própria ideia de censura muda, passando de prática necessária a inaceitável.

A evidência destas diferenças começa quando se tenta entender as razões de outras sensibilidades e outras proibições antigas. Umas são claras, quando claras são as fronteiras de heresias ou do desrespeito pelo poder. Mas muitas outras perdem-se na impossibilidade de compreensão. O que teria tal ou tal livro de problemático? Quais as razões, por exemplo, da tensão entre Sebastião de Carvalho e Mello e Correia Garção, que levaram ao fim da *Gazeta de Lisboa*, em 1762, publicação reconhecidamente rentável? Outros atos censórios terão justificações mais presentes,

mas que o tempo tornou absurdas. O escândalo provocado em 1983, quase dez anos após o fim da censura em Portugal, pela exibição na RTP (e interrupção abrupta) do filme italiano *Pato com laranja*, leva a entender que as cenas de mulheres em bikini dependem mais dos olhos que veem o filme do que da pele que se mostra. Neste caso, o elemento determinante era o meio. Pensava-se que dirigir um órgão com o alcance de uma televisão obrigava a ter em conta uma sensibilidade geral cristalizada. Ou seja, estava em causa a sensibilidade à sensibilidade, nomeadamente ao carácter impressionável das famílias, que justificou o gesto radical de interromper a exibição de um filme.

Outra questão ainda é a do estatuto de quem exerce esta atividade. Pelo estatuto do censor se percebe muito bem que não falamos da mesma prática no século XVI ou no século XX. Até ao fim do século XVIII, o censor era uma personagem respeitada, como um juiz ou como um lente da universidade. A um grande intelectual, a um teólogo, era legítimo que aspirasse a ocupar uma tal posição. Significava reconhecimento, mais do que provento. Já no século XX, o censor é um pequeno funcionário, sem grande prestígio nem social nem intelectual nem sequer entre quem defende a necessidade da sua função. Em muitos casos tratava-se de militares na reforma que assim tinham oportunidade para continuar ativos. Nesses casos, não era uma carreira, embora se possa compreender que se podia fazer vida dessa atividade, sobretudo quando como no caso português, ela assentava numa continuidade.

Deve esclarecer-se que esta distinção não significa uma diferença automática de qualidade. Nos pareceres censórios, mesmo nesses militares do século XX, maiores ou coronéis que fossem, sempre foi possível encontrar gente culta, com leituras e espírito, bem como, ao longo dos séculos, sempre se escreveram críticas reveladoras de preconceito, dogmatismo e mesmo ignorância. A questão é

outra. Trata-se de apreciar o modo como uma comunidade dá valor a uma dada prática através do estatuto que confere a quem a ela se dedica.

Para além de questionarmos o valor que, internamente, se confere à censura, pensemos também no tipo de denúncias e repulsa que ela motiva. Então a situação é ainda mais clara. Não é importante perguntar quantas pessoas foram sendo contrárias a um tal sistema, quantas foram sensíveis aos argumentos dos deputados vintistas em 1821, quantas deram razão aos argumentos dos que se opuseram ao fim das Conferências do Casino em 1871, ou quantas perceberam a subtileza de “extinguir” a Censura Prévia, pelo Decreto-Lei 150/72, de 5 de maio de 1972 (Art.º 128), passando a chamar aos serviços que mantiveram a mesma função “Exame prévio” (Art.º 98 e seguintes), e proibindo qualquer referência a qualquer facto decorrente desta atividade. O que é mais significativo é que, sendo legal e obrigatória a censura, não se podia falar dela. A questão é de como socialmente se assume a necessidade de um tal regime e de como cada ato censório não é um problema causado por quem prevarica, mas por quem o pratica. De outra forma não se poderia entender as alterações, ainda que de cosmética, da legislação marcelista sobre a liberdade de imprensa, nem as posições de salazaristas assumidos, como o jornalista João Coito, em 1963, contra a prática institucionalizada da censura prévia, “Não há jornalista que se preze que teça duas palavras em sua defesa. Não o farei também por nada deste mundo. Refiro-me à Censura”.³

Esta aparente convergência era confirmada em testemunho de Veiga Pereira, jornalista que passou nesses anos pelo *Diário de Lisboa* e pelo *Diário Ilustrado*, “Toda a gente, incluindo uma

³ Fernando CORREIA, Carla BAPTISTA, *Jornalistas. Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa, Caminho, 2007, p. 99.

grande parte dos que apoiavam o regime, eram contra a Censura. As pessoas sentiam-se coagidas”.⁴

Isso não significa que todos estivessem de acordo com a necessidade de eliminar as formas de controlo, até por causa da situação de guerra que então se vivia, mas o certo é que não deveria conservar nem o nome, nem a rotina que limitava o trabalho de todos, mesmo aqueles que estavam do lado do regime. E não se podia expor a censura imposta. O facto de os jornais estarem proibidos de deixar em branco as colunas onde estava para ser inserido um texto cortado mostra o paradoxo de um atributo legal, ainda que de constitucionalidade discutível. Seria legal, mas não podia ser assumido nem mostrado. Qualquer referência à censura exercida soava como uma denúncia inadmissível. Não envergonhava quem tinha sido punido, mas quem aplicara a lei. Quanto à necessidade de reprimir ilícitos, poder-se-ia deixar aos tribunais essa tarefa, como aconteceu tantas vezes.⁵

A aparente convergência na vergonha da censura contrasta com uma outra, duzentos anos antes, quando agentes e vítimas de censura estariam tendencialmente de acordo com a sua necessidade, mesmo quando discordavam dos seus critérios. Autores tão ousados e perseguidos como Luís António Verney ou Denis Diderot assumiam, de forma mais ou menos explícita, a necessidade de censura contra a depravação e o mau gosto. Então o problema não era que se censurasse, mas que se censurasse o que não devia ser censurado. De resto, não sendo censores, no sentido de funcionários que vigiam e decidem cortes, eram censores no sentido de críticos.

⁴ Fernando CORREIA, Carla BAPTISTA, “Anos 60: um período de viragem no jornalismo português”: *Media & Jornalismo* 9 (2006), p. 30.

⁵ Apenas para referir um exemplo veja-se o processo de 1966, republicado por Pedro Piedade MARQUES, com o título *Portugal em Sade \ Sade em Portugal, seguido de o “Affaire Sade” em Lisboa*, s. l., Montag, 2017.

O que seja a crítica, sobretudo pensando que esse é um dos significados principais da palavra censura, remete-nos para um outro elemento de distância. A crítica no século XX e XXI não é a continuação da censura por outros meios. É o assumir de um papel de mediação que era um dos atributos das instâncias censórias, obviamente noutros moldes e com outras consequências. Jornais escolhem em meados do século XX como título “Crítica”, como 150 anos antes se escolhia o título “O Censor”. Na verdade, o crítico literário não pode ser visto como um novo censor, nem os críticos literários mais próximos da ditadura alguma vez aceitariam tal comparação, mas o censor dos séculos anteriores tinha tido em parte a responsabilidade que havia de caber aos críticos.

O que se deve reter é que estes vários elementos de distância estão interligados e que não se trata de problemas de grau ou intensidade, ou da mera ausência de um ou outro elemento. Falamos de processos diferentes, com estatutos e agentes diferentes, perante valores e concepções que mudaram radicalmente, factos que levam a que as projeções induzam em erro.

Permanências

Entretanto, usamos a mesma palavra, também com sentidos que se mantêm. Apesar dos diversos testemunhos de distância, de usos descontraídos de palavras e até de incompreensão de motivos, podemos também identificar o que permanece através dos tempos, não apenas como significados mas como processos e efeitos. Para além da noção genérica do perigo e da vontade de controlo, distinguimos quatro níveis dessas permanências, 1. a resistência ao que é estranho; 2. o receio da palavra e das imagens como veículos de sérias ameaças; 3. a assunção de uma menoridade a proteger e 4. a existência inevitável de constrangimentos próprios a que vulgarmente se chama autocensura.

Em primeiro lugar, o querer-se que a censura exista parte da convicção de que o perigo é predominantemente exterior. É certo que ela se exerce sobre agentes internos, sinais de problemas e de desconformidades do próprio corpo, mas a sua principal razão de ser nasce da ideia de contágio e de prevenção. Os esforços são dirigidos essencialmente para a finalidade de manter o corpo saudável, e a metáfora médica é patente. Os agentes infecciosos são externos, pelo que a eficácia da censura está em evitar que eles atinjam e prejudiquem o corpo que, deste modo, se manterá são. Esta ideia de corpo a proteger parte da aparente segurança que separa a continuidade do que é próximo e a descontinuidade entre esse próximo e o estranho, alheio, externo. O que é próprio, conhecido, continuando tradições e valores, numa cadeia controlada, opõe-se ao que é de outrem, diferente, talvez incompreensível, potencialmente ameaçador. À nitidez desta separação junta-se a perspectiva das más influências, justificação universal para tantos problemas próprios. Note-se que esta distinção, visível na relação entre corpos no espaço, é também recorrente para elementos temporais, quando se opõe a aparente tranquilidade do já vivido à instabilidade do que é novo e ainda não experimentado. Ou que é preferível não experimentar. Estava-se tão bem antes!

Em segundo lugar, qualquer que seja o alcance da cultura escrita, a palavra e as imagens são motivo de receio para todas as censuras de todos os tempos. Causam inquietação. Perturbam. Desviam. Mobilizam. Enganam. Têm de ser controladas ou, quando manifestamente nocivas, eliminadas. Mesmo quando não mostram, mas sugerem pensamentos nocivos para a tranquilidade do corpo. Ou talvez sobretudo nesses casos mais subtis. A ideia de que palavras e imagens produzem efeitos que importa prevenir é tanto mais forte quanto a censura está atenta e operacional em circunstâncias onde, supostamente, a sua circulação seria limitada.

À pergunta sobre se os livros levam a revoluções, que hoje seríamos tentados a responder negativamente, no sentido em que os livros são apenas um dos elementos, talvez modesto, da alteração das predisposições das pessoas para mudanças radicais, os censores seriam tentados a responder que sim. Ou melhor, as censuras mostram o quanto os livros fossem temidos, como suportes de transmissão de problemas e como fatores de perturbação. O facto de uma grande parte (a maior parte) da sociedade não ter acesso direto ao texto escrito não diminui o perigo. Antes o aumenta na medida em que se concebe, nessa massa humana, gente sensível à manipulação, disponível, por falta de formação, a todo o tipo de estímulos selvagens que as palavras supostamente propiciam e as revoluções alegadamente desenvolvem. No limite, o próprio diabo está na origem do mal.

O que nos leva à terceira convicção que todas as censuras partilham. A de que é imperioso proteger todos aqueles que não estão preparados para reconhecer, distinguir, criticar, mensagens contraditórias e afastar estímulos nocivos. Ou seja, as censuras determinam um estatuto de minoridade generalizado à sociedade que torna necessária a intervenção dos que têm a formação e o discernimento adequados. Aquele que se protege é menor na mesma medida em que se deve evitar que uma criança assista a cenas desadequadas à sua idade. A censura é concebível apenas se se acredita que quem a exerce tem condições para compreender, ajuizar e distinguir aquilo que evita que outros vejam, porque não têm essas condições. Como sucede em todas as relações de poder, a parte que pode determina o que a outra parte não pode. Não se trata apenas de níveis de formação ou de literacia (teológica, científica ou outra). Trata-se do poder para estabelecer o que é verdade e o que não é, a um nível em que a própria discussão é de evitar através de mecanismos de supressão. Não é o mesmo que

se passa numa dada comunidade técnica ou científica, em que é compreensível a diferença de autoridade decorrente da diferença de formação. Trata-se de desqualificar a própria diferença por se associar a sua expressão (da diferença) à falta de capacidade, e portanto de autoridade, para a exprimir e, por arrastamento, a falta de capacidade da maioria para a entender.

Finalmente, os efeitos mais fortes da existência de censura institucionalizada, qualquer que ela seja, não estão no remeter para a clandestinidade a discussão livre, mas na generalização das práticas de autocensura. Pode parecer estranho que se diminua a gravidade da opção pela publicação clandestina quando essa opção (na escrita, na venda ou na mera leitura) pode implicar a prisão, a ruína e mesmo a morte. Mas esta opção é a que recusa os limites impostos pela censura. Com todos os riscos, é uma opção de liberdade.

Pelo contrário, a maioria das pessoas, a normalidade da vida e da comunicação, todos os que se adequam a um sistema censório, estejam ou não de acordo com a sua existência e com os limites impostos, têm a sua expressão condicionada a dois níveis. Primeiro, porque os tempos da palavra são os possíveis pela sujeição a uma leitura autorizada. Segundo, porque quem se exprime não pode nunca prever a fronteira entre o lícito e o ilícito, sobretudo quando qualquer inovação pode ser entendida como ilícito. Como sistema, a censura pode estar muito regulamentada nos seus objetos e nos seus procedimentos, pelo que existe um grau de previsibilidade que levaria a acreditar que a censura não deveria ser arbitrária. Sucede, porém, que essa arbitrariedade tem três portas. A do desequilíbrio do poder dos censores, mesmo quando esse poder não é discricionário, a do juízo individual de cada censor, nas suas idiossincrasias e capacidades e, finalmente, a grande margem do que é para decidir face a situações, ideias ou formas de expressão que abrem novos caminhos.

Não é a inovação em si que não é permitida, mas cabe ao sistema censório julgar da admissibilidade de qualquer novidade, pelo que quem entrar em terrenos não conhecidos está sempre numa posição de fragilidade. A prudência decretará, por isso, que se evitem esses terrenos. Ou seja, mesmo não estando nos seus propósitos declarados, o sistema censório sempre foi, de facto, um inibidor da inovação, que, mesmo assim, sendo irresistível, sempre teve lugar com grandes perigos e perdas, com grandes tensões e resistências.

A natureza específica da censura prévia na Europa – momentos de definição

A relação entre as modalidades da censura e as formas da expressão a censurar ganha características completamente novas com o início da imprensa artesanal e a multiplicação de oficinas por toda a Europa. Até aí, a censura tinha sido essencialmente repressiva. Só se podia considerar o seu lado preventivo na medida em que dissuadia, pela sua atividade e pelo seu rigor, eventuais tentativas de prevaricar. Tal como acontece com a palavra dita, que não se pode saber como será senão quando já foi dita (e então pode ser castigada), também os registos manuscritos, passíveis de ser produzidos e reproduzidos em qualquer ambiente, não podiam ser controlados eficazmente senão quando apreendidos.

O mesmo sucede com os meios radiofónicos e televisivos em direto. A ausência do medo do castigo, bem como a inconsciência da falta, podem ser castigados, mas não prevenidos. Daí, em muitas circunstâncias se ter evitado as transmissões em direto ou, mais recentemente, o poder-se introduzir uma diferença temporal nas transmissões de modo a possibilitar ainda alguma intervenção, algum bloqueio, contra o que quer que seja julgado inapropriado. Ou seja, trata-se de falsos diretos e, à parte o poder de que são

investidos aqueles que estão em posição de decidir, mais uma vez vemos a relação entre as formas da intervenção censória e os meios a que essa intervenção se aplica. Já no teatro ou na rua, a voz não é controlável, apesar de todas as tentativas de regulamentar e dissuadir, apesar da exigência de autorização para os textos a dizer, porque cada momento de intervenção é diferente do anterior. O censor sabe apenas o que se passa nas sessões a que assiste. Daí que a dimensão repressiva da censura seja muito mais forte do que qualquer veleidade preventiva.

Regressando à questão do controle do manuscrito, podem antecipar-se riscos e interditos, e a dissuasão é porventura poderosa, mas até ao século XV, para além do controle das alfândegas e das visitas a livrarias, exercer censura é necessariamente agir após o facto. Assim sucedera no passado, desde que há notícia de atos censórios, como quando, em 213 antes da era cristã, o imperador chinês Ts'in Shihuangti ordenou a destruição pelo fogo de todos as placas de madeira contendo escritos que considerava críticos da sua atuação.⁶ Assim também sucedeu na referência mais antiga a uma decisão censória por um rei português quando, em 1451, D. Afonso V determina o confisco e a queima de livros de John Wycliffe, Jan Hus e frei Gaudio (talvez Pierre Valdo) e a prisão de quem recusasse a execução desta ordem.⁷ A referência a estes nomes clarificava uma fronteira de ilegalidade e prevenia casos futuros. Mas não impedia quem assumisse o risco porque não havia como controlar a reprodução de tais livros, ainda que de forma limitada e com pouco alcance.

Pelo contrário, a introdução dos caracteres metálicos móveis confrontava a sociedade com a ameaça de multiplicação de escritos

⁶ Também pode aparecer escrito Qin Shih Huang ou Ts'in Shi Huangdi.

⁷ Alvará de 18/8/1451 citado integralmente em *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, n.º 1 (1955), p. 52.

(incluindo os proibidos), criando também, pela primeira vez, um circuito e um dispositivo controlável. A oficina, e já não apenas a alfândega e o livreiro, passava a ser o centro do cuidado. Não sabemos quanto tempo levou a que se formasse a consciência de que as novas circunstâncias forneciam os meios do controle, e que não eram apenas uma ameaça. O que sabemos é que foi um processo longo de definições a nível doutrinário e regimental, implicando choques de autoridade e problemas de competências que tinham de ser solucionados, identificando-se os passos de cada procedimento, inserindo práticas e instituições censórias numa normalidade não apenas ideológica, política e religiosa, mas também económica. Não sendo simultâneos nem instantâneos, a criação e estabilização de uma cadeia produtiva do livro surge em paralelo com os procedimentos do seu controle. Partia-se da evidência dos perigos deste novo mundo. Adotar-se-ão pelo caminho novas formas de atuar perante as novas circunstâncias e tenta-se fazer a prevenção que sempre se havia ambicionado. O importante neste raciocínio é ter presente que não estamos perante formas universais de controlo, mas perante realidades que se conjugam e práticas e conceções com modelos próprios, definidos historicamente.

Sublinhamos dois dos instrumentos criados para dar resposta a estas novas circunstâncias. O primeiro foi a instituição de novas instâncias censórias expressamente pensadas para o efeito. O segundo foi a elaboração de listas de textos, autores e tipografias que deveriam ser, em graus diferenciados, vigiados ou impedidos de difundir os seus propósitos. Os quadros cronológicos seguintes destinam-se a sublinhar vários dos aspetos anteriormente referidos. O primeiro quadro marca momentos decisivos numa atividade ainda sem listas de referência, mas onde crescem as ameaças para o mundo cristão, nomeadamente pelo início da reforma protestante. Há que notar que não é a rebeldia que começa em

1517 que justifica em Portugal a necessidade da censura, mas certamente acentua a urgência de definir respostas, entre as quais está também a instituição do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, ainda que dedicado a perigos muito diversos daqueles que preocupavam Roma.

Cronologia da censura ainda sem listas de livros (1485-1544)

- 1485/1486 – Primeiras ordens conhecidas de censura sobre livros impressos (Mainz e Frankfurt).
- 1501 – *Inter multiplices* – Alexandre VI impõe censura em Colónia, Mainz, Trier, Magdeburgo.
- 1508 – D. Manuel: privilégios a impressores, exceto quem tem parte de mouro, judeu ou suspeitos de heresia por “perigo de semear heresias por meio dos livros que imprimissem”.
- 1515 – V Concílio de Laterão obriga a censura prévia dos livros.
- 1517 – Universidades de Lovaina, Colónia e Paris proíbem escritos de Lutero (e outros), sem publicar condenações. Lutero contestara indulgências.
- 1521 – Bulas de Leão X (março e agosto) pedem a D. Manuel que impeça difusão de textos de Lutero e agradecem providências.
- 1536 – Santo Ofício em Portugal / Morre Erasmo.
- 1537 – Obras de Baltasar Dias “vistas e aprovadas”. D. João III remete para exame de Pedro Margalho.
- 1539 – *Insino Christão e Grammatica da Lingoa Portuguesa* “aprovadas” pela Inquisição por ordem de Arcebispo de Lisboa D. Afonso, livreiros apresentam catálogos a exame. D. Henrique é nomeado Inquisidor Geral.
- 1540 – D. Henrique nomeia examinadores dos livros das livrarias.
- 1541 – Damião de Góis, *Fides, religio*, D. Henrique: “assentei que sobre estivesse na venda do dito livro”.

Para além da mistura de ameaças, entre “mouros, judeus ou suspeitos de heresia” e da iniciativa de Roma em todo este processo, vemos neste quadro, entre 1537 e 1541, vários sinais de indefinição e do tempo de institucionalização da censura. De 1537 a 1540 surgem instâncias que aprovam os livros e o papel que, nesse intervalo, é assumido pelo Santo Ofício. Em 1541 dá-se o primeiro episódio de tensão provocado por uma proibição não esperada. O livro *Fides, religio moresque Aethiopum* de Damião de Góis já tinha sido autorizado e impresso fora de Portugal e tinha recebido muitos elogios. O próprio Cardeal D. Henrique, que tinha boas relações com Damião de Góis, reconhece que a primeira parte do livro é muito boa. Certamente Góis não esperaria ter de enfrentar a proibição que o mesmo D. Henrique justifica, numa segunda carta escrita em dezembro de 1541, nestes termos:

“na segunda [parte] em que se trata das cousas da fee e superstições que tem os etiopios por serem no voso livro aprovadas pelo Embayxador do preste com Razões torcidas por elle e autoridades da sagrada escritura mal entendidas e aver neste Rejno tantos cristãos novos e muitos delles culpados de heresya pareceo a mim e aos inquisidores que em tempo que nestes Reinos se começa a usar a santa inquiseçam se não devia ler tal obra (...)”⁸

Há, assim, alegadamente, razões locais, que não deveriam contradizer licenças conferidas noutros lugares. O livro já tinha sido publicado em Lovaina (1540) e em Paris (1540) e voltará a ser publicado em Lovaina (1544), Lyon (1561 e 1582), Colónia (1574), Genebra (1591), além de várias publicações parciais, incluídas

⁸ I. S. RÉVAH, *La censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960, p. 41.

noutras obras. Mas, segundo Marcel Bataillon, o livro produzira um grande entusiasmo em diversos ambientes erasmianos do centro da Europa de que há vários exemplos escritos em 1544. Este é pois um caso que ilustra bem o que atrás se disse sobre as zonas de indefinição onde a censura atua, e dos riscos de penetrar em tais terrenos.⁹ Muito provavelmente, Góis não teria consciência de que os terrenos que pisava eram problemáticos, e apenas retrospectivamente teve a noção de que algumas das suas relações eram suspeitas. Estamos perante um exemplo significativo da oscilação de critérios de acordo com as circunstâncias e os censores, mas também da indefinição das fronteiras do que é aceitável. Acresce o facto de as duas cidades onde o texto tinha sido autorizado terem tido um papel pioneiro no processo de definição dessas fronteiras, precisamente nesses anos.

O quadro cronológico que se segue obedece a uma sequência de listas onde, desde 1544, justamente partindo de Lovaina e de Paris, se procura estabelecer o que devia ser proibido e o que devia ser vigiado. Nesse momento a igreja católica preparava a sua grande resposta aos movimentos protestantes, resposta em que os instrumentos doutrinários incluem a definição dos procedimentos censórios.

⁹ Marcel BATAILLON, *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*. Coimbra, Universidade, 1952, p. 189.

Cronologia da censura com listas de livros (1544-1606 e 1624)

- 1544 e seguintes – Lista de livros proibidos: Paris (em latim), Lovaina, Veneza, Roma, Antuérpia...
- 1545 – Começa Trento.
- 1547 – Index manuscrito (segue Paris 44 e Lovaina 46) / Fundação do Colégio das Artes.
- 1551 – Index impresso (inclui 7 autos de Vicente). Termo aos livreiros para inventários de livros / Presos professores do Colégio das Artes.
- 1555 – Colégio das Artes passa para Companhia de Jesus.
- 1559? – Index romano impresso em Coimbra (inclui tipografias suspeitas).
- 1560 – Pio IV autoriza D. Henrique a ler livros de autores hereges e a conceder esta licença.
- 1561 – Rol de livros defesos (de Fr. Francisco Foreiro). Abre 3.^a fase de Concílio de Trento.
- 1562 – Execução de Fr. Valentim da Luz.
- 1564 – Index romano publicado em Lisboa (com Regras tridentinas) + Rol português.
- 1566 – Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*.
- 1571 – Lei de D. Sebastião “sobre livros de herejes e defesos” / Damião de Góis preso.
- 1572 – Publicação de *Os Lusíadas*.
- 1575 – Carta de D. Henrique recomenda vigilância sobre impressores que imprimem livros sem licença.
- 1576 – Alvará de D. Sebastião inicia censura tríplice (introduzindo Desembargo do Paço no processo).
- 1581 – Index de Fr. Bartolomeu Ferreira (por ordem de D. Jorge de Almeida).
- 1597 – Index romano publicado em Lisboa.
- 1606? – Ordem para livreiros depositarem livros de vários autores “até se determinar o que se deve fazer” (inclui Copérnico, Cervantes, Lope de Vega, Petrarca).
- 1624 – O grande Index...¹⁰

¹⁰ Maria Teresa Payan MARTINS, “O Índice Inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos”: *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias* 28 (2011), pp. 67-87 (URL: <http://journals.openedition.org/cultura/170>).

1624 é um ponto extremo, longe já das décadas de definição de instrumentos, critérios e procedimentos, no essencial prontos em 1576, com a explicitação, por D. Sebastião da estrutura tríplice em que a censura devia assentar, com a participação necessária da Coroa, da Diocese (igreja) e da Inquisição. Inclui-se a referência a 1624 por ser o vértice de uma vertigem acumulativa, sobretudo em volume de títulos, de tudo o que deveria ser proibido. Mas as hesitações estão presentes e resolvem-se antes. Essa resolução nota-se no intervalo entre a criação do Colégio das Artes, em 1547 e a sua entrega à Companhia de Jesus, oito anos mais tarde, com a perseguição dos seus fundadores. Nota-se nos livros contidos nas listas, romanas ou locais, na sua sistematização, mas também na informação acrescentada, como a das tipografias suspeitas e nas regras definidas. E, finalmente, nota-se na explicitação repetida a nível oficial e institucional, da necessidade e dos passos da censura. Para além da já referida definição da base tríplice da censura, uma carta do Conselho Geral do Santo Ofício, de 29 de abril de 1575, reafirma a autoridade sobre republicações, e permite compreender também a dimensão económica dos pedidos de licenças.

“(…) alguns impressores destes regnos imprimem livros, autos, regimentos, e outras cousas sem licença do Conselho Geral, e com titulos falsos, dizendo serem impressos em outras partes, pera assi poderem correr mais livremente e que os livros que huma vez imprimem com a ditta licença tornam a imprimir sem ella, e que alguns imprimem com licença somente do Ordinario que nom basta (...)”¹¹

¹¹ I. S. RÉVAH, op. cit., p. 26.

Dar a conhecer o que não é para conhecer

Dada a grande pressão de novas publicações e o crescimento de títulos e autores nas listas, percebe-se que a estabilidade desejada para a censura não é possível. Mas tinha-se definido o essencial, estruturas, competências e procedimentos. Esses procedimentos mostram ao mesmo tempo o modo como o mundo do negócio livreiro evoluíra. Ou seja, a censura impusera-se no tempo em que o livro também se afirmara na vida quotidiana das cidades e dos leitores. O exemplo mais revelador é o da décima regra definida no rol de 1564, onde se descreve o percurso do livro, entre o manuscrito e a livraria, estabelecendo obrigações. Interessa-nos sobretudo a frase onde se diz que os livreiros tinham de ter, nos seus estabelecimentos, listas atualizadas do que não podiam vender. Não podiam ignorar, nem alegar que ignoravam, aquilo que não se podia ler nem conhecer.

Também neste aspeto se nota uma evolução, num período de 20 anos. Em 1544, quando as primeiras listas foram compiladas, e em 1547, quando se conhece a primeira lista feita em Portugal, tratava-se de dotar agentes do livro e funcionários da censura da informação necessária à sua atividade. Em pouco tempo gera-se a convicção de que todos devem saber os nomes e os títulos perigosos. Parece uma contradição. Mas é isso que ocorre em França, entre 1544 e 1545, quando de edições latinas se passa a textos em língua francesa destinados a todo o reino e é também isso que se percebe, em Portugal, entre as dez páginas da lista manuscrita de 1547 e as 22 da impressa de 1551. O livro multiplicara-se e a censura tornara-se um assunto de todos. Nesse documento se explicita o propósito: “(...) sendo nos enformado que algumas pessoas nam deixavam de teer e leer por livros que sam defesos e prohibidos por nam saberem quaes eram hos taes livros (...)”, tornava-se necessário

dar-lhes publicidade.¹² Este é o maior paradoxo da censura, apesar de se preverem também modalidades onde do texto censurado não deve ficar qualquer sinal.¹³



Figura 1 – *Rol dos livros defesos*. Lisboa, 1551.

No termo destas reflexões, duas ideias são retomadas. Por um lado, em termos gerais, afirma-se a historicidade de conceitos e práticas da censura e, por outro lado, respondendo a um olhar

¹² *Este he o rol dos livros defesos por o Cardeal Infante e Inquisidor Geral*, 1551.

¹³ Sobre as várias modalidades, a sistematização mais atualizada está em Maria Teresa Payan MARTINS, *A censura literária em Portugal, nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

sobre o concreto, sublinha-se a estreita relação entre a instalação da imprensa e as formas que a censura adotou, ao longo do século XVI. Ou seja, pretendeu-se mostrar como as práticas censórias estão associadas a tempos concretos, a conflitos e a medos identificáveis, mas também a formas específicas de expressão. Sendo instrumento e manifestação de poder, é distinto, nos seus objetos, nas suas modalidades e nos seus significados. Após o século XVII passou por muitas outras transformações. Cresceu com a definição de Estado e das suas atribuições, procurou acompanhar a evolução tecnológica, a mobilidade e a multiplicação das formas de expressão e o crescimento do seu alcance. Adaptou-se à transformação da espiritualidade e da ação política até se diluir em formas de controlo que deixaram de se reivindicar como censura.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Manuel Lopes de, “Notas de Leitura”: *Arquivo de bibliografia portuguesa*, ano 1, n.º 1 (janeiro-março 1955), pp. 49-53.
- BATAILLON, Marcel, *Études sur le Portugal au temps de l’Humanisme*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1952.
- BAUMAN, Z., *Le présent liquide. Peurs sociales et obsession sécuritaire*. Paris, Le Seuil, 2007.
- CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla
- *Jornalistas. Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa, Caminho, 2007.
- “Anos 60: um período de viragem no jornalismo português”: *Media & Jornalismo* 9 (2006), pp. 23-39.
- FERNANDES, Aníbal; MARQUES, Pedro Piedade, *Portugal em Sade \ Sade em Portugal, seguido de o “Affaire Sade” em Lisboa*, s. l., Montag, 2017.
- FONSECA, Ana Catarina, *O censor literário na época moderna: o perfil do revedor de livros ao serviço do Santo Ofício (1580-1640)*. Lisboa, Tese de Mestrado, FCSH, 2006.
- MARTINS, Maria Teresa Payan,
- *A censura literária em Portugal, nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

— “O Índice Inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos”: *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias* 28 (2011), pp. 67-87 (URL: <http://journals.openedition.org/cultura/170>).

RÉVAH, I. S., *La censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.

**EM TORNO DE UM ENIGMA BIBLIOGRÁFICO:
A EDIÇÃO PORTUGUESA DA NOVELA *HISTÓRIA
DOS TRABALHOS DA SEM VENTURA ISEA...* DE
ALONSO NÚÑEZ DE REINOSO¹**

**A BIBLIOGRAPHIC ENIGMA: THE PORTUGUESE
EDITION OF ALONSO NÚÑEZ DE REINOSO'S
NOVELLA *HISTÓRIA DOS TRABALHOS DA SEM
VENTURA ISEA...***

*Júlio Costa*²

*António M. L. Andrade*³

Resumo: Existe um único exemplar conhecido da versão portuguesa da novela quinhentista *História dos trabalhos da sem ventura Isea...* da autoria de Alonso Núñez de Reinoso. O livro, porém, não ostenta qualquer indicação expressa sobre o autor, tradutor, impressor/editor, local de impressão ou

¹ Este trabalho inscreve-se no âmbito do projeto com a referência UIDB/04188/2020, do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., e também no âmbito da Red de Excelencia *Europa Renascens*. Biblioteca Digital de Humanismo y Tradición Clásica (España y Portugal) FFI2017-90831-REDT, financiada pelo Governo de Espanha.

² CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: jmrcosta@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9037-3617>.

³ Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro: aandrade@ua.pt, <https://orcid.org/0000-0002-7456-6504>.

data, o que tem suscitado uma prolongada e acesa polémica, naquele que pode ser considerado um dos maiores mistérios da tipografia portuguesa do século XVI. Constitui-se como objetivo primordial do presente estudo proceder a um exame minucioso deste livro com o fito de auscultar o que nos pode dizer sobre si próprio. Acrescentam-se alguns contributos complementares relativamente à história bibliográfica da publicação e dos seus antigos possuidores e procede-se a um circunstanciado estudo tipobibliográfico, trazendo a lume novíssimos dados no que concerne a um plausível pé de imprensa deste cimélio.

Palavras-chave: Alonso Núñez de Reinoso; *História da sem ventura Isea...*; Tipografia portuguesa quinhentista; João Blávio

Abstract: There is only one extant copy of the Portuguese version of Alonso Núñez de Reinoso's 16th-century novella *História dos trabalhos da sem ventura Isea...* Notwithstanding, the book doesn't bear any specific indication as to the name of its author, translator, printer/editor or date and place of print, thereby stirring long and heated controversy and giving rise to one the most challenging mysteries surrounding Portuguese 16th century typography. In this article, we carry out a thorough examination of the book, seeking to discover what it can reveal us about itself. We will add some complementary contributions pertaining to the bibliographic history and previous owners of the publication, and, in addition, will carry out a detailed typobibliographic study, hoping to bring to light brand new data concerning the plausible imprint of this relic.

Keywords: Alonso Núñez de Reinoso; *História da sem ventura Isea...*; Portuguese 16th-century typography; João Blávio

“SEUL EXEMPLAIRE CONNU de cette précieuse nouvelle de chevalerie [...]. Quoiqu’il en soit, cet ouvrage n’en est pas moins un précieux bijou bibliographique et nous le regardons comme LA PERLE de notre collection [...]”

Catalogue de la bibliothèque de M. Fernando Palba...,
Lisbonne, Imprimerie Libanio da Silva, 1896, v. 2, pp. 134-135

Nota introdutória

Em 2017, Miguel Ángel Teijeiro Fuentes e Juan M. Carrasco González, reputados hispanistas e estudiosos da obra de Alonso Núñez de Reinoso, levaram a cabo, com sucesso, a laboriosa tarefa de editar e comentar a primeira edição moderna de um raríssimo texto quinhentista português quase votado ao esquecimento (o único exemplar conhecido conserva-se na Biblioteca da Universidade de Harvard, Houghton Library), relançando a discussão sobre o autor e a obra⁴. Referimo-nos, em concreto, à novela quinhentista atribuída ao converso Alonso Núñez de Reinoso intitulada *História dos trabalhos da sem ventura Isea natural da cidade de Epheso, e dos amores de Clareo e Florisea*, cujo rosto

⁴ Alonso NÚÑEZ DE REINOSO, *História dos trabalhos da sem-ventura Isea natural da cidade de Éfeso e dos amores de Clareo e Florisea*. Introdução: M. Á. Teijeiro Fuentes. Edição e notas: J. Carrasco González [prefácio de António Manuel Lopes Andrade]. Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2017. Sobre as vertentes que aqui nos ocupam, veja-se concretamente a rubrica “1. La trayectoria bibliográfica de esta novela”, pp. IX-XX.

não ostenta qualquer menção de autoria, data, impressor ou local de edição/impressão, naquele que tem constituído, desde sempre, um dos maiores mistérios da tipografia portuguesa. Muito se tem discutido, aliás, sobre a datação provável desta enigmática edição portuguesa e, sobretudo, se será anterior ou posterior à edição castelhana saída a lume em 1552 nos prelos venezianos dos irmãos Giolito⁵.

Na recente edição em língua portuguesa a que acima aludimos e que um dos autores do presente estudo teve o gosto de prefaciar⁶, M. Á. Teijeiro Fuentes apresenta uma pormenorizada sùmula sobre a história bibliográfica da publicação e dos seus antigos possuidores. Através de uma análise comparativa das semelhanças e diferenças existentes entre ambas as versões, conclui, de forma taxativa, que a edição castelhana é anterior à portuguesa. Mais recentemente, em 2018, J. M. Carrasco González regressou de algum modo ao tema⁷, enfatizando a forte influência que alguns poetas portugueses

⁵ Alonso NÚÑEZ DE REINOSO, *Historia de los amores de Clareo y Florisea, y de los trabajos de Ysea, con otras obras en verso, parte al estilo Español, y parte al Italiano, agora nueuamente sacada a luz*. Venecia, por Gabriel Giolito de Ferrari y sus hermanos, 1552. A novela em castelhano teve duas edições modernas, uma por Miguel Ángel TEIJEIRO FUENTES (ed.), *Los amores de Clareo y Florisea y los trabajos de la sin ventura Isea*. Cáceres, Universidad de Extremadura, 1991; e outra por José JIMÉNEZ RUIZ (ed.), *Historia de los amores de Clareo y Florisea y de los trabajos de Isea*. Málaga, Universidad de Málaga, 1997. Assinale-se, ainda, que a novela foi também vertida para francês, decorridos escassos dois anos sobre a edição veneziana dos irmãos Giolito, numa tradução de Jacques Vincent de Cres Arnault: Alonso NÚÑEZ DE REINOSO, *La plaisante histoire des amours de Florisée & Clareo, & de la peu fortunée Ysea. Traduite nouvellement de Castillan en François par feu M. Iaques Vincent de Crest Arnault*. Paris, chez Iaques Keruer, 1554.

⁶ No prefácio desta edição, subordinado ao título “A quase desconhecida novela portuguesa de Alonso Núñez de Reinoso: em jeito de prefácio”, propugnávamos a necessidade de prosseguir dois caminhos distintos, mas interligados, no sentido de trazer nova luz à enigmática biobibliografia de Alonso Núñez de Reinoso. Não sendo este o momento azado para abordar, com a profundidade devida, a intrincada questão do percurso e da ação do autor da novela, que relegamos para uma outra oportunidade, concentramo-nos por ora na vertente da análise técnico-formal do livro português.

⁷ Juan M. CARRASCO GONZÁLEZ, “Núñez de Reinoso en portugués: traducción, adaptación y proyecto editorial”: *Criticón* 134 (2018), pp. 195-210.

(especialmente Bernardim Ribeiro) terão exercido sobre Alonso Núñez de Reinoso, aventando a hipótese de a versão portuguesa da novela ter sido impressa em Évora na oficina tipográfica de André de Burgos, de cujo prelo, aliás, saiu em 1557-58 a segunda edição da *História de Menina e Moça*, sob o título *Saudades*.

No seguimento desta antiga discussão sobre a datação e a caracterização da *História dos trabalhos da sem ventura Isea*, constitui-se como objetivo central do presente estudo proceder a um exame minucioso da versão portuguesa com o fito de auscultar o que o próprio livro nos pode dizer sobre si próprio. Deste modo, acrescentam-se alguns contributos complementares relativamente à história bibliográfica da publicação e dos seus antigos possuidores e procede-se a um circunstanciado estudo tipobibliográfico, trazendo a lume novíssimos dados no que concerne a um plausível pé de imprensa da versão em português da novela reinosiana.

1. História bibliográfica da publicação e seus antigos possuidores

A notícia mais antiga que conhecemos relativa à edição portuguesa da *História dos trabalhos da sem ventura Isea* remonta a 1789 e consta da primeira edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de António de Moraes Silva⁸, nome pioneiro e tutelar na história da lexicografia portuguesa-brasileira. Aquando da sua estada na legação portuguesa em Londres, Moraes Silva acedeu decerto ao volume

⁸ António de Moraes SILVA (1755-1824) foi o autor do primeiro dicionário 'moderno' da língua portuguesa, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vols. A breve notícia bibliográfica sobre *História...de Isea* consta do vol. 1: A-K, p. XV desta edição primeira – <http://purl.pt/29264/3/1-2893-a/html/index.html#/18-19> – e será reproduzida sem alterações na sua redação pelo menos nas edições seguintes do dicionário: 1813, 1823, 1831, 1844 e 1858.

que, segundo o seu informe no dicionário acima referenciado, se conservava na biblioteca privada do diplomata Luís Pinto de Sousa Coutinho⁹, o primeiro possuidor desta obra que se conhece. Por morte do já então 1.º Visconde de Balsemão, a livraria (e o livro que aqui nos ocupa) foi herdada pelo seu primogénito¹⁰ que foi vítima direta do saque perpetrado na sua biblioteca aquando da ocupação franco-espanhola da cidade do Porto (dezembro de 1807) e do norte de Portugal na sequência da Guerra Peninsular. Tudo leva a crer, pois, que o livro terá sido ‘desencaminhado’ por esta altura¹¹ ou no decurso dos acontecimentos do Cerco do Porto (1832-1833), sendo certo que o volume não consta do inventário judicial da biblioteca arrestada ao 2.º Visconde de Balsemão, cujo termo de entrega, ao então primeiro bibliotecário da Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto, data do primeiro dia de agosto de 1833.

Oculto durante algumas décadas, cremos ser este o mesmo exemplar que ‘reaparece’ novamente na cidade do Porto em 1873,

⁹ Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804) foi uma personalidade que alcançou considerável proeminência, não só em Portugal, na segunda metade do século XVIII e alvares da centúria seguinte, sendo inclusivamente nobilitado 1.º Visconde de Balsemão em 1801. Um breve itinerário biográfico sobre esta personagem, bem como uma caracterização da Livraria dos Viscondes de Balsemão, podem ser lidos em Júlio COSTA, “Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no ‘Inventário’ da Livraria dos Viscondes de Balsemão”: *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012), pp. 131-158.

¹⁰ Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho (1774-1832), 2.º Visconde de Balsemão e lídimo representante das tradições intelectuais da família; foi autor de vários escritos e herdeiro da notável biblioteca de seu pai promovendo a atualização do acervo através de diversas aquisições de livros e chegando a franquear ao público a sua “grande e selecta livraria”.

¹¹ O testemunho coevo do geógrafo e estatístico Adriano BALBI (1782-1848) é bem elucidativo: “[...] la bibliothéque du vicomte de Balsemão, qui, avant le pillage qu’elle a souffert lors de la première invasion des Français, comptait 12000 volumes, et qui est réduite maintenant à 5000 [...]” – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d’Algarve* [...]. Tome Second. Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, p. 91. A par dos militares invasores, que quase sempre ficam com o ónus e os proveitos dos saques, a população e a vizinhança não raras vezes se aproveitam do caos e da confusão pilhando o que podem. Consideramos que esta hipótese explicativa do transvio do volume se afigura bastante plausível, sem rejeitar liminarmente a possibilidade de o livro poder ter sido efetivamente ‘desviado’ no Cerco do Porto.

tendo agora como proprietário o bibliófilo e livreiro Francisco António Fernandes¹² que o adquiriu, segundo Pinto de Matos¹³, por 50 libras ou, como também nos informa Tito de Noronha¹⁴, por 225\$000 réis. Infortunadamente, nenhum destes eruditos revela o nome do vendedor¹⁵. Poucos anos volvidos, por via do colecionismo e da bibliofilia, o livro entra na posse de Fernando Palha¹⁶, sendo descrito no vasto catálogo que este bibliófilo faz publicar em 1896¹⁷,

¹² Francisco António Fernandes (ant. 1820-1880). Homem de cultura e livreiro reconhecido na cidade do Porto, pelo menos, no terceiro quartel de Oitocentos. Dele disse Camilo CASTELO BRANCO, no seu livro *Narcóticos*. Porto, Livraria de Clavel, 1882, vol. 1, pp. 10-11: “[...] um ilustrado comerciante mal prosperado que talvez deveu a sua infelicidade mercantil ao affecto a livros, e expiou em relativa pobreza a consolação de os lêr e possuir. Este honesto cidadão formou duas livrarias. A primeira entregou-a aos credores quando falliu. (...) Grangeou nova livraria e, à volta dos setenta annos morreu [...]”. Juízo camiliano porventura algo excessivo, no que concerne à vertente financeira-patrimonial, porquanto a viúva do livreiro, dezoito anos após o falecimento deste, contemplou no seu generoso testamento várias instituições da Invicta, sendo uma benemérita da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

¹³ Ricardo Pinto de MATOS, *Manual bibliographico portuguez de livros raros, classicos e curiosos*. [...] Revisto e prefaciado pelo snr. Camillo Castello Banco. Porto, Livraria Portuense, 1878, pp. 357-358.

¹⁴ Tito de NORONHA, “A Isea”: *O Pantheon: revista quinzenal de ciencias e letras*, n.º 11 (1880), pp. [169]-171.

¹⁵ Muito provavelmente porque não o saberiam, até porque o vendedor certamente não estaria interessado em alardear a posse de um livro que lhe terá chegado às mãos de forma pouco curial; poucos anos mais tarde, saber-se-á apenas (através do catálogo Palha, 1896) que o vendedor foi um anónimo bracarense: “[...] un individu de Braga l’a vendu au bibliophile Francisco Antonio Fernandes, dont nous [i.e., Fernando Palha] avons acheté la bibliothéque après sa mort. [...]”.

¹⁶ Colada no verso da contracapa anterior ainda hoje se mantém a etiqueta topográfica “Livraria de Palha, n.º. meza, Est. gav. n.º 1”, menção de pertence a Fernando Pereira Palha Osório Cabral (1850-1897). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi político, deputado, Par do Reino e primeiro presidente da Associação Promotora do Ensino para Cegos. Presidiu à Câmara de Lisboa entre 2 de janeiro de 1886 e 10 de março de 1890. Bibliófilo conceituado, tinha adquirido à filha e herdeira de Francisco António Fernandes a seleta livraria deste por 8.225\$000 réis com a qual, juntamente com outras aquisições diversas, constituiu uma notabilíssima biblioteca privada de impressos e manuscritos que, cerca de 30 anos depois do seu falecimento, os seus herdeiros viriam a transacionar para os EUA (cf. notas 15, 17, 18 e 19).

¹⁷ *Catalogue de la bibliothéque de M. Fernando Palha...* [compil. José António Moniz; ed. lit. Fernando Palha]. Lisbonne, Imprimerie Libanio da Silva, 1896, 4 vols. O livro que aqui nos ocupa encontra-se descrito no volume 2 (Deuxième partie, Belles-Lettres, Camoneana), pp. 134-135, entrada 1321, sendo aí qualificado e enfatizado como a pérola da coleção.

um ano antes de falecer. A notável biblioteca (e coleção de valiosos manuscritos) Palha acabaria, não obstante a preocupação e o interesse manifestado por D. Manuel II no exílio londrino¹⁸, por ser adquirida na sua totalidade por John B. Stetson Junior¹⁹ que, em 1928, dela fez doação à Houghton Library da Universidade de Harvard onde, atualmente, se conserva o único original conhecido²⁰.

¹⁸ “Cartas de El-Rei D. Manuel II ao Prof. Edgar Prestage”: *O Instituto*, vol. 116 (1954), pp. 112-213; vejam-se concretamente as cartas datadas de 12 e 19 de novembro de 1926 e 6 de janeiro de 1927 nas quais se alude à Biblioteca Palha e à possibilidade, nunca concretizada, da sua aquisição por parte do último monarca português à época exilado em Londres.

¹⁹ John Batterson Stetson, Jr. (1884-1952), militar, diplomata, empresário, historiador, curador de literatura portuguesa em Harvard, filantropo e bibliófilo. Filho do magnata americano J. B. Stetson (1830-1906), criador dos famosos chapéus de *cowboy* e da companhia comercial com o mesmo nome, e de Sarah Elisabeth Stetson (1858-1929). Sobre a empresa e família Stetson, veja-se, por exemplo, Susan M. RYAN, “John B. Stetson: a hatter legacy”. Paper prepared for the Academic Affairs Committee, Stetson University Board of Trustees, 2016. Disponível em linha (consultado em 8 de outubro 2019): URL – <https://www2.stetson.edu/library/green/wp-content/uploads/2016/03/John-B.-Stetson-History.pdf>. Após a morte do seu pai biológico, Stetson Jr. viria a ter como padrasto, mercê do casamento de sua mãe em segundas núpcias, Aleixo Queirós Ribeiro de Sotomaior de Almeida e Vasconcelos (1868-1917), escultor, cônsul de Portugal em Chicago e nobilitado Conde de Santa Eulália em 1908. Esta filiação lusa de pendor afetivo, certamente marcante, e o intuito de honrar a memória do seu padrasto, explicam o artístico ex-líbris heráldico apostado nos livros da Coleção Fernando Palha (*Finding Aid* disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:FHCL.Hough:h01324>) que, entretanto, havia sido adquirida pela Condessa de Santa Eulália e seu filho Stetson Jr. (aluno da classe de 1906 da Universidade de Harvard e aí graduado no ano seguinte) e doada por este último, em dezembro de 1928, à Houghton Library, University of Harvard.

²⁰ Aqui chegados, convirá esclarecer dúvidas e confusões por vezes existentes relativamente ao número de exemplares da edição portuguesa da novela de Núñez de Reinoso. Estamos convictos de que existe um único original conhecido, conservado, presentemente, à guarda da Biblioteca da Universidade de Harvard, Houghton Library (<http://id.lib.harvard.edu/alma/990049699920203941/catalog>). O exemplar existente em Chicago (<http://pi.lib.uchicago.edu/1001/cat/bib/3777188>) mais não é do que uma cópia xerográfica do século XX efetuada a partir do original de Harvard, como suspeitávamos (os mesmíssimos termos sublinhados ao longo do texto, presentes no original antes de 1896, confirmam isso mesmo) e como, aliás, tivemos ensejo de esclarecer junto da Biblioteca da Universidade de Chicago. Por seu turno, a Biblioteca Nacional de Portugal possui uma cópia micrográfica (<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!259802~!0>) efetuada a partir do mesmo original de Harvard. Existe ainda, na Biblioteca Nacional do Brasil, uma cópia manuscrita (http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=21434) que revela ser um traslado (século XVIII ou XIX) da edição quinhentista.

Registe-se que, até ao momento, o mais completo registo catalográfico do volume que encerra a novela de Núñez de Reinoso é da lavra de José António Moniz²¹, competente compilador do *Catalogue de la bibliothèque de M. Fernando Palha...*, que seguramente teve o livro em mãos, conforme se infere da leitura da correspondente descrição (em francês)²², elaborada com profissionalismo e saber, que acompanhamos de perto no cotejo que efetuamos com o original, aquando da nossa visita à Houghton Library da Universidade de Harvard²³.

Como é consabido, a obra não tem autoria expressa, conquanto não restem dúvidas de que a novela aí narrada é da autoria de Alonso Núñez de Reinoso. E se os dados biográficos sobre o autor são escassos e pouco seguros, nada foi possível apurar até ao presente sobre a identidade do anónimo tradutor-adaptador para língua portuguesa²⁴ ou da personagem – doutor Jerónimo Pires – a quem é dedicada a obra na epístola constante no final do volume, elementos que poderiam auxiliar a deslindar o enigma bibliográfico, tanto mais que o impresso não ostenta, como foi notado, lugar de impressão, nome do impressor ou ano de edição. À falta de dados tanto sobre o autor da novela como, mais ainda, sobre o tradutor e o dedicatário da versão portuguesa, a análise técnico-formal deste cimélio assume, neste contexto assaz particular, uma importância

²¹ José António Moniz (1849-1917) exerceu o cargo de bibliotecário na Biblioteca Nacional de Portugal, tendo ingressado ao serviço desta instituição em 1887; foram de sua autoria importantes instrumentos de identificação e pesquisa relativos a diversas coleções de manuscritos e impressos.

²² Cf. nota 17 supra.

²³ Um dos autores do presente texto, em março de 2011, teve o ensejo de consultar e analisar *in manu* o original, bem como de obter reproduções selecionadas da obra.

²⁴ Partindo do pressuposto, defendido por alguns estudiosos e que subscrevemos (ancorados em razões que abaixo explicitaremos), de que esta edição em língua portuguesa é uma posterior adaptação e tradução livre da edição de 1552 em língua castelhana. Sobre as analogias e dissemelhanças entre estas edições, veja-se a “Introdução” de M. Á. Teijeiro Fuentes à novela de Alonso NÚÑEZ DE REINOSO, *História dos trabalhos da sem-ventura Isea...*, op. cit., pp. LXXV-XCIII.

acrescida pelas informações únicas que nos pode facultar sobre o próprio livro e as circunstâncias da sua publicação.

2. Principais características formais do livro

2.1 Estrutura, encadernação e marcas (posse e topográficas)

O volume, de formato *octavo*, apresenta as dimensões externas aproximadas de 160 x 120 mm. A estrutura física do livro é bastante regular estando este organizado em cadernos costurados entre si conformando as usuais oito folhas – dezasseis páginas (sistema de dobragem do fólio três vezes originando o formato in-8º). Assinaturas dos cadernos: A-R⁸⁽⁺¹⁾S³ (fólio R⁷/135 em duplicado com os consequentes erros tipográficos de assinatura e de foliação). Infortunadamente, não vislumbramos qualquer marca de água no papel (processo de fabrico artesanal) dos fólios que constituem este livro.

A encadernação (fig. 1) inteira de *chagrin* vermelho mimetiza o conhecido padrão “à la Du Seuil”²⁵. Nas pastas (anterior e posterior), gravadas com ferros dourados, uma primeira cercadura externa próxima ao contorno da capa é formada por um filete largo composto com motivos geométricos e vegetalistas; uma outra cercadura, colocada no interior desta, compõe-se de dois ou três filetes mais finos; complementando a ornamentação, foram colocados no exterior dos quatro ângulos desta segunda cercadura pequenos florões e, no centro do retângulo, uma vinheta losangular também decorada

²⁵ Sobre este encadernador francês de Setecentos e o tipo de encadernação que ficou conhecida pelo seu nome, veja-se: Matt T. ROBERTS, Margaret R. BROWN, Don ETHERINGTON, *Bookbinding and the conservation of books: a dictionary of descriptive terminology*. Washington, Library of Congress, 1982, p. 250; e, também, o blogue “Le Blog du Bibliophile, des Bibliophiles, de la Bibliophilie et des Livres Anciens” – URL: <https://bibliophilie.blogspot.com/2007/12/les-reliures-ii-la-reliure-la-du-seuil.html>.

com motivos vegetalistas. Esta decoração confere à encadernação beleza e elegância. Lombada gravada a ferros dourados e espaços entrenervos ornados com vinhetas de motivos florais. A encadernação (que nos parece ser mais característica do séc. XVIII do que da centúria anterior) apresenta-se em razoável estado de conservação.



Fig. 1 – Aspectos da encadernação – lombada e pasta superior – de *História dos trabalhos da sem ventura Isea...* 27277.38.50*, Houghton Library, Harvard University.

Colada no verso da capa anterior, a etiqueta topográfica “Livraria || de Palha || n.º meza || Est. gav. n.º 1” (encimada pelo número manuscrito 1321 que remete para a entrada respetiva no Catálogo Palha, 1896, pp. 134-135), simultaneamente menção de pertence ao antigo possuidor Fernando Palha. Na frente da primeira folha de guarda, foi colado um pequeno papel desdobrável reproduzindo a ficha catalográfica originalmente datilografada em 18 de março de 1929; uma anotação manuscrita a tinta refere que a Biblioteca da Universidade de Estocolmo possui uma cópia, o

que se não confirma²⁶; no verso dessa mesma folha de guarda, cota (27277.38.50* [Houghton Library]) escrita a lápis e carimbo de posse com a seguinte inscrição: “Harvard College Library | From the Library of | Fernando Palha | December 3, 1928”. No final do volume, colado no verso da contracapa posterior, ex-líbris heráldico da doação de John B. Stetson, Jr., em memória ao seu padrao, à Biblioteca da Universidade de Harvard²⁷.

2.2 Portada arquitetónica

Stanley Morison afirmou, numa frase já canónica, que “[...] the history of printing is in large measure the history of the title page [...]”²⁸. Na folha de rosto, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, os impressores adotam e incorporam elementos típicos da construção arquitetural (colunas, pilastras, arquivoltas, entablamentos, arcos, socos, etc.), frequentemente decorados com motivos fitomórficos e/ou antropomórficos, num género a que se convencionou denominar portada arquitetónica.

No frontispício do livro que aqui nos ocupa foi impressa, empregando a técnica da xilogravura²⁹, uma portada (fig. 2) de

²⁶ Contactamos a Biblioteca que nos referiu que nos seus catálogos (e fundos bibliográficos) não figura qualquer menção relativa ao original ou, mesmo, a alguma eventual cópia reprográfica (como a existente na Biblioteca da Universidade de Chicago).

²⁷ Acerca deste artístico ex-líbris, veja-se Houghton Modern/Harvard College Framed Bookplates: <https://www.flickr.com/photos/houghtonmodern/8671539499/in/album-72157633300870751/>

²⁸ Stanley MORISON, *First principles of typography*. 2nd edition. Cambridge, University Press, 1967, p. II.

²⁹ São conhecidas as técnicas de produção das matrizes das estampas xilográficas e os processos de cópia; uma boa sùmula sobre este assunto poderá ser lida em António-José de ALMEIDA, *Imagens de Papel: «O Flos sanctorum em linguagem português» de 1513 e o de Fr. Diogo do Rosário OP. A problemática da sua ilustração xilográfica*. Porto, [s.n.], 2005. Importará, desde já, precisar terminologicamente que por xilogravura entendemos as estampas resultantes da impressão de matrizes, usualmente entalhadas em blocos de madeira, deixando em relevo os desenhos

inspiração renascentista e de proporções sóbrias; onde não está presente a majestuosidade, mas sim algum equilíbrio e harmonia; aparentemente unitária ou inteiriça, a composição é efetivamente formada – como adiante explicitaremos – por quatro tarjas representando elementos arquitetónicos independentes: arquitrave ou lintel, duas colunas e base ou pedestal.

Na parte superior da portada repousa, sobre os capitéis das colunas, à guisa de arquitrave (fig. 3), um supedâneo constituído por dois plintos (representação em profundidade e decoração com motivo vegetalista simples) unidos por uma pequena cartela em branco. Sustentando este lintel pouco convencional, duas colunas coríntias, adossadas a paredes, com corpo vertical de secção circular, caneluras nos fustes e encimadas por capitéis decorados com motivos fitomórficos e antropomórficos (figs. 4 e 5). A base ou pedestal (fig. 6) é composta por dois plintos altos, também representados em perspetiva e decorados com motivo vegetal simples, associados a um clípeo no centro do bloco retangular.

Esta portada arquitetónica enquadra no seu espaço central o título *Historia dos trabalhos da sem ventura Isea natural da Cidade de Epheso, & dos Amores de Clareo & Florisea*. O início deste título é precedido de uma pequena e simples vinheta ornamental de cunho vegetalista (folha de videira ou de hera representada horizontalmente e orientada para a esquerda)³⁰, uma variante da conhecida *feuille aldine* (☛). No centro do pedestal e no interior do medalhão deparamo-nos, tipografada em caracteres romanos redondos, com a menção “Com Realpreuilegio”, antecedida do símbolo tipográfico (¶) de marca de parágrafo.

gravados que serão tintados para reprodução/impressão. Podem ocorrer várias cópias dos blocos, mas cada matriz é única, o que pode justificar ligeiras diferenças de pormenor nas gravuras.

³⁰ Registe-se que este símbolo tipográfico se repete no f. 3, antecedendo o título do primeiro capítulo.

Nas folhas de rosto quinhentistas, estes (e outros) pequenos símbolos tipográficos, impressos em caracteres móveis, são recursos amplamente utilizados pelos impressores, não unicamente como meros sinais de pontuação ou acessórios que organizam o texto, mas também como elementos decorativos. Além dos símbolos tipográficos e elementos xilográficos acima referidos (incluindo as quatro iniciais que abaixo mencionaremos), este impresso não apresenta quaisquer outros ornamentos.

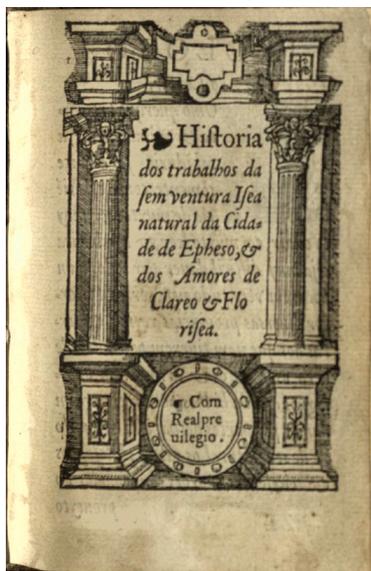


Fig. 2 – Portada de *História dos trabalhos da sem ventura Isea...* 27277.38.50*, Houghton Library, Harvard University.

Um exame atento desta portada arquitetónica revela-nos quatro blocos xilográficos individuais de formato paralelepípedo que foram estampados na folha de rosto, sendo possível descortinar os respetivos pontos de junção; a especificação destes componentes (figs. 3, 4, 5 e 6), aumentados em relação à escala, mas indicando as suas dimensões reais, permite perceber o trabalho de composição que foi elaborado, evidenciar os elementos independentes passíveis de utilização isolada

e/ou distintas configurações ao longo do tempo e confrontar analogias com portadas de outras obras, como adiante se verá.

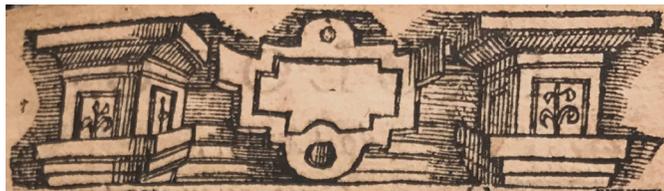


Fig. 3 – Arquitrave (dimensões reais: 65x18 mm).



Fig. 4 – Coluna A (dimensões reais: 54x18 mm).



Fig. 5 – Coluna B (dimensões reais: 54x19 mm)



Fig. 6 – Pedestal (dimensões reais: 66x29 mm).

2.3 Carateres tipográficos e capitulares xilográficas

2.3.1 Tipos

No que concerne aos tipos móveis de metal, i.e., as letras correntes que compõem o texto impresso, patenteiam-se, intercaladas, duas tipologias de carateres tipográficos: o gótico e o romano, este último nas variantes redondo e itálico. Verifica-se alguma diversidade nos alfabetos utilizados. O gótico, de caixa baixa, e o redondo e o itálico, de várias sortes e tamanhos. O título enquadrado na portada arquitetural é predominantemente composto em carateres itálicos (contudo, a primeira palavra foi tipografada em carateres redondos, assim como a menção “Com Realpreuilegio”). No verso da folha de rosto principia o prólogo, também em carateres itálicos semelhantes aos do título da portada, cujo texto termina (f. [2v.]) em forma de *cul-de-lampe* (fig. 7). A mancha principal do texto da novela (começa no f. 3 e acaba na nona linha do f. [137]) foi composta em carateres góticos, 25 linhas por página, e apresenta-se quase sempre justificada. Os excertos de poesia intercalados na novela são todos compostos em itálico, assim como o pequeno soneto que termina no verso desse mesmo fólio 137, onde também tem início a epístola dirigida ao doutor Jerónimo Pires, tipografada em carateres góticos. A generalidade das capitais simples ao longo do texto, a menção ou enumeração dos capítulos na cabeça de folha e a primeira linha de cada capítulo ou rubrica, foram compostos em carateres redondos (ex. fig. 8). No que respeita ao tipo mais utilizado, o gótico, verifica-se que o texto principal foi impresso num corpo 16, considerando que 20 linhas de texto impresso correspondem a cerca de 120 mm³¹.

³¹ Nesta época não existia ainda uma escala definida ou sistematizada para o corpo da letra, o que só ocorrerá com Didot no último quartel de Setecentos; a

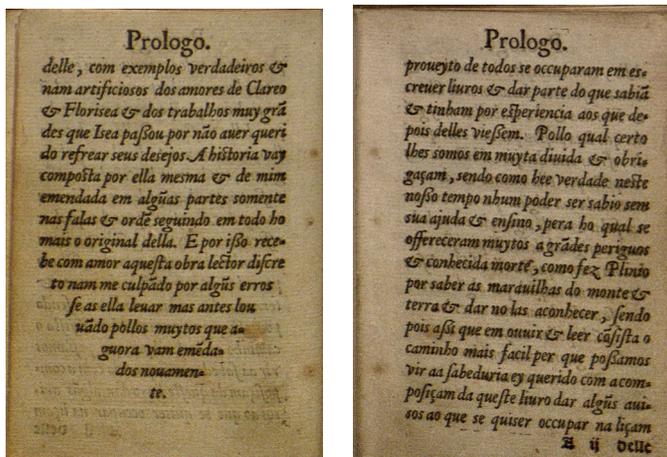


Fig. 7 – Excerto do prólogo (fls. 2-2v.) composto em caracteres itálicos; a menção na cabeça das folhas é em caracteres redondos. 27277.38.50*, Houghton Library, Harvard University.

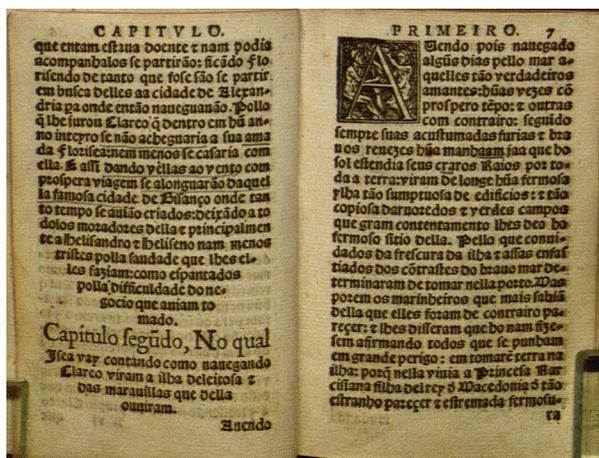


Fig. 8 – Trecho (fls. 6v.-7) da mancha principal composto em caracteres góticos; na cabeça das folhas, linha de texto com indicação de capítulo primeiro em caracteres maiúsculos redondos, bem como a primeira linha do capítulo segundo, composta em maiúsculas e minúsculas, intercalada no texto; capitular xilográfica A. 27277.38.50*, Houghton Library, Harvard University.

medida da letra, para os séculos XV a XVIII, costuma obter-se através da medição de um conjunto de 10 ou 20 linhas (João José Alves DIAS, *Iniciação à Bibliofilia*. Lisboa, Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas, 1994, pp. 21-23).

2.3.2 Iniciais xilográficas

Em todo o impresso vislumbram-se, somente no decurso dos dez fólios iniciais, quatro capitulares ou iniciais xilográficas correspondentes a letras romanas maiúsculas decoradas com motivos antropomórficos em fundo³²: A (f. 7), C (início do prólogo [f. 1v.]) e S; por razões distintivas e operativas, numeramos as duas diferentes letras S existentes como S₁ (f. 3) e S₂ (f. 8v.).

Não logramos estabelecer qualquer correlação substantiva entre os motivos alegóricos representados por estas capitulares e o conteúdo do texto da novela. Individualizamos e reproduzimos abaixo, aumentadas em relação à escala, estas capitulares xilográficas, indicando, todavia, as suas dimensões reais.



Fig. 9 – Inicial xilográfica A (motivo bíblico da tentação de Adão e Eva); dimensões reais: 23x23 mm



Fig. 10 – Inicial xilográfica C (representação do matrimónio); dimensões reais: 26x26 mm.

³² Iniciais ou capitulares historiadas que, frequentemente, representavam temáticas usuais no quotidiano renascentista, abarcando um amplo leque de inspirações e motivos: bíblicos, Cristo, a Virgem e santos, *ars moriendi*, a peste, o conhecido alfabeto da dança macabra de Holbein e suas cópias/adaptações, camponeses, cenas de batalha ou de entradas triunfais, festividades diversas, etc.

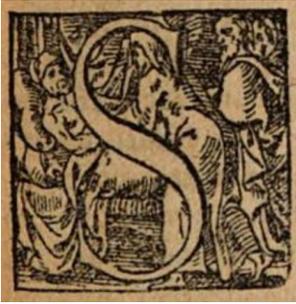


Fig. 11 – Inicial xilográfica S₁
(doença, *ars moriendi*);
dimensões reais: 26x26 mm.



Fig. 12 – Inicial xilográfica S₂
(cenário de peste, morte e destruição);
dimensões reais: 23x23 mm.

Após pesquisa bastante extensiva, foi possível comprovar a inequívoca origem germânica – Mogúncia e Colónia – destas capitulares xilográficas historiadas (cf. tabela 1 abaixo). As iniciais A (Fig. 9) e S₂ (Fig. 12) foram originalmente criadas na oficina tipográfica de Franz Behem em Mogúncia, existindo evidências da sua utilização em várias obras aí impressas, pelo menos, no período compreendido entre 1549 e 1557. Já as iniciais C (Fig. 10) e S₁ (Fig. 11) foram empregadas em diversas obras dadas à estampa em Colónia, a partir do segundo lustro da década de 50, nas oficinas dos herdeiros de Quentel e Gerwin Calenius³³.

³³ Sobre Franz Behem, com oficina tipográfica ativa em Mogúncia entre 1540 e 1582 e que também colaborou profissionalmente com as oficinas dos herdeiros de Johann Quentel e Gerwin Calenius em Colónia (prelos ativos entre 1557-1597), veja-se *Deutsche Biographie* [em linha]: <https://www.deutsche-biographie.de/sfz7318.html#indexcontent>; acerca da dinastia Quentel de impressores e de Calenius (que havia casado em 1557 com a viúva de Johann Quentel), remete-se para Wolfgang SCHMITZ, *Die Überlieferung deutscher Texte im Kölner Buchdruck des 15. und 16. Jahrhunderts*. Köln, [s.n.], 1990, pp. 434-458.

Impressos e respetivos impressores	Iniciais xilogravadas			
	A	C	S ₁	S ₂
Constitutiones Concilii Provincialis Moguntini, sub Reuerendiss. in Christo Patre & Ampliss. Principe & Domino, Dn. Sebastiano Archiepiscopo Moguntino... [Moguntiae: apud D. Victorem, admodum diligenter excudebat Franciscus Behem typographus. 1549].				F. 228v.
In Ecclesiasten Salomonis annotationes, piae et eruditae: ex uariis cum ueterum Orthodoxorum, tum recentiorum scriptis congestae, ac olim etiam pro concione enarratae, anno M.D.XXXIII. Moguntiae. Moguntiae: apud D. Victorem, excudebat Franciscus Behem , 1550.				Fls.: 38v., 117
Ionas Propheta, per Quadragesimam, pie et catholice, in summa aede Moguntina, pro concione, una cum Euangeliorum eiusdem temporis... Moguntiae: apud D. Victorem, excudebat Franciscus Behem , 1550.	F. 63			F. 10v.
Examen ordinandorum, ad quaestiones sacrorum ordinum, candidatis in Dioecesi Mogütinensi proponi consuetae... Moguntiae: Apud S. Victorem, prope Moguntiam: excudebat Franciscus Behem , 1550.	[F. 104]			
Psalmus tricesimus primus doctissime explicatus, in quo aptissima breuitate ostenditur, quam necessaria sit peccatorum confessio, qu[a]e delictorum ueniam impetrat. Moguntiae: excudebat Franciscus Behem , 1554.	Fls.: 77v., 84v.			F. 9
In Ecclesiasten Salomonis annotationes, piae et eruditae ex uariis cum ueterum Orthodoxorum, tum recentiorum scriptis congestae, ac olim etiam pro concione enarratae, anno M.D.XXXIII. Moguntiae: apud Franciscus Behem , 1556.				Fls.: 42v., 129v.
Confessio catholicae fidei christiana: vel potius explicatio quaedam confessionis a patribus factae in Synodo provinciali... [Moguntiae: excudebat Franciscus Behem]; Ioanne Patruo bibliopola Posnaniensi imprimi procurante, 1557.	Fls.: 10v., 57, 261v., 268			Fls. 7v., 7 [i.e., 8], 15, 301

Impressos e respetivos impressores	Iniciais xilogravadas			
	A	C	S ₁	S ₂
D. Henrici Susonis, viri sanctitate, eruditione et miraculis clari Opera (quæ quidem haberi potuerunt) omnia... translata per F. Laurentium Surium Carthusianum... Coloniae: ex officina hæredu[m] Ioannis Quentel , 1555.			F. 297	
Vera ac sincera vitae christianae norma seu regula, omnibus Christo militantibus... interprete vero F. Laurentio Surio... Coloniae: apud haeredes Ioannis Quentel, & Geruinum Calenium , 1559.		F. 1		
Aduersariorum ex Pandectis Iustiniani imperatoris, liber prior, ad quinque & viginti antecedentes libros. Authore Petro Costalio... Coloniae: apud haeredes Iohannis Quentel & Geruinum Calenium , 1560.			F. [2]	
Orationes clarorum hominum vel honoris officii causa ad principes, vel in funere de virtutibus eorum habitae... Coloniae: apud haeredes Iohannis Quentel & Geruinum Calenium , 1560.			F. [2, epístola nuncupatória]	
Institutiones Imperiales. Cum nouis & breuibus adnotationibus, ex D. Ioachimi Hopperi Frisij prælectionibus obseruatis. Coloniae: apud haeredes Iohannis Quentel & Geruinum Calenium , 1560.			F. 92	
Commentarius brevis rerum in orbe gestarum, ab anno Salutis millesimum quingentesimum, usque ad annum LXVI. ex optimis quibusque scriptoribus congestus per F. Laurentium Surium Chartusianum. Coloniae: apud haeredes Iohannis Quentel & Geruinum Calenium , 1566.		F. [2, epístola nuncupatória]		
Sanctae Hildegardis...Epistolarum liber: continens varias epistolas summorum Pontificum, Imperatorum, Patriarcharum... Coloniae: apud haeredes Iohannis Quentel & Geruinum Calenium , 1566.		Fls. 24, 44, 82, 207	Fls. 34, 85	
Selecti tractatus iuris varii, vere aurei, de successione tam a testato quam ab intestato... Coloniae: apud Geruinum Calenium, & haeredes Iohannis Quentelij , 1569.			Fl. [4, Admonitio ad lectorem]	

Tab. 1 – Ocorrência de iniciais (A, C, S₁ e S₂) em algumas obras impressas na Alemanha em meados do século XVI.

3. Analogias

Perscrutamos centenas de impressos de tipografia quinhentista portuguesa e respetivos/principais impressores ativos em Portugal (cf. tabela 2 abaixo) neste período em busca de material tipográfico idêntico ao do livro aqui em análise, tendo igualmente consultado a bibliografia de referência neste âmbito. Por razões metodológicas, dividimos a análise em dois eixos temporais correspondentes basicamente a cada uma das metades da centúria de Quinhentos.

A análise dos impressos na primeira metade do século XVI incluiu também, ainda que parcialmente, o universo dos incunábulos e post-incunábulos portugueses³⁴ e privilegiou com algum detalhe a produção tipográfica na década de 40 e primeiro lustro da década de 50, testando a hipótese de a edição portuguesa poder ser, como defendem alguns autores, anterior à edição de Veneza, em língua castelhana, de 1552. Não descortinamos, nas dezenas de obras examinadas neste âmbito temporal, quaisquer elementos considerados pertinentes³⁵.

³⁴ Sobre as primícias da arte tipográfica portuguesa destacamos o notável trabalho de H. M. JÜSTEN, *Incunábulos e post-incunábulos portugueses (ca. 1488-1518): (em redor do material tipográfico dos impressos portugueses)*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

³⁵ A título de exemplo, refiram-se particularmente as obras impressas neste período na oficina lisboeta de Germão Galharde e de sua viúva, na tipografia dos Cônegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, no prelo lisboeta do impressor humanista Luís Rodrigues e na oficina tipográfica da Universidade de Coimbra na época em que João Álvares e João da Barreira aí imprimiram sobretudo em parceria (1542-1553). Na rica utensilagem tipográfica utilizada nestas emblemáticas oficinas neste período temporal não vislumbramos quaisquer elementos similares aos da portada xilográfica, ou mesmo capitulares, da obra que nos ocupa.

1500	1510	1520	1530	1540	1550	1560	1570	1580	1590
Valentim Fernandes (fl. 1450-1519; Lisboa)									
João Pedro de Cremona (fl. 1501-1514; Lisboa)									
Jacobó Cromberger (fl. 1503-1529; Évora e Lisboa)									
Germão Galharde (fl. 1509?-1561; Coimbra e Lisboa)									
Hermão de Campos (fl. 1509-1518; Lisboa)									
Cónegos Regrantés de Santo Agostinho, Cónegos de Santa Cruz (fl. 1530-1577; Coimbra)									
João Álvares (fl. 1536-1587?; Braga, Coimbra e Lisboa)									
Luís Rodrigues (fl. 1539-1549; Lisboa)									
João de Barreira (fl. 1542-1590; Braga, Coimbra e Lisboa)									
Francisco Correia (fl. 1549-1581; Porto, Coimbra, Lisboa e Almeirim)									
André de Burgos (fl. 1552-1579; Évora)									
João Blávio (fl. 1554-1563; Lisboa)									
António de Mariz (fl. 1556-1599; Braga, Coimbra e Leiria)									
Manuel João (fl. 1565-1578; Viseu e Lisboa)									
Marcos Borges (fl. 1565-1587; Lisboa)									
António Gonçalves (fl. 1566-1576; Lisboa)									
António Ribeiro (fl. 1574-1601; Lisboa, Almeirim e Vila Verde dos Francos)									
António de Barreira (fl. 1579-1597; Coimbra e Lisboa)									
Manuel de Lira (fl. 1579-1609; Lisboa e Évora)									
António Álvares (fl. 1583-1620; Lisboa)									
Baltasar Ribeiro (fl. 1590-1591; Lisboa)									

Tab. 2 – Principais impressores ativos em Portugal no século XVI
(adaptado de GONÇALVES, 2012, p. 85)

O panorama modificou-se na segunda metade do século XVI. Neste período, deparamo-nos com alguns impressos que apresentam, nas portadas e/ou no interior dos livros, elementos xilográficos ou tipográficos comuns. Vejamos os casos mais emblemáticos que vislumbramos entre as dezenas de espécimes analisadas, muitas delas *in manu*.

3.1 Portadas e páginas de título

As ocorrências cronologicamente mais antigas que vislumbramos dos blocos xilográficos acima mencionados estão associadas a três obras impressas por João Blávio (ativo entre 1554-1563) na segunda metade de Quinhentos, concretamente em 1557, 1560 e 1562; na primeira (fig. 13) é usada a tarja do pedestal, na segunda (fig. 14) as colunas e a arquitrave integram uma portada composta por diversas tarjas e na terceira (fig. 15) a xilogravura da arquitrave é empregada verticalmente no lado direito da folha de rosto em disposição gráfica, mais em jeito de moldura, pouco ortodoxa³⁶.

³⁶ Uma circunstanciada análise sobre a ilustração e composição das portadas utilizadas por este impressor de origem germânica poderá ser lida em Maria Valentina C. A. Sul MENDES, “Frontispícios ilustrados na tipografia portuguesa da segunda metade de Quinhentos: a herança de João Blávio de Colónia”: *Revista Portuguesa de História do Livro* 28 (2011), pp. 387-424.

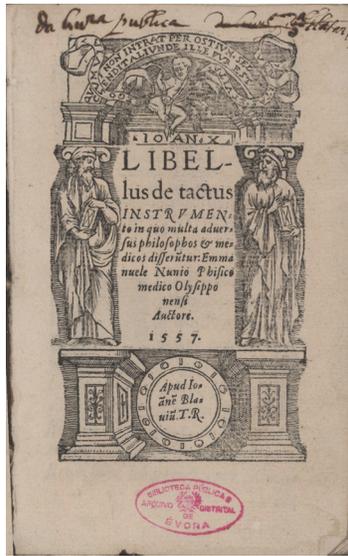


Fig. 13 – Portada de *Libellus de tactus instrumento in quo multa aduersus philosophos et medicos disseru[n]tur...* [Lisboa]: apud Ioãne[m] Blaiuiu[m], 1557. BPE / RDUE – https://dspace.uevora.pt/ri/bitstream/123456789/357/1/Reservado_0223.pdf



Fig. 14 – Portada de *Cõstituições sinodaes do Bispado Dangra*. Lixboa: per João Blavio de Colonia, 1560. BNP / BND – <http://purl.pt/15145>

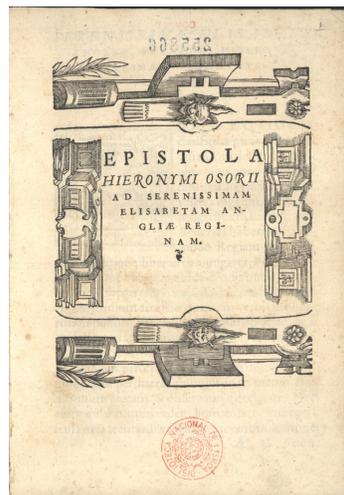


Fig. 15 – Moldura de *Epistola Hieronymi Osorij ad serenissimam Elisabetam Angliae reginam*. Olyssippone: apud Ioannem Blaiuium, 1562. BNP / BND – <http://purl.pt/17317>

Francisco Correia (ativo entre 1549-1581) reutiliza material tipográfico de João Blávio³⁷, como, aliás, é bem patente nas tarjas que estampa nas folhas de rosto de quatro obras impressas no seu prelo lisboeta (figs. 16, 17, 18 e 19). Uma das portadas (fig. 16) emprega dois blocos xilográficos utilizados apenas dois anos antes por Blávio (fig. 15) e outra (fig. 17) mimetiza, exata e integralmente, a composição gráfica experimentada onze anos antes também pelo impressor de origem germânica (fig. 13). A ornamentar a folha de rosto de um livro editado no ano de 1569 (fig. 18), sem indicação expressa do impressor, embora o nome de Francisco Correia nos pareça incontornável pela análise das características formais do impresso, encontramos o já conhecido pedestal, encimado por um cabecel, bem como, ao alto, a tarja da arquitrave. Registe-se que, numa destas portadas (fig. 19), são usados três blocos xilográficos (figs. 4, 5 e 6) também empregados na portada da edição portuguesa da novela de Núñez de Reinoso.

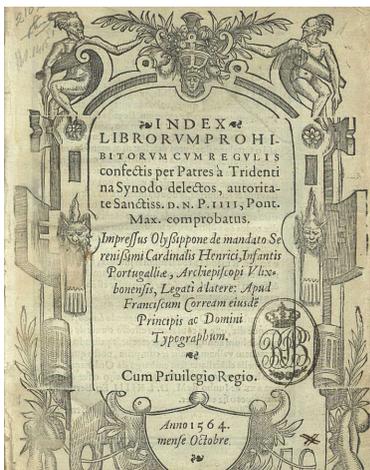


Fig. 16 – Portada de *Index Librorum Prohibitorum...* Olyssippone: apud Franciscum Corream, mense Octobre 1564. BNP / BND – <http://purl.pt/23330>



Fig. 17 – Portada de *Mystica theologia na qual se mostra o verdadeiro caminho...* Lixboa: e[m] casa de Francisco Correa, 1568. BNP/BND – <http://purl.pt/16321>

³⁷ É sabido que, após a morte de João Blávio, a utensilagem tipográfica deste foi trespassada a Francisco Correia que terá sido “obreyro” do impressor germânico e que, logo em 1564, começou a utilizá-la na sua oficina lisboeta (ver fig. 16), o que se não verifica nas obras que anteriormente, nos anos de 1549 e 1550, havia imprimido em Coimbra.

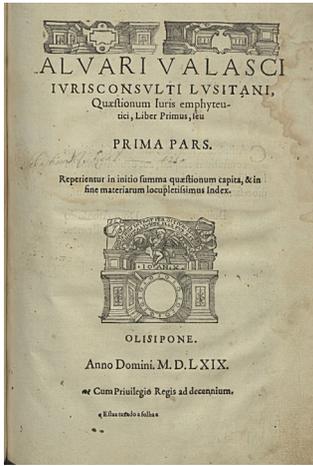


Fig. 18 – Folha de rosto de *Alvari Valasci... Quaestionum iuris emphyteutici...* Olisipone: [s.n.], 1569. ULFL-Livro Antigo, RES 252

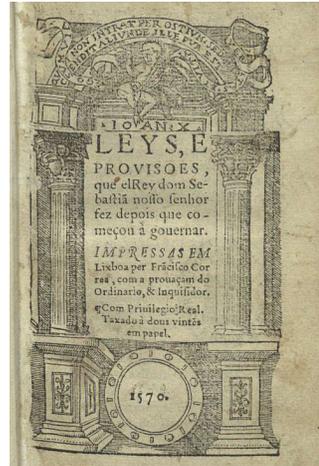


Fig. 19 – Portada de *Leys e prouisoos que elRey dom Sebastião...* Em Lixboa: per Fráncisco Correa, 1570 BNP / BND – <http://purl.pt/23032>

Verificamos que uma obra de João de Barreira (ativo entre 1542-1590), impressa em 1570 (fig. 20), aproveita igualmente três blocos xilográficos (figs. 3, 4 e 6) empregados na portada do livro de Núñez de Reinoso. Cremos ser um caso singular porquanto não vislumbramos mais nenhuma destas tarjas em qualquer outra obra, impressa em Lisboa ou em Coimbra, por João de Barreira ou por João Álvares (ativo entre 1536-1586), com quem frequentemente imprimiu em parceria³⁸; dupla que, aliás, reutilizou sobretudo grande parte do espólio tipográfico que havia sido do impressor Luís Rodrigues.

³⁸ É sabido que João de Barreira e João Álvares imprimiram juntos em Coimbra de 1542 a 1553, tendo também ambos trabalhado de *motu* próprio na cidade banhada pelo Mondego e em Lisboa. Sobre estes dois impressores e utensilagem tipográfica utilizada, veja-se Celeste M. L. S. O. PEDRO, *Sixteenth-Century Print Culture in the Kingdom of Portugal: a study on typographical specimens used in the printing houses of João de Barreira and João Álvares*, Porto, [s.n.], 2018. Veja-se, também, Fernando Taveira da FONSECA et al. (coord.), *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001, p. 21.

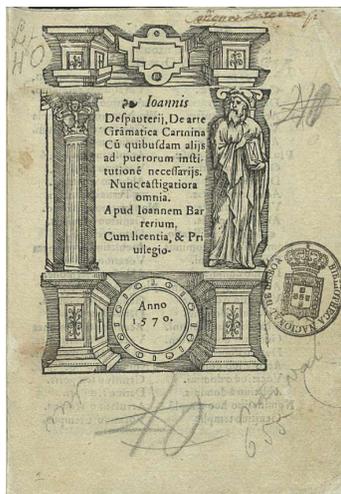


Fig. 20 – Portada de *Ioannis Despauterij De arte gram[m]aticam carmina cu[m] quibusdam alijs ad puerorum institutione[m] necessarijs....* [S. l.]: apud Ioannem Barrerium, 1570.
BNP / BND – <http://purl.pt/23122>

Manuel de Lira (ativo entre 1579-1609) utilizará igualmente tarjas da arquitrave e das colunas nas portadas de duas obras que deu ao prelo em Lisboa nos anos de 1582 e 1587 (figs. 21 e 22), sendo que, nesta última e adicionalmente, a xilogravura de uma das colunas (fig. 4) ocorre isoladamente no f. 101 e a xilogravura da arquitrave (fig. 3) é empregada como tarja decorativa no interior de várias páginas do volume. Tarja esta que este laborioso impressor utilizará, também com esta finalidade de mero ornamento, no interior de algumas outras obras que dará ao prelo em finais do século XVI e, mesmo, nos inícios da centúria seguinte³⁹.

³⁹ Vejam-se, por exemplo, os seguintes identificadores persistentes de registo: <http://purl.pt/23118> e <http://purl.pt/24623>



Fig. 21 – Portada de *La orden que se tuuo en la solène procession que hizieron los deuotos cofrades del Sãctissimo Sacramêto de la iglesia de S. Iulian en la ciudad de Lisboa...* En Lisboa: en casa de Manuel de Lyra, 1582.
BNP / BND – <http://purl.pt/23346>

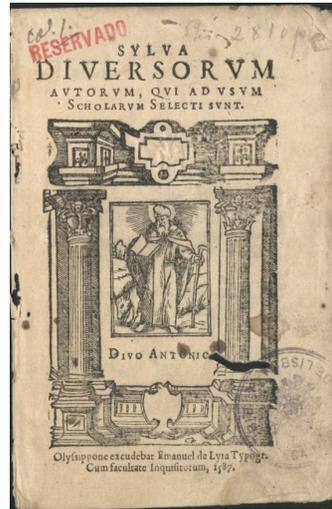


Fig. 22 – Portada de *Sylva diuersorum autorum qui ad usum scholarum selecti sunt; Liber secundus diuersorum poetarum carmina ad usum scholarum selecta.* Olyssippone: excudebat Emanuel de Lyra, 1587.
BNP / BND – <http://purl.pt/23353>

António Ribeiro (ativo entre 1574-1601), que também imprimiu em parceria com Francisco Correia e Manuel de Lira, utilizou o soco como simples ornamento, à guisa de vinheta, na página de rosto de, pelo menos, duas obras que imprimiu em Lisboa em 1585 e em 1588 (figs. 23 e 24). De igual modo, no que concerne a uma única obra impressa por Baltasar Ribeiro (ativo entre 1590-1591) em 1591 (fig. 25); neste caso, com o pormenor de a tarja ter sido estampada de forma invertida.

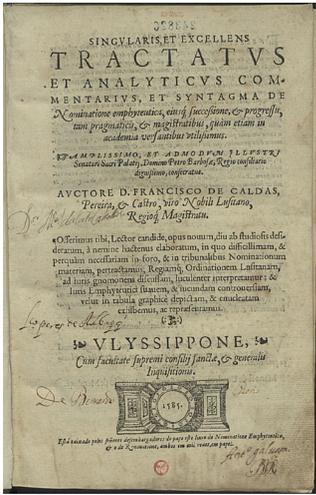


Fig. 23 – Página de título de *Singularis et excellens tractatus et analyticus commentarius et syntagma de nominatione emphyteutica...* Olyssipone: excudebat Antonius Riberius, mense Iunij 1585.
BNP / BND – <http://purl.pt/15286>



Fig. 24 – Página de título de *Lexicon ecclesiasticum latinohispanicum, ex sacris bibliis, conciliis, pontificum ac theologorum decretis...* Olyssipone: excudebat Antonius Riberius..., 1588.
BNP / BND – <http://purl.pt/23175>

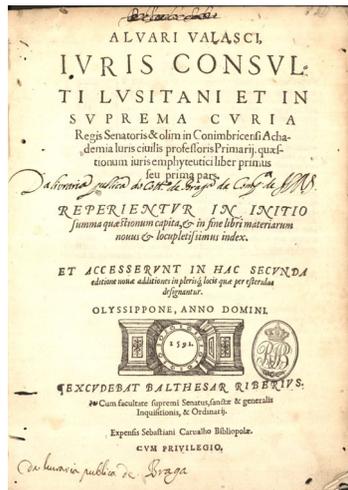


Fig. 25 – Página de título de *Aluari Valasci iuris consulti Lusitani... Quaestionum iuris emphyteutici...* Olyssipone: excudebat Balthesar Riberius..., 1591. BNP / BND – <http://purl.pt/15200>

Verifica-se, assim, que nas portadas com mais analogias, comparativamente à portada do impresso português de Núñez de Reinoso, figuram pelo menos três blocos xilográficos em comum com aquela: referimo-nos às obras impressas por João Blávio (fig. 14), Francisco Correia (fig. 19), João de Barreira (fig. 20) e Manuel de Lira (figs. 21 e 22).

3.2 Tipos e Iniciais

Os tipos utilizados na edição que aqui nos ocupa – gótico e romano – são comuns nas obras impressas no século XVI, pelo que, da sua análise, não logramos obter dados inteiramente concludentes. Apesar de os caracteres romanos se encontrarem em Portugal desde a década de 30 de Quinhentos, não foi antes da década de 60 que estes se impuseram e generalizaram, nas suas duas variantes (o redondo e o itálico), no contexto tipográfico. Por seu turno, a letra gótica, imperando na primeira metade do século XVI, irá ainda ser utilizada por alguns impressores na segunda metade desta centúria. Acresce que a utilização e combinação de alfabetos diferentes e, sobretudo, de várias tipologias de caracteres – gótico, romano e itálico – com medidas diversas, para títulos, cabeçalhos e corpo do texto, é usual nos tipógrafos quinhentistas, nomeadamente nos prelos lusos. Não obstante, enfatizamos aqui duas obras de João Blávio cujos tipos utilizados (figs. 26 e 27) são muito similares aos empregados no livro de Núñez de Reinoso (cf. com as figs. 7 e 8).

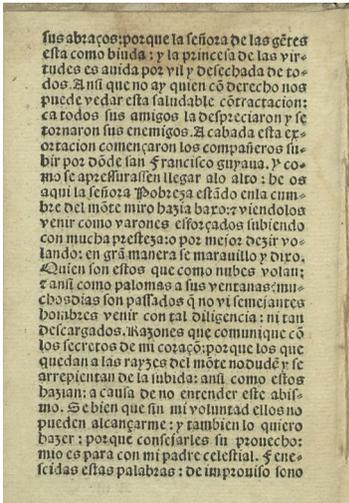


Fig. 26 – Tipos góticos utilizados no *Tractado de como san Francisco busco y hallo a su muy q̄uejrida señora la sancta Pobreza...*

En Lixbona: en casa de Ioannes Blauio de Colonia, 1555.
BNP / BND – <http://purl.pt/23309>

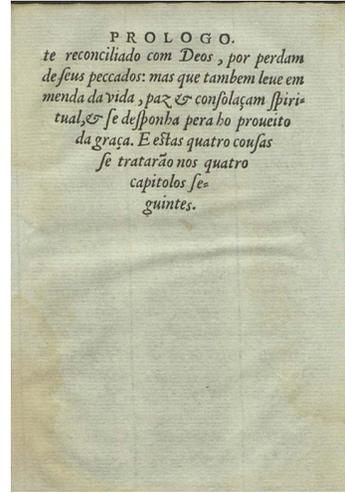


Fig. 27 – Tipos itálicos utilizados no prólogo do *Directorio de confessores e penitentes...* Em Lixboa: em casa de Ioannes Blauio de Colonia: vendense em casa de Saluador Martel; liureiro na rua noua 1556.
BNP / BND – <http://purl.pt/14263>

Na página de título de uma outra obra dada à estampa no mesmo prelo de Blávio, desta feita em 1557 (fig. 28), estão patentes símbolos tipográficos como a *feuille aldine* (☛) e a marca de parágrafo (¶) que antecede a menção “oCn [sic] priuilegio Real por diez años”. Também nestas vertentes, símbolos tipográficos e referência ao privilégio régio⁴⁰, são evidentes as semelhanças (cf. com a fig. 2).

⁴⁰ Registe-se que a menção “Com Real privilegio”, ainda que tipografada em caracteres góticos, é usada por Blávio em seis leis avulsas (D. Sebastião) que imprimiu, em forma de alvará, em 1557.

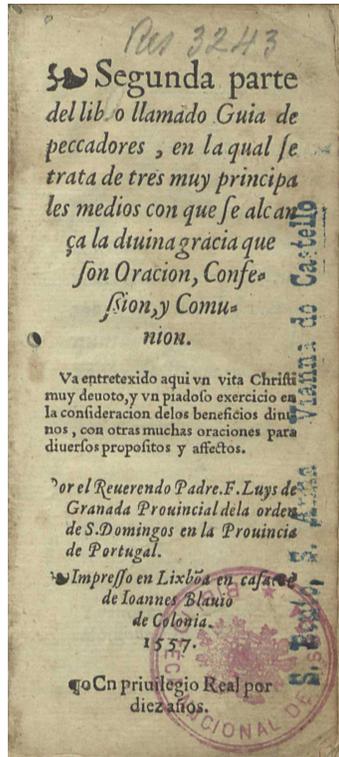


Fig. 28 – Página de título de *Segunda parte del libro llamado Guia de peccadores...* En Lixbõa: en casa de Ioannes Blauio de Colonia 1557. BNP / BND – <http://purl.pt/23220>

No que concerne às quatro iniciais xilográficas decoradas com motivos antropomórficos (cf. figs. 9, 10, 11 e 12), não restam dúvidas que utilizaram esta tipologia de capitulares, senão as mesmas, vários impressores entre os quais: João Blávio, que foi o primeiro a empregá-las em Portugal, Francisco Correia, João de Endem⁴¹,

⁴¹ Deste impressor apenas são conhecidas menos de um punhado de obras impressas na Índia, com destaque para os célebres *Colóquios* de Garcia de Orta, no qual utiliza os mesmos tipos de capitulares C e S₁ primeiramente empregadas por João Blávio, que, aliás, foi proprietário do prelo em Goa, onde trabalharam João de Endem e João Quinquênio de Campânia. Sobre estes impressores e a extensão da atividade editorial de Blávio no Oriente, veja-se Teresa Nobre de CARVALHO, *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente: contribuição dos textos ibéricos quincentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*. Lisboa, [s.n.], 2012, pp.

Manuel de Lira e António Ribeiro (este último tão-só na obra impressa em Almeirim em parceria com Francisco Correia). Não vislumbramos o uso destas capitulares em nenhuma obra dada ao prelo por João de Barreira nas suas oficinas tipográficas de Lisboa e Coimbra ou na oficina tipográfica eborense de André de Burgos. Vejamos (tabela 3) alguns exemplos, alicerçados numa amostragem extensiva, mas não exaustiva, de ocorrências destas iniciais.

Impressos e respetivos impressores	Iniciais xilogravadas			
	A	C	S ₁	S ₂
Directorio de confessores e penitentes... Em Lixboa: em casa de Ioannes Blauio de Colonia: vendense em casa de Salvador Martel, liureiro na rua noua 1556.	F. [Ao leitor]			F. 28
Segunda parte del libro llamado Guia de peccadores... En Lixbõa: em casa de Ioannes Blauio de Colonia 1557.	Fls. 129, 142v., 156v. e 197v.	F. 190v.		
Compendio de doctrina christãa recopilado de diuersos autores que desta materia escreuerão, pelo R.P.F. Luys de Granada... Em Lixboa: em casa de Ioannes Blauio de Agripina Colonia, 25 Dabril [sic] 1559. [Contem "Seguemse treze sermões das tres paschoas do anno...", com. rosto próprio (data de "20 Mayo 1559"), foliação e assinaturas independentes].		F.26v.		

103-105. Cerca de quatro anos volvidos sobre o falecimento de Blávio, Endem dá à estampa em Goa, em 8 de abril de 1568, uma obra que utiliza a inicial C igual à utilizada por Francisco Correia (que, entretanto, tinha tomado de trespasse o negócio aos herdeiros de Blávio) numa obra impressa em Lisboa precisamente em 26 de abril desse mesmo ano. Estes dados confirmam que os jogos de capitulares xilográficas não eram necessariamente únicos podendo existir em duplicado nos plantéis tipográficos.

Impressos e respetivos impressores	Iniciais xilogravadas			
	A	C	S ₁	S ₂
Côstituições sinodae do Bispado Dangra. Lixboa: per João Blavio de Colonia, 11 Ianeyro 1560.		Fls. 4, 24, 52, 56, 58, 77 e 84	Fls. 1, 9, 12, 35, 59[sic] e 85v.	Fls. 33 e 59v.
Exposiçam da Regra do glorioso padre sancto Augustinho... Lixboa: em casa de Ioannes Blavio de Agrippina Colonia, 15 dias de setembro 1563.	Fls. 13, 94, 100v., 108, 140v.	Fls. 4, 10, 24v., 25v., 32v., 53v., 68v., 122, 132v., 195, 201v.		Fls. 116, 148, 152
Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India... Impresso em Goa: por Ioannes de endem , 10 Abril 1563.		Fls. [6 preliminar] e 17v.,	Fls. 18, [102v.], [112v.] e [114v.]	
Constituições synodae do bispado de Miranda. Em Lixboa: em casa de Francisco Correa , 1565.	Fls. 38v., 45v., 68v., 73v., 85, 91v., 95, 98, 103 e 134v.		F. 13v.	Fls. 19v., 30, 93v., 95v. [utilização invertida], 124v., 131v. e 132v.
Constituicones [sic] do Arcebis-pado de Goa, aprouadas pello primeiro cõcilio prouincial. Goa: per Ioão de Endem , 8 Abril 1568.		Fls. 89, 91 e [100]	F. 19v.	
Mystica theologia na qual se mostra o verdadeiro caminho pera subir ao ceo cõforme a todos os estados da vida humana. Lixboa: e[m] casa de Francisco Correa , 26 Dabril 1568.		Fls. 75v e 89		Fls. 54v. e 145
Allegações de direito que se offereceram ao muito alto e poderoso Rei Dom Henrique... Em Almeirim: per Antonio Ribeiro & Francisco Correa , 27 de Fevereiro 1580				Fls. 104 e 126v.

Impressos e respetivos impressores	Iniciais xilogravadas			
	A	C	S ₁	S ₂
La entrada que en el Reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe inuictissimo Rey de las Espan[h]as segundo deste nombre, primero de Portugal... [Lisboa?]: por Manuel de Lyra : a costa de Symon Lopez, librero 1583.	Fls. 25v., 57v., 60, 64v. e 142v.	Fls. 13v., 26v., 99v. e 138v.		Fls. 12v., 49, 59, 82v. e 148v.
Os Lusíadas. Em Lisboa: por Manoel de Lyra , 1584.	Fls. [IIv.], 1 e 58			
Cathechismo ou doutrina christãa & praticas spirituaes... Em Lisboa: por Manoel de Lyra , 1585	Fls. 3v., 32v. e 35	Fls. 81v. e 84		
Sylua... Olyssippone: excudebat Emanuel de Lyra , 1587.				Fls. 101v. e 45 [333]
Aluari Valasci iuris consulti Lusitani... Quaestionum iuris emphyteutici liber primus seu prima pars; reperientur in initio summa quaestionum capita... Olyssipone: excudebat Barthesar Riberius : expensis Sebastiani Carualho, bibliopolae, 1591.				Fls. 1v., 7, 31v. e 62

Tab. 3 – Ocorrência de iniciais (A, C, S₁ e S₂) em algumas obras impressas em Portugal na segunda metade do século XVI

4. Considerações finais

As evidências acima mencionadas comprovam inequivocamente factos já conhecidos: o recurso a utensilagem tipográfica (por vezes, desgastada ou em mau estado) de proveniência estrangeira⁴² e a sua transmissão e reutilização entre impressores⁴³. As matrizes xilográficas circulavam entre tipógrafos, entre cidades (quando não entre países e continentes) e, sobretudo, repetiam-se – total ou parcialmente – de livro para livro.

⁴² É sabido que, por exemplo, Luís Rodrigues se deslocou a Paris, entre os anos de 1538 e 1539, tendo aí comprado, entre outros materiais, umas tarjas representando insetos, pássaros e flores que tinham sido utilizadas pelo impressor francês Simon du Bois. Algumas destas tarjas passaram para Coimbra encontrando-se, por volta de 1549-1550, na oficina de João Álvares e João de Barreira, impressores da Universidade (cf. Anne ANNINGER, “Un oiseau rare, le “Compromisso” de 1516 de Hermão de Campos”: *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n.º 1-2 (Jan.-Dez. 1983), pp. 206-208). Por seu turno, João Blávio recebeu da Chancelaria de D. Sebastião, em 6 de outubro de 1558, licença de isenção do pagamento de direitos para importar material tipográfico, nomeadamente “[...] papel, tintas, baldreus e letras que lhe vierem de fora do Reino para despesa e meneio da dita Imprensa, não passando de quinhentas resmas de papel e de dois quintais de tinta e três dúzias de baldreus brancos em cada um dos ditos dois anos; e as letras serão as que lhe vierem em que não pode haver limitação [...]”; excerto transcrito, em grafia atualizada, a partir de Venâncio DESLANDES, *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 72-73.

⁴³ É frequente um impressor possuir material tipográfico idêntico ao utilizado por um outro, o que comprova a cedência ou obtenção desse material por alguma forma (empréstimo, arrendamento, trespasse ou alienação quando cessa a atividade de uma oficina) ou, pelo menos, a existência de um padrão na produção de material tipográfico, seja oriundo de um mesmo fornecedor comum, seja mandado copiar localmente a artífices que tentavam reproduzi-lo com maior ou menor precisão. Sabemos que Germão Galharde, depois da morte de Valentim Fernandes, comprou aos herdeiros deste os caracteres, prelos, gravuras e cartelas e, em 1519, estabeleceu tipografia em Lisboa (veja-se Artur ANSELMO, *L'activité typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)*. Paris, FCG-CCP, 1984, pp. 781-818). Francisco Correia tomou de arrendamento, em 1564, as oficinas que João Blávio havia possuído em Lisboa e em Goa (cf. V. DESLANDES, op. cit., pp. 42-45 e António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 126). Além de Francisco Correia, também João de Barreira, Manuel de Lira, António Ribeiro e Baltazar Ribeiro reutilizaram nos seus prelos e em algumas obras que aí deram à estampa utensilagem tipográfica, escolhida ou remanescente, originalmente pertencente a João Blávio.

A este propósito, partilhamos da opinião de Ana Gonçalves quando afirma “[...] a certeza de ter tornado clarividente que a reutilização do material tipográfico era prática corrente no século XVI. A impressão das folhas de rosto tipificou-se, a partir de determinada altura, por deixar de alimentar uma faceta mais artística para se tornar uma atividade mimetizada entre os impressores. A ocorrência das mesmas tarjas ou portadas, cuja única diferenciação residia na reorganização dos elementos tipográficos, tais como títulos, subtítulos ou detalhes identificadores, vem revelar o exíguo protagonismo da beleza ou da preocupação artística como fatores diferenciadores na impressão. [...]”⁴⁴.

E se, em alguns casos, os tipógrafos quinhentistas pura e simplesmente não se inibiam de mimetizar a mesma portada⁴⁵ utilizada por outros confrades do mesmo ofício, na maioria das vezes procuravam com os parcos materiais decorativos de que dispunham compor alternadamente, de forma mais ou menos criativa, portadas que pretendiam originais ou inovadoras, mesmo que, por vezes, a miscigenação dos vários blocos xilográficos produzisse graficamente resultados pouco ortodoxos em termos estéticos (cf., por ex., fig. 15). Neste enquadramento, não subscrevemos a opinião de que este tipo de portadas (figs. 13, 14 e 19, por exemplo), com elementos comuns aos da portada da edição portuguesa do livro de Núñez de Reinoso, demonstre, para usar das palavras de Pacheco, “[...] uma certa decadência da decoração do livro impresso em Portugal [...]” ou

⁴⁴ Ana F. C. GONÇALVES, *Classificação gráfica e tipográfica das folhas de rosto quinhentistas das obras impressas em Portugal: contributos para um legado no âmbito do design de comunicação*. Porto, [s.n.], 2012, p. 141.

⁴⁵ Como acima já aludimos e demonstramos (cf. figs. 13 e 17 supra). O caso mais paradigmático e ilustrativo desta realidade é o da famosa portada da primeira edição de *Os Lusíadas*, que passou, sucessivamente, pelos prelos de Germão Galharde, em 1548, António Gonçalves, António Ribeiro e António Álvares, sendo usada até 1598.

a “[...] falência da arte impressória portuguesa nas últimas décadas do século XVI.⁴⁶”

Não descortinamos nas dezenas de obras impressas em Portugal na primeira metade do século XVI, particularmente na década de 40 e primeiro lustro da década de 50⁴⁷, quaisquer xilogravuras ou capitulares comuns às constantes na portada e texto da obra de Núñez de Reinoso, pelo que tudo indicia que a edição em língua portuguesa terá sido impressa em data posterior à da edição castelhana de Veneza de 1552⁴⁸, que, deste modo e até eventual e inequívoca prova em contrário, mantém o estatuto de *editio princeps* da novela.

Tanto quanto nos foi possível apurar, as primeiras ocorrências, na tipografia quinhentista portuguesa, do plantel de capitulares onde se inserem as quatro iniciais xilográficas A, C, S₁ e S₂ remontam à segunda metade da década de 50, sendo primeiramente utilizadas – ao que julgamos saber – em quatro obras impressas na oficina tipográfica de João Blávio em 1556, 1557, 1559 e 1560. É também na oficina lisboeta deste impressor que são estampadas, nas folhas de rosto de três obras impressas em 1557, 1560 e 1562 e igualmente nas primeiras ocorrências que conhecemos, as tarjas que constam da portada da edição portuguesa da novela de Núñez de Reinoso. Estes mesmos elementos – tarjas e capitulares – ocorrerão também em algumas obras dadas à estampa por impressores que, ulteriormente, reutilizaram a utensilagem tipográfica de Blávio, com

⁴⁶ José PACHECO, *A divina arte negra e o livro português: séculos XV e XVI*. Lisboa, Vega, D.L. 1988, pp. 222-223, 234-235.

⁴⁷ Cf. notas 34 e 35 supra.

⁴⁸ Recordamos que a cronologia das capitulares de origem germânica (Mogúncia e Colónia) aponta para datas compreendidas entre 1549 e 1557 (iniciais A e S₂) e após 1555 (iniciais C e S₁), pelo que o seu emprego em prelos tipográficos lusos antes de 1552 nos parece muito improvável, para não dizer praticamente impossível. Neste enquadramento e tendo também em consideração as ocorrências destas iniciais em impressos portugueses (cf. tab. 3), a edição portuguesa da novela será também, muito provavelmente, ulterior à edição parisiense de 1554.

especial ênfase para Francisco Correia que tomou de arrendamento a oficina do impressor de origem germânica.

João de Barreira, o impressor mais produtivo de Quinhentos, utilizou apenas numa única obra (fig. 20) algumas tarjas iguais às do impresso luso de Núñez de Reinoso, registando-se, porém, que não vislumbramos, na quase centena e meia de obras que imprimiu, em Coimbra e em Lisboa, sozinho ou em parceria com João Álvares, o emprego de qualquer uma das capitulares A, C, S₁ e S₂, o que não deixa de ser significativo e revelador. A hipótese de o impressor poder ter sido Manuel de Lira, sendo admissível face ao material tipográfico utilizado, afigura-se-nos algo improvável, nomeadamente em termos comerciais. Com efeito, não parece fazer muito sentido dar ao prelo uma tradução em língua portuguesa de um original em língua castelhana após a união ibérica em 1580 e decorridos mais de 30 anos depois da edição príncipe⁴⁹. Contexto e boas razões para a impressão ter ocorrido, presumivelmente, antes do período de atividade conhecida de Manuel de Lira e, de igual modo, dos impressores António Ribeiro e Baltasar Ribeiro.

Permanecendo ainda em aberto o local, impressor e data de edição, intentamos – face ao conjunto de dados acima apresentados – elaborar e delinear as coordenadas de um presuntivo pé de imprensa para a obra em análise, sem prejuízo de desenvolvimentos que possam surgir futuramente:

- A cidade de Lisboa afigura-se como o local de impressão mais verosímil.

⁴⁹ Mesmo tendo em consideração as complexas questões associadas ao bilinguismo na Península Ibérica durante a época moderna (veja-se, por exemplo, Ana Isabel BUESCU, “Aspectos do bilinguismo Português-Castelhano na época moderna”: *Hispania: revista española de historia* 44 (2004), pp. 13-38).

- O livro terá sido impresso na segunda metade do século XVI, possivelmente entre o segundo lustro da década de 50 e inícios dos anos 60 (conjeturamos como baias temporais 1556-1563).
- É deveras plausível que a novela tenha sido dada à estampa por João Blávio⁵⁰, hipótese que, face aos indícios documentais e tipobibliográficos aduzidos, reputamos como a mais robusta⁵¹ (sem excluir liminarmente a possibilidade de tal também poder ter ocorrido, após a morte deste e utilizando a sua utensilagem tipográfica, no prelo de Francisco Correia entre 1564-1570).

Por último, aventamos alguns aspetos pertinentes que, porventura, ajudarão a explicar este enigma bibliográfico. Como referimos no início, o livro não tem autoria expressa, conquanto não restem dúvidas de que a novela aí narrada foi originalmente ortografada pelo punho de Alonso Núñez de Reinoso, converso desterrado de

⁵⁰ Ao longo do presente texto fomos fazendo várias referências ao impressor João Blávio (ca. 1521- ca.1563/64). Um processo inquisitorial de que foi alvo – cf. nota 56 infra – permite estabelecer o seu nascimento em Colónia por volta de 1521; por seu turno, o colofão de uma obra (BNP, RES. 2252 P.) impressa na sua oficina, mas pelos seus herdeiros, revela-nos que João Blávio era já defunto em maio de 1564, mas ainda ativo em setembro de 1563, conforme podemos ler no colofão de outra obra (BNP, RES. 1121 V.) saída do seu prelo. A atividade tipográfica conhecida de João Blávio de Colónia em Portugal decorreu em Lisboa entre 1554 e 1563, tendo também sido proprietário de um prelo em Goa onde trabalharam João de Endem e João Quinquénio de Campânia. Sobre o operoso impressor de origem germânica, vejam-se entre outros: SANTOS (1812, p. 122), DESLANDES (1888, pp. 42-45, 72-73), BRITO (1911, pp. 7, 16-18, 22, 30, 36), VITERBO (1924, pp. 327-328), ANSELMO (1926, pp. 126, 151), PEIXOTO (1964, pp. 126-127), DIAS (2007, pp. 79-80), MENDES (2011, pp. 387-424) e CARVALHO (2012, pp. 103-105).

⁵¹ Neste sentido, não corroboramos a opinião de que a versão portuguesa da novela de Núñez de Reinoso tenha sido impressa em Évora na oficina tipográfica de André de Burgos (cf. J. M. CARRASCO GONZÁLEZ, op. cit., p. 199). Excluindo a similitude dos tipos góticos, comuns aliás em muitos outros livros e impressores neste período, a restante utensilagem tipográfica utilizada na oficina eborense, nomeadamente portadas, tarjas e capitulares, não patenteia quaisquer semelhanças com idênticos elementos utilizados no livro que aqui nos ocupa.

Portugal para Itália, que dedicou a edição em língua castelhana, impressa em Veneza em 1552, ao seu patrono, o cristão-novo português João Micas, sobrinho de Beatriz de Luna ou Grácia Naci, também conhecida entre os judeus sefarditas como “A Senhora”⁵². A edição portuguesa não abre com qualquer dedicatória, mas apresenta, no final do volume, a versão de uma outra carta, também dirigida ao mesmo João Micas, que, na edição veneziana, precede a obra poética de Núñez de Reinoso publicada em conjunto com a novela. No entanto, o destinatário da epístola, na edição portuguesa, foi substituído por um desconhecido doutor Jerónimo Pires.

Face a estes dados e à luz do contexto sociocultural de então – recorde-se que, nesta época, a questão judaica em Portugal era incontornável nos planos político, económico, religioso e cultural – é compreensível e, mesmo, revelador que o tradutor-adaptador português tenha optado pelo anonimato, omitido o nome do autor e suprimido o destinatário primordial da obra, figura bem conhecida nas cortes europeias e *persona non grata* em terras da Cristandade⁵³. Por outro lado, o teor desta novela, a exemplo de outros textos literários

⁵² Sobre Beatriz de Luna/Grácia Naci e João Micas/Joseph Naci, bem como sobre o círculo literário veneziano patrocinado pela família Mendes-Benveniste, formado em torno do humanista Duarte Gomes, no qual participava Alonso Núñez de Reinoso, veja-se António M. L. ANDRADE, “A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 87-130.

⁵³ As meras referências a judeus ou cristãos-novos foram, quase sempre, objeto de desconfiança e de apertada vigilância censória por parte do Santo Ofício. O caso do futuro duque de Naxos é conhecido, sendo as referências a João Micas, *alias* Joseph Naci, rasuradas ou mesmo mutiladas, por exemplo, nas obras de Amato Lusitano, sobretudo na carta dedicatória com que o médico albicastrense lhe endereça a quinta das suas *Curatationum medicinalium centuriae*. Sobre a censura nos livros de Amato Lusitano, veja-se Dov FRONT, “The Expurgation of the Books of Amatus Lusitanus”: *Book Collectors* 47 (1998), pp. 20-36; Hervé BAUDRY, *Livro médico e censura na primeira modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM, FCSH/NOVA-UAçores, 2017, pp. 16, 24, 26, 30-50, *passim*; Isilda RODRIGUES, Carlos FIOLHAIS, “La censura inquisitorial en las Centurias de Amatus Lusitanus”: *Asclepio* 70, 2 (2018), p. 229.

deste jaez⁵⁴, faria dela, mesmo anónima, uma candidata praticamente segura à rejeição pela censura inquisitorial e à integração nos róis e índices de livros proibidos⁵⁵. Tal não sucedeu, certamente porque a obra nunca terá sido submetida, porventura intencionalmente, a qualquer tipo de aprovação ou exame censório (Ordinário da Diocese, Conselho Geral do Santo Ofício ou Desembargo do Paço).

Neste enquadramento, é igualmente inteligível que a obra não apresente no seu interior quaisquer licenças ou privilégios, apesar de constar no medalhão do supedâneo a alusão “Com Realpriuilegio” (variante tipográfica muito menos frequente do que a referência “Com privilegio Real”). Decerto que o impressor, em articulação ou não com o anónimo tradutor-adaptador, mas ciente dos riscos que corria, também não quis ser identificado ou associado à edição de uma obra potencialmente problemática a vários títulos, pelo que nela não foi igualmente estampado o lugar e o ano de publicação. Omissões intencionais e simultâneas – de menções de responsabilidade intelectual, de licenças, privilégios, de dados do pé de imprensa, de colofão e de marca de impressor – que

⁵⁴ A novela de Núñez de Reinoso sempre se prestou a leituras cifradas com o estabelecimento de conexões entre determinadas personagens e ações do enredo com figuras e factos reais, conforme foi assinalado por Marcel BATAILLON, “Alonso Núñez de Reinoso y los marranos portugueses en Italia”, in M. BATAILLON, *Varia lección de clásicos españoles*. Madrid, Gredos, 1964, pp. 55-80; e sobretudo por Constance Hubbard ROSE, *Alonso Núñez de Reinoso: the Lament of a Sixteenth-Century Exile*. New Jersey, Fairleigh Dickinson University Press, 1971.

⁵⁵ Não vislumbramos qualquer referência ao livro de Núñez de Reinoso nos vários róis e índices de livros defesos ou proibidos do século XVI (1547, 1551, 1559, 1561, 1564 e 1581) ou mesmo no *Index Auctorum Damnatae Memoriae* de 1624; já a conhecida novela de Bernardim Ribeiro, *História de Menina e Moça*, figura nestes índices de Quinhentos, bem como os Autos de Gil Vicente, as obras de Jorge de Montemor ou mesmo textos em castelhano de larga difusão em Portugal como o *Lazarillo de Tormes*. De igual modo, a versão em língua portuguesa da novela reinosiana ou o seu autor não constam da primeira grande bibliografia lusa, a setecentista *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado nem, tão-pouco, da *Bibliotheca Hispana Nova* de Nicolás Antonio, (somente na edição póstuma de Madrid, 1783, v. 1, p. 39, são referidos muito sumariamente o autor e a edição da novela em língua castelhana de 1552). Ausências que dão que pensar.

fazem desta obra um caso raríssimo, senão único, no panorama da tipografia quinhentista portuguesa.

A conjugação dos elementos que acima aduzimos permite, pelo menos, aventar a hipótese de estarmos perante uma edição clandestina e/ou contrafeita da novela de Núñez de Reinoso em língua portuguesa com os riscos, mas também eventuais proveitos, que tal implicaria⁵⁶. Em suma e epilogando: não obstante os progressos verificados – mais concludentes no que respeita à história bibliográfica do impresso e dos seus antigos possuidores – subsiste de algum modo o enigma bibliográfico, no que ao pé de imprensa concerne, mantendo-se ainda atual o desiderato-repto de Inocêncio: “[...] Os bibliographos futuros poderão ter ocasião de aclarar melhor este ponto”⁵⁷.

⁵⁶ Ou porque o impressor tivesse para tal financiamento de um patrono ou mecenas que não quieria ou não poderia ter o seu nome divulgado, ou porque acreditasse que a obra vertida para português teria mais leitores e compradores no mercado nacional. Conhecem-se poucos exemplos de edições quinhentistas clandestinas ou contrafeitas. Em Portugal, o caso mais notório está associado à contrafação de *Os Lusíadas* no século XVI (João Luís LISBOA, “Uma, duas, quantas edições?: os argumentos sobre a contrafação de *Os Lusíadas* no século XVI”: *Cultura* 33 (2014), pp. 97-108). Menos conhecido é o facto de João Blávio ter tido dissabores com a Inquisição de Lisboa, em 1561-62, acusado de luteranismo e, sobretudo, de ter imprimido clandestinamente em Granada, cerca de oito anos antes da sua curta prisão em Portugal, umas bulas falsas conforme consta do respetivo processo inquisitorial (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo n.º 1624), transcrito e publicado por Pedro de AZEVEDO, “O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio”: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 7, n.º 1 (1913), pp. 71-88. Teria Blávio, aquando da sua estância em Sevilha e Granada, acedido à edição em língua castelhana de 1552 e na Andaluzia ou, volvido um par de anos, já em território luso, empreendido em Lisboa (ou, quem sabe, no prelo de Goa de que era proprietário) a impressão clandestina de uma edição ‘pirata’ (talvez paga à cabeça por algum patrono e direcionada sobretudo a cristãos-novos portugueses) do livro de Núñez de Reinoso em língua portuguesa? Porventura, mas tal não passa, por ora, de especulação.

⁵⁷ Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario bibliographico Portuguez...*, vol. 3. Lisboa, na Imprensa Nacional, 1859, p. 197.

Agradecimentos: para a elaboração do presente estudo pudemos contar com valiosas indicações e contributos de várias pessoas (Cristina Valente Marques, Elsa Vilela Filipe, Leif Friberg, Manuela Oliveira, Mary Haegert, Paula Andrade Martins, Paulo Pereira, Pedro Estácio e William Stoneman), bem como com a cortesia e facilidades concedidas por diversas instituições (Biblioteca Nacional de Portugal/Biblioteca Nacional Digital, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Biblioteca, Harvard University/Houghton Library, Stockholm University Library/Special Collections e Universidade de Évora/Repositório Digital de Publicações Científicas), a quem manifestamos publicamente o nosso penhorado agradecimento.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, António-José de, *Imagens de Papel: «O Flos sanctorum em linguagem português» de 1513 e o de Fr. Diogo do Rosário OP. A problemática da sua ilustração xilográfica*. Porto, [s.n.], 2005 (Tese de doutoramento, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- ANDRADE, António M. L., “A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 87-130.
- ANNINGER, Anne, “Un oiseau rare, le “Compromisso” de 1516 de Hermão de Campos”: *Revista da Biblioteca Nacional* 3, 1-2 (Jan.-Dez. 1983), pp. 205-213.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- ANSELMO, Artur, *L'activité typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)*. Paris, Fond. Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1984. (Sep. Colloque - L'humanisme portugais et l'Europe, 1978).
- AZEVEDO, Pedro de, “O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio”: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 7, 1 (1913), pp. 71-88.
- BALBI, Adriano, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve...* Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, 2 vols.
- BATAILLON, Marcel, “Alonso Núñez de Reinoso y los marranos portugueses en Italia”, in M. BATAILLON, *Varia lección de clásicos españoles*. Madrid, Gredos, 1964, pp. 55-80.

- BAUDRY, Hervé, *Livro médico e censura na primeira modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM, FCSH/NOVA-UAçores, 2017. Disponível em linha: https://run.unl.pt/bitstream/10362/38844/1/CHAM_eBooks_E1_Livro_m_dico.pdf [Consultado em 27 janeiro. 2020].
- BRITO, Gomes de, *Notícias de livreiros e impressores em Lisboa na 2.ª metade do século XVI*. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1911.
- BUESCU, Ana Isabel, “Aspectos do bilinguismo Português-Castelhano na época moderna”: *Hispania: revista española de historia* 44 (2004), pp. 13-38
- CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M., “Núñez de Reinoso en portugués: traducción, adaptación y proyecto editorial”: *Criticón* 134 (2018), pp. 195-210. Também disponível em linha (publicado em 20 dezembro 2018, consultado em 28 de abril 2020): <http://journals.openedition.org/criticon/5207>; DOI: 10.4000/criticon.5207
- CARVALHO, Teresa Nobre de, *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente: contribuição dos textos ibéricos quincentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*. Lisboa, [s.n.], 2012 (Tese de doutoramento, História e Filosofia das Ciências, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Narcóticos*. Porto, Livraria de Clavel, 1882.
- CATALOGUE de la bibliothèque de M. Fernando Palha... [compil. José António Moniz; ed. lit. Fernando Palha]. Lisbonne, Imprimerie Libanio da Silva, 1896, 4 vols.
- COSTA, Júlio, “Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no ‘Inventário’ da Livraria dos Viscondes de Balsemão”: *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012), pp. 131-158.
- DESLANDES, Venâncio, *Documentos para a História da Typografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- DIAS, João José Alves
 — *Iniciação à Bibliofilia*. Lisboa, Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas, 1994.
 — “A colónia alemã de Lisboa face à Inquisição: um olhar sobre o século XVI”, in Maria Manuela Gouveia DELILLE (coord.), *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra, Minerva: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2007, v. 1, pp. 75-82.
- FONSECA, Fernando Taveira da, et al. (coord.), *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001.
- FRONT, Dov, “The Expurgation of the Books of Amatus Lusitanus”: *Book Collectors* 47 (1998), pp. 20-36.
- GONÇALVES, Ana F. C., *Classificação gráfica e tipográfica das folhas de rosto quincentistas das obras impressas em Portugal: contributos para um legado no âmbito do design de comunicação*. Porto, [s.n.], 2012 (Tese de doutoramento, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto).
- JÜSTEN, H. M., *Incunábulo e post-incunábulo portugueses (ca. 1488-1518): (em redor do material tipográfico dos impressos portugueses)*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009 (Orig.: Tese de doutoramento [em História], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006).

- LISBOA, João Luís, “Uma, duas, quantas edições?: os argumentos sobre a contrafacção de *Os Lusíadas* no século XVI”: *Cultura* 33 (2014), pp. 97-108.
- MANUEL II, Rei de Portugal, “Cartas de El-Rei D. Manuel II ao Prof. Edgar Prestage”: *O Instituto* 116 (1954), pp. 112-213.
- MATOS, Ricardo Pinto de, *Manual bibliographico portuguez de livros raros, classicos e curiosos*. Porto, Livraria Portuense, 1878.
- MENDES, Maria Valentina C. A. Sul, “Frontispícios ilustrados na tipografia portuguesa da segunda metade de Quinhentos: a herança de João Blávio de Colónia”: *Revista Portuguesa de História do Livro* 28 (2011), pp. 387-424.
- MORISON, Stanley, *First principles of typography*. 2nd edition. Cambridge, University Press, 1967.
- NORONHA, Tito de, “A Isea”: *O Pantheon: revista quinzenal de ciencias e letras* 11 (1880), pp. [169]-171.
- NÚÑEZ DE REINOSO, Alonso
- *Historia de los amores de Clareo y Florisea, y de los trabajos de Ysea, con otras obras en verso, parte al estilo Español, y parte al Italiano, agora nueuamente sacada a luz*. Venecia, por Gabriel Giolito de Ferrari y sus hermanos, 1552.
 - *La plaisante histoire des amours de Florisée & Clareo, & de la peu fortunée Ysea*. Traduite nouvellement de Castillan en François par feu M. Iaqués Vincent de Crest Arnault. Paris, chez Iaqués Keruer, 1554.
 - *História dos trabalhos da sem-ventura Isea natural da cidade de Éfeso e dos amores de Clareo e Florisea* [Lisboa?, João Blávio?, entre 1556-1563?].
 - *História dos trabalhos da sem-ventura Isea natural da cidade de Éfeso e dos amores de Clareo e Florisea*. Introdução: M. Á. Teijeiro Fuentes. Edição e notas: J. Carrasco González [prefácio de António Manuel Lopes Andrade]. Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2017.
- PACHECO, José, *A divina arte negra e o livro português: séculos XV e XVI*. Lisboa, Vega, D.L. 1988.
- PEDRO, Celeste Maria Lourenço da Silva de Oliveira, *Sixteenth-century print culture in the Kingdom of Portugal: a study on typographical specimens used in the printing houses of João de Barreira and João Álvares*. Porto, [s.n.], 2018 (Tese de doutoramento em Design, Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto).
- PEIXOTO, Jorge, “Alemães que trabalharam no livro em Portugal nos sécs. XV e XV”:
Gutenberg Jahrbuch 39 (1964), pp. 120-127.
- ROBERTS, Matt T.; BROWN, Margaret R.; ETHERINGTON, Don, *Bookbinding and the conservation of books: a dictionary of descriptive terminology*. Washington, Library of Congress, 1982.
- RODRIGUES, Isilda; FIOLHAIS, Carlos, “La censura inquisitorial en las Centurias de Amatus Lusitanus”: *Asclepio* 70, 2 (2018), p.229.
- ROSE, Constance Hubbard, *Alonso Núñez de Reinoso: the Lament of a Sixteenth-Century Exile*. New Jersey, Fairleigh Dickinson University Press, 1971.
- SANTOS, António Ribeiro dos, “Memoria para a história da typografia portugueza do seculo XVI”: *Memorias de litteratura portuguesa* [Academia Real das Ciências de Lisboa] 8, 1 (1812), pp. 77-147.

- SCHMITZ, Wolfgang, *Die Überlieferung deutscher Texte im Kölner Buchdruck des 15. und 16. Jahrhunderts*. Köln, [s.n.], 1990 [Tese (*Venia Legendi*) em Biblioteconomia, Faculdade de Artes da Universidade de Colónia].
- SILVA, António de Morais, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau...* Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vols.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez...* Lisboa, na Imprensa Nacional, 1858-1958, 23 vols.
- VITERBO, Sousa, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

**FREI MANUEL DO CENÁCULO E A REAL MESA
CENSÓRIA: NA HORA DA DESPEDIDA**

**FREI MANUEL DO CENÁCULO AND THE ROYAL
CENSORSHIP BUREAU: AT THE TIME OF
FAREWELL**

*Maria Teresa Payan Martins*¹

Resumo: A partir de um apontamento autógrafo presente no *Diário* de Dom Frei Manuel do Cenáculo, podemos reconstituir os últimos dias vividos em Lisboa pelo destituído Presidente da Real Mesa Censória antes de se retirar para Beja, para aí exercer as funções prelatícias do seu Bispado. Das suas palavras ressalta o desmoronamento de uma época de que fora figura cimeira e destaca-se a sua grandeza moral face à adversidade.

Palavras-chave: Frei Manuel do Cenáculo; Real Mesa Censória; Diário; Bispado de Beja

Abstract: Based on an autograph entry of the Diary of Dom Frei Manuel do Cenáculo, we can reconstruct the last days lived in Lisbon by the destitute President of the Royal

¹ CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa: teresamartins@fcs.unl.pt, <https://orcid.org/0000-0001-7295-224>.

Censorship Bureau before leaving to Beja, to exercise the prelate functions of his Bishopric there. From his words, we can highlight the collapse of an era in which he had been a leading figure, standing out his moral greatness in the face of adversity.

Keywords: Frei Manuel do Cenáculo; Royal Censorship Bureau; Diary; Bishopric of Beja

O título da presente comunicação remete-nos para um momento preciso da vida de Dom Frei Manuel do Cenáculo – o da sua destituição de todos os altos cargos exercidos e do seu “exílio” forçado em Beja. Não vamos, assim, evocar a sua trajetória intelectual, não vamos traçar o seu perfil de censor e de Presidente da Real Mesa Censória, não vamos recordar o seu papel fundamental na criação das mais importantes bibliotecas nacionais, não vamos destacar a sua faceta de ilustrado bibliófilo ou de avisado colecionador, vamos tão-só dar voz aos seus pensamentos, na altura em que os novos rumos políticos do reinado de D. Maria I levaram Cenáculo a retirar-se para o seu Bispado.

A morte de Dom José, ocorrida em 21 de fevereiro de 1777, precipitou a queda política do Marquês de Pombal e o afastamento dos seus fiéis colaboradores, entre os quais se encontrava Dom Frei Manuel do Cenáculo. Exonerado da presidência da Real Mesa Censória e substituído pelo Arcebispo de Lacedemónia; avisado por Frei José Mayne de que não era prudente visitar mais o Marquês de Pombal; forçado a apresentar um pedido de demissão dos seus lugares da Corte, prontamente concedido pela Rainha, Frei Manuel do Cenáculo, sagrado Bispo de Beja em 21 de outubro de 1770, retirou-se para o seu bispado em 22 de abril de 1777 e aí iniciou funções prelatícias até ser designado Arcebispo de Évora.

Embora “a queda de um grande homem seja mais impressionante que a sua ascensão”², para usar as palavras de Agustina Bessa-Luís,

² Agustina BESSA-LUÍS. *Sebastião José*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 217.

os biógrafos e estudiosos de Frei Manuel do Cenáculo, entre os quais avultam Francisco da Gama Caeiro e Jacques Marcadé, não revelam outros pormenores significativos deste momento histórico, senão os que acima indicámos.

Da leitura do *Diário* de Cenáculo, integrado no acervo da Biblioteca Pública de Évora e hoje disponível em suporte digital, fica claro que Dom Frei Manuel do Cenáculo mantinha um convívio regular com o Marquês de Pombal muito antes de 1768, ano a partir do qual o Franciscano foi nomeado para os mais altos cargos da hierarquia da Igreja e do Estado, o que, naturalmente, estreitou os laços afetivos entre ambos.

Como muito poucos, Cenáculo manteve-se fiel a Pombal até ao fim, perfeitamente consciente das intrigas palacianas em que o seu nome era envolvido e sem ilusões quanto ao desmoronamento de uma época em que fora figura cimeira.

É interessante notar que Frei Manuel do Cenáculo registou no seu *Diário*, logo em finais de julho de 1770, o seguinte comentário expendido pelo Reitor do Colégio dos Nobres: “No fim de Julho me constou que Joaquim Gomes Teixeira dissera (e quem me disse ouviu-lho imediatamente) que acabado o Marquês também acabava a Mesa Censória e que não valia de nada”.³

Já em plena Viradeira, dois apontamentos dispersos dão conta do seu desencanto quanto ao que se passava à sua volta. No primeiro, escreve que “na segunda-feira, 21 [fev. de 1777], faleceu El-Rei, meia hora depois da meia-noite”. E acrescenta: “Depois disso fui sempre indo a casa do Marquês até ao último de fevereiro ou primeiro de março, e não fui até ao último dia porque Mayne me disse que não voltasse lá, por causa da perturbação que havia e exame que naqueles dias se fazia de eu e o Marquês maquinarmos no reinado para que sucedesse o Príncipe [D. José, príncipe da

³ B.P.E., cod. CXXVIII/2-16, fol. 2.

Beira] e não a Princesa [D. Maria, Princesa do Brasil]; o neto e não a filha. Grande disparate e calúnia!”⁴ No segundo, uma observação crítica ao ambiente desses dias de agitação na Corte: “Ainda as cinzas de El-Rei estavam quentes, fora da terra, eram tais os impropérios, pasquinadas, versos, mudanças, alterações e novidades que, pertencendo a outra Estação”⁵, não podia ver com bons olhos os novos rumos da História.

Este clima de tensão, de perseguição e ódios, assinalado por Cenáculo, está na origem de um dos episódios em que o Franciscano se viu envolvido e que muito o desgostou. Entre os membros da Mesa Censória levantaram-se suspeitas quanto à idoneidade do Presidente deposto, materializadas no interrogatório feito, em meados de outubro de 1777, pelo Juiz do Crime do Bairro do Limoeiro ao Secretário da Real Mesa Censória, Alexandre Ferreira de Faria Manuel, preso sob acusação do crime de furto de livros proibidos da Real Mesa Censória e sua venda em benefício próprio, insinuando-se a coautoria do antigo Presidente da Mesa no crime em averiguação.⁶

Caído em desgraça, afastado do Paço, destituído de todos os cargos de poder, Frei Manuel do Cenáculo tem consciência que só pode contar com a fidelidade da Igreja e não hesita em assumir as funções prelatícias do seu Bispado.

Dom Frei Manuel do Cenáculo foi nomeado Bispo de Beja e Presidente da Real Mesa Censória no mesmo mês e ano – março de 1770. A sua erudição e o seu percurso religioso ao serviço da Ordem Terceira de São Francisco e da Igreja explicam, por si só, a sua nomeação como primeiro prelado de Beja, mas o autor anónimo da *Crónica manuscrita de D. Maria I* apresenta, nestes termos,

⁴ B.P.E., cod. CXXIX/1-17, fol. 96.

⁵ *Ibidem*.

⁶ B.P.E., cod. CXXIII/1-10, doc. 69.

uma outra explicação: “Satisfeito o Conde de Oeiras, de ter sido condenada pela Mesa Censória a pastoral do Bispo de Coimbra, premiou com brevidade os três censores: ao primeiro (João Pereira Ramos) fez procurador da Coroa e guarda-mor da Torre do Tombo; ao segundo (Frei Manuel do Cenáculo), Bispo de Beja, mestre e confessor do Príncipe e ao terceiro (Frei Inácio de São Caetano) Bispo de Penafiel e confessor da Princesa.”⁷ Seja como for, certo é que o então Presidente da Mesa Censória foi sagrado Bispo em outubro de 1770, na presença da Família Real, na capela do Palácio da Ajuda, e só sete anos mais tarde, com 53 anos de idade, assumiu efetivamente o exercício das suas funções, as quais cessaram em 1802, quando foi nomeado Arcebispo de Évora. Este facto levou a que os seus detratores o atacassem, pondo a circular quadras deste teor: “De que serve na cidade/De Lisboa a Sé de Beja?/Nem o Príncipe deseja/Para seu Mestre um frade”. Outros apoucavam-no, lembrando o aforismo: “Beja, terra sem fé nem Sé”.

A tudo resistiu Frei Manuel do Cenáculo. Inabalável na sua dignidade, fiel aos seus princípios, registou no *Diário*, os últimos dias vividos em Lisboa, antes de se retirar para a sua diocese, num texto autógrafo, em quatro fólios, escrito numa caligrafia de não muito fácil leitura, contrastando em extensão com a maioria dos apontamentos breves que caracterizam a mencionada obra.⁸

⁷ Caetano BEIRÃO. *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a história do seu reinado*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934, p. 98.

⁸ B.P.E., cod. CXXIX/1-17, fol. 94-95v.

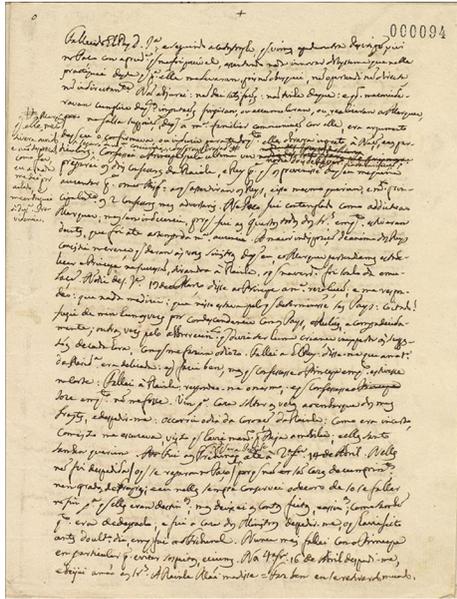


Figura 1 – Início do texto autógráfico de Dom Frei Manuel do Cenáculo, inserto no *Diário*, relativo aos últimos dias vividos em Lisboa, antes de se retirar para a diocese de Beja.

“Seguro da sua consciência” e depois de se ter posto nas mãos da “Divina Providência”, Cenáculo abre o texto com uma declaração de princípios, face à sua situação após a morte do rei D. José, a qual assume, em nosso entender, o carácter de um autorretrato moral. São estas as suas palavras:

Falecido El-Rei D. José, e seguindo a catástrofe, que vimos aqueloutra descrição, vivi no Paço com a prudência que me foi possível, assentando não inovar do sistema que nele pratiquei desde que para ele me levaram, pois não o busquei, não o pretendi nem direta nem indiretamente. Não abjurei; não dei satisfações, não tinha de quê, e quando me consideraram cúmplice daquelas imputações que fingiram ou acumularam ou realizavam ao Marquês, na falsa suposição de que a minha familiar comunicação com ele era argumento de que eu o confirmava ou induzia para tudo quanto ele obrara ingrato à Nação e aos particulares.

Evoca, depois, os últimos atos praticados no Paço: Confessou o Príncipe pela última vez no dia dois de fevereiro, dia da Purificação; preparou os dois confessores da Rainha e Rei para que os prevenissem de que se queria ausentar para o seu Bispado, “ao que assentiram os Reis e isso mesmo queriam e muito principalmente os dois confessores seus adversários”. No Paço foi contemplado “como adicto ao Marquês, mas sem indecência”, porque foi “aos quartos todos dos Senhores enquanto estiveram doentes, que foi até ao tempo da sua ausência”.

Frei Manuel do Cenáculo estava ciente da acusação que sob ele impendia e sentia-se injustiçado, como se retira das suas palavras: “A maior indisposição de ânimo dos Reis consistiu na crença que deram às vozes sinistras de que eu e o Marquês pretendíamos estabelecer o Príncipe na sucessão diante à Rainha, o que na verdade foi sonho da emulação.”

Mas a hora era de despedidas e o Bispo de Beja não se furtou a esse momento doloroso.

No dia de S. José, 19 de março, participou ao Príncipe da Beira a sua resolução. A reação de D. José desgosta o seu dedicado mestre e confessor, apesar da compreensão manifestada. “Respondeu-me, assinala Cenáculo, que nada me diria, que nisso estava pelo que determinassem seus Pais: Coitado! Fugiu de mim umas vezes por condescendência com os Pais e Autores e compadecidamente; outras vezes pelo aborrecimento que devia ter uma criança inexperta às sugestões de cada hora, com que me faziam odioso.” Mas Frei Manuel do Cenáculo já tinha tomado a decisão de “nunca mais falar com o Príncipe em particular, para evitar suspeitas e ciúmes.”

Seguidamente, falou em separado com o Rei e com a Rainha – ambos aludiram à delicadeza do momento, convieram que “fazia bem” em se afastar de Lisboa e foram unânimes em que “confessasse o Príncipe enquanto estivesse na Corte”.

No dia 16 de abril, quarta-feira, “beijou a mão às Senhoras”, tendo a Rainha-Mãe reconhecido que “fazia bem em retirar-se do Mundo”. Foi conduzido pelo Bispo de Penafiel ao quarto da Rainha, “que o despediu com agrado, e lhe beijou a mão por lhe conservar o ordenado de confessor”.

Cumprida esta obrigação, havia que acautelar aspetos práticos da vida, de que Cenáculo dá nota, não sem um toque de ironia: “Vim para casa soltar as velas ao embarque dos meus trastes e despedir-me: ocorria a dia da coroação da Rainha; como era incerto, com isto me escusava, visto que havia mandado para Beja a mobília, e eles, Santo Senhor, queriam.”

Retoma, então, o tema da cessação de funções e a protocolar apresentação de cumprimentos, agora relativa aos tribunais a que presidira e escreve:

Fui aos tribunais, de que era Presidente, até à segunda-feira, 14 de Abril. Neles não fiz despedida (o que se reparou no Paço) porque não são casas de cumprimentos nem grades de freiras e eu neles sempre conservei o decoro de só se falar no fim para que eles eram destinados, mas deixei as contas feitas e assinadas como também quanto era de despacho e fui a casa dos Ministros despedir-me, o que havia feito antes do último dia em que fui ao tribunal.

Quebradas definitivamente as amarras que o prenderam tantos anos ao Poder, faltava a despedida do seu Convento de Jesus. Reserva para os seus irmãos frades o comentário mais amargo e mais duro, não escondendo como o sentimento de ingratidão por muitos manifestado o feriu profundamente. Eis as suas palavras:

No dia sábado 19 de Abril, removido dos meus irmãos frades que trabalharam e se esforçaram por me arruinar, infamar e expelir, os mesmos que acabavam de me fazer sociedade e a meu irmão no seu governo, havendo eu gastado desvelos, fazenda,

honra, dinheiro, crédito e todo o género de beneficência da minha possibilidade desde Janeiro de 1743, sempre com a reta intenção e jamais alterada de ver a Providência Santa e sábia, e cuja descrição pertence a outra parte, removido assim, me despedi de cada um nas suas celas.

Chegada a hora da partida, “ao sair da Portaria disse ao Provincial que jamais se esqueceria da Província que o criara”, mas o Provincial e o Ministro fizeram questão de o acompanhar, nas suas seges, “ao escaler que estava na Ribeira Nova”. A frase que assinala o momento exato da partida pode interpretar-se como um lema de vida: “Embarquei, ao partir o escaler, acenei de despedida e não olhei mais para trás.”

A descrição da viagem até Beja é pormenorizada e entrecortada pelos pensamentos que povoavam o seu espírito.

Depois de reconhecer que ainda em Lisboa, em “todos os dias de perturbação”, se preparara “fundo do coração” para ir para a sua Igreja e de revelar que “celebrara muitas vezes a esse fim”, refere, nos termos que se seguem, a primeira etapa da viagem: “Saímos com a mais feliz maré e dentro em uma hora chegámos a Aldeia Galega; jantámos e fomos dormir aos Pegões.”

A viagem era propícia à reflexão e Frei Manuel do Cenáculo traz à lembrança “os afetos com que muitas e repetidas vezes, nas janelas do quarto do Príncipe, que davam para o Alentejo, recordava, desde que fora Bispo, a sua obrigação de Pastor ausente e que sendo o primeiro Bispo e fundador até o amor-próprio o reprendia de que não eram aqueles epítetos ajustados à sua ausência na Corte.” Nestes “afetos continuados fez a sua jornada, indo no domingo jantar a Silveiras, dormir a S. Tiago do Escoiral, na segunda-feira jantar às Alcáçovas, a casa do Diogo Fragoso, cujo filho, Manuel Estanislau, lhe fora oferecer em Lisboa (caso raro naquelas circunstâncias), dormir a Cuba e, na terça-feira 22

de Abril, jantar a Beja, esperado legítima e civilmente pela cidade em dia faustíssimo, como consta da Relação.”

Deus o foi ajudando com ânimo “e o maior desapego de frades e da Corte”. O seu pensamento e as suas energias concentravam-se agora num só objetivo – exercer as funções prelatícias com zelo, como evidenciam os propósitos enunciados: “Pregar, exortar, ensinar por todos os meios e caminhos, dar esmolas e empregar na minha Esposa quanto for meu de espírito, diligência e possibilidade material e espiritual; educar a mocidade; dar bom exemplo e propor-me aos Bispos que devo ter diante dos olhos. Buscar pela humildade e humilhações a minha expiação, que não falta de quê; estabelecer sãs doutrinas e fazer o Clero aceitável em Fé e digno das necessidades dos Povos.”

A vista da cidade “enterneceu-o” e reforçou o seu desejo de ser um bom Pastor. A História já se encarregou de provar como foi fecunda a sua ação evangélica.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

BPE – Códice CXXVIII – 1-10: Correspondência do Secretário da Real Mesa Censória, Alexandre Ferreira de Faria Manuel, para Dom Frei Manuel do Cenáculo (1770-1780).

BPE – Códice CXXVIII – 2-16: Diário de Dom Frei Manuel do Cenáculo.

BPE – Códice CXXIX – 1-17: Diário de Dom Frei Manuel do Cenáculo.

BPE – Códice CXXIII – 1-10, doc. 69.

Fontes impressas

BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a história do seu reinado*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

BESSA-LUÍS, Agustina, *Sebastião José*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

CAEIRO, Francisco da Gama, *Frei Manuel do Cenáculo – aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959. (Reproduzido em CAEIRO, Francisco da Gama, *Dispersos*. Organização de Maria de Lourdes Sirgado Ganho. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 3 vols.; vol. 1, pp. 333-499).

MARCADÉ, J., *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, évêque de Beja, archevêque d'Évora (1770-1814)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL

UNIVERSITY PRESS IN BRAZIL

*Paulo Franchetti*¹

Resumo: Este artigo traça uma história da publicação de livros no Brasil, na qual as editoras universitárias desempenharam um papel central. Desde as primeiras iniciativas de constituição de editoras universitárias, até o seu apogeu, na primeira década do século XXI, apresenta-se aqui um relato dos desafios superados e das suas grandes realizações.

Palavras-chave: Editoras universitárias; Cultura brasileira; Mercado editorial acadêmico no Brasil; História do livro no Brasil

Abstract: This article traces a history of book publishing in Brazil, in which university presses played a central role. From the first initiatives to set up university presses to their climax in the first decade of the 21st century, we present an

¹ Unicamp/CNPq: paulofranchetti@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-7316-5485>.

account of the challenges overcome and the great achievements accomplished.

Keywords: University press; Brazilian culture; Brazilian academic book market; History of book publishing in Brazil

Quando nos ocupamos da imprensa universitária no Brasil, impressionam igualmente a qualidade propriamente editorial das suas mais representativas editoras e a sua presença no mercado, seja por meio da distribuição para livrarias comerciais, seja pela circulação dos produtos nos *campi* universitários. No que diz respeito a esta última forma de presença e divulgação, é importante notar que, no Brasil, grande parte das editoras acadêmicas organizam regularmente feiras de livros e mantêm livrarias próprias, nas quais são comercializados os títulos das congêneres, obtidos por meio de uma rede de distribuição cooperativa, gerida pela associação em que se congregam. Essa distribuição capilarizada e os descontos praticados em feiras permitiram que as editoras universitárias pudessem desempenhar a contento seu principal papel, atendendo ao propósito de sua criação: fornecer bibliografia especializada, a preço justo e com qualidade, para atender à crescente demanda de livros decorrente de uma expansão vertiginosa dos cursos de graduação e pós-graduação no país ao longo do último terço do século passado.

Ao examinar aqueles que podem considerar-se os anos dourados da imprensa acadêmica brasileira – o período que compreende as últimas décadas do século XX e a primeira do presente –, avulta um momento simbólico: na Bienal do Livro de São Paulo, em 2003, as editoras universitárias reuniram sua produção no maior estande da exposição; um estande que foi também dos mais dinâmicos, em termos de lançamentos e palestras, dos mais bem decorados e dos mais visitados pelo público adulto.²

² Embora o volume e a qualidade das publicações demonstrassem o progresso da edição universitária brasileira, é certo que elas não possuíam na época, como

Outro testemunho eloquente do alto impacto da produção universitária encontramos quando percorremos, ano a ano, as listas de vencedores dos mais importantes prêmios literários brasileiros, nas quais a presença das editoras universitárias é numerosa, constante e crescente até metade da década de 2010, obtendo elas sucesso em todas as categorias nas quais se concentra sua produção.

Por fim, cumpre observar que as mais prestigiosas dentre essas editoras, as de maior relevo editorial e as que receberam os mais importantes prêmios, foram justamente as três que – apesar da sucessão dos reitores e dos embates pelo poder no interior das universidades – não sofreram alterações nem intervenções no seu corpo diretivo. Creio que esse fato se explica, acima de tudo, pelo amplo reconhecimento da importância da editora universitária, que levava as universidades a evitar, prudentemente, solução de continuidade na sua gestão.

Ao longo daqueles anos, constituiu-se, assim, um agrupamento duradouro de pessoas altamente comprometidas com o livro universitário, que somavam esforços, sem prejuízo da emulação constante, em prol da causa do livro no Brasil. Por isso mesmo, assim como a Bienal de 2003 é um símbolo do triunfo de um projeto, é também simbólico, mas do fim de uma era, o fato de que as três principais e mais atuantes editoras universitárias deixaram de ser dirigidas, uma após outra, num prazo de apenas dois anos, pelas pessoas que as conduziram por mais de uma década: o presidente

não possui hoje, recursos para custear o aluguel e a decoração primorosa de um estande daquela dimensão num evento daquele porte. Isso só se tornou possível, assim como a participação em outros eventos do mesmo tipo, no Brasil e no exterior, graças ao patrocínio da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Aliás, um estudo por fazer é verificar o quanto deve o sucesso da edição universitária no Brasil aos aportes financeiros diretos e indiretos da Imprensa Oficial, que favoreceram não apenas as principais editoras paulistas, mas também a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). É uma história por fazer, e nela avultará seguramente a figura ímpar de Sérgio Kobayashi, que fez na Imprensa Oficial uma gestão brilhante em tudo que diz respeito ao apoio à publicação e à difusão do livro universitário.

da Editora da USP, que a dirigiu por 25 anos, foi alijado do cargo em 2016; o da UNESP, que a liderou por 21 anos, foi dispensado em 2015; e o da UFMG, que ao longo de 15 anos deixou a sua marca no mundo editorial, foi afastado da direção em 2015. Além desses, pela mesma época, outros diretores de editoras universitárias de relevo foram também substituídos, o que marca um momento de virada, anterior inclusive aos eventos políticos que sacudiram o país a partir de 2016.

A história da edição universitária que se vai ler a seguir não pode, porém, limitar-se ao período mais recente: tem de ser extensa. Tem de examinar desde o começo a breve história da edição no país e a ainda mais breve história da instituição universitária, pois só assim será possível expor as especificidades do caso brasileiro, isto é, os traços que permitiram essa floração surpreendente, que não parece encontrar paralelo, em importância e vinculação acadêmica, em outra parte do mundo.

Com esse objetivo, procede-se a seguir a uma apresentação de dados relevantes sobre a produção de livros gerida ou apoiada pelo poder público, que tem como balizas cronológicas as primeiras décadas do século XIX (nas quais os marcos são o estabelecimento da imprensa no Brasil, em 1808, e a Independência, em 1822, que acarretou o fim do monopólio da Imprensa Régia) e o ano de 2018, data da primeira redação deste trabalho.

Na verdade, porém, o término real do panorama é o ano de 2016, quando ocorre o golpe parlamentar que afasta do poder a presidente eleita e instaura um regime espúrio, cujas forças de sustentação irão conduzir à presidência do Brasil, com a eleição de fins de 2018, o atual ocupante do cargo.

O ano de 2016 é um término do percurso, de fato, porque durante os dois anos seguintes, nos quais se gestou a chegada da extrema-direita ao poder, presenciou-se no país, como parte da estratégia eleitoral, um sistemático ataque à universidade pública, à pesquisa

universitária e à liberdade de opinião. Nesse período, o obscurantismo convocou, nas redes sociais, exércitos de robôs que promoveram inúmeras calúnias absurdas contra as universidades, reduzidas, na propaganda insidiosa, a antros de comunistas, parasitas sociais, drogados e desregrados sexuais. Na sequência, após o triunfo eleitoral, o governo instalado viu-se autorizado, pela receptividade e eficácia da campanha anterior, a reduzir brutalmente as verbas destinadas à manutenção das universidades federais, de que decorreu a inviabilização atual de várias editoras nascentes ou mesmo já consolidadas. Ao mesmo tempo, o acentuado corte de recursos destinados ao funcionamento dos cursos de pós-graduação, na forma de eliminação de bolsas de estudos e do rígido contingenciamento de verbas de apoio, diminuiu o poder de compra do público preferencial do livro universitário: os estudantes, professores e bibliotecas universitárias. De modo que pouco se ganharia em tentar estender o período coberto por esta apresentação, tentando fazê-la avançar na cronologia, em direção ao presente. Isso porque, nesse brevíssimo período, o panorama sofreu forte inflexão negativa, que já não pode ser descrita nem compreendida a partir das linhas de força que atuaram na geração do objeto deste trabalho.

Visto desde este momento, isto é, desde 2020, o texto que vem a seguir terá provavelmente um sabor amargo. Talvez soe, para alguns que conhecem a triste realidade brasileira de hoje, como um elogio fúnebre. Esperamos que não. Que seja, pelo contrário, apesar dos danos do presente, um estudo que de alguma forma anime. Que seja uma apresentação que, ao celebrar e explicar um momento de esplendor, contribua para preparar um novo bom tempo que, quem sabe, ainda virá.

*

Sobre a história da imprensa de livros no Brasil há pesquisas de nível e de fôlego. Por exemplo, o trabalho clássico de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, publicado pela primeira vez em inglês

em 1982, traduzido para o português em 1985, e atualizado em 2005 e 2012.³ E sobre a imprensa acadêmica em particular, a obra de referência é *Editoras universitárias no Brasil – uma crítica para a reformulação e a prática*, de Leilah Santiago Bufrem, que foi publicada em 2000 e teve uma segunda edição atualizada e ampliada em 2015.⁴

Para esta apresentação não é o caso de compor um longo relato baseado nesses trabalhos. Entretanto, convém trazer logo de início alguns dados básicos sobre a produção de livros no Brasil e sobre a constituição de público para livros técnicos e monografias eruditas, porque sem uma ideia, ainda que vaga, do leque dos esforços para constituir no Brasil um catálogo amplo de interesse acadêmico, fica mais difícil avaliar o lugar, a importância e a especificidade das editoras vinculadas às universidades no Brasil.

No que diz respeito à publicação de livros em geral, o país teve um começo tardio. Como se sabe, até a transferência da corte, a impressão de livros era proibida na colônia. Apenas em 13 de maio de 1808 – data curiosa, pois no mesmo dia, 80 anos depois, seria assinada a lei que conduziria à queda da monarquia – começa oficialmente a história da imprensa no Brasil, com a criação da Imprensa Régia. Esse órgão da monarquia reteve, até 1821, o monopólio da impressão. De modo que só após a independência começaram a multiplicar-se as tipografias no país. E a crescer e a diversificar-se a produção de livros. Mas num ritmo lento: ao longo do século XIX, os livros de autores brasileiros como Machado de Assis e José de Alencar ainda eram impressos em França. E a primeira editora de peso no Brasil, que pôde competir com as francesas, foi a Francisco Alves, já no

³ Laurence HALLEWELL, *O livro no Brasil*. 3.^a ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

⁴ Leilah Santiago BUFREM, *Editoras universitárias no Brasil – uma crítica para a reformulação e a prática*. 2.^a ed. rev. e ampl. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

século XX, que se especializou no setor do livro didático e técnico, para uma população estudantil crescente.

Entretanto, para avaliar corretamente o quadro e não imaginar um público leitor menos acanhado do que era de fato, considere-se que a universalização do ensino primário é tardia no Brasil. De fato, embora em 1874 uma província, a de São Paulo, tivesse determinado a obrigatoriedade das primeiras letras, a iniciativa não foi seguida pelas demais: pelo contrário, em 1879 um projeto de lei que tornaria obrigatório o ensino primário na capital do país não conseguiu ser aprovado no congresso.⁵ Em consequência, 80% da população do país era analfabeta no primeiro ano da República (1889).

A redução desse índice foi lenta: o censo de 1920, época em que se dá o primeiro grande ciclo de difusão da literatura para o interior do país, com a atuação de Monteiro Lobato, apontava taxa de 65% de analfabetismo na população de mais de 15 anos; quarenta anos depois, no censo de 1960, quando já é sensível o decréscimo, essa taxa ainda se revela muito alta (40%). E basta considerar os números recentes para constatar que o ritmo de diminuição continuou constante, porém menor que o desejável, e sem saltos significativos: em 2000, entre os maiores de 15 anos cerca de 14% eram analfabetos e em 2016 ainda 7% da população não sabia ler nem escrever.⁶ O quadro é, porém, muito pior quando se considera não a alfabetização de modo abstrato, mas a alfabetização efetiva, no sentido da plena capacidade de leitura e escrita. De fato, um estudo concluído em 2015 apontava que 27% dos brasileiros entre 15 e 64 anos eram analfabetos funcionais. E o pior: dentre os 73%

⁵ Laurence HALLEWELL, *O livro...*, op. cit., p. 314.

⁶ A propósito, ver: Alceu Ravanello FERRARO, “Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?": *Educação e sociedade*, vol. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>; e Paula FERREIRA, “Brasil ainda tem 118 milhões de analfabetos, segundo o IBGE”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755> acesso em 07/08/2018 e em 18/05/2020.

de alfabetizados funcionalmente, apenas 8% foram avaliados como plenamente proficientes em leitura e escrita. Finalmente, outra conclusão espantosa: esses 8% se distribuíam em proporções iguais entre pessoas que cursavam ou haviam terminado o ensino médio e pessoas que cursavam ou haviam concluído o ensino superior – o que pode sugerir que todo o enorme investimento e esforço de criação de novos cursos superiores não tenha surtido grande efeito, no que toca ao desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita da população.⁷

Não obstante esse índice alto de analfabetismo funcional, a indústria do livro teve um crescimento acentuado até o segundo pós-guerra: de 146 editoras em 1936, chegamos a 280 em 1948. Entretanto, a parte impressionante dessa expansão se deu nos anos de 1930, como mostram, entre outros, os números do crescimento da Companhia Editora Nacional: criada em finais de 1925, a partir das cinzas da editora de Monteiro Lobato, publicou, em 1926, 27 títulos, tirando um total de 175.000 exemplares; em 1932, já imprime 158 títulos, com tiragem total de 1.192.000 exemplares, e cresce até atingir a média, entre 1938 e 1948, de 400 títulos e 3.500.000 exemplares por ano.⁸

No que diz respeito à produção livreira especializada, como assinala Hallewell, o marco divisório pode ser considerado a Revolução de 1930. Nas suas palavras: “a revolução constitui um marco tão fundamental para a nossa história – e, de fato, para a história do Brasil em geral – quanto a chegada da família real, em 1808, o foi para o país”.⁹ De fato, na sequência imediata da

⁷ Dados disponíveis no relatório *Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf. Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho*. São Paulo, Ação Educativa/ Instituto Paulo Montenegro, 2016. Disponível em http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads//09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso em 14/4/2018 e em 18/02/2020.

⁸ Laurence HALLEWELL, op. cit., p. 858.

⁹ Laurence HALLEWELL, op. cit., pp. 462-463.

tomada do poder por Getúlio Vargas, enterrando a aliança da velha oligarquia, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e no ano seguinte, 1931, tem início a reforma Campos. Datam dessa época a criação do Conselho Nacional de Educação e a implementação do ensino elementar gratuito, bem como a reformulação do ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos (um ciclo fundamental de cinco anos e um complementar, de dois anos, voltado à preparação dos candidatos para seguir carreira nas áreas de direito, biomédicas ou engenharias). Essa reforma foi, por sua vez, reformada 11 anos depois, quando Gustavo Capanema reverteu a ênfase nas ciências e fez retornar o ensino secundário à linha de formação tradicional, dando a ele a forma que perduraria até 1961: quatro anos de formação geral e três anos de formação complementar, em que a ênfase era dada à cultura geral e humanística.¹⁰ A obrigatoriedade do ensino básico e as reformas e reviravoltas no ensino médio, que obrigaram a adequar e readequar em pouco mais de uma década todo um conjunto de manuais de larga utilização em nível nacional, tiveram grande impacto na indústria do livro. Para atender principalmente à demanda de livros e manuais escolares, bem como às demandas dos cursos superiores, desenvolveu-se muito por essa época o parque gráfico do estado de São Paulo. Segundo Hallewell, em 1941 já estava em funcionamento ali um dos maiores centros gráficos do hemisfério ocidental, contando com 4.368 firmas de impressão, 33 litográficas e 26 de estereotipia, empregando 15.000 pessoas. Localizavam-se igualmente no estado 16 das 38 fábricas de papel, que respondiam por 70% da produção do país.¹¹

Se a imprensa teve implantação tardia no Brasil, o mesmo se pode dizer da universidade. Na verdade, em comparação com

¹⁰ Otaíza de Oliveira ROMANELLI, *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8.^a ed. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 158.

¹¹ Laurence HALLEWELL, op. cit., p. 540.

o resto do mundo, o Brasil entrou na era da universidade com enorme atraso. Enquanto em outros países da Ibero-América foram criadas universidades já no século XVI (São Domingos, 1538; Peru e México, 1551; Equador, 1586), no Brasil as primeiras instituições universitárias aparecem apenas no século XX.

É verdade que desde muito antes havia faculdades esparsas. De Direito e de Medicina, por exemplo. Mas universidades, no sentido pleno da palavra, só a partir dos anos de 1920 ou 1930. A oscilação das datas explica-se porque as primeiras autodenominadas universidades, como a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, nada mais eram do que a junção de três ou quatro faculdades isoladas. A primeira universidade brasileira, concebida como tal, é a Universidade de São Paulo, criada em 1934 e já adequada ao Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado em 11 de abril de 1931, que também reformulou a Universidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte foram criadas a Universidade do Distrito Federal e a Universidade de Porto Alegre, e a população estudantil do ensino superior beirava a casa dos 30.000. Essa expansão sofreu um revés quando do golpe de Estado de 1937: a Universidade do Distrito Federal, de concepção semelhante à da USP, que em 1936 já tinha 400 alunos e formara sua primeira turma em 1937, foi fechada pelo governo em 1939 – sob a acusação de abrigar muitos comunistas. Na sequência, viveu-se no plano federal um período de estagnação, diminuindo o número de formados, que só viria a recuperar o crescimento com o fim do Estado Novo, em 1945.¹² A partir daí foram criadas várias instituições federais, nas capitais dos estados, e foi criada a primeira Universidade Católica, no Rio de Janeiro.

¹² A propósito, consultar o documento: CPDOC/FGV, “A era Vargas”. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal> – s/d. Acesso em 14/4/2018.

Desde então o crescimento do ensino universitário foi rápido: em 1969 já eram 46 universidades e 342.886 estudantes de nível superior; e no Censo da Educação Superior realizado em 2017 e divulgado em 2018, o Brasil possuía 199 universidades, que, somadas às faculdades e institutos, perfaziam o total de 2.448 instituições de ensino superior, com um total de 8.286.633 estudantes matriculados.¹³

Um aspecto a considerar, no que diz respeito à criação de cursos superiores no Brasil, é o que isso significou em termos de levar o conhecimento e a publicação de escopo universitário para fora das capitais. E nesse aspecto o caso mais impressionante é o da unidade mais industrializada da Federação. É verdade que a USP, em si mesma, pelo caráter elitista dos seus cursos – boa parte ministrada, nos primeiros anos, em francês –, não produziu tantos formados quantos eram necessários à expansão do ensino médio no Estado.¹⁴ Entretanto, entre a redemocratização de 1945 e o golpe militar de 1964, como sua estrutura se revelasse insuficiente para atender à demanda de vagas – principalmente no que toca à formação de professores –, foram criadas nada menos que sete faculdades de filosofia, ciências e letras, e seis de caráter técnico no interior do Estado. Nesse processo foi a USP que serviu de modelo e parâmetro e foram seus professores que as dirigiram, convocando, na maior parte das vezes, seus egressos para integrar os quadros essenciais à distribuição capilar da universidade. Para ilustração da forma como

¹³ Laurence HALLEWELL, op. cit., p. 860; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2017*. Brasília: Inep, 2018. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 15/12/2018. Após a redação deste texto foi publicado o Censo de 2018 (o de 2019 ainda não tem data certa de publicação). Após 2017 não foi criada nenhuma universidade no Brasil. Foram, porém, criadas faculdades pela iniciativa privada, passando o número total de instituições a 2.537, e o número de alunos matriculados subiu para 8.450.755. A referência é a mesma da sinopse anterior, e o acesso deu-se em 18/05/2020.

¹⁴ Foi somente em 1941 que o número de formados na FFLCH ultrapassou a casa da centena. Laurence HALLEWELL, op. cit., p. 552.

foram implantados esses institutos, que em 1976 seriam agrupados para formar a Unesp, eis o depoimento do primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Antonio Soares Amora:

Eu achei que Assis devia ter uma Faculdade de Letras e como foi criada a Universidade de São Paulo, quer dizer, para gerar saber. Era preciso que em francês se produzisse em Assis um produto tão bom quanto se podia produzir em qualquer centro de estudos franceses. Era necessário produzir em Literatura Brasileira qualquer coisa tão boa quanto se podia produzir, digamos, talvez, em São Paulo, porque a coisa estava um pouco crítica em São Paulo, e por isso levei o Antonio Candido para a [Literatura] Brasileira. E depois levei o Jorge de Sena para a Literatura Portuguesa... O projeto foi feito em São Paulo. Ele saiu pronto e foi posto no chão pronto, foi todo preparado aqui na USP. Até a lista dos livros, dos pacotes, os caixotes, os impressos, foi tudo prontinho.¹⁵

Nos anos seguintes houve duas iniciativas de relevo, no campo universitário, com a criação de duas universidades concebidas e planejadas de modo inovador: a Universidade de Brasília, segundo um projeto grandioso de Darcy Ribeiro, que tem especial importância para este trabalho porque incluía desde o início a primeira editora universitária brasileira (1961); e a Universidade Estadual de Campinas, criada por decreto de 1962, mas instalada efetivamente apenas no período militar, em 1966.

Dentre as universidades brasileiras, a Unicamp se destaca por ter sido pensada e implementada como universidade de pesquisa e que, desde os primeiros anos, destacou-se não apenas pela produção científica, mas também pelo investimento preferencial em cursos de

¹⁵ Anna Maria Martinez CORRÊA, “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – Memória da criação das escolas que vieram a integrar a Unesp”. Disponível em http://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15_34.pdf, 2016. Acesso em 14/4/2018 e em 18/05/2020.

pós-graduação. Enquadrava-se assim e respondia a uma política de estímulo aos estudos de pós-graduação, institucionalizada em 1951 em nível federal com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), e do Conselho Nacional de Pesquisa (hoje denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Política essa de resultados espantosos num país subdesenvolvido, como se pode ver pela evolução dos números a seguir: as matrículas em curso de mestrado, que em 1956 eram de 1.983, saltaram para 107.150 em 1975; enquanto os doutoramentos partiram de 591 para 1.975 no mesmo período.¹⁶ Já um levantamento oficial durante o ano de 2015 chegou à cifra de 256.000 alunos matriculados em cursos de pós-graduação (121.451 em mestrados, 102.365 em doutorados e 27.865 em mestrados profissionais), sendo titulados, entre mestrados e doutorados, no mesmo ano, 65.142 estudantes (18.625 doutores, 46.517 mestres).¹⁷ Já em 2018 os números eram: 288.358 alunos matriculados, sendo 114.867 em cursos de doutorado, 131.607 em mestrados acadêmicos e 42.064 em mestrados profissionais.¹⁸

Considerando esses dados, é fácil ver que no terceiro quartel do século passado constitui-se rapidamente um significativo público de nível superior, a demandar livros e a incentivar a produção editorial para esse segmento. E mais claro fica o enorme salto que existe, na educação superior de graduação e pós-graduação, entre o início da década de 1970 e este momento. Que é justamente o período em que a edição universitária ganha corpo e excelência no país.

¹⁶ Lawrence HALLEWELL, op. cit., p. 860.

¹⁷ <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/231117-Relatorio-PNPG-Final-2016-CS.pdf>, acesso em 10/11/2018.

¹⁸ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. “Recursos Humanos – Indicadores sobre o ensino de pós-graduação”. Disponível em https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Recursos_Humanos/RH_3.5.1.html, acesso em 21/08/2018.

Edição estatal e editoras universitárias

Do ponto de vista da edição de interesse universitário, os anos de 1930 e 1940 foram excepcionais. Grandes editoras comerciais constituíram catálogos importantes e eruditos, geralmente sob a direção de intelectuais ligados à universidade. Um caso exemplar é a editora Martins, instalada em São Paulo. Iniciando atividades editoriais em 1940, criou coleções de relevo para os estudos universitários, como a Biblioteca Histórica Brasileira, dirigida por Rubens Borba de Moraes, a Biblioteca do Pensamento Vivo e, por fim, entre outras, a Coleção Mosaico, iniciativa pioneira de livros de formato pequeno e conteúdo exigente, pensada para ser vendida a baixo preço, na qual Antonio Candido publicou *Brigada Ligeira* (1945).

Nesse quadro de formação de acervos de leitura em sintonia com a evolução da escolarização, um acontecimento de grande importância foi a criação, em 1937, logo após a instauração da ditadura varguista, do Instituto Nacional do Livro.

Fundado com o objetivo expresso de promover a produção e a divulgação do livro no Brasil, o INL era dividido em três seções: (1) a seção da enciclopédia e do dicionário, com o objetivo de elaborar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário Nacional, que proporcionariam as bases para a definição e a afirmação da cultura nacional e da sua língua; (2) a seção de publicações, encarregada de “editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional”, e ainda desenvolver ações para “aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros”;¹⁹ e (3) a seção

¹⁹ Apud Mariana Tavares. *Um Brasil inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia brasileira do Instituto Nacional do Livro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 35. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3676753, acesso 14/11/2018.

de bibliotecas, dedicada à criação de bibliotecas nos municípios, oferecendo a elas assistência técnica e, principalmente, livros.

Dessas três, apenas a primeira, dirigida pelo poeta Américo Facó, e contando com a consultoria de Mário de Andrade, ficou sem cumprir, nem mesmo parcialmente, seus objetivos. O projeto elaborado por Mário de Andrade não foi implementado e quando, na década de 1950, a ideia foi retomada com modificações, já não tinha força nem sentido no âmbito do novo sistema cultural, no qual a universidade – e especialmente a Universidade de São Paulo, por meio da sua Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – passara a ser o lugar privilegiado na produção do conhecimento sobre o país.²⁰

O setor de publicações, dirigido por Sérgio Buarque de Holanda até 1944, teve um começo difícil: foram projetadas várias coleções para atender ao objetivo de constituir um catálogo de obras de referência da cultura brasileira, e, embora tenha havido publicações de relevo, como o *Dicionário do folclore brasileiro* (1963), de Luís da Câmara Cascudo, e a *Introdução ao estudo da literatura brasileira* (1963), de Brito Broca e José Galante de Sousa, os resultados, em termos de publicação própria, ficaram aquém do idealizado.

Já o setor de bibliotecas realizou uma tarefa notável. Para ter uma rápida ideia da penetração do livro de qualidade no interior do país, considere-se que já em 1941 havia no sistema, cadastradas

²⁰ Ver, a propósito do INL e seus projetos editoriais, os trabalhos de Mariana TAVARES, “Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991”: *Aedos*, vol. 6, n. 15, jul.-dez. 2014; “Uma obra ‘universal’ e universitária – Breve ensaio sobre a Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro e os projetos da década de 1950”: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 111, dez. 2016; “Digressões sobre o gênero enciclopédico – A Enciclopédia Brasileira em meio às transformações do campo científico da década de 1950”: *Mosaico*, vol. 8, n. 13, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70391>. O anteprojeto da enciclopédia teve duas versões: o texto entregue ao ministro Capanema e uma publicação em periódico, em 1940. Esta última foi objeto de uma edição cuidadosamente anotada por Flávia Camargo Toni, que permite verificar o escopo e as preocupações de Mário de Andrade ao pensar a questão da enciclopédia e seu lugar na cultura brasileira.

para envio de materiais, 1.325 bibliotecas, e tinham sido distribuídos, entre publicações próprias do INL e livros comprados para envio, 86.000 exemplares. Em 1946 o número de bibliotecas cadastradas subiria para 3.680. E em 1967 atingiria o montante de 11.000.²¹

Apesar da sua importância cultural enquanto projeto e realização, foi apenas a partir de 1970, quando encerrou a publicação própria e passou a coeditar livros de interesse com editoras comerciais, que o INL de fato influenciou na história da edição para a universidade.

Mas nessa época já duas grandes editoras de universidades públicas estavam em atividade: a da UnB e a da USP.²²

E aqui começa propriamente a nossa história.

A Editora da UnB foi criada em 1961. A da USP, no ano seguinte, 1962. Dois anos depois ocorreria o golpe de 1964, e no período que se sucedeu nenhuma outra editora universitária foi criada até 1970.

O modo de funcionamento das duas primeiras editoras universitárias brasileiras era muito diverso. A da UnB nascia já com um orçamento, que em valores de hoje seria de cerca de 100 mil dólares, destinado a permitir que cumprisse a missão de publicar textos relevantes para a formação de repertórios eruditos. Com esse perfil, começou a compor seu catálogo com a coleção Biblioteca Básica Brasileira, que reuniria obras relevantes na área de artes e humanidades. Ali foram publicados, por exemplo, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *A cultura brasileira*, de

²¹ Aníbal BRAGANÇA, “As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)”: *MATRIZES*, Ano 2, n.º 2, primeiro semestre de 2009, p. 228.

²² Hallewell afirma que a primeira editora universitária foi criada em 1955, na UF de Pernambuco (op. cit., p. 698). Bufrem, que a primeira é a da UnB (*Editoras universitárias...*, op. cit., p. 39). Na verdade, o que importa aqui é menos a definição da anterioridade do que o início da presença efetiva da editora universitária no panorama editorial brasileiro.

Fernando Azevedo, e *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre.²³ E ao longo dos anos firmou um catálogo impressionante de textos clássicos de filosofia, política e antropologia, ao mesmo tempo que adquiriu direitos de publicação de obras contemporâneas nos vários domínios do conhecimento. É certo que também publicou coedições, mas o catálogo foi sendo composto praticamente de livros próprios. Para ter uma ideia da dimensão, considere-se que em 2004 a editora havia publicado 1.500 títulos, além de manter uma revista trimestral intitulada *Humanidades*, que foi publicada até 1974, com tiragem de 20.000 exemplares.²⁴

Uma atuação de tal vulto não deixou de causar alvoroço no mercado editorial, uma vez que era a primeira vez que o Estado efetivamente publicava livros de modo sistemático e em escala. A reação das editoras privadas não se fez esperar muito. O Sindicato Nacional dos Editores de Livros passou a reunir reclamações quanto à atuação da UnB, que inclusive se mostrava capaz de competir com a iniciativa privada na aquisição de direitos nas grandes feiras internacionais.²⁵ A polêmica explodiu em 1981, quando o *Boletim Informativo* trouxe um artigo do editor da Nova Fronteira, Sérgio Lacerda, intitulado “O Livro, as Editoras e o Estado-Editor”.²⁶

Já a Editora da USP começou seus trabalhos de modo muito diferente. De fato, no documento elaborado pela comissão responsável pela sua implantação vinha expresso o lugar que lhe era reservado: a Edusp “não competirá com editoras particulares”, exceto para

²³ Leilah Santiago BUFREM, op. cit., p. 153.

²⁴ Em 2018, a Editora UnB contava com 1.333 títulos em catálogo, sendo 620 ativos e disponíveis para venda.

²⁵ Ver, a propósito, registro da presidente do Snel: Regina Bilac PINTO, em Snel. HISTÓRIA. Disponível em <https://snel.org.br/o-snel/quem-somos/conheca-nossa-historia/>. Acesso em 14/4/2018 e em 18/05/2020.

²⁶ Ver: Sérgio LACERDA, “O Livro, as Editoras e o Estado-Editor”: *Boletim Informativo*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1981; e Leilah Santiago BUFREM, op. cit., p. 42.

defender o direito do autor, estimular a renovação do catálogo de interesse para a universidade e permitir a redução do preço dos livros.

Após um começo tímido, entre 1964 e 1988 a Edusp funcionou apenas como coeditora: recebia propostas de editoras de mercado e solicitava parecer de mérito de um especialista da casa. Uma vez aprovada a publicação, a comissão editorial decidia quantos exemplares adquiriria, quase sempre o que representasse um terço da tiragem, com desconto entre 30 e 40%. E se encarregava do pagamento dos direitos autorais dessa parte adquirida.

Na prática, isso significa que o editor comercial tinha subsídio total da edição, sem sequer o risco da competitividade, pois a Edusp comprava com desconto de livraria e por contrato ficava impossibilitada de vender os livros fora dos seus *campi*.

Sem estrutura de vendas, o resultado foi que, em 1989, quando passou pela reformulação que lhe deu a feição atual, encontravam-se em estoque mais de 400.000 exemplares dos livros coeditados, sendo 149.000 – para ter ideia do descalabro – referentes a apenas uma coleção, coeditada com uma única editora.²⁷

Tendo em vista esse quadro, pode-se dizer que a Edusp, de 1964 até 1989, não foi – a rigor – uma editora, pois só atuava na seleção dos títulos e na compra de parte da tiragem, sem deter os direitos autorais, sem meios efetivos de estabelecer preço de capa e sem poder comercializar livremente a parte que lhe cabia de cada edição.

Nesse sentido, a Edusp, nesses primeiros tempos, assumia o papel básico de financiadora da edição de interesse universitário. Equiparava-se, mas com muita desvantagem, ao Instituto Nacional do Livro, que a partir de 1970 deixara de publicar e passara a ser apenas, como a Edusp, coeditor.

²⁷ Plínio MARTINS FILHO, Marcelo ROLLEMBERG, *Edusp – um projeto editorial*. 2.a ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001, p. 57.

A diferença é que o INL tinha um papel ativo, seja na escolha dos títulos – que frequentemente eram indicados por ele –, seja nos custos da edição, pois participava da elaboração do orçamento e da definição do preço de venda. Preço esse que vinha inclusive impresso na capa, enquanto o permitiu a inflação. Além disso, a importância social do INL foi enorme, pois toda a sua parte de cada edição não era vendida, mas sim doada a bibliotecas públicas.

O espectro dessas publicações, de que normalmente se tiravam 5.000 exemplares, era amplo. Estendia-se dos livros da escola primária, distribuídos gratuitamente a alunos carentes e vendidos com desconto de 40% aos demais, até “obras fundamentais da cultura brasileira”, conforme especificava um decreto normativo de 1976.

No que diz respeito à edição destinada exclusivamente à universidade, sua ação também foi notável: em 1972 as coedições se estenderam a esse segmento e no ano seguinte o INL iniciou uma política de financiamento a autores brasileiros que se dispusessem a produzir manuais universitários em áreas em que não houvesse oferta de livros em português.

O INL, embora fossem os anos de 1970-1980 o período de sua mais notável atuação, continuaria a apoiar a publicação de interesse cultural e universitário até a sua extinção, em 1991, no governo de Fernando Collor.²⁸

²⁸ Embora esteja fora do escopo deste texto, vale a pena lembrar que os anos 90 constituíram, do ponto de vista da atuação governamental para a difusão do livro, um período de poucas realizações, ainda que de grandes gastos governamentais, por falta de coordenação e de planejamento de ações consequentes. Foi apenas no primeiro governo Lula que teve início uma política de amplo alcance e grandes realizações, com a promulgação da Lei do Livro (2003), a completa desoneração fiscal do livro no Brasil (2004) e, finalmente, com a criação, em 2006, do Plano Nacional do Livro e da Leitura. A propósito, ver: Galeno AMORIM (org.), *Políticas públicas do livro e da leitura*. Brasília/São Paulo, Organização dos Estados Americanos/Cultura Acadêmica, 2006. O PNLL não contemplou diretamente a imprensa universitária ou a universidade. Por isso não entra neste rápido panorama, apesar da sua relevância social. Um conjunto de dados e textos que permitem vislumbrar os objetivos e a extensão do Plano se encontra em <http://www.cultura.gov.br/pnll>. Para uma análise da política cultural e de difusão do livro no século XX brasileiro, ver o panorama

Para quem conhece a história do Brasil, é naturalmente de estranhar uma tão ampla atividade num dos períodos mais autoritários da vida nacional, o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Como órgão federal, é certo que o INL estava sujeito ao controle governamental. Mas é notável que, como aponta Hallewell, não pareça ter havido filtro político na escolha das editoras parceiras, pois algumas notórias adversárias do regime participaram do programa de coedições, como foi o caso da Civilização Brasileira e da Paz e Terra – cujo editor, Ênio Silveira, tinha sido preso sete vezes pelo regime –, que tiveram no período 21 coedições.²⁹

A verdade é que o quadro da produção de livros no período militar é muito complexo. Renato Ortiz, num livro que traz como subtítulo “cultura brasileira e indústria cultural”, assim descreve os decênios que precedem a expansão da edição universitária:

O que caracteriza a situação cultural dos anos 60 e 70 é o volume e a dimensão do mercado de bens culturais. [...] Durante o período que estamos considerando ocorre uma formidável expansão, a nível de produção, de distribuição e de consumo da cultura; é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa.³⁰

Mas o que mais impressiona no período, para o que aqui interessa examinar, é outra coisa: é a forma como se entrelaçaram a cultura erudita e a indústria cultural, e como esta se dedicou à produção de livros de interesse universitário. Mais do que isso, impressionam os dados de produção e consumo. Um caso é exemplar: a coleção “Os Pensadores”, publicada pela Abril Cultural entre 1973-1975.

crítico de Felipe LINDOSO em *O Brasil pode ser um país de leitores? – Política para a cultura / política para o livro*. São Paulo, Summus, 2004.

²⁹ Lawrence HALLEWELL, op. cit., p. 622.

³⁰ Renato ORTIZ, *A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*. 5.^a ed. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1995, p. 121.

Composta por 52 volumes, organizados pelo escol intelectual universitário em traduções bem cuidadas e, na sua maioria, da língua original, a coleção atingiu um público inatingível pelos meios tradicionais de difusão do livro, porque foi vendida em bancas de revistas, valendo-se da estrutura de distribuição das revistas de massa. O resultado foi notável: os livros venderam uma média de 100.000 exemplares por semana e até hoje são utilizados em cursos universitários. Essa coleção foi precedida ou seguida por outras, que se valeram da mesma forma de distribuição. Dentre elas, destaca-se a intitulada “Imortais da literatura” – 50 volumes publicados também quinzenalmente entre 1970 e 1972. Já em 1983, às vésperas do momento de expansão das editoras universitárias, a mesma editora Abril Cultural distribuiu uma nova edição de *O Capital*, vendendo 60.000 exemplares apenas no primeiro mês.³¹

Esses dados mostram, além de uma curiosa configuração da cultura brasileira, um fato digno de nota: dada a inexistência de uma rede de distribuidores e de livrarias, e dadas a expansão do ensino universitário e a valorização da cultura erudita (talvez abstrata, mas em todo caso atuante), coube à indústria cultural suprir essa demanda reprimida, mas não de qualquer forma (por exemplo, editando traduções de traduções, pautadas pelo preço e a fácil disponibilidade) e sim pela contratação de intelectuais reconhecidos, egressos da universidade ou pertencentes, na sua maior parte, ao seu quadro docente, e a eles delegando o trabalho de elaboração dos volumes.³²

A atuação de intelectuais acadêmicos na indústria cultural brasileira e a importância dessa interação fogem aos limites deste trabalho, mas sem dúvida mereceriam mais atenção dos pesquisadores interessados

³¹ Lawrence HALLEWELL, op. cit., p. 568.

³² Aqui talvez pudesse dar o meu testemunho: não fossem as grandes coleções da Abril Cultural, que chegavam até a pequena cidade sem livrarias nem bibliotecas onde eu vivia, dificilmente teria tido interesse pela carreira intelectual na área das humanidades.

na singular conformação da cultura brasileira de finais do século XX. Para os nossos fins, porém, basta registrar que a demanda reprimida por textos de interesse universitário – à qual se dirigiram essas coleções – deve ter contado como fator importante na expansão das editoras universitárias fora das capitais do Sul e do Sudeste do país.

A expansão da imprensa universitária

Enquanto, na década de 1970, a Editora UnB prosseguia seu projeto editorial aos trancos e barrancos, por conta da repressão política, a USP continuava financiando editoras comerciais e a indústria cultural ocupava espaços, a necessidade de atender à demanda de livros por parte de um público acadêmico crescente nas várias unidades da Federação estimulou a criação de editoras em universidades fora do eixo Rio-São Paulo. Para apoiar e aprimorar essas novas editoras, na década seguinte foi criado o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual nas IEs-Federais (Proed), destinado a subsidiar editoras vinculadas a instituições de ensino federais. O Proed, ao mesmo tempo, estimulou a implantação de novas editoras universitárias, sendo criadas, durante a sua vigência (1981-1988), nada menos do que 26 delas.

É certo que essa denominação recobria na época tanto as gráficas que se improvisaram em editora sem estrutura para tal, até várias verdadeiras editoras, dotadas de estrutura de seleção de originais, preparação e distribuição. Por isso mesmo, o Proed, além de financiar a produção, trabalhou para garantir a qualificação mínima das casas editoriais, trazendo, em suas recomendações, que as beneficiárias que não possuísem conselho editorial deveriam constituí-lo o mais rápido possível.³³

³³ Leilah Santiago BUFREM, op. cit., p. 131.

Na sua variedade de estrutura e vinculação a universidades, a verdade é que o número de organismos identificados como “editora universitária” cresceu muito rapidamente: em 2000 já havia 66; em 2015, 98, e hoje, reunidos na Associação Brasileira de Editoras Universitárias, já são 121. Desses, a maior parte se vincula a universidades federais e estaduais (73); 10 são autarquias e 38 pertencem a universidades particulares.

Entretanto, a denominação “editora universitária” continua abrangente, como mostra a simples leitura dos nomes das integrantes da Associação Brasileira de Editoras Universitárias, pois não é evidente que um órgão como a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo pertença à categoria “universitária”, mesmo que se tenha definido formalmente, em certo momento, como editora.³⁴

Sem levar adiante essa questão, que tem a ver também com o financiamento público das editoras acadêmicas – uma vez que órgãos como a Imprensa Oficial patrocinaram amplamente as atividades da associação e desenvolveram políticas de coedições que permitiram enorme ganho de qualidade e aumento de tiragem –, voltemos agora à história da edição universitária, para assinalar o grande acontecimento que foi a reformulação da Editora da USP, ocorrida a partir de 1989 e que vai torná-la rapidamente a mais importante editora universitária do Brasil, seja pelo impressionante catálogo,

³⁴ Como notam Maria do Carmo Guedes e Maria Eliza Mazzili Pereira, essa dificuldade de conceituação do que seja editora universitária é antiga: o primeiro estatuto da ABEU (fundada em setembro de 1987) trazia, como requisito para a filiação, que a pretendente tivesse conselho editorial e estivesse vinculada a uma instituição de ensino superior; ainda na revisão do estatuto, em 1999, essas mesmas exigências foram reafirmadas. (Consulte-se, a propósito, Maria do Carmo GUEDES, Maria Eliza Mazzili PEREIRA, “Editoras universitárias – uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural?": *São Paulo em perspectiva*, vol. 14, n. 1, jan.-mar. 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000100009>. Já no estatuto aprovado em 2005, desapareceram tanto a exigência do conselho, quanto a de estar ligada a uma instituição de ensino superior. Basta agora comprovar que se trata de editora vinculada “a instituições de ensino, pesquisa ou a órgãos públicos”, apagando-se, assim, um traço que importava para a qualificação de uma editora como “universitária”.

seja pela definição de um projeto editorial inovador, que levou a novo patamar a edição brasileira.³⁵

Esse trabalho magnífico, idealizado por João Alexandre Barbosa e efetivado por Plínio Martins Filho, não alterou, porém, a forma de funcionamento da Edusp no que diz respeito à distribuição e à comercialização, pois a editora continuou a ser um órgão da universidade e sujeita, portanto, aos limites operacionais devidos à morosidade burocrática do serviço público. Assim, se houve um ponto fraco no enorme desenvolvimento da Edusp, esse ponto foi o descompasso entre uma grande produção de livros de altíssima qualidade e uma pequena estrutura de comercialização. Esse descompasso, tão comum na vida das editoras universitárias vinculadas a universidades públicas, só não foi mais limitador, no caso da Edusp, por conta do gigantismo do seu *campus* paulistano (a que se juntam os das unidades espalhadas pelo interior do Estado), que permitiu que uma parte da sua produção encontrasse o público a que se destinava.

Nesse ponto, creio que é possível dizer que podemos ver, na forma de organização institucional da Editora UnB e da Edusp, os dois tipos, os dois modelos genéricos de editora universitária pública brasileira: a que se constitui como fundação e por isso pode ter maior liberdade na obtenção e no emprego de verbas editoriais, bem como desenvolver uma significativa ação de mercado, tanto na disputa de títulos e espaços com editoras privadas, quanto na distribuição comercial de seus produtos; e a que está diretamente vinculada à universidade, submetida portanto aos entraves e à lentidão da burocracia para compras, recebimentos e alocação de recursos, bem como à fiscalização e à auditoria dos órgãos públicos.

³⁵ A história ilustrada do processo de reformulação da Editora da Universidade de São Paulo está documentada em P. MARTINS FILHO, M. ROLLEMBERG, *Edusp – um projeto editorial...*, op. cit.

Dentre as surgidas no período de acentuada expansão que foram os anos de 1980, foram criadas três editoras que ao longo dos anos se imporiam pela qualidade do catálogo, pelos prêmios recebidos e pela projeção nacional e internacional. E que enfrentaram e resolveram, à sua maneira, as dificuldades de se situar no mercado, devido aos entraves derivados do funcionamento dos órgãos públicos. São elas, por ordem cronológica de surgimento, as já mencionadas editoras da Universidade Estadual de Campinas (1982), da Universidade Federal de Minas Gerais (1985) e da Universidade Estadual Paulista – Unesp (1987).

A da Unesp foi a que mais cedo resolveu a situação: em 1996 transformou-se na Fundação Editora da Unesp e pôde, a partir de então, atuar de modo semelhante ao da UnB, no que diz respeito à aquisição de títulos e à penetração no mercado, logo obtendo notável desenvoltura comercial para escoar a sua produção. Já as editoras da Unicamp e da UFMG encontraram uma solução que poderíamos chamar de modelo misto, no que diz respeito à sua forma de atuação: administrativa e academicamente, fazem parte da estrutura das universidades a que pertencem, enquanto, para efeitos comerciais, contratação de serviços e mesmo pessoal, cada uma passou a dispor da mediação de uma fundação não exclusiva, vinculada à respectiva universidade.

Não é preciso mais para perceber que nem todas as editoras universitárias enfrentam os mesmos problemas ou constroem seus catálogos da mesma maneira. Mas todas, cada uma a seu modo, têm de responder à questão fatal, apresentada não só pelos gestores públicos, mas também pela rede comercial de produção, divulgação e venda de livros: por que devem existir editoras universitárias? – e, mais especificamente: por que devem existir editoras universitárias vinculadas a universidades públicas?

Da mesma forma, todas enfrentam um desafio comum: precisam encontrar formas de distribuir e vender os seus livros, pois a

vendagem é não apenas uma fonte de renda para implantar novos projetos, mas também uma forma de justificar as próprias escolhas de catálogo e, em última instância, a importância da sua atividade editorial, pela disseminação dos seus produtos.

Começamos pelo mais crucial e, ao mesmo tempo, mais simples, do ponto de vista conceitual: a necessidade de vender os livros e as formas de o fazer.

Por definição (embora isso não seja inteiramente aplicável a todos os casos concretos), uma editora universitária publica obras destinadas ao público universitário. Sendo assim, seria de esperar que a venda da sua produção se fizesse sem problemas, uma vez que o aumento do número de estudantes e de professores tem sido uma constante, como se viu há pouco. Entretanto, não é isso que ocorre.

Primeiro porque a maior parte das editoras acabou por ter dificuldades para emitir notas fiscais. Assim, a rede de distribuição comercial não esteve disponível para elas.

É verdade que as livrarias foram gradativamente desaparecendo da paisagem brasileira e substituídas por *sites*, sejam os das grandes redes, sejam os de empresas como a Amazon. Mas, mesmo para esses – que exigem o desconto dado a um distribuidor –, são necessários o documento fiscal e um contrato comercial.

Para fazer frente ao problema de distribuição e venda, foi idealizado, em 1982, o Programa Interuniversitário de Distribuição de Livro – depois encampado pela ABEU – pelo qual as editoras participantes tinham, por meio de um acordo com regras claras, a possibilidade de trocar livros entre si, mesmo sem emissão de documento fiscal. O que, por sua vez, implicava outra questão: para poderem participar efetivamente do PIDL e para o PIDL ter alguma abrangência, as editoras precisavam ter pontos de venda, livrarias próprias.

A dificuldade de criação e manutenção de livrarias é grande: primeiro por conta da concorrência das livrarias privadas estabelecidas

no interior dos *campi*, que normalmente oferecem à universidade alguma contrapartida. Segundo porque uma livraria que apenas venda livros do PIDL, sem concorrer com as livrarias privadas, tem pouca circulação de público e portanto poucas vendas, uma vez que a maior parte dos livros utilizados na universidade são os didáticos, já testados, aprovados e publicados por editoras comerciais, com grande poder de distribuição, convencimento e barganha. E terceiro porque há custos na alocação de espaço, na sua adaptação, na sua manutenção física e na preparação e manutenção de recursos humanos.

O PIDL, mesmo assim, foi, durante muito tempo (e ainda é), um dos poucos – se não o único – canais de vendas externas das pequenas editoras que não têm estrutura para emitir documento fiscal e, ao mesmo tempo, um estímulo à criação de livrarias próprias, por meio das quais pudessem realizar algum lucro com a venda direta de suas publicações e dos livros consignados pelas editoras universitárias de catálogo mais rico.

A questão do mercado e da distribuição, mesmo entre *campi* universitários e nos termos amigáveis do PIDL, sofre, entretanto, com a dimensão continental do Brasil. Por exemplo: um livro publicado numa universidade de Porto Alegre tem de percorrer cerca de 4.000 km para chegar ao *campus* da Universidade Federal do Pará, 4.200 km para chegar à Universidade Federal do Ceará e 4.400 km para atingir o *campus* da Universidade Federal do Amazonas. Como despachar para tão longínquos destinos livros sem nota fiscal? E mesmo entre as que possuem nota, quantas se disporiam a pagar o custo do envio ou do retorno de livros em consignação?

Nesse quadro, para as universidades com *campus* grande ou situadas em região de significativa densidade demográfica, uma opção de negócios é a realização de feiras. A primeira editora que transformou a feira num evento regular, de grande importância para a distribuição do livro universitário, foi a USP – que promoveu a primeira justamente para se livrar do enorme estoque acumulado enquanto era

apenas uma coeditora. Iniciada apenas com livros próprios, a Feira da USP logo se ampliou, acolheu editoras universitárias e comerciais de interesse universitário e se tornou um evento de dimensão nacional e de grande importância para estudantes, professores e público em geral.

Sua forma de funcionamento é simples: a Edusp nada cobra dos expositores e arca com os custos de uma infraestrutura mínima. Em troca, os editores convidados se obrigam a vender seus livros com um desconto mínimo igual ao oferecido ao distribuidor: ou seja, 50%.

Para as editoras, é claro que interessa vender no varejo com 50% de desconto ou mesmo mais, porque recebem à vista e não em 60 dias. E também porque a venda na feira evita o custo de frete com material enviado e devolvido, bem como a inutilização de exemplares por conta de pequenas avarias de transporte. Por fim, uma feira de grandes dimensões é ainda uma boa ocasião para vender a preço de saldo livros com pequenos defeitos de produção ou danificados no transporte.

Com base no exemplo e no sucesso da Feira da USP, foi criada em 2002 a Feira do Livro da Unicamp, que em 2018 ia na sua 28.^a edição. No princípio, foi feita nos moldes da USP, permitindo a entrada de todas as editoras que interessassem aos cursos universitários. Por isso mesmo, nas duas primeiras edições, houve violenta oposição de livreiros e distribuidores de Campinas e região. Inclusive com registro de reclamação, junto à reitoria, por parte de livrarias do Rio de Janeiro – pois a competição das editoras públicas com o mercado tem sempre pontos de grande tensão. A feira aberta a todas as editoras de interesse foi, entretanto, um sucesso, e a resistência dos livreiros foi afinal vencida. A Unicamp, porém, não dispunha de um lugar coberto e amplo, como o da USP, e, portanto, o custo com a segurança e as instalações se mostrou muito alto para a editora dessa universidade. De modo que logo a Feira ficou sendo exclusivamente dos livros do catálogo, abrindo às demais editoras, universitárias ou

não, a oportunidade de realizar eventos localizados no espaço em frente a uma das livrarias. Assim, passou a haver, todos os anos, no estado de São Paulo, duas grandes feiras de livros universitários, com venda direta ao público: a da USP e a da Unicamp. E já agora, a partir de 2018, passou a haver três, porque a Editora da Unesp finalmente aderiu à prática, realizando a sua primeira grande feira no *campus* da Barra Funda. Além das paulistas, outras editoras organizam, em outros estados, o mesmo tipo de evento, dando algum fôlego às parceiras que, com a regularidade de sua ocorrência, podem prever receitas e organizar orçamentos.

A publicação em formato digital, por outro lado, embora possa parecer a quem não é do meio uma solução para o difícil problema da distribuição, não parece uma saída razoável. Primeiro porque o custo da edição universitária de qualidade, que envolve um amplo trabalho de preparação e de revisão técnica, é alto no que diz respeito à fase anterior à impressão. Principalmente, é claro, no caso de livros traduzidos, que demandam, além da aquisição dos direitos, custos de tradução e revisões técnicas e linguísticas. Segundo porque, por conta da segmentação dos cursos e da variedade das perspectivas teóricas, as tiragens de livros especializados são normalmente pequenas e de lenta vendagem. O que faz com que a disponibilização de livros universitários em forma digital não seja viável comercialmente, pois implica um volume de vendas inconcebível neste momento no Brasil e dificilmente imaginável em curto prazo em língua portuguesa. De modo que, como demonstram os catálogos das grandes editoras universitárias brasileiras, parece mais razoável publicar ainda preferencialmente em forma física e apenas disponibilizar em forma eletrônica livros cuja reimpressão em escala não se justifique, ou para os quais não seja factível, por questões de custo e preço, a reimpressão sob demanda. De maneira que, por enquanto, parece que o *e-book* tem pequeno papel comercial, sendo reservada essa forma de disponibilização,

num esforço de difusão cultural e criação de público, ao conteúdo gratuito, como o faz, entre outras, a Editora da Unesp.

Se a edição puramente virtual não se justifica economicamente a não ser em poucos casos, é também evidente que uma editora com um bom catálogo não pode viver apenas de feiras, por mais rentáveis que possam ser. A solução, portanto, ainda parece ser o fortalecimento da venda em livrarias de um produto de qualidade distinta e preço competitivo, por não visar ao lucro, mas apenas ao retorno do investimento social.

Com o elevado custo da distribuição e com o crescente rareamento das livrarias físicas no Brasil, porém, parecem afirmar-se como solução mais adequada a médio prazo a ampliação e o fortalecimento da rede de livrarias instaladas nos *campi*, geridas e financiadas pelas universidades ou suas editoras. Sem essa solução, que demanda, além de planejamento, vontade política das administrações universitárias – pois as livrarias não se sustentam por si sós na maior parte dos *campi* e só se justificam plenamente se forem também espaço de convivência e de realização de eventos culturais (lançamentos, vendas especiais, exposições artísticas) –, dificilmente será possível prever um futuro promissor para as editoras menores e com catálogo de interesse mais amplo ainda em formação. A solução, porém, não é uma panaceia, pois é preciso considerar a acentuada sazonalidade das vendas de livros nos *campi*, uma vez que os meses de férias e os feriados prolongados são períodos de frequência e de vendas muito diminuídas.

O que se quer dizer, para ir logo ao ponto, é que no Brasil hoje dificilmente uma editora universitária – a não ser que faça um deliberado esforço de incorporação de um catálogo de mercado, afastando-se da sua especificidade – pode pretender sustentar-se sem substantivo apoio financeiro, direto ou indireto, da universidade a que pertence. Esse apoio pode ter várias formas: cessão de funcionários pagos pela universidade, realização a preço de custo ou abaixo

do custo de serviços gráficos, assessoria legal, assistência legal para compras e contratos, cessão não onerosa de equipamentos e instalações físicas para abrigar a editora e principalmente o estoque – e, claro, injeção de recursos para fazer frente às despesas de produção de livros e às crises periódicas da economia e do mercado.

Ao mesmo tempo, na outra ponta do processo editorial, isto é, na captação de textos para publicar, o avanço da cultura digital criou um aparente complicador para as editoras acadêmicas, que é o fato de que, por determinação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, todas as universidades brasileiras passaram a constituir bancos de dissertações e teses em formato *pdf* ou *epub*, para acesso gratuito.³⁶ Para alguns se elimina dessa maneira uma das funções mais tradicionais de uma editora universitária, que é transformar em livros – e assim disponibilizar para o público – as pesquisas de interesse maior realizadas para obtenção de grau acadêmico na própria ou em alheia instituição de ensino e de pesquisa. E já houve pelo menos uma editora importante, a da Unicamp, que em 2018 passou a descartar a publicação de teses – alegando justamente a sua disponibilidade eletrônica, o que me parece um grande equívoco como determinação geral e definitiva, pois no mar de teses mensalmente defendidas no país, a publicação por uma editora de qualidade é um filtro, um ato de seleção e atribuição de valor. Sem mencionar que a editoração não é um processo neutro, mas uma intervenção que pode mesmo transfigurar o trabalho, como logo se verá.

³⁶ Trata-se da Portaria n. 013, de 15 de fevereiro de 2006, que não apenas obriga a disponibilização *on-line* de todas as teses e dissertações defendidas a partir do mês seguinte, mas ainda informa que, nas avaliações para classificação e subsídio dos programas, serão levados em conta não apenas “o volume e a qualidade das teses e dissertações publicadas”, mas também a sua comprovada “acessibilidade e possibilidade de *download*”. O documento oficial pode ser encontrado em: http://repositorio.unb.br/documentos/Portaria_N13_CAPES.pdf.

Ainda no que diz respeito às especificidades do momento, é preciso considerar dois fatores: o mais importante do ponto de vista acadêmico é que nos últimos anos, no Brasil, a avaliação dos cursos de pós-graduação vem privilegiando em todas as áreas os indicadores das áreas das ciências duras, isto é, a publicação de artigos em periódicos especializados. O livro, tradicional veículo de difusão de uma reflexão de longo prazo e essencial para o desenvolvimento das ciências humanas, durante certo tempo acabou por ser equiparado, para fins de avaliação, a um breve artigo, escrito sobre uma questão tópica, desde que publicado em periódico indexado e bem avaliado.³⁷ O outro tem relevância comercial, mas não só: o acentuado desenvolvimento tecnológico não apenas transformou qualquer celular num *scanner* capaz de duplicar sem controle páginas e capítulos e qualquer computador num caminho de acesso a livros legal ou ilegalmente compartilhados, mas terminou também por influir na própria forma e no ritmo da leitura. De fato, moldada pelo computador, pelo *tablet* e pelo celular, a busca de informação já não supõe naturalmente, como há algumas décadas, a forma do livro, isto é, sua extensão e modo de apresentação sequenciada de argumentos – muito menos a do livro físico, no qual não há hipertexto, nem busca por palavras ou conceitos-chave.

Por fim, uma última discussão incômoda: em face das alterações no modo de produção e avaliação do conhecimento, e uma vez plenamente consolidada a pós-graduação no país e amplamente institucionalizada a instrução em nível de graduação, ainda mantém

³⁷ Até 2012, este foi o quadro: um livro, independentemente de sua qualidade, valia 100 pontos, um capítulo valia 25 e uma resenha sobre o mesmo livro publicada em periódico classificado como A1 valia o mesmo que o próprio livro: 100 pontos. No último quadriênio (2013-2016), inovou-se com o Qualis Livro nas humanidades: os livros foram avaliados e pontuados de 0 a 400 pontos e os capítulos de 0 a 100. Houve muitos problemas nessa avaliação, justamente por conta da dificuldade de categorização dos livros, e ainda é incerto se o Qualis Livros permanecerá e será aperfeiçoado no próximo ciclo, ou se a Capes voltará a promover a homogeneização de critérios de indicadores de produção.

seu lugar de destaque e sua relevância estratégica a imprensa universitária brasileira, que foi tão importante ao longo do processo? De fato, parece que os fatores que levaram à multiplicação das editoras universitárias já não têm a mesma força – seja porque o ensino superior brasileiro se desenvolve de forma mais regular, sem grandes saltos, como nos anos de 1980, não criando assim grandes oscilações na demanda de livros acadêmicos; seja porque (e este é um fato de grande relevância) o acesso a livros hoje, de qualquer lugar do país, é rápido e eficiente, por intermédio de livrarias e da Amazon Brasil, do *site* de livros usados Estante Virtual, e dos muitos *sites* que disponibilizam de graça ou a preço módico *pdfs* de livros ainda protegidos por direitos autorais.

Sendo assim, a questão que se impõe é esta: por que manter editoras universitárias, se elas aos poucos parecem perder funções tradicionais e além disso não produzem retorno financeiro e não são – bem pesados os custos operacionais “ocultos” – autossuficientes? A resposta tem mais urgência no âmbito das universidades públicas, principalmente num momento como este, no qual as verbas de custeio e investimento escasseiam e as administrações buscam todas as formas de cortar despesas, incluindo os gastos com pessoal.

Não é uma questão fácil de enfrentar, mas, ao que tudo indica, é tão ineludível quanto inadiável.

Editoras universitárias para quê?

A resposta a essa pergunta varia muito conforme o perfil da editora, do ponto de vista da sua vinculação: uma coisa é formular essa questão quando se trata de uma editora vinculada a uma universidade pública, outra, quando pertence a uma universidade privada.

É que, para as editoras de universidades privadas, a principal questão que o setor público pode formular, assim como o mercado tem formulado, não se apresenta: ou seja, qual o sentido e qual a propriedade de destinar recursos públicos à atividade editorial

no âmbito da universidade? Nesse sentido, embora produza livros para o mercado universitário, uma editora de universidade privada é, no final das contas, uma editora privada, sujeita à discricão e à conveniência do proprietário ou da instituição mantenedora.

De mais a mais, quando analisamos o panorama editorial brasileiro, é evidente que a contribuição realmente inovadora em termos de edição e de construção de catálogos de primeira linha se circunscreve ao círculo das editoras vinculadas a universidades públicas – mesmo que, na sua forma de atuação, sejam relativamente independentes da máquina estatal, como é o caso da editora da Unesp, que é uma fundação pública de direito privado. Isto é, uma fundação que não tem fins lucrativos, que é dirigida por um conselho curador em que o órgão público tem poder decisório e cujo patrimônio, em caso de dissolução, retorna à universidade.

A reação mais simplista é afirmar que uma editora universitária se justifica por ser um canal de difusão da produção da própria universidade. Ora, a pesquisa realizada nos níveis iniciais da carreira acadêmica, quais sejam, a iniciação científica e o mestrado, de modo geral ou não tem interesse para além da sua realização como etapa formativa, ou pode ser consultada em forma eletrônica. Já a produção posterior ao doutorado, nas áreas de exatas e tecnológicas, sempre se difundiu por meio de periódicos especializados e indexados, preferencialmente em inglês. Apenas nas áreas das humanidades a forma tradicional de divulgação de pesquisa tem sido o livro. Mas justamente nessas áreas não parece difícil encontrar interesse de publicação dos trabalhos de mais impacto por editoras comerciais de primeira linha. Além disso, a pressão para uniformizar a avaliação da produção de pesquisa nas áreas de humanidades com a das áreas das ciências naturais tem sido tão forte, que é cada vez menor o número de livros concebidos desde o início como monografias – com exceção das monografias de fim de curso de mestrado e doutorado, que, por sua vez, são de imediato divulgadas em forma eletrônica.

Restariam, portanto, os livros didáticos produzidos pelo corpo docente da universidade, mas justamente neste campo é difícil a competição de trabalhos de caráter geral, desenvolvidos localmente, com manuais elaborados por equipes de pesquisadores e testados e aperfeiçoados ao longo dos anos. E há um fator que não pode ser desprezado: uma editora universitária raramente consegue, por conta da sua própria forma de produção e distribuição, oferecer aos autores de bons livros didáticos de circulação ampla as mesmas condições que as editoras comerciais especializadas.

Por outro lado, é verdade que uma boa parte dos resultados da pesquisa acadêmica que demanda a forma de livro não desperta – ao menos no Brasil – o interesse das editoras de mercado, seja porque se destina apenas a um conjunto relativamente pequeno de especialistas, seja porque o assunto não esteja na moda ou não ocupe um lugar importante nas preocupações do presente. Mas, do ponto de vista da divulgação dos resultados da pesquisa, esse pequeno conjunto de obras não justificaria a constituição e a manutenção de uma editora: muito mais econômico e eficaz, do ponto de vista da difusão, seria, para a universidade, subvencionar de alguma forma a publicação de obras de seus pesquisadores por editoras comerciais ou – o que tem sido uma reivindicação e uma tendência nos últimos anos – disponibilizar gratuitamente à comunidade o fruto do trabalho de pesquisa por ela financiado com salários, instalações, equipamentos e custeio.

Não parece razoável, portanto, criar e manter uma editora tendo como finalidade principal divulgar a produção de pesquisa gerada na própria universidade – mesmo quando essa universidade se distingue pela pesquisa de ponta. Fosse esse o objetivo principal, já essa editora traria uma pesada marca de origem, pois a endogenia não é um bom caminho para a qualidade, e ter como objetivo principal abrigar a produção interna tem sido o caminho curto – principalmente nas

universidades sem expressiva produção científica e cultural – para o rebaixamento do interesse e da respeitabilidade do catálogo.

Tanto é assim que a análise do catálogo das mais conceituadas editoras universitárias do país – justamente aquelas cujas universidades se destacam no panorama internacional de pesquisa – permite verificar que, seja qual for a proporção de autores da casa nele representados, uma parte muito significativa dos seus títulos é constituída de livros produzidos por docentes e pesquisadores externos.

Na verdade, uma análise desses catálogos, por mais rápida que seja, permite dividir a produção em dois grandes blocos: livros originalmente escritos em português e livros traduzidos. E esses dois blocos se dividem por sua vez em três outros: livros de referência para a pesquisa nos vários campos do saber, livros que apresentam inovações significativas nas suas áreas de conhecimento e livros destinados à utilização em sala de aula, normalmente agrupados em coleções específicas e temáticas.

E aqui já se delineia uma boa razão para uma boa universidade possuir uma boa editora: sem prejuízo da publicação da pesquisa de qualidade realizada na instituição, as editoras das grandes universidades atuam de forma decisiva na composição de bibliotecas acadêmicas, por meio da publicação seletiva de trabalhos produzidos no país e do investimento na tradução de obras fundamentais para os cursos universitários de graduação e pós-graduação.

É certo que as editoras de mercado também se dedicam ao segmento acadêmico e publicam também esses três tipos de obras, inclusive com mais agilidade de produção e difusão. Mas aqui se delineia um segundo motivo para ter uma editora: o que distingue uma boa editora universitária de uma editora de mercado é que o argumento decisivo para a publicação de uma obra não é o retorno financeiro, mas sim o acadêmico, ou seja, o impacto da obra na consolidação, na expansão ou no aprimoramento de um determinado

campo do saber. Assim, entre uma obra de qualidade inferior que promete retorno auspicioso do investimento e uma obra de qualidade superior que, na melhor hipótese, permite prever a recuperação do investimento ao longo de um período largo de tempo, não há dúvida sobre qual a escolha de uma boa editora universitária.

Por não visar ao retorno imediato, uma editora universitária pode contemplar de modo diferente a publicação de obras de um campo do saber já consolidado e de um campo do saber ainda em formação no país, assumindo os custos de fazer livros para leitores potenciais que só existirão a partir do momento em que um conjunto significativo de livros daquela área específica estiver disponível no mercado. Da mesma forma, uma editora acadêmica, apoiada em pareceres especializados, pode optar responsabilmente por investir numa obra ou numa série de obras que só a médio ou longo prazo produzirão resultados, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista científico e cultural. Mais que isso: uma editora acadêmica não foge aos seus objetivos, nem trai os seus princípios (pelo contrário) se constatar que vários de seus títulos não produziram nenhum lucro, embora tenham contribuído para o aprimoramento do saber.

O diferencial da editora universitária se apresenta ainda com clareza quando se considera o seu catálogo de traduções. Um livro traduzido e bem revisado por um especialista implica investimento enorme, como todos sabemos. Primeiro, é preciso fazer um adiantamento ao editor estrangeiro, para obter a licença. Depois, é preciso investir na tradução propriamente dita, bem como na revisão técnica da tradução. Só depois desse investimento alto é que começa a segunda fase de produção, que corresponde à de um livro na língua do país: preparação, revisão, composição e impressão. Entre o pagamento do adiantamento e a comercialização do primeiro exemplar decorre tempo tanto mais longo, quanto mais especializada e complexa for a obra a traduzir. Ora, no campo científico, são justamente as obras mais especializadas e mais

complexas que dispõem de menor (mas não menos importante) público. De modo que, se as traduções de textos relevantes para o universo acadêmico se fizessem apenas segundo os critérios de mercado, as lacunas bibliográficas seriam maiores do que são hoje no Brasil. Além disso, há que considerar que a relação que se estabelece entre um autor-pesquisador e uma editora universitária é muito diferente da relação entre esse mesmo autor e uma editora de mercado: por não visar ao lucro e ter como objetivos a difusão do conhecimento e a produção de bibliografia, e por contar com um corpo de pareceristas de alto nível, uma editora universitária pode trabalhar a produção de um livro relevante de modo a ressaltar nele as qualidades de um modo que uma edição que visasse ao retorno do investimento dificilmente faria.

Tomemos um exemplo, para não ficar apenas no nível abstrato. Ou melhor, dois exemplos. O primeiro é o livro *A erótica japonesa na pintura e na escritura dos séculos XVII e XIX*, de autoria de Madalena Natsuko Hashimoto Cordaro, publicado pela Edusp – depois de longo trabalho editorial – em 2017. Acompanhei muito de perto esse trabalho, porque em princípio seria uma coedição com a Editora da Unicamp. O livro é a edição de uma tese de livre-docência defendida em 2011, na própria USP. Como tese, tinha a aparência e a organização de um texto do gênero. Mas o material que trazia, a profusão de ilustrações nunca antes impressas no Brasil e provavelmente nunca reunidas em publicação acessível, perderia imensamente com uma edição plana, em tamanho pequeno e papel convencional. E, disponibilizada num *site* para *download*, certamente manteria interesse apenas pelo texto e pelos comentários analíticos. Quando a tese foi apresentada à Edusp, Plínio Martins Filho encaminhou-a para parecer de mérito, e o parecerista, entusiasmado embora com o material, fez várias sugestões de ajustamento do texto e também de organização do material. E então entrou o trabalho do editor: definidos os dois volumes e a divisão das partes, o que avultou foi a qualidade do

trabalho gráfico, com aproveitamento máximo das imagens em alta resolução e uma diagramação que permite que os volumes sejam percorridos como álbum de gravuras ou lidos, em busca da tradução dos textos japoneses e dos comentários especializados sobre eles e sobre as ilustrações. É claro que um livro desse porte e qualidade, se feito com vistas ao retorno do investimento, seria um problema. Mas aqui se mostra uma das vantagens da editora universitária: a capacidade de investir numa obra relevante, sem a consideração imediata do lucro. E como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo aprovou, dada a qualidade do trabalho, um aporte financeiro na forma de auxílio à editora, foi possível contar, na bibliografia brasileira, com esse livro único.

Outro exemplo é a tradução de *Anatomia da Melancolia*, de Robert Burton, publicada em 2014 pela Editora da Universidade Federal do Paraná. A UFPR tem se destacado, no panorama nacional, no que diz respeito à tradução de obras literárias, tendo seus professores recebido seguidamente os mais prestigiosos prêmios na categoria.³⁸ Nada mais natural, portanto, que a editora dessa universidade abrisse espaço e realizasse os investimentos necessários à publicação de uma obra tão monumental quanto o tratado de Burton, em quatro volumes. E nada mais justo que o autor da tradução, Guilherme Gontijo Torres, reconhecesse o papel de uma boa editora universitária na realização do projeto. Diz ele:

[...] penso que as editoras universitárias cumprem um papel fundamental para a cultura do livro no Brasil. Elas podem publicar obras que, até segunda ordem, não teriam apelo comercial, porque estão debruçadas sobre autores ainda pouco ou nada conhecidos. Por serem quase sempre tocadas por pesquisadores,

³⁸ A propósito, pode-se consultar matéria da revista *Veja*, de finais de 2017, no endereço: <https://veja.abril.com.br/blog/parana/ufpr-se-transforma-no-principal-polo-da-traducao-brasileira/>.

as editoras universitárias também compreendem que a pesquisa e a tradução podem tomar muito tempo, se quisermos atingir um determinado nível num autor especificamente difícil. Mais que isso, elas compreendem que a tradução pode estar absolutamente entrelaçada com a pesquisa. Eu mesmo levei mais de três anos traduzindo a *Anatomia*, o que é um prazo que me permitiu não só traduzir, como pesquisar sobre Burton, entender melhor como o livro foi escrito para traduzir de acordo com esses problemas.³⁹

Temos aí claramente indicado um dos lugares privilegiados de atuação das editoras universitárias e uma das suas principais funções no sistema de ensino e pesquisa do Brasil. E é um lugar que, no final das contas, se define também pelo fato de que essas editoras não apenas são dirigidas por intelectuais e contam com as indicações e o controle de qualidade da comunidade dos pesquisadores e professores – que conhecem as lacunas existentes e emitem os pareceres de mérito e sugestões de adequação –, mas também estão dispensadas da urgência de obter resultados de vendas para distribuir dividendos entre sócios ou acionistas.

Por fim, outro ponto de destaque nos catálogos das editoras universitárias de primeira linha são os livros que consubstanciam uma experiência de sucesso no ensino e na formação de estudantes. São os livros para uso em sala de aula, tanto em cursos de graduação, quanto de pós-graduação. Especial atenção merecem aqueles que, moldados pelas necessidades de faculdades de alto nível e de ponta no desenvolvimento de um campo do saber, não teriam acolhida em editoras de mercado, pois não se aplicariam indistintamente aos demais cursos universitários do país. Constituem eles, assim, não

³⁹ ABEU, “A voz do profissional”, edição de 6/2/2018. Disponível em <https://www.abeu.org.br/farol/abeu/blog/abeu/a-voz-do-profissional/10720>. Acesso em 19/04/2018 e em 18/05/2020.

só um investimento na consolidação da experiência acumulada pela instituição, mas também uma forma de permitir a inovação e a prática diferenciada que caracterizam uma boa instituição de ensino superior.

Como deve ter ficado evidente, ao refletir sobre a função e os fins da editora universitária no Brasil, a atenção ficou concentrada nas que desenvolvem um trabalho de excelência e relevância acadêmica. É que é nelas que se encontra a que parece ser a única razão convincente, a única justificativa para a manutenção de uma editora numa universidade pública. Ou seja, na sua atuação pautada pela comunidade acadêmica e na sua função cultural e científica é que encontramos a sua razão de ser, aquilo que as distingue das editoras de mercado e justifica sua existência. O que se quer dizer com isso é que as editoras universitárias devem ser vistas como integrando o fim maior da universidade, que é a produção do conhecimento e a formação de profissionais para a sociedade.

Portanto, se as universidades públicas no Brasil são gratuitas, se o custo de sua atividade formadora é considerado investimento social para desempenho de atividade-fim do Estado, se os cursos de graduação e pós-graduação, bem como as atividades de extensão comunitária, o atendimento à saúde, os museus, orquestras, rádio, TV, jornais e outros vários instrumentos de produção, conservação e difusão científica e cultural não se pensam nem se gerenciam tendo em vista a autossustentabilidade, por que essa demanda deve ser apresentada à editora universitária?

Não que a autossustentabilidade seja algo de menor importância ou indesejável. Pelo contrário. Mas o que importa ter em mente é que a expectativa ou a cobrança nesse sentido, ou a avaliação da editora universitária a partir de parâmetros de investimento e retorno do investimento, obscurece a verdadeira relação custo/benefício da atividade.

Nas melhores editoras universitárias brasileiras (em minha avaliação, é claro), o objetivo nunca foi o lucro, nem mesmo o

custeio da atividade com recursos próprios. Foi, acima de tudo, a manutenção e a elevação do padrão de qualidade acadêmica. Daí que sempre tenham contado com conselhos editoriais, integrados por reconhecidos especialistas, inquestionados no seu campo de saber, e que se tenham valido de outros especialistas para avaliação *ad hoc* dos textos apresentados. E nisso se delineou uma característica essencial das boas editoras universitárias: elas se constituíram e foram reconhecidas como lugares de autoridade cultural e científica e de seleção segundo o mérito intelectual.

Por esse conjunto de razões, a editora universitária não precisa nem deve concorrer com o mercado. Como tampouco a universidade compete com a indústria ou a pesquisa nas corporações. Na verdade, assim como a indústria oferece formação específica e dirigida, e a universidade, formação básica e ampla, também as melhores e mais importantes editoras universitárias do Brasil têm sido as que se revelam mais firmemente centradas no oferecimento de produtos diferenciados, importantes não do ponto de vista da quantidade de leitores ou do retorno financeiro, mas da qualidade do público especializado e do investimento consequente em pesquisa básica.

Isso quer dizer que às editoras universitárias de primeira linha se reserva um lugar importante no sistema de trocas baseado no livro. E esse lugar insubstituível é, mais exatamente, não um lugar concorrente com as editoras de mercado, mas o lugar que elas ocupam e que ninguém mais ocupa no mercado editorial. Seu papel, do meu ponto de vista, é formar catálogos especializados, de retorno baixo ou mesmo nulo, mas de relevante impacto científico e educacional. Em resumo, seu lugar é o da autoridade intelectual. E é por isso que se justificam num mundo de produtos abundantes, de crescimento enorme na oferta de títulos. São como filtros: o que publicam e chega às prateleiras das livrarias vem com a marca da excelência acadêmica da universidade que as mantém e que o seu catálogo confirma.

É ainda relativamente fácil hoje, no Brasil, apesar da crise, pagar com verbas de origem vária a publicação de uma tese ou de uma coletânea de artigos numa editora qualquer. E algumas editoras de fato se especializaram em recolher essas verbas, publicando livros que não circulam e não passaram ou não passariam pelo crivo de especialistas. Mas numa editora como as que referi, o fato de o autor possuir recursos para publicar um livro não quer dizer nada: o decisivo é a avaliação criteriosa pelos pares. E o diferencial é a capacidade propriamente editorial de investir na obra os recursos que ela exige para sua melhor realização científica e estética.

Assim entendido o papel da editora universitária, a pergunta “editoras universitárias para quê?” tende a ser subsumida na pergunta “universidades públicas para quê?”. E enquanto for possível responder a esta última indagação, será possível encontrar, no bojo da resposta, um reflexo de luz para a primeira.

O preocupante, na maré obscurantista que vem recobrando a política, a economia e a sociedade brasileiras – sacudida por violentos surtos de ódio à intelectualidade e aos serviços do Estado –, é que justamente a última pergunta tem sido formulada de modo cada vez mais agressivo e insistente, a partir de pontos de vista com variados graus de barbárie e insensatez. E mais preocupante ainda é o fato de que a parte aparentemente mais frágil da estrutura, e que por isso recebe mais imediatamente os ataques, são as humanidades. Se essas forças ganharem corpo, e se também ganharem peso ainda mais decisivo as formas de avaliação da produção acadêmica importadas das ciências da natureza, então é possível que daqui a poucos anos o período áureo das editoras universitárias brasileiras seja apenas história. Mas será sempre uma bela história, que merece ser narrada. E contada entre as boas coisas que a inteligência nacional foi capaz de produzir.

Referências bibliográficas

- ABEU, “A voz do profissional”, edição de 6/2/2018. Disponível em <http://www.abeu.org.br/farol/abeu/Blog/abeu/a-voz-do-profissional/10720>. Acesso em 19/4/2018.
- AMORIM, Galeno (org.), *Políticas públicas do livro e da leitura*. Brasília/São Paulo, Organização dos Estados Americanos/Cultura Acadêmica, 2006.
- ANDRADE, Mário de, *A enciclopédia brasileira*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/Editora Giordano Ltda./Edições Loyola, 1993.
- BARROSO, Maria Alice, “Instituto Nacional do Livro”: *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, vol. 1, n. 1/3, 1973. Disponível em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/803>.
- BRAGANÇA, Aníbal, “As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)”: *MATRIZES*, Ano 2, n.º 2, primeiro semestre de 2009.
- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.), *Impresso no Brasil – dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora Unesp, 2010.
- BUFREM, Leilah Santiago, *Editoras universitárias no Brasil – uma crítica para a reformulação e a prática*. 2.ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- BUZINARO, Claudiner, “O papel da *Revista do Livro* no sistema político e social brasileiro”: *Atas do XI Congresso Internacional da Abralic*, 2008. Disponível em http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/074/CLAUDINER_BUZINARO.pdf.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez, “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – Memória da criação das escolas que vieram a integrar a Unesp”. Disponível em http://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15_34.pdf, 2016. Acesso em 14/4/2018.
- CPDOC/FGV, “A era Vargas”. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal – s/d>. Acesso em 14/4/2018
- DEAECTO, Marisa Midori; MARTINS FILHO, Plínio (orgs.), *Livros e universidades*. São Paulo, Com-Arte, 2017.
- FERRARO, Alceu Ravello, “Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?": *Educação e sociedade*, vol. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>.
- FERREIRA, Paula, “Brasil ainda tem 118 milhões de analfabetos, segundo o IBGE”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>. Acesso em 14/4/2018.
- GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzili, “Editoras universitárias – uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural?": *São Paulo em perspectiva*, vol. 14, n. 1, jan.-mar. 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000100009>.
- HALLEWELL, Laurence, *O livro no Brasil*. 3.ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

- INEP/MEC, *Censo da educação superior 2016 – notas estatísticas*. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf.
- LACERDA, Sérgio, “O Livro, as Editoras e o Estado-Editor”: *Boletim Informativo*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1981.
- LINDOSO, Felipe, *O Brasil pode ser um país de leitores? – Política para a cultura / política para o livro*. São Paulo, Summus, 2004.
- MARTINS FILHO, Plínio; ROLLEMBERG, Marcelo, *Edusp – um projeto editorial*. 2.^a ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. “Recursos Humanos - Indicadores sobre o ensino de pós-graduação”. Disponível em https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Recursos_Humanos/RH_3.5.1.html.
- MEC – Ministério da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, *Portaria 013, de 15 de fevereiro de 2006*. Disponível em http://repositorio.unb.br/documentos/Portaria_N13_CAPES.pdf.
- ORTIZ, Renato, *A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*. 5.^a ed. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1995.
- REIMÃO, Sandra, *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Com-Arte, 1996.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8.^a ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SÁ, Laylla Gabriela Alencar de e Valéria da Silva Medeiros, “Políticas públicas de leitura no Brasil no período de 1964-1985”: *Anais do I Simpósio de Linguística, Literatura e Ensino do Tocantins*, 2013. Disponível em <http://www.uft.edu.br/SILLETO/anais/Laylla%20Gabriela%20Alencar%20de%20Sá%20e%20Valéria%20da%20Silva%20Medeiros.pdf>.
- SNEL, *HISTÓRIA*. Disponível em <http://www.snel.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 14/4/2018.
- TAVARES, Mariana Rodrigues
- “Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991”: *Aedos*, vol. 6, n. 15, jul.-dez. 2014.
 - “Digressões sobre o gênero enciclopédico – A Enciclopédia Brasileira em meio às transformações do campo científico da década de 1950”: *Mosaico*, vol. 8, n. 13, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70391>.
 - *Um Brasil inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia brasileira do Instituto Nacional do Livro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016
 - “Uma obra ‘universal’ e universitária – Breve ensaio sobre a Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro e os projetos da década de 1950”: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 111, dez. 2016.
- VV.AA., *Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf. Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho*. São Paulo, Ação Educativa/Instituto Paulo Montenegro, 2016. Disponível em http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso em 14/4/2018.

**DO AUTOR AO LEITOR:
O COMO E O PORQUÊ DA MEDIAÇÃO EDITORIAL**

**FROM THE AUTHOR TO THE READER:
THE HOW AND THE WHY OF EDITORIAL
MEDIATION**

*Rui Beja*¹

Resumo: O presente trabalho visa estudar a origem, âmbito, metodologia e relevância da mediação editorial no contexto do aparecimento e evolução da escrita e da leitura, pilares fundamentais para o desenvolvimento sociocultural das populações e das sociedades.

Tendo em vista o objetivo definido, analisa-se o desenvolvimento dos materiais e processos utilizados para fazer chegar a mensagem escrita aos seus interessados, e aprofunda-se o surgimento, a partir de finais do século XIII e durante o século XIV, de profissões relacionadas com a edição e o comércio livreiro, que ganhariam protagonismo

¹ Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro: ruibeja@ua.pt, <https://orcid.org/0000-0003-3306-5233>.

Não obstante este texto ter sido convertido, devido a critérios editoriais, para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), o autor, em defesa da Língua Portuguesa, não adota o referido Acordo.

a partir do século XV com a introdução do livro impresso e a entrada na era da Galáxia Gutenberg.

Subsequentemente, aborda-se a autonomização da mediação editorial e caracterizam-se as múltiplas componentes, da avaliação de conteúdos temáticos ao conhecimento de tendências na economia da oferta e da procura, que a avalizam como função privilegiada de divulgação dos autores junto dos seus leitores.

Palavras-chave: Escrita Ideográfica; Escrita Fonética; Manuscritos; Livro Impresso; Mediação Editorial

Abstract: The present work aims to study the origin, scope, methodology and relevance of editorial mediation in the context of the emergence and evolution of writing and reading, fundamental pillars for the sociocultural development of populations and societies.

Having this objective in mind, we analyze the development of materials and processes used to convey the written message to the interested parties, and we deepen the study of the emergence, from the end of the 13th century and during de 14th century, of professions related with book publishing and trade, and describe how these professions gained prominence from the 15th century onwards with the introduction of the printed book and the arrival of the Gutenberg Galaxy.

Subsequently, the autonomy of the editorial mediation is discussed and multiple components are characterized, going from the evaluation of thematic contents to the knowledge of supply and demand trends. All these elements guarantee its consistency, and endorse the privileged role of disseminating authors and engaging readers.

Keywords: Ideographic Writing; Phonetic Writing; Manuscripts; Printed Book; Publishing Mediation

Editar um livro é um trabalho complexo
e, ao mesmo tempo, apaixonante.

Francisco José Viegas, *25 Anos de Livros*
– *25 Anos de Paixão*, outubro de 1995

Introdução

As linhas orientadoras deste documento subordinam-se à premissa de que a palavra escrita constitui elemento primeiro do desenvolvimento da humanidade, configurando-se, desde os seus primórdios, como fator privilegiado da divulgação perene do saber, do conhecimento e da intervenção cívica, assim como incontestável portadora de princípios e práticas de rigor ético e responsabilidade social. Este pressuposto é inequivocamente expresso por Alberto Manguel em *Uma História da Leitura*, quando menciona que a cronologia da história da leitura não pode ser semelhante à da história da política, e refere:

O escriba sumério, para quem ler era uma prerrogativa de grande valor, tinha um sentido de responsabilidade mais aguçado do que o leitor na Nova Iorque ou Santiago dos nossos dias visto que um artigo da lei ou um ajuste de contas dependiam exclusivamente da sua interpretação.²

² Alberto MANGUEL, *Uma história da leitura*. Lisboa, Editorial Presença, 1999 (2.^a edição), p. 35.

Por outro lado, reportando-se ao objetivo de invenção da escrita como forma de preservar o texto e à óbvia necessidade de haver leitores que decifrassem, reconhecessem o sentido, e dessem voz às mensagens produzidas, afirma:

Só quando o escritor abandona o texto é que este ganha existência. Nesse momento, a existência do texto é silenciosa, um silêncio que perdura até o leitor ler o texto. É apenas quando o olhar treinado entra em contacto com as marcas na placa que o texto ganha vida. Toda a escrita está dependente da generosidade do leitor.³

É neste contexto que se entende apropriado estruturar o presente estudo em duas partes, constando a primeira de uma breve síntese sobre a evolução da escrita das suas raízes até à entrada na era civilizacional da Galáxia Gutenberg, e a segunda de uma análise aprofundada dos princípios e práticas em que assenta a mediação editorial nas diferentes fases do percurso que leva a palavra escrita do autor ao leitor.

1. Da representação pictográfica ao livro impresso

Ler e escrever constituíram-se atos tão naturais na espécie humana que raramente nos damos conta do seu verdadeiro significado e da evolução verificada ao longo do tempo. No entanto, estamos perante uma realidade que qualifica o Homem enquanto tal:

Quando o primeiro escriba riscou e pronunciou as primeiras letras, o corpo humano já era capaz dos actos de leitura e de escrita que se encontravam ainda no futuro; isto significa que o organismo podia armazenar, recordar e decifrar todo o tipo de

³ A. MANGUEL, *Uma história da leitura...*, op. cit., p. 187.

sensações, incluindo os signos arbitrários da língua escrita ainda por inventar.⁴

É também pacífico assumir que a capacidade de exprimir e interpretar sons e ideias, de forma escrita, constitui prova provada de diferenciação do ser humano relativamente a todas as restantes espécies animais que povoaram e povoam o nosso planeta: “Tudo aquilo que aparece nas épocas cruciais da História é comparável às emergências de que falam os biólogos e certos filósofos. Assim aconteceu com a invenção da escrita, no terceiro milénio antes da nossa era”.⁵

Parece ser hoje ponto assente entre os estudiosos do livro e da leitura que o nascimento da escrita ocorreu no sul da Mesopotâmia, então designada Suméria, entre o sexto e o primeiro milénios a.C. No Departamento de Antiguidades Orientais do Museu do Louvre, em Paris, existem vários objetos que sustentam esta teoria, nomeadamente a “Tabuinha Suméria” – em forma quadrada com 4,5 cm de lado –, datada do final do 4.º milénio a.C.⁶

A propósito do surgimento da escrita pictográfica e posterior evolução para a escrita cuneiforme, refere José Afonso Furtado:⁷

⁴ A. MANGUEL, *Uma história da leitura...*, op. cit., p. 47.

⁵ Paul CHALUS, “Prólogo 1”, in Lucien FEBVRE, Henri-Jean MARTIN, *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 1.

⁶ Consulte-se folheto de apresentação de “Nascimento da Escrita”, primeiro conjunto lançado pelo Círculo de Leitores no âmbito da secção de colecionismo “Encontros d’Arte”, novembro / dezembro de 1997.

⁷ José Afonso FURTADO, *O que é – O livro*. Lisboa, Difusão Cultural, 1995, pp. 31-33.

A análise da arte pictográfica indica que não há simples transcrição ou imitação da realidade, mas que se trata “de uma selecção do real, visto que estes desenhos possuem uma organização sintáctica e simbólica”.⁸

... A escrita parece assim estar ligada ao problema da administração e às necessidades de uma burocracia: “A escrita responde às exigências da actividade económica dos templos e veremos como são subtis e complexas as relações entre escrita e poder”.⁹

... Em termos de progresso na escrita, procura-se superar as dificuldades da escrita pictográfica, em grande parte devidas à multiplicação dos signos, e caminha-se no sentido do fonetismo. É esse o caso das escritas cuneiformes que evoluem na Baixa Mesopotâmia a partir de 3.500 a.C.

A evolução da vida em sociedade, nomeadamente a expansão da atividade comercial dos Fenícios ao longo de toda a bacia mediterrânica, requeria uma forma de escrita simplificada que possibilitasse o cálculo e a comunicação à distância. Cerca de 1500 a.C. surge a escrita consonântica fenícia e até 1200 a.C. dá-se a transição da escrita ideográfica para a escrita fonética. Dois milénios passados sobre o aparecimento das primeiras formas de escrita cuneiforme, técnica dominada por um grupo restrito de escribas que sabiam cifrar e decifrar conceitos e sons, a janela dos livros reunia, a partir do aparecimento da escrita consonântica, condições para se começar a abrir a novas gentes e a novos mundos. Um caminho que levaria mais alguns séculos até que a convivência

⁸ Roland BARTHES, Eric MARTIN, “Oral/Escrito”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 34 (apud J. A. FURTADO, op. cit., p. 31).

⁹ Roland BARTHES e Eric MARTIN, op. cit., p. 40 (apud J. A. FURTADO, op. cit., p. 32).

com a escrita se tornasse global e perene. Conforme especifica José Afonso Furtado:¹⁰

O aparecimento do sistema consonântico significa uma verdadeira revolução ao fazer com que a arte de escrever saia do círculo dos escribas dos palácios e templos, possibilitando, desse modo, a extensão do seu uso. Na verdade, a escrita alfabética corresponde a “uma passagem política do sagrado ao profano, do secreto ao público, da seita à comunidade. A sua relativa facilidade de traçado e de decifração favorece essa democratização do signo e da escrita. O alfabeto oferece-se como uma escrita sem mistérios”¹¹

... Os Etruscos constituem o último momento na constituição do alfabeto latino. Como referem Barthes e Mauriès, “o nosso alfabeto seria um alfabeto grego que se tornou itálico depois de ter sofrido uma forte influência etrusca, e que apenas no século I se estabilizou no sistema que chegou até nós”¹².

A evolução da escrita e da leitura está indissociavelmente ligada aos materiais utilizados na sua produção, à forma como esses materiais eram apresentados e aos processos utilizados para fazer chegar a mensagem escrita aos seus destinatários.

As tabuinhas ou placas de argila utilizadas na Suméria, aquando do nascimento da escrita, serviam para pouco mais do que registar informações para memória futura. Apesar das limitações decorrentes das dificuldades de inscrição, do peso elevado e da falta de maleabilidade, foram utilizadas ao longo de milénios.

¹⁰ J. A. FURTADO, *O que é – O livro...*, op. cit., pp. 34-35.

¹¹ Emile CAZADE, Thomas CHARLES, “Alfabeto”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11, pp. 173-183 (apud J. A. FURTADO, op. cit., p. 34).

¹² Roland BARTHES, Patrick MAURIÉS, “Escrita”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11, p. 150 (apud J. A. FURTADO, op. cit., p. 35).

Embora com limitações próprias de um material pouco resistente à humidade e facilmente deteriorável depois de seco, a adoção do papiro, estreitamente ligada ao aparecimento do sistema consonântico, correspondeu a um passo de gigante para a divulgação da escrita: pela simplicidade de inscrição devida à sua flexibilidade, pela boa capacidade de absorção e retenção de tintas e pela facilidade de arquivamento em rolos de espessura relativamente reduzida. Começa a ser utilizado massivamente no século I, dando origem ao início de uma atividade editorial significativa, à constituição de bibliotecas e ao aparecimento do comércio livreiro.

O aparecimento do pergaminho, ao alargar o tipo de suportes disponíveis, viabilizou a divulgação da escrita a classes alfabetizadas anteriormente marginalizadas pela limitação na quantidade de papiro disponível. No entanto, para além de ser visto como um material menos nobre, o pergaminho era também de produção limitada, dada a grande quantidade de animais que era necessário sacrificar de forma a obter as peles necessárias para divulgação de uma qualquer obra.

Foi, porém, a descoberta e utilização do papel que constituiu a mais importante inovação nos suportes de escrita. É com a adoção generalizada deste material que são criadas condições para os grandes avanços que irão dar lugar à democratização no acesso a todo o tipo de conhecimento e informação que a palavra escrita propicia. Tal como referem Lucien Febvre e Henri-Jean Martin:

De facto, no início do século XV, ao passo que se anunciavam tantas transformações, procurava-se cada vez mais produzir certos manuscritos em série, de modo a responder a necessidades crescentes. Mas já no século XIII, a criação das Universidades fizera sentir a necessidade de possuir um maior número de manuscritos – a renovação das letras tinha tão-somente provocado aperfeiçoamentos de pormenor: a adopção

de abreviaturas mais desenvolvidas e a organização do sistema da “pecia”, que permitia aos copistas trabalhar mais rapidamente e mobilizar apenas, de cada vez, um caderno dos preciosos volumes a serem reproduzidos.

... Aquilo a que chamamos a “indústria tipográfica” – de uma expressão que nos é justificada pela mecanização da imprensa a partir do início do século XIX – era, desde o seu nascimento, sob forma de artesanato, tributária de uma matéria-prima sem a qual nada era possível no seu domínio: referimo-nos ao papel.¹³

De entre os fatores que contribuíram para a evolução da palavra escrita, e que conduziram ao mundo do livro tal como concebido a partir do século XV, o terceiro aspeto relevante é, sem margem para dúvidas, o modelo de produção e divulgação do livro manuscrito. Trata-se de uma questão complexa e abrangente, envolvendo temas amplamente estudados em diversos domínios – histórico, religioso, social, linguístico – que interessa reter conforme resumo da Introdução à obra *O aparecimento do livro*:

... De há muito que os historiadores se acostumaram a dividir em dois grandes períodos a evolução do livro manuscrito na Europa ocidental. “Período monástico” e “período laico” são termos consagrados e familiares a todos quantos se interessam um pouco por estes problemas... No decurso dos sete séculos que transcorreram desde a queda do Império Romano até ao século XII, foram de facto os mosteiros e, acessoriamente, o conjunto dos outros estabelecimentos eclesiásticos que conservaram o monopólio quase integral da cultura livresca e da produção do livro.

¹³ L. FEBVRE, H.-J. MARTIN, op. cit., pp. 31-32.

... Os centros de vida intelectual foram deslocados: será nas universidades que os eruditos, os professores e os estudantes, como veremos, irão organizar, concretamente com artistas especializados, um activo comércio de livros.

... Com o aumento do número de pessoas capazes de ler um texto, em vez de apenas ouvi-lo, ver-se-á, no final do século XIII e durante o século XIV, aparecer uma certa especialização. O autor contentar-se-á, doravante, em escrever (ou compilar) a sua obra sem se preocupar com as condições graças às quais ele alcançará o seu futuro público.¹⁴

A evolução dos manuscritos para a forma de códice constitui o passo seguinte e foi de tal forma relevante que muitos estudiosos a classificam como a mais significativa revolução na história do livro.¹⁵ Pela facilidade de manuseamento, pela possibilidade de leitura descontínua e pela viabilização dos índices, a introdução do códice, associada à invenção da imprensa e à utilização do papel, abriu portas à entrada na era da Galáxia Gutenberg.

2. Princípios e práticas da mediação editorial

É no contexto da evolução da escrita e da leitura enunciada na primeira parte e das transformações no domínio das atividades e profissões que lhe estão associadas que, a partir da década de 30 do século XIX, a função autónoma de mediador editorial começa a tomar forma, diferenciando-se da condição de impressor-editor, mas, igualmente, libertando-se progressivamente do exercício

¹⁴ Manuel THOMAS, "Introdução", in L. FEBVRE, H. MARTIN, op. cit., pp. 11-30.

¹⁵ J. A. FURTADO, *O que é - O livro...*, op. cit., p. 40.

cumulativo da atividade como editor e livreiro para se concentrar nas crescentes exigências do trabalho editorial.¹⁶

Três instâncias ganham relevo nos diversos elos da cadeia de valor do livro; escreve Artur Anselmo que “em qualquer questão relacionada com a edição, há três elementos essenciais – o autor, o editor e o leitor – que correspondem a três momentos decisivos da vida do livro: a criação intelectual, a produção técnica e a comercialização”.¹⁷

A mediação editorial, uma atividade complexa e apaixonante, exige ao editor que seja um bom leitor e que, para além de se deixar seduzir pelo texto, exerça uma análise crítica rigorosa, que vai do conhecimento e lucidez na avaliação dos conteúdos temáticos à adequação das políticas e programas editoriais, passando pela sensibilidade na relação profissional e pessoal com os autores, pelo domínio dos processos de conceção e técnicas de produção gráfica, pela capacidade de perceber a evolução de tendências na economia da oferta e da procura e pela aptidão para orientar com eficácia a divulgação dos livros junto dos seus leitores.

No que respeita à relação editor-autor, Isabel Garcez considera relevante que o editor seja um leitor entusiasta, genuíno e constante, capaz de se maravilhar com um texto literário e com o poder da leitura, porquanto, sendo um primeiro leitor do texto ainda inédito que lhe é apresentado, as suas primeiras impressões irão influenciar a relação de cumplicidade com o autor e conduzir todas as restantes fases de produção do livro no sentido de alcançar uma obra ímpar; a primeira leitura, ao influenciar a relação sólida que a partir daí

¹⁶ Eugénio LISBOA, “Não matem o editor: ele está a fazer o melhor que sabe”, in António Manuel FERREIRA, Maria Eugénia PEREIRA (coords.), *Ofícios do Livro*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007, p. 29.

¹⁷ Artur ANSELMO, *História da Edição em Portugal. Das Origens até 1530*. Porto, Lello & Irmão, 1991, p. 102 (apud Jorge Manuel MARTINS, *Profissões do Livro: editores e gráficos, críticos e livreiros*. Lisboa, Editorial Verbo, 2005, p. 108).

se estabeleça com cada autor e ao contribuir positivamente para a qualidade de trabalho do escritor e do autor, constitui um passo da maior importância na vida de um livro e confere pertinência à mediação editorial.¹⁸

Já no que se refere à relação editor-leitor, Nuno Medeiros assume que o esforço de materialização de um livro vai para além do objeto físico, ao estimular o benefício simbólico, “sem o qual o objeto físico se perde enquanto objeto de desejo, fator de aval de conteúdos, ou elemento de alarde identitário”; à mediação editorial cabe considerar que a edição é um trabalho de produção de valor, no qual a realização de um livro terá de ir para além da sua origem primordial para que se obtenha a sua instituição social como obra conhecida e reconhecida pelos seus recetores finais.¹⁹

Embora no exercício da mediação editorial as diversas componentes de trabalho decorram, frequentemente, em simultâneo e repartidas por vários colaboradores, internos e/ou externos, podendo contemplar diferentes níveis hierárquicos e graus de responsabilidade diferenciada, opta-se por uma organização expositiva tendencialmente temática e diacrónica, obedecendo à seguinte estrutura: 2.1. Políticas, programas e suportes editoriais; 2.2. Prospecção, informação e conhecimento; 2.3. Contratação de autores e gestão de direitos; 2.4. Desenvolvimento, coordenação e promoção; e 2.5. Economia da oferta e procura do livro.

¹⁸ Isabel de Jesus Rato GARCEZ, *O Papel da Edição Literária no Mercado da Cultura*. Tese de doutoramento em Estudos de Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, pp. 163-165.

¹⁹ Nuno MEDEIROS, “Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição”: *Revista Angolana de Sociologia* 9 (2012), p. 42.

2.1. Políticas, programas e suportes editoriais

Nas políticas editoriais, como nos restantes domínios do conhecimento e nas múltiplas áreas da gestão, a especialização foi crescendo ao longo das últimas décadas do século XX e acentuou-se na viragem do milénio: as editoras mais tradicionais, de carácter generalista, não fogem a esta tendência, reduzindo ou mesmo abandonando a sua atividade em alguns dos segmentos de negócio e criando coleções de conteúdo temático bem definido; as editoras de criação mais recente estão predominantemente focadas em nichos específicos de mercado; e os grupos editoriais, como também as editoras independentes de maior dimensão, têm vindo a criar novas chancelas, igualmente com objetivos de especialização. Em geral, prevalecem as obras concebidas e desenvolvidas pelo autor e apresentadas aos editores para publicação, as obras de encomenda que decorrem essencialmente de memórias ou testemunhos ditados pelo visado e escritas por um terceiro, os livros encomendados por empresas para oferta (ilustrados e relativos ao seu historial ou a temas específicos), a investigação histórica e documental, as grandes obras de referência e os livros temáticos escritos por autor de prestígio aquando de eventos ou efemérides de grande significado. Por outro lado, as novas tecnologias, do mesmo passo que viabilizam economicamente a especialização, abrem as fronteiras da edição impressa ao mundo globalizado e praticamente sem limites da edição eletrónica; apesar de tudo e contra a visão fatalista de uns quantos, o livro eletrónico dificilmente dispensará a função do editor, sendo já corrente a edição simultânea.

Programas e catálogos editoriais seguem a mesma orientação de clara e inequívoca consistência no agrupamento dos conteúdos numa mesma linha ou coleção editorial. O leitor quer saber com o que pode contar quando lhe apresentam uma determinada obra e

não chega, por exemplo, caracterizá-la como ficção literária, sendo necessário ir mais longe e especificar qual o seu tipo. Estamos perante um mundo em que os limites residem na criatividade de autores e editores e não em conceções editoriais pré-estabelecidas ou em imposições técnicas restritivas. A partir de livros isolados, ou mesmo de coleções originais, é possível organizar coleções temáticas, tanto de carácter fechado (o conjunto dos vários tomos apenas funciona como um todo) como aberto (cada tomo valendo por si, mesmo que desintegrado da coleção).

Também no domínio dos suportes editoriais, a tradição já não é o que era. Nos países com elevado nível de literacia e hábitos de leitura fortemente enraizados, a edição impressa seguia a sequência: *hardcover* – *paperback* – *pocket book*. Nos dias de hoje, os diferentes tipos de edição sobrepõem-se e convivem com a edição eletrónica e os audiolivros, numa lógica de diferenciação pelo segmento de mercado a que se dirigem, o qual depende mais dos hábitos e locais de consumo, do que do perfil cultural do consumidor.

2.2. Informação, prospeção e conhecimento

Na era da informação globalizada em que vivemos, a complexidade reside na seleção da qualidade e não mais na escassez de informação literária disponível, como ainda acontecia na segunda metade do século XX. Sem perder de vista uma permanente atenção a tudo quanto aparece de novo, importa uma concentração eficaz no que é essencial: jornais e revistas, nacionais²⁰ e internacionais²¹, especializados no livro e na leitura; informação relevante integrada em meios generalistas de

²⁰ Destaca-se: Granta, JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias, Revista LER, Revista Letras Com Vida.

²¹ Veja-se: Lire, Publishers Weekly, Publishing Perspectives, The Bookseller.

comunicação; sítios na Internet dedicados ao livro²² e blogs que têm o livro como tema; sítios de empresas, associações e entidades institucionais que disponibilizam estudos sobre o mercado do livro; e edições *online* de meios de comunicação generalistas que incluem informação no domínio editorial. A televisão, ainda que venha perdendo espaço no que respeita à divulgação de obras e autores, continua a ser um meio privilegiado, sabendo-se que programas de recomendação de livros como, no Reino Unido, o recentemente regressado “Richard & Judy”, têm elevado contributo nas escolhas dos leitores e constituem fonte relevante para escrutínio de tendências.

No domínio da prospeção, as novas tecnologias e os novos meios de comunicação à distância vieram alterar o papel das feiras do livro, mas não lhe retiraram importância, porquanto o contacto visual e físico com o livro e a relação interpessoal que se estabelece nestes grandes fóruns continuam a ser imprescindíveis para os profissionais da gestão editorial; as mais relevantes feiras internacionais do livro²³ são tão imprescindíveis para a atividade editorial como um bom restaurante para se concretizar um bom negócio.

O conhecimento veiculado e os contactos estabelecidos pelos agentes literários, relevantes intervenientes na indústria do livro, com Andrew Wylie a sobressair como líder a nível mundial, são de tal modo primordiais para a mediação editorial que editores integrados em grupos internacionais têm, por vezes, de negociar com um agente os próprios direitos detidos pela casa-mãe.

²² Consulte-se: Goodreads em <https://www.goodreads.com>, TeleRead em <https://teleread.org>.

²³ Releve-se: Bienal Rio de Janeiro/S.Paulo, Bogotá, Bolonha, Book Expo America, Frankfurt, Guadalajara (México), Liber Barcelona/Madrid, Londres, Paris, Turim.

Prêmios literários prestigiados²⁴ e, necessariamente, o Nobel da Literatura, constituem forte indicativo de sucesso anunciado; embora a sua atribuição contenha sempre algo de subjetivo e nem sempre corresponda a uma maior receptividade por parte do público, não deixam de constituir uma importante referência para apoiar o conhecimento e escrutínio das obras a incluir em catálogo, seja pelo volume de vendas, pela imagem de marca, ou para credibilização de novos autores. Mais recentemente, festivais literários nacionais e internacionais estão a assumir uma forma crescente de dar a conhecer a obra e o potencial de escrita, tanto de autores consagrados como de novos autores.

2.3. Contratação de autores e gestão de direitos

Não existe uma regra que determine com quem devem ser contratados os direitos de publicação, pois tudo depende dos termos e das partes envolvidas no contrato inicialmente estabelecido com o autor. Frequentemente, os autores entregam a sua representação à editora ou agente com que habitualmente trabalham, sendo que em obras encomendadas os contratos são maioritariamente estabelecidos entre a editora e o(s) autor(es); em qualquer dos casos, alguns autores delegam a elaboração do contrato e a gestão dos direitos em instituições que os representam para esse fim, como é o caso da Sociedade Portuguesa de Autores. A evolução no mercado de distribuição e retalho limita a existência de um proprietário dos direitos universais, para todos os canais de comercialização, pelo que a crescente complexidade desta matéria recomenda o acompanhamento por parte de jurista especializado.

²⁴ Salienta-se: The Booker Prizes, National Book Awards, Pulitzer Prizes, PEN International Awards.

Também no que respeita a métodos de gestão de direitos de autor, as opções são múltiplas e têm de ser decididas em conformidade com cada caso em concreto, acontecendo que o ajuste direto com o detentor dos direitos se verifica mais usualmente nos casos de obra por encomenda e nas situações em que já existe uma relação estável e duradoura. O leilão constitui uma prática de vulgarização recente, assumindo habitualmente os seguintes princípios: a iniciativa parte do editor ou do agente literário e, normalmente, existem dois ou três lances; os vendedores vão dando sinais que apontam para o valor de adiantamento que pretendem atingir, sendo que o investimento em promoção e *marketing* é tomado em consideração; existem vendas em “pacotes” constituídos por vários títulos do mesmo autor; e subsiste uma certa continuidade na relação entre os autores e as editoras, desde que não ocorram situações especiais, ou casos atípicos, como Nora Roberts, que não segue o princípio de fidelização a uma editora.

A contrapartida para cedência de direitos de autor pode, igualmente, assumir diversas formas: o adiantamento de um valor absoluto por conta de direitos a calcular em função das vendas previsíveis de uma obra concluída é o mais usual; o adiantamento de direitos por conta de obras a apresentar, tradicionalmente reservado a obras encomendadas, começa a ser praticado como forma de as editoras “agarrarem” os autores mais importantes por um período alargado de tempo; o valor dos adiantamentos varia em função das perspectivas de venda, existindo, porém, situações especiais de adiantamento de valores consabidamente superiores às vendas previstas, por interesse do editor em manter no catálogo um autor prestigiado embora em fase de perda de leitores; a percentagem de direitos de autor, calculada sobre o preço de venda situa-se entre 8% e 10%, podendo chegar a 12%, ou até mais, no caso de autores *best-sellers* ou de grandes tiragens de uma obra; o produto da venda de direitos de autor para o estrangeiro é usualmente de 50%

para o autor e 50% para o editor; o regime de *forfaits* é utilizado em casos muito excepcionais, quando se pretende dissociar o valor dos direitos do valor das vendas por estas se concretizarem em circunstâncias especiais, como ofertas ou campanhas de vendas de grande dimensão.

A digitalização e as cópias pirateadas constituem as duas mais fortes ameaças à retribuição do trabalho intelectual e, na falta de legislação e fiscalização adequadas, podem afetar, substancialmente, autores e editores.

2.4. Desenvolvimento, coordenação e promoção

O desenvolvimento e coordenação do sistema produtivo constitui, provavelmente, e apesar de abranger apenas uma das componentes da mediação editorial, a fase mais visível do trabalho de edição. No entanto, apesar dessa visibilidade global, muitos e importantes detalhes escapam aos olhos e à sensibilidade de observadores menos atentos ou pouco conhecedores: o *editing*, consubstanciado no apoio ativo do editor à otimização do texto em questões de sintaxe, semântica e vocabulário, como também de coerência, construção e estilo, constitui um dos aspetos mais relevantes e exigentes da sua função e também dos mais sensíveis na relação com o autor; a qualidade das traduções, adaptações e revisões técnico/científicas, sendo uma atribuição dos respetivos especialistas, não pode passar ao lado da análise aprofundada, conhecedora e crítica do editor que, em última instância, é o responsável pela qualidade da obra; a adequação do papel, do tipo de letra, da cor, do formato, do *design* e até o controle da impressão tipográfica formam um conjunto de procedimentos em que um bom editor tem de saber tanto de impressão como um bom gráfico; e, não menos importante, para além de mais complexa, a preparação de “Grandes Obras” constitui um dos

maiores desafios que cabe ao mediador editorial enfrentar, desde a intuição para antecipar a apetência dos leitores pelo tipo de obra até à conceção do produto, ao conhecimento de quem poderá ter capacidade adequada para o desenvolver, ao escrutínio na recolha de documentação e ilustrações e à coordenação técnico-editorial do trabalho a desenvolver pelos diversos coautores.

Porque um livro apenas se cumpre quando chega aos seus leitores, a componente de promoção e divulgação enquadra-se na linha de responsabilidades do mediador editorial. Desde logo, a definição dos preços de venda ponderando que: face à concorrência crescente, a determinação de preços evoluiu da base custos de produção para a base preços de mercado; embora cada livro seja um produto único, a competitividade de preços existe e é aferida por obras idênticas, real ou aparentemente, incluindo o facto de o consumidor também comparar preços de livros diferentes do mesmo editor. Ademais, é também atribuição do editor dinamizar, acompanhar a conceção e apoiar a concretização do plano de promoção adequado à oferta editorial; da publicidade nos *media* a apresentações e entrevistas públicas, do contacto com personalidades ligadas ao conteúdo da obra à eventual implementação de campanhas promocionais que se ajustem às características editoriais e à dimensão do projeto.

2.5. Economia da oferta e procura do livro.

Interessa no âmbito deste estudo abordar a complexidade dos impactos que no plano da economia do livro, consideradas as realidades presentes, influenciam o exercício abrangente e multidisciplinar das responsabilidades de mediação editorial.

As profundas mudanças na indústria cultural do livro que, conforme exaustivo trabalho de investigação desenvolvido por John B. Thompson, se iniciaram nos Estados Unidos e no Reino

Unido no princípio da década de 60, levaram à redução de livreiros independentes, entrada de grandes conglomerados comerciais no negócio do livro e subsequente concentração editorial, tudo conduzindo a uma impressionante mudança no panorama da oferta e procura do livro.²⁵

A revolução digital decorrente do nascimento da Internet e, no dealbar dos anos 90, da *World Wide Web*, suscitou a entrada na era da Informação Globalizada, com subseqüentes e profundas alterações no domínio técnico, tendências sociológicas, padrões comportamentais e modelos de negócio, tudo constituindo o mais sério dos desafios enfrentados pelo livro após o meio milénio em que, na era da Galáxia Gutenberg iniciada no século XV com o aparecimento do livro impresso, se afirmou como suporte privilegiado da palavra escrita e da divulgação de conhecimento.²⁶

O *e-book*, nos anos 1990 apontado como forte ameaça ao livro impresso mas não tanto ao processo de mediação editorial, não ganhou a proeminência então prevista, embora não tenha deixado de se confirmar que a bolha da Internet de 2002 era portadora de princípios de convergência “e que viria a envolver as indústrias de conteúdo, de hardware e software e ainda um espaço competitivo mais largo, definido como lazer, entretenimento, informação e comunicação (em casa ou no exterior).”²⁷

Os grandes conglomerados tecnológicos, como a Google, a Amazon, a Apple e outros, têm vindo a desenvolver novos modelos de negócio, suportados em plataformas habilitadas a extrair e concatenar uma infinidade de dados relativos a toda a cadeia de

²⁵ John B. THOMPSON, *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*. Cambridge, Polity Press, 2011 pp. 369-394.

²⁶ Rui BEJA, *A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*. Lisboa, APEL, 2012, pp. 131-161.

²⁷ José Afonso FURTADO, “Prefácio”, in Rui BEJA, *Democracia do Livro em Portugal: Transições, Protagonistas e Evolução Sociocultural*. Lisboa, Âncora Editora, 2019, p. XXVI.

produção e consumo, que concorrem direta e fortemente com o livro e a leitura; no âmbito da cultura e entretenimento, a Netflix constitui exemplo paradigmático. Conforme antecipámos, “os modelos de negócio que se deixam antever não são animadores para quem entende a palavra escrita, e o livro em particular, como bem inestimável para valorização intelectual individual e desenvolvimento sociocultural dos povos”²⁸.

A indústria cultural do livro sofre o impacto de estratégias opacas e oligopolistas dos detentores das plataformas tecnológicas, tanto pela redução de volume de negócio como pela diminuição do número de leitores, com elevados riscos económicos e socioculturais, pela importante quebra na relação direta com os leitores. A edição e comércio do livro vive um prolongado período de turbulência, fruto das mudanças estruturais e tecnológicas ocorridas no modelo de negócio, mas igualmente em razão de reajustamentos que continuam a ser introduzidos sem rumo certo e conhecido, por parte dos diversos intervenientes no domínio da oferta, aos quais se somam alterações de vulto no posicionamento perante o livro e a leitura, do lado da procura.

A relação entre o autor e o leitor, prevalecente no modelo tradicional em que o mediador editorial constituía elemento fundamental para a promoção do livro, o fomento dos hábitos de leitura e a diversidade cultural, enfrenta o forte desafio de opções culturalmente “cegas”, tomadas pela frieza de algoritmos que privilegiam a opção economicista do negócio em detrimento do desenvolvimento sociocultural proporcionado pelo livro e a leitura.

²⁸ Rui BEJA, *A Edição em Portugal (1970-2010)*..., op. cit., pp. 154-155.

Conclusão

Nascida no sul da Mesopotâmia entre o sexto e o primeiro milénio a.C. sob a forma pictográfica, a palavra escrita esteve, nas suas diferentes formas e suportes, desde sempre associada à capacidade do ser humano de exprimir e interpretar sons e ideias graficamente expressos; especialistas que melhor dominavam a técnica de cifrar e decifrar conceitos e sons exerciam, nos primórdios, a mediação entre escrita e leitura.

O avanço para a escrita cuneiforme, ca. 3150 a.C., o posterior surgimento da escrita consonântica fenícia, ca. 1500 a.C., e a transição da escrita ideográfica para a escrita fonética, até 1200 a.C., proporcionaram, por via da formação da escrita alfabética e em conjunto com o aparecimento de novos materiais de suporte como o papiro e o pergaminho, condições para que a capacidade de escrever e de ler se abrisse a novas gentes, tudo contribuindo para que no século I a atividade editorial começasse a ser significativa, se constituíssem bibliotecas e aparecesse o comércio livreiro.

A criação das universidades, no século XIII, leva a que os centros da vida intelectual e o monopólio da produção de livros se desloquem dos mosteiros e estabelecimentos eclesiásticos; passará a ser no meio universitário que eruditos, professores e estudantes organizam corporações de profissionais do livro que, em paralelo com a inovação nos processos e o crescimento na quantidade de pessoas habilitadas para a leitura, propiciam a especialização que conduzirá o autor a concentrar-se na escrita. A evolução dos manuscritos para a forma de códice, a invenção da imprensa e a utilização do papel levam às transformações que, a partir dos anos 30 do século XIX, originam a autonomia funcional da mediação autor-editor.

Ao longo do meio milénio que vai da entrada na era da Galáxia Gutenberg iniciada no século XV, à era da Informação Globalizada

nascida com o advento da *World Wide Web* em finais do século XX, a mediação editorial assumiu incontornável posição de charneira no todo que constitui a cadeia de valor da indústria cultural do livro: criação intelectual, produção técnica e comercialização; ao que acresce o inestimável contributo para a democracia do livro – entendida como liberdade de edição, divulgação e facilidade de acesso a obras literárias ou de informação publicadas sob a forma de livro – da maior relevância para a evolução de hábitos de compra e leitura de livros indispensável ao desenvolvimento sociocultural dos povos.²⁹

Nos dias de hoje, a mediação editorial enfrenta as estratégias opacas de plataformas tecnológicas que passaram a controlar componentes críticas da cadeia de valor do livro. Em termos globais, o instinto de sobrevivência bate-se contra a intrusão de novos *players* que estão no negócio editorial e livreiro, mas não no mercado da cultura; usam a produção e divulgação do livro com fins exclusivamente económicos.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, António Manuel Lopes; CARRINGTON, Maria Cristina (coords.), *Do Manuscrito ao Livro Impresso I*. Aveiro/Coimbra, UA Editora – Universidade de Aveiro/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- ANSELMO, Artur
- *História da Edição em Portugal. Das Origens até 1530*. Porto, Lello & Irmão, 1991.
 - *Estudos de História do Livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997.
 - *Livros e Mentalidades*. Lisboa, Guimarães Editores, 2002.
- BARTHES, Roland; MARTIN, Eric, “Oral/Escrito”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

²⁹ Para aprofundamento do caso português vd. R. BEJA, *Democracia do Livro em Portugal: Transições, Protagonistas e Desenvolvimento Sociocultural*. Lisboa, Âncora Editora, 2019.

- BARTHES, Roland; MAURIÉS, Patrick, “Escrita”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- BEJA, Rui
- *A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*. Lisboa, APEL, 2012.
 - *Democracia do Livro em Portugal: Transições, Protagonistas e Evolução Sociocultural*. Lisboa, Âncora Editora, 2019.
- CAZADE, Emile; CHARLES, Thomas, “Alfabeto”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- CHALUS, Paul, “Prólogo 1”, in Lucien FEBVRE, Henri-Jean MARTIN, *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FERREIRA, António Manuel; PEREIRA, Maria Eugénia (coords.), *Ofícios do Livro*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007.
- FURTADO, José Afonso,
- *O que é – O livro*. Lisboa, Difusão Cultural, 1995.
 - *A Edição de Livros e a Gestão Estratégica*. Lisboa, Booktailors, 2008.
 - “Prefácio”, in Rui BEJA, *Democracia do Livro em Portugal: Transições, Protagonistas e Evolução Sociocultural*. Lisboa, Âncora Editora, 2019.
- GARCEZ, Isabel de Jesus Rato, *O Papel da Edição Literária no Mercado da Cultura*. Tese de doutoramento em Estudos de Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.
- GUEDES, Fernando, *O Livro como Tema: história, cultura, indústria*. Lisboa, Editorial Verbo, 2001.
- LISBOA, Eugénio, “Não matem o editor: ele está a fazer o melhor que sabe”, in António Manuel FERREIRA, Maria Eugénia PEREIRA (coords.), *Ofícios do Livro*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007.
- MANGUEL, Alberto, *Uma história da leitura*. Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- MARTINS, Jorge Manuel, *Profissões do Livro: editores e gráficos, críticos e livreiros*. Lisboa, Editorial Verbo, 2005.
- MEDEIROS, Nuno, “Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição”, *Revista Angolana de Sociologia* 9 (2012), pp. 33-48.
- THOMAS, Manuel, “Introdução”, in Lucien FEBVRE, Henri-Jean MARTIN, *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- THOMPSON, John B., *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*. Cambridge, Polity Press, 2011.

DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO II

Permeados embora pelas marcas do devir temporal, os desafios de base que se colocam a um texto que se pretende preservar continuam a ser, em boa medida, semelhantes: a necessidade de encontrar um suporte material fiável que lhe garanta durabilidade; a premência de atrair leitores e de produzir algum tipo de impacto em quem lê – impacto esse que seja detetável (e também mensurável) pelas marcas que a leitura deixa em novos textos, os quais podem assumir uma panóplia cada vez mais ampla de formatos e de modos de registo.

Perante este *mare magnum* de estímulos vários, nem sempre se revela fácil encontrar o equilíbrio, a opção e o rumo certos. Uma das grandes virtudes deste volume reside, precisamente, em ilustrar alguns desses caminhos seguros, seja enriquecidos pela experiência do passado, seja ainda pela capacidade que mostram de interpretar o presente e de, como um todo, encontrar respostas renovadas para um perene desafio de fundo: compreender e assimilar o ímpeto criador que torna a salvaguarda da escrita e a preservação da memória em tarefas sempre inconclusas e a motivar sempre reavivadas indagações. Por outras palavras, o que faz do trabalho editorial um *opus semper perficiendum*.

Delfim F. Leão



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



dlc
universidade de aveiro
departamento de línguas e culturas



cllc
universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA